

Carla Michelle Coelho de Andrade Gurgel

**A Desigualdade Financeira Induzida:  
Discussão sobre as Dimensões da  
Exclusão Financeira e seus Efeitos sobre  
os Indivíduos em Condições de  
Desvantagem Social e Econômica,  
Influenciados pelos Aspectos Espaciais –  
Casos Brasileiros e Americano.**

Belo Horizonte, MG  
UFMG/Cedeplar  
2014

Carla Michelle Coelho de Andrade Gurgel

**A Desigualdade Financeira Induzida: Discussão  
sobre as Dimensões da Exclusão Financeira e  
seus Efeitos sobre os Indivíduos em Condições de  
Desvantagem Social e Econômica, Influenciados  
pelos Aspectos Espaciais – Casos Brasileiros e  
Americano.**

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Marco Crocco  
Co-orientador: Prof. Dr. Gary Dymski

Belo Horizonte, MG  
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional  
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG  
2014

## Folha de Aprovação

*"(...) não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar."*

*Ao Prof. Gary Dymski, grande inspirador e mestre que auxiliou a tarefa de tornar “o que era visto como impossível” em uma bela realização.*

## AGRADECIMENTOS

A vida nos surpreende com os acontecimentos inesperados e os rumos pelos quais nos guia. Diante das lições que ela nos apresenta, em meio às oportunidades e experiências (boas e ruins, tristes e felizes) que descrevem o nosso caminho, cabe a nós mesmos nos colocarmos por inteiro nesta trajetória pessoal única e recebermos abertamente os presentes de cada dia. Considero este trabalho tão desafiador e peculiar, uma grande conquista que tive o privilégio de dividir com pessoas maravilhosas e queridas em todas as suas etapas.

Agradeço à minha mãe, meu grande exemplo de força e determinação, por acreditar na minha capacidade e me apoiar em todos os momentos, não permitindo que eu desistisse frente aos grandes obstáculos deste caminho.

Agradeço ao Daniel, por auxiliar na realização de parte desta pesquisa desenvolvida, pelo companheirismo incondicional. O seu apoio foi essencial para esta realização e sua paciência fundamental para suavizar meus momentos de nervosismo e ansiedade.

Agradeço ao meu pai pelo apoio incondicional e pelas orações.

Ao professor Marco Crocco pela confiança na minha capacidade, pela ajuda indescritível, pelo investimento indispensável durante todo o período de trabalho, pela compreensão nos momentos mais difíceis, por ser tão sensível e humano, por acreditar que de alguma forma este projeto seria possível.

Ao professor Gary Dymski, pelo suporte incondicional, por sempre apoiar e acreditar na minha capacidade, por me inspirar e me incentivar diante dos obstáculos e dificuldades enfrentados, por transmitir seus conhecimentos e suas experiências de forma esclarecedora, por auxiliar no desenvolvimento das ideias e estimular a minha autoconfiança e coragem, pela amizade sincera e a energia positiva que foram fundamentais para a conclusão deste projeto. À Silvana por sua energia e motivação contagiantes, pela torcida e pelos incentivos fundamentais, por sempre se fazer presente de alguma, por abrir sua casa e por apoiar este grande homem que é um exemplo para todos.

À professora Ana Hermeto por toda paciência, pela ajuda, por esclarecer os caminhos e pelo carinho.

À Fernanda Faria e ao Marco Duarte por auxiliarem a pesquisa realizada no Vale do Jequitinhonha, alegrando e enriquecendo o processo investigativo com a sua contribuição.

À Clarisse Libânio e toda a equipe da ONG “Favela é isso aí” por todo o conhecimento transmitido, pela recepção calorosa e por auxiliar no desenvolvimento da pesquisa na comunidade Alto Vera Cruz/Taquaril.

À Sheena e toda equipe do *Fair Housing Council* pelos ensinamentos e esclarecimentos, pela abertura de suas atividades e por apoiar o princípio do trabalho realizado em *Riverside*.

À comunidade e equipe da igreja *Our Lady of Guadalupe Shrine* pelo apoio e pela contribuição indispensável à pesquisa realizada no bairro *Eastside*, na cidade de *Riverside*.

À Chloe Valmore e Haixia Wu pela preciosa ajuda na pesquisa realizada na igreja do *Eastside*.

A todos os professores do CEDEPLAR por contribuírem para a minha formação acadêmica.

Aos meus colegas do CEDEPLAR, hoje grandes amigos, pela imensa ajuda nos tantos momentos de crise e desespero que enfrentei e pelo companheirismo.

Aos meus colegas do Lemte, pelo aprendizado, pela paciência, pela vivência e pela amizade, em especial à Mara Nogueira.

Aos meus amigos e amigas pelo apoio de sempre.

Enfim, a todas as pessoas que estiveram comigo durante essa etapa da minha vida.

A todos minha imensa gratidão e meu profundo carinho!

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AVC – Alto Vera Cruz

CDM – Cooperação para Desenvolvimento e Moradia Humana

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

EUA – Estados Unidos

FIG - Figura

IQVU – Índice de Qualidade de Vida Urbana

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

ONG – Organização Não Governamental

PBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

QUAD – Quadro

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

TAB - Tabela

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UP - Unidade de Planejamento

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	19
2 EXCLUSÃO FINANCEIRA: DIRECIONAMENTO DE PESQUISA, FUNDAMENTAÇÃO E REVISÃO TEÓRICA .....	23
2.1 Uma teoria que fundamenta a relação “Moeda e Espaço” (aspectos regionais e financeiros).....	24
2.2 Exclusão Financeira - Da dimensão “macro” para a “micro” .....	25
2.3 Explorando os “microfundamentos” da Exclusão Financeira: as dimensões sociais da separação espacial.....	29
2.4 Uma revisão teórica sobre Exclusão Financeira – Conceitos e Concepções. 33	
2.4.1 Breve revisão sobre os maiores “custos” associados às pessoas de baixa renda excluídas financeiramente.....	40
2.4.2 Breve revisão literária mais recente sobre a exclusão financeira: os indivíduos em condições vulneráveis e a sua relação com o sistema financeiro .	42
2.5 Conclusão .....	44
3 METODOLOGIA DO ESTUDO .....	46
3.1 O plano investigativo ideal.....	47
3.1.1 Perguntas que estimularam esta pesquisa.....	47
3.1.2 O objetivo que motivou e fundamentou o estudo .....	48
3.1.3 As hipóteses elaboradas no estudo .....	49
3.2 A metodologia .....	52
3.2.1 O estudo etnográfico – outro olhar sobre a etnografia .....	54
3.3 A pesquisa exploratória possível de se realizar .....	56
3.4 O princípio do trabalho de campo: a elaboração do questionário .....	60
3.4.1 O Programa Bolsa Família .....	64
3.4.2 <i>Alternative Financial Services (AFS)</i> .....	66
3.5 Uma análise geral sobre os dados arrecadados .....	68

3.6 Conclusão .....	70
4 ESTUDO ETNOGRÁFICO: COMUNIDADE ALTO VERA CRUZ/TAQUARIL ...	72
4.1 Descrição do campo de pesquisa .....	72
4.2 A pesquisa.....	80
4.3 As observações.....	82
4.4 Análise geral do “campo de pesquisa” – Comunidade AVC (Conclusões).....	90
5 ESTUDO ETNOGRÁFICO: A MESORREGIÃO JEQUITINHONHA – AS CIDADES JORDÂNIA, JACINTO E ALMENARA.....	95
5.1 Descrição do campo de pesquisa .....	95
5.2 A pesquisa.....	99
5.3 As observações.....	101
5.4 Análise geral do “campo de pesquisa”- Jordânia, Almenara e Jacinto (Conclusões) .....	113
6 ESTUDO ETNOGRÁFICO: RIVERSIDE (CALIFORNIA, EUA) – O BAIRRO EASTSIDE .....	118
6.1 A descrição do campo de pesquisa.....	118
6.2 A pesquisa.....	122
6.3 As observações.....	126
6.4 Análise geral do “campo de pesquisa” – Riverside/Eastside (Conclusões)..	138
7 UM MODELO DE EXCLUSÃO FINANCEIRA E A DESIGUALDADE FINANCEIRA INDUZIDA – ANÁLISE COMPARATIVA DOS CASOS COMUNIDADE AVC, JORDÂNIA E EASTSIDE (RIVERSIDE) .....	144
7.1 Análise Comparativa dos Casos Comunidade AVC, Jordânia e Eastside (Riverside).....	144
7.2 Um modelo de Exclusão Financeira e a Desigualdade Financeira Induzida	161
7.3 Conclusões a partir da análise e da idealização do modelo de desigualdade financeira induzida .....	175
8 CONCLUSÃO.....	177

ANEXOS .....	185
A.1 Questionários aplicados nos “Campos de Pesquisa”: As perguntas realizadas no Brasil e nos Estados Unidos.....	185
A.2 O Estudo Etnográfico: Comunidades Alto Vera Cruz/Taquaril.....	189
A.2.1 A metodologia do IQVU – Cálculo, indicadores e parâmetros .....	189
A.2.2 A forma de cálculo do IVS.....	194
A.2.3 As Observações.....	195
A.3 O Estudo Etnográfico: Microrregião Almenara – As Cidades Jordânia, Jacinto e Almenara .....	197
A.4 O Estudo Etnográfico: <i>Riverside</i> (California, EUA) – O Bairro <i>Eastside</i> .....	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	202

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 – AS UNIDADES DE PLANEJAMENTO DA REGIONAL LESTE E SUA COMPOSIÇÃO (BAIRROS, VILAS E/OU CONJUNTOS) .....	74
FIGURA 1 – UNIDADES DE PLANEJAMENTO DE BELO HORIZONTE: EM DESTAQUE A UP TAQUARIL, 2009 .....	76
FIGURA 2 – MAPAS DO IQVU ÍNDICE SÍNTESE – 2006/2010/2012 .....	77
TABELA 2 – DIMENSÕES CONSIDERADAS NO CÁLCULO DO IVS – ELABORAÇÃO DO MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL, 2000 .....	78
FIGURA 3 – “MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL” – OS VALORES DO IVS PARA CADA UNIDADE PLANEJAMENTO DE BELO HORIZONTE, 2000. ...	79
FIGURA 4 – A CASA LOTÉRICA DA COMUNIDADE AVC .....	83
FIGURA 5 – OS MORADORES DA COMUNIDADE AVC E ALGUNS SERVIÇOS FINANCEIROS .....	84
FIGURA 6 – RUA DESEMBARGADOR BRÁULIO, COMUNIDADE AVC – DUAS PARTES DIFERENTES QUE COMPÕEM A MESMA VIA. ....	85
FIGURA 7 – COMPREENSÃO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS E A AUTO-EXCLUSÃO DOS MORADORES QUE NÃO UTILIZAM OS MESMOS – COMUNIDADE AVC .....	87
FIGURA 8 – A COMUNIDADE AVC E A UTILIZAÇÃO E/OU ACESSO A CONTAS BANCÁRIAS .....	88
FIGURA 9 – A COMUNIDADE AVC E A UTILIZAÇÃO E/OU ACESSO AOS SERVIÇOS DE CARTÕES .....	88
FIGURA 10 – ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS MORADORES ENTREVISTADOS – COMUNIDADE ALTO VERA CRUZ.....	89
FIGURA 11 – OPINIÕES SOBRE OS SERVIÇOS FINANCEIROS DOS MORADORES ENTREVISTADOS – COMUNIDADE ALTO VERA CRUZ.....	92
FIGURA 12 - MAPA DA MESORREGIÃO JEQUITINHONHA-MICRORREGIÃO ALMENARA E MUNICÍPIOS DE ALMENARA, JORDÂNIA E JACINTO .....	96

TABELA 3 – SÍNTESE DE DADOS REFERENTES AOS MUNICÍPIOS DE JORDÂNIA, JACINTO E ALMENARA COM A INCLUSÃO DE BELO HORIZONTE PARA O ENTENDIMENTO DAS CONDIÇÕES E DAS ESTRUTURAS PRESENTES DAQUELES INTEGRANTES DA MICRORREGIÃO ALMENARA.....	98
TABELA 4 – FINANÇAS PÚBLICAS DE JORDÂNIA JORDÂNIA, JACINTO E ALMENARA COM A INCLUSÃO DE BELO HORIZONTE PARA O ENTENDIMENTO DAS CONDIÇÕES PRESENTES DAQUELES INTEGRANTES DA MICRORREGIÃO ALMENARA .....	99
FIGURA 13 – A TRAJETÓRIA PARA JORDÂNIA (MG) .....	100
FIGURA 14 – JORDÂNIA (MG) – O LOCAL ONDE SE REALIZOU A PESQUISA.....	102
FIGURA 15 – COMPREENSÃO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS E A AUTO-EXCLUSÃO DOS MORADORES QUE NÃO UTILIZAM OS MESMOS – JORDÂNIA (MG) .....	103
FIGURA 16 – OS MORADORES DE JORDÂNIA (MG) E A UTILIZAÇÃO E/OU O ACESSO A CONTAS BANCÁRIAS.....	104
FIGURA 17 – OS MORADORES DE JORDÂNIA (MG) E A UTILIZAÇÃO E/OU ACESSO AOS SERVIÇOS DE CARTÕES .....	104
FIGURA 18 – OS MORADORES DE JORDÂNIA E ALGUNS SERVIÇOS FINANCEIROS .....	106
FIGURA 19 – ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS ENTREVISTADOS – JORDÂNIA (MG).....	107
FIGURA 20 – ALMENARA – OS BAIROS SÃO PEDRO E SÃO FRANCISCO- CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA.....	110
FIGURA 21 – JACINTO – O BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA OU BAIRRO NOVO – FRAGILIDADE SOCIOECONÔMICA REFLETIDA NAS CONDIÇÕES OBSERVADAS.....	112

FIGURA 22 - OPINIÕES SOBRE OS SERVIÇOS FINANCEIROS DOS MORADORES ENTREVISTADOS – JORDÂNIA .....	115
FIGURA 23 – CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS MORADORES DE <i>EASTSIDE</i> .....	120
FIGURA 24 – O MAPA DO BAIRRO <i>EASTSIDE – RIVERSIDE (CALIFORNIA, US)</i> .....	121
FIGURA 25 – O BAIRRO <i>EASTSIDE – A IGREJA “OUR LADY OF GUADALUPE SHRINE”, “BECOS” E ESTRUTURA DAS CASAS</i> .....	127
FIGURA 26 – UNIVERSITY AVENUE (EASTSIDE): OS COMPLEXOS COMERCIAIS, “ <i>FINANCIAL ALTERNATIVE SERVICES</i> ” E O INSTITUTO BOBBY BONDS.....	129
FIGURA 27 – OS MORADORES DE EASTSIDE (RIVERSIDE) E A UTILIZAÇÃO E/OU ACESSO A CONTAS BANCÁRIAS .....	134
FIGURA 28 – OS MORADORES DE EASTSIDE (RIVERSIDE) E A UTILIZAÇÃO E/OU ACESSO AOS SERVIÇOS DE CARTÃO .....	135
FIGURA 29 - AVALIAÇÃO DA COMPREENSÃO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS E A AUTO EXCLUSÃO DOS MORADORES QUE NÃO UTILIZAM OS MESMOS – EASTSIDE.....	136
FIGURA 30 – OS MORADORES DE EASTSIDE E ALGUNS SERVIÇOS FINANCEIROS .....	137
FIGURA 31 – ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS - EASTSIDE .....	138
FIGURA 32 - OPINIÕES SOBRE OS SERVIÇOS FINANCEIROS DOS MORADORES ENTREVISTADOS – RIVERSIDE/EASTSIDE .....	141
FIGURA 33 – ANÁLISE CONJUNTA SOBRE ACESSO/UTILIZAÇÃO E OPINIÕES - CONTA BANCÁRIA.....	148
FIGURA 34 – ANÁLISE CONJUNTA SOBRE ACESSO/UTILIZAÇÃO E OPINIÕES – CARTÕES DE DÉBITO .....	150
FIGURA 35 – ANÁLISE CONJUNTA SOBRE ACESSO/UTILIZAÇÃO E OPINIÕES – CARTÕES DE CRÉDITO .....	152

FIGURA 36 – ANÁLISE CONJUNTA SOBRE OPINIÕES – TALÕES DE CHEQUES .....	154
FIGURA 37 – ANÁLISE CONJUNTA SOBRE ACESSO/UTILIZAÇÃO E OPINIÕES – EMPRÉSTIMOS .....	155
FIGURA 38 – ANÁLISE CONJUNTA SOBRE OPINIÕES – FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS .....	159
FIGURA 39 – ANÁLISE CONJUNTA SOBRE ACESSO/UTILIZAÇÃO E OPINIÕES – CREDIÁRIOS .....	160
FIGURA 39 – PADRÕES DE DEMANDA PARA SERVIÇOS FINANCEIROS E RESPOSTAS DE OFERTA PROVÁVEIS.....	167
TABELA A1 – QUESTIONÁRIO APLICADO NO BRASIL: PERGUNTAS REALIZADAS NOS “CAMPOS” DE PESQUISA.....	185
TABELA A2 – QUESTIONÁRIO APLICADO NO BRASIL: PERGUNTAS REALIZADAS NOS “CAMPOS” DE PESQUISA.....	186
TABELA A3 –QUESTIONÁRIO APLICADO EM <i>RIVERSIDE</i> (CALIFORNIA, ESTADOS UNIDOS): PERGUNTAS REALIZADAS NO “CAMPO” DE PESQUISA.....	187
TABELA A4 – QUESTIONÁRIO APLICADO EM <i>RIVERSIDE</i> (CALIFORNIA, ESTADOS UNIDOS): PERGUNTAS REALIZADAS NO “CAMPO” DE PESQUISA.....	188
FIGURA A1 – ESQUEMA DAS ETAPAS DE CÁLCULO DO IQVU .....	189
QUADRO A1 – RELAÇÃO DE INDICADORES NOVA SÉRIE 2006/2010/2012 – UTILIZADOS NA CONVERSÃO DO ÍNDICE DE OFERTA LOCAL PARA IQVU .....	190
QUADRO A2 – RELAÇÃO DE INDICADORES NOVA SÉRIE 2006/2010/2012 – UTILIZADOS NA CONVERSÃO DO ÍNDICE DE OFERTA LOCAL PARA IQVU .....	191
QUADRO A3 – PARÂMETROS DE CÁLCULO DA ACESSIBILIDADE – 2006/2010/2012 METODOLOGIA IQVU.....	192

QUADRO A4 – PARÂMETROS DE CÁLCULO DA ACESSIBILIDADE SEGUNDO VARIÁVEIS E PESO RELATIVO – 2006/2010/2012 – METODOLOGIA IQVU.....	192
QUADRO A5 – PARÂMETROS DE CÁLCULO DA NOVA SÉRIE 2006/2010/1014 – IQVU .....	193
QUADRO A6 – COMPOSIÇÃO DO IVS E RESPECTIVAS PONDERAÇÕES ..	194
FIGURA A2 – EXPRESSÃO UTILIZADA NA CONVERSÃO DAS ESCALAS DE MEDIDAS DOS INDICADORES - FORMA DE CÁLCULO DO IVS .....	195
FIGURA A3 – A MORADORAS DA COMUNIDADE AVC - CONTAS BANCÁRIAS .....	195
FIGURA A4 – A MORADORAS COMUNIDADE AVC - SERVIÇOS DE CARTÕES.....	196
FIGURA A5 – AS MORADORAS DA COMUNIDADE AVC – CREDIÁRIOS .....	196
FIGURA A6 – A UTILIZAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS – COMUNIDADE AVC.....	197
FIGURA A7 – AS MORADORAS DE JORDÂNIA – CONTAS BANCÁRIAS.....	197
FIGURA A8 – AS MORADORAS DE JORDÂNIA – SERVIÇOS DE CARTÕES.....	198
FIGURA A9 – AS MORADORAS DE JORDÂNIA – CREDIÁRIOS, DIFICULDADE DE PAGAMENTO DO CARTÃO DE CRÉDITO E UTILIZAÇÃO DE CORRESPONDENTES BANCÁRIOS .....	198
FIGURA A10 - A UTILIZAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS – JORDÂNIA .....	199
FIGURA A11 – AS MORADORAS DO BAIRRO EASTSIDE – CONTAS BANCÁRIAS .....	199
FIGURA A12 – AS MORADORAS DO BAIRRO EASTSIDE – SERVIÇOS DE CARTÕES.....	200
FIGURA A13 – UM EXEMPLO DO CICLO DE DÉBITOS QUE CLIENTES DE “CHECK CASHING OUTLETS” SÃO INDUZIDOS A ENTRAR .....	201

## RESUMO

Através de um estudo etnográfico realizado em “três campos de pesquisa” que compartilham a classificação de locais com grande vulnerabilidade social e econômica, este trabalho pretende elucidar sobre as diferentes dimensões da Exclusão Financeira e seus efeitos, utilizando-se uma perspectiva de análise “micro”. Assim, buscou-se observar a relação dos indivíduos com o sistema financeiro, considerando-se os aspectos espaciais presentes e as urgências características de situações geradas por condições de desvantagens sociais e privações econômicas. Desenvolveu-se, então, uma análise descritiva autêntica e detalhada, a partir das observações e dos dados primários obtidos pela realização de pesquisa etnográfica nos seguintes lugares: a comunidade Alto Vera Cruz em Belo Horizonte; a pequena cidade de Jordânia localizada na mesorregião Jequitinhonha; e o bairro de baixa renda Eastside em Riverside (Califórnia, Estados Unidos). A discussão apontou a possível existência de uma desigualdade financeira induzida, à medida que os indivíduos têm suas relações com o sistema financeiro determinadas pelas suas condições socioeconômicas, pelos aspectos físicos e estruturais presentes nos locais em que vivem e pela oferta dos serviços e produtos determinados pelas instituições e agentes financeiros.

---

**Palavras-chave:** Exclusão Financeira, Economia Regional, Vulnerabilidade social e Econômica.

## ABSTRACT

Through an ethnographic study in three regions that share the characteristics of great social and economic vulnerability, this undertaking aims to elucidate the different dimensions of financial exclusion and its effects, using a “micro-analytical” perspective. We sought to observe the relationship between individuals and the financial system, considering the present spatial aspects, and the urgent characteristics of situations caused by conditions of social disadvantage and economic hardship. An authentic and detailed analysis was developed from observations and primary data obtained by conducting ethnographic research in the following places: the Alto Vera Cruz community in Belo Horizonte; a small town located in the middle region of Jordan Jequitinhonha; and low-income Eastside neighborhood in Riverside (California, USA). The results drew attention to the possible existence of an induced financial inequality, as individuals have their relationships with the financial system determined by their socioeconomic conditions and the physical and structural features present in the places where they live.

---

**Keywords:** Financial Exclusion, Regional Economics, Social and Economic Vulnerability.

# 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar a exclusão financeira sob uma perspectiva “micro”, apresentando suas diversas dimensões e efeitos, de forma a elucidar a influência dos aspectos espaciais sobre a relação dos indivíduos com o sistema financeiro. Trata-se de um estudo etnográfico realizado em “três campos de pesquisa” que compartilham a classificação de “locais com grande vulnerabilidade social e econômica”, o qual discute as particularidades de cada um, as urgências características de indivíduos em condições de desvantagem, a oferta dos serviços e produtos pelas instituições financeiras que é direcionada a eles e as escolhas realizadas pelos mesmos no que tange à melhor resolução financeira para garantir a sua sobrevivência. Tal argumentação conduz à ideia proposta por este estudo de “desigualdade financeira induzida”.

Ao propor um olhar sobre os “microfundamentos” da exclusão financeira, este estudo tenciona destacar “como” os indivíduos percebem e lidam com esta situação, abordando também todas as versões da mesma e não somente uma de suas vertentes pautadas pela teoria existente. Assim, esclarece-se como parte do objetivo deste estudo a ideia de se reconhecer os diversos conceitos da exclusão financeira como um conjunto de fatores que integram o que se entende por “desigualdade financeira induzida”.

Este estudo se fundamenta na ideia básica da literatura que trata de Moeda e Espaço, a qual descreve a economia como profundamente “sensível” as variáveis financeiras. Isto é, a localização espacial influencia profundamente o acesso ao crédito e, por conseguinte, afeta de forma significativa o nível de atividade econômica presente no espaço.

Considerando-se os trabalhos que abordam a exclusão financeira como uma questão de **acesso** aos serviços financeiros, destaca-se a abrangente investigação realizada no Brasil pelo Banco Mundial (Kumar, 2004). Os principais resultados revelados neste estudo apontaram para as desigualdades espaciais significativas e persistentes no fornecimento dos serviços financeiros, o que se

relacionou às disparidades de renda regionais. Ainda, apontou-se para a existência de divergências entre os residentes com relação ao acesso/utilização destes serviços. No entanto, apesar de motivar o esforço aqui desenvolvido, este trabalho do Banco Mundial não esclarece sobre as questões que envolvem os aspectos “micro” da exclusão financeira.

A partir da reflexão sobre questões mais voltadas para o nível “micro” - que podem ser levantadas sobre as unidades excluídas financeiramente e que formam um estímulo a esta presente pesquisa, ressaltam-se aquelas que abordam os motivos pelos quais os indivíduos não participam da esfera dos serviços financeiros, a maneira como são excluídos, a existência de relações não pertencentes à “economia convencional” que podem ditar os termos através dos quais diferentes indivíduos ou famílias alcançam o sistema financeiro e a possível influência do gênero na participação e nas decisões financeiras. Entretanto, o maior incentivo ao esforço da pesquisa etnográfica desenvolvida foi a busca pelo entendimento sobre o quanto os indivíduos financeiramente excluídos perdem por essa condição.

Diante da possibilidade de se explorar os “microfundamentos” da exclusão financeira, atenta-se para a importância em se entender o sentido para os indivíduos da participação no sistema financeiro, o que alude, também, à necessidade de se esclarecer os efeitos espaciais (envolvendo o que seria o “relacionar-se” no espaço) – o foco espacial permite a descoberta de muitos padrões de comportamento que se evidenciam em uma análise “micro”. Aponta-se para a ideia de que existe algo de cultural nas relações sociais que é particular a cada local.

Assim, considerando-se a literatura que aborda os conceitos e concepções da exclusão financeira, optou-se por desenvolver uma pesquisa desafiadora (em termos de pretensões e procedimentos etnográficos) que, apesar de todos os desafios envolvidos, permitiu o acúmulo de observações detalhadas e esclarecedoras.

Partindo-se da ideia de que os aspectos espaciais influenciam na distribuição dos serviços financeiros pelas áreas, bem como na maneira que os indivíduos se

relacionam com o sistema financeiro, buscou-se o direcionamento para locais que, de certa forma, fossem fragilizados no que se refere à situação socioeconômica. Desenvolveu-se, então, uma análise descritiva autêntica e detalhada, a partir das observações e dos dados primários obtidos pela realização de pesquisa etnográfica nos seguintes lugares: a comunidade Alto Vera Cruz em Belo Horizonte; a pequena cidade de Jordânia localizada na mesorregião Jequitinhonha; e o bairro de baixa renda Eastside em Riverside (Califórnia, Estados Unidos).

Ressaltam-se as dificuldades enfrentadas em cada campo de pesquisa e a possibilidade dos dados primários simples gerados, com o fim de retratar a realidade descrita de maneira honesta. Isto caracteriza a riqueza do estudo etnográfico desenvolvido, e, portanto, o conhecimento específico gerado sobre estes locais em condições de grande vulnerabilidade social e econômica e a relação de seus residentes, em sua maioria, de baixa renda com os serviços financeiros disponíveis (impossível de se obter e visualizar através de uma investigação que envolva somente dados secundários).

Para finalizar, a discussão apontou a possível existência de processo de “desigualdade financeira induzida”, à medida que os indivíduos têm suas relações com o sistema financeiro determinadas pelas suas condições socioeconômicas, pelos aspectos físicos e estruturais presentes nos locais em que vivem e pela própria oferta direcionada a eles pelas instituições e agentes financeiros.

Este trabalho foi dividido em oito seções: (I) Introdução; (II) Exclusão Financeira: Direcionamento de pesquisa, Fundamentação e Revisão Teórica – capítulo que descreve a teoria na qual este estudo foi fundamentado e esclarece o foco abordado; (III) Metodologia do Estudo – capítulo que descreve a metodologia desenvolvida, explicitando como foi realizada toda a pesquisa etnográfica; (IV) Estudo Etnográfico: Comunidade Alto Vera Cruz/Taquaril – descrição da pesquisa exploratória realizada na Comunidade AVC, suas características, particularidades e observações possíveis; (V) Estudo Etnográfico: A Mesorregião Jequitinhonha – as cidades Jordânia, Jacinto e Almenara - descrição da pesquisa exploratória realizada em Jordânia (foco do estudo) e, também, em Jacinto e em Almenara, suas características, particularidades e observações possíveis; (VI) Estudo

Etnográfico: Riverside (California, EUA) – O bairro Eastside - descrição da pesquisa exploratória realizada no bairro Eastside (Riverside, California), suas características, particularidades e observações possíveis; (VII) Um Modelo de Exclusão Financeira e a Desigualdade Financeira Induzida – Análise Comparativa dos Casos Comunidade AVC, Jordânia e Eastside (Riverside) – discussão sobre o trabalho etnográfico realizado nos três “campos de pesquisa”, as observações, relações e o modelo desenvolvido sobre a exclusão financeira e a desigualdade financeira induzida; (VIII) Conclusão – considerações finais sobre as observações obtidas, relação dos resultados respaldados pela teoria já existente e conclusão final.

## **2 EXCLUSÃO FINANCEIRA: DIRECIONAMENTO DE PESQUISA, FUNDAMENTAÇÃO E REVISÃO TEÓRICA**

Atualmente, observa-se uma urgência das relações como um todo, evidenciando uma sociedade progressivamente consumista e uma velocidade imposta por um mundo capitalista, que pressiona as pessoas a agirem segundo o imediatismo exigido por uma vida de necessidades individuais. Neste contexto, problemas sociais e econômicos despontam-se por sua persistência e suas graves consequências. Diante disso, as relações financeiras tomam uma proporção maior e significativa nas transações e atividades diárias dos indivíduos, os quais (principalmente aqueles vulneráveis socioeconomicamente), considerando suas necessidades, condições de vida e com o que lhes é ou não ofertado pelas instituições, realizam suas escolhas de acordo com o que julgam como mais apropriado para eles e/ou menos desvantajoso (ou o que resultará em menores prejuízos).

Esta linha de raciocínio, que foca nas condições de vulnerabilidade dos indivíduos, nas suas restrições financeiras escolhidas pelos mesmos e/ou impostas pelas instituições e agentes financeiros (exclusão financeira) e na necessidade de sobrevivência/ enfretamento das situações típicas da vida (com todos os eventos, imprevistos e emergências), conduz ao que se propõe neste estudo, à ideia de desigualdade financeira induzida.

As ações contra a pobreza podem ser observadas em todas as áreas do globo, obviamente, seguindo as especificidades associadas a cada local. A pobreza se revelou como um problema complexo, capaz de se perpetuar através do “ciclo de privações” ou “ciclo de desvantagens”. Apesar dos esforços dos Estados, algumas pessoas permanecem na situação de armadilha da pobreza pela interação de múltiplos fatores: desarranjos familiares, múltiplos filhos, ações de despejos, baixo nível educacional, falta de assistência à saúde, altos preços dos bens de consumo, incapacidade de poupar ou tomar empréstimos para realizar a compra de itens de necessidade básica, incapacidade de voltar ao emprego, dentre outros – vulnerabilidades sociais e econômicas associadas à incapacidade

e/ou a precariedade de sua situação financeira que conduzem a processos cíclicos que possivelmente perpetuarão as desigualdades das condições de vida. Os impactos de tais circunstâncias quando prolongados e agravados podem gerar uma “pobreza crônica” que é repassada entre gerações (Kempson, Whiley, Caskey, Collard, 2000, Hammersley e Atkinson, 2011).

A discussão a seguir introduz a exclusão financeira como um fator aliado à exclusão social, o que reflete a incapacidade das pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica de participar dos processos sociais que determinam as “oportunidades de uma vida melhor” (de bem-estar social). As argumentações e referências da literatura aqui apresentadas pautam o que se pretende discutir ao longo deste trabalho e corroboram a análise diferenciada da exclusão financeira, culminando em uma nova forma de se entender esta situação, como desigualdade financeira induzida.

## **2.1 Uma teoria que fundamenta a relação “Moeda e Espaço” (aspectos regionais e financeiros)**

Um ponto de partida para o argumento teórico a ser desenvolvido neste trabalho é a literatura que trata de Moeda/Finanças e Espaço/Aspecto Regional, pontos vastamente abordados em alguns dos trabalhos principais de Sheila Dow e Victoria Chick (para não estender muito a discussão aos vários outros teóricos existentes desta área). A ideia básica desta vertente teórica descreve a Economia como profundamente “sensível” às variáveis financeiras. Especificamente, o nível de desenvolvimento financeiro (a localização e os tipos de agências financeiras/filiais, a geografia dos serviços financeiros) afeta o fluxo de crédito em determinadas áreas geográficas (“periferias regionais”). Dow (1992, 1999) e Dow e Chick (1988) demonstraram que as áreas regionais mais periféricas possuem menores níveis de crédito e maiores níveis de reservas, comparativamente às áreas mais centralizadas. Isto está relacionado, em parte, ao fato de que a estrutura financeira é desenvolvida de maneira desigual pelo espaço regional e nacional: quanto mais central a área, quanto maior o nível de renda observado localmente, maior será o número que se pode observar de filiais bancárias existentes e mais fluxos de créditos ocorrerão. Com efeito, de acordo

com o que as autoras esclareceram, há uma transferência da capacidade de concessão de créditos das áreas periféricas para as áreas mais centrais.

Além disso, Dow e Chick comprovaram em alguns de seus trabalhos que em períodos de recessão econômica, quando há um aumento da preferência pela liquidez, pode-se notar uma concentração da liquidez disponível (especificamente, das reservas bancárias) nas áreas mais centralizadas. Ou seja, de fato, a periferia experimenta uma profunda crise de liquidez, maior do que aquela vivenciada pelo centro; argumento este que sustenta a afirmativa de que, na recessão, a desvantagem das áreas periféricas vis-à-vis as áreas centrais se amplia. A implicação disto, claramente, é que, apesar das unidades econômicas apresentarem uma urgente necessidade de crédito para a realização de suas atividades econômicas, para o apoio ao capital de giro das empresas ou para expansão dos empreendimentos, etc., as mesmas enfrentam uma maior restrição na periferia do que nas áreas mais centralizadas<sup>1</sup>. Diante disto, pode-se afirmar que as áreas periféricas são excluídas financeiramente em dois sentidos: (i) em tempos normais, devido à centralização da capacidade de conceder empréstimos; e (ii) quando em recessão econômica (períodos de crise financeira), devido à centralização da liquidez.

Esta abordagem de Moeda e Espaço tem sido corroborada por numerosos estudos empíricos, incluindo Crocco (2005), Crocco et al (2009, 2013) e Rodriguez-Fuentes (1998). Este corpo de pesquisa demonstrou que a localização espacial tem um profundo efeito sobre o acesso ao crédito e, por conseguinte, afeta significativamente o nível de atividade econômica através do espaço.

## **2.2 Exclusão Financeira - Da dimensão “macro” para a “micro”**

Para os propósitos deste trabalho, o fenômeno descrito acima pode ser reconhecido como “exclusão financeira macro” (*“macro financial exclusion”*). Este termo faz referência à macroestrutura financeira e aos impactos

---

<sup>1</sup> Estes argumentos não implicam que a criação da moeda seja exógena; nesta visão teórica, ela permanece endógena, tanto no centro quanto na periferia. Sustenta-se a ideia de que a criação de moeda é facilitada pelas maiores vantagens de localização dos bancos e das instituições bancárias/filiais nas áreas centrais com relação às áreas periféricas.

macroeconômicos (os quais podem ser observados em nível regional, dentro dos limites de uma nação, ou até mesmo em nível nacional, no interior de uma área como, por exemplo, a Zona do Euro – “*Eurozone*”) que resultam daquela diferenciação espacial da estrutura financeira<sup>2</sup>. Evidentemente, existem conexões endógenas entre os seguintes fatores: (i) a localização das famílias e dos empreendimentos pelo espaço nacional e regional, (ii) a localização das filiais bancárias e das agências financeiras, e (iii) os níveis de fluxos financeiros. Não compreende, porém, um objetivo desta pesquisa focar nas relações importantes e complexas que existem ou que podem não existir em nível regional ou nacional (ou seja, em nível “macro”)<sup>3</sup>.

Adentrando-se mais no assunto Exclusão Financeira e se direcionando ao foco pretendido por este trabalho, ao se refletir sobre uma população de um dado local, gradualmente classificada do mais alto nível ao mais baixo em termos de renda/riqueza, pode-se imaginar que existe um ponto entre os extremos (o qual será diferente por entre as nações, por entre as regiões e até mesmo dentro das regiões) onde as famílias ordenadas começarão a ter um menor grau de participação no portfólio disponível de serviços financeiros – a se detalhar como um menor número de contas bancárias, um menor número de serviços financeiros utilizados, dentre outros. Pode-se dizer que estas famílias são excluídas financeiramente, no tange ao sentido adotado pelo Banco Mundial (Kumar, 2004), em um grande estudo realizado no Brasil. É importante notar que esta definição descrita destaca o grau de “acesso” (ou seja, de “participação em”) das famílias à estrutura disponível dos serviços financeiros.

---

<sup>2</sup> A diferenciação da estrutura financeira pelo espaço e o desenvolvimento econômico e financeiro desigual é amplamente discutido por Leyshon e Thrift (1995, 1997), Leyshon (1995, 1997, 1998, 2003), Pollard (1996, 2003) e por Sicsú e Crocco (2003), estes últimos com o foco voltado para o campo brasileiro.

<sup>3</sup> Dymski, Hernandez e Mohanty (2011), ao discutirem concessão de crédito, acesso desigual/discriminação e exploração financeira, esclarecem que as análises econômicas podem ser realizadas de três diferentes formas de acordo com o foco pretendido: (i) Aquela que engloba as estruturas e relações que impactam o espaço regional e ou nacional e a qual, quando ampliada propriamente, permite o entendimento da economia como um todo – Análise “Macro”; (ii) Aquela que incorpora todas estruturas e relações que afetam diretamente os indivíduos – Análise “Micro”; (iii) Aquela que abrange todas as estruturas e relações que atuam e interferem nos dois âmbitos anteriores, o “Macro” e o “Micro”, além de promover uma comunicação e ligação entre eles – Análise “Meso”.

O Banco Mundial (Kumar, 2004), em parceria com o IPEA e o Banco Central, realizou esta abrangente investigação no Brasil - possivelmente a maior existente até então, já que contou com um grande apoio financeiro e estrutural, o que também possibilitou a realização de entrevistas a dois mil residentes urbanos, distribuídos por nove áreas metropolitanas e duas grandes cidades em onze estados<sup>4</sup> - tendo como principal direcionamento a análise sobre o **acesso** aos serviços financeiros no país. O trabalho descrito se limita à análise sobre a situação da oferta dos serviços financeiros e as localizações da disponibilidade dos mesmos (ainda que em conclusões gerais através da observação de padrões evidentes, dados pela associação de índices representativos<sup>5</sup>), bem como sobre quem possui ou não acesso a eles (contas bancárias, crédito, etc.). Os principais resultados revelam que há desigualdades espaciais significativas e persistentes no fornecimento dos serviços financeiros, o que foi relacionado às disparidades de renda regionais (ausência de instituições financeiras e/ou menor acesso financeiro na grande maioria das áreas mais fragilizadas). Além disso, destacou-se que há uma tendência significativa da maior utilização/acesso dos serviços financeiros pelas pessoas mais prósperas e que, ainda que se observe a presença de numerosas instituições financeiras localmente, existe uma proporção considerável da população que não possui acesso (aqueles indivíduos mais pobres).

---

<sup>4</sup> As cidades envolvidas na parte desta pesquisa realizada pelo Banco Mundial (2004) que envolve os indivíduos urbanos (com o fim de analisar as medidas de acesso de aspectos da demanda) foram: Goiânia, Brasília, Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Trata-se de importantes grandes cidades, capitais de expressivos estados brasileiros e a capital federal do Brasil, o que remete ao fato de que esta pesquisa teve como público alvo os residentes urbanos em geral (e não somente residentes de locais socialmente vulneráveis), o que de certa forma inibe a percepção de resultados relacionados à população em “desvantagem social” (que vive em condições de extrema fragilidade e pobreza, foco do presente trabalho), ou seja, aquela que realmente sofre pelo fenômeno “exclusão financeira” e suas consequências socioeconômicas culturais.

<sup>5</sup> Uma das associações utilizadas no estudo do Banco Mundial (2004) é aquela expressiva entre o PIB per capita e os serviços bancários – mensurados pela quantidade de bancos, densidade de agências per capita ou pela densidade de agências por unidade de área geográfica. Também há a observação dos volumes de serviços prestados em termos de crédito e depósitos, utilizando a argumentação que os diferenciais per capita no acesso regional aos serviços financeiros não estão apenas associados aos diferenciais de renda per capita – alusão às desigualdades da distribuição de renda no Brasil (altos níveis de rendas médias coexistindo com grandes proporções de população regional com renda mediana significativamente menor). É importante observar (o que será detalhado mais adiante neste trabalho) que ainda que haja agências bancárias ou a oferta de alguns serviços financeiros em determinados locais, estes fatos não correspondem à realidade do que determina quem utiliza ou não estes serviços.

Entretanto, embora estes resultados apontados pelo Banco Mundial (Kumar, 2004) sejam relevantes, os mesmos não suprem todas as questões sobre os “micro” aspectos da exclusão financeira. Em particular, existem importantes quesitos que se pode abordar acerca destas partes “financeiramente excluídas” da população. Alguns deles relacionam o nível “micro” da exclusão ao nível macroeconômico. Poderíamos, por exemplo, refletir sobre uma provocação e estímulo à argumentação desenvolvida neste estudo: Seria esperado que o nível da renda nacional como um todo fosse maior se, em cada região dentro de um país, aqueles que hoje são excluídos financeiramente tivessem total e completo contato com os serviços financeiros, ou seja, caso assumissem a condição de “cidadãos financeiros” <sup>6</sup>? A princípio, pode-se imaginar uma resposta positiva para este questionamento e tal perspectiva “macro” não é negada aqui por esta discussão. Crocco e Jayme Jr.(2006) abordam estes aspectos da exclusão financeira e seus impactos, esclarecendo que a concentração dos serviços financeiros em determinadas regiões gera e contribui para as disparidades regionais em termos de renda/riqueza, bem como para a perpetuação das desigualdades de distribuição de renda entre as regiões de um país.

Contudo, existem outras questões – mais voltadas para o nível “micro”- que podem ser levantadas sobre estas unidades excluídas financeiramente: (i) “Por que estes indivíduos não participam desta “esfera” dos serviços financeiros?”; (ii) “De que maneiras eles são excluídos?”; (iii) Existem relações não pertencentes à “economia convencional” (com base nas dinâmicas sociais ou familiares ou de geração) que podem ditar os termos através dos quais diferentes indivíduos ou famílias alcançam o sistema financeiro?; (iv) Gênero influencia em termos de participação financeira e decisões financeiras? .

Ainda, ressalta-se a importância do entendimento sobre o quanto aqueles que são financeiramente excluídos perdem por essa condição. É evidente para muitos estudos (Caskey (1994), Ross e Yinger (2002), Bar (2004), Bolton e Rosenthal (2005)) que cada família possui uma estrutura financeira (a grande maioria das famílias e empreendimentos tomam empréstimos ou emprestam durante o seu

---

<sup>6</sup> Adiante neste mesmo capítulo, será esclarecido sobre o termo “cidadão financeiro”, o qual foi discutido por Leyshon e Thrift (1997) e Anderloni et al (2006).

ciclo de vida), mesmo que estas unidades econômicas não sejam clientes bancários. Então, sobre aqueles à margem das “vias normais” de participação do sistema bancário, é importante esclarecer onde eles conseguem empréstimos e sob quais condições – se existem taxas mais altas, se assumem maiores riscos, se há maiores custos de transações, e outras “penalidades” para aqueles excluídos.

### **2.3 Explorando os “microfundamentos” da Exclusão Financeira: as dimensões sociais da separação espacial**

Com o objetivo de entender os processos e as barreiras que existem para as unidades econômicas no nível “micro” da economia – ou seja, a fim de responder às questões levantadas anteriormente – deve-se explorar o sentido social da participação no sistema financeiro, em especial para aqueles com baixa renda e/ou pertencentes a porções socialmente excluídas da população.

É de particular importância a necessidade de um entendimento sobre as vivências sociais no espaço, do “relacionar-se” no espaço. O foco espacial permite a descoberta de muitos padrões (Leyshon, 1995, 1997, 1998, 2003) que, por serem conhecidos, deixam de ser notados (tornam-se invisíveis) principalmente quando a análise permanece em nível “macro” /agregado.

Neste ponto, ressalta-se a seguinte questão: os “micro” fatores mencionados anteriormente são os mesmos ou eles se diferem por entre as áreas de uma nação, e além das fronteiras nacionais?

Ao se considerar a análise em nível “micro” das relações sociais no espaço, existem numerosas abordagens sobre a “exclusão social” e os estudos acerca de como os indivíduos veem ou vivenciam esta situação. Apesar de haver certo consenso no que se refere à definição da “exclusão social” (Kempson, Whyley,

Caskey, Collard, 2000<sup>7</sup>) – a se descrever pela “combinação de problemas interligados (cada um intensifica a probabilidade do outro) como desemprego, baixo nível de educação, baixa renda, fragilidade de moradia, residência em ambiente com altos índices de criminalidade, acesso desfavorável aos serviços de saúde, pobreza e desarranjo familiar”-, as diversas pesquisas exploratórias existentes em diferentes locais comprovam a existência de relações Moeda/Espaço peculiares a cada área. Existe algo de cultural nestas relações que é particular a cada local (Leyshon e Thrift, 1997).

O gênero também aparece como um fator significativo. Mulheres de diversos tipos e em diferentes locais diferem entre si em suas relações com o sistema financeiro. Tomando-se como exemplo os locais “visitados” por este estudo (onde foram realizadas as pesquisas exploratórias), as mulheres da comunidade de Belo Horizonte, Alto Vera Cruz, revelaram-se de certa forma mais independentes – com maior probabilidade de possuírem cartões bancários, contas bancárias, benefícios dados pelo “Bolsa Família”, etc.- do que as mulheres residentes da área de baixa renda Eastside (relatos obtidos na primeira visita a este campo), localizada na cidade de Riverside (Califórnia). No primeiro caso, a questão é mais de “como” elas realizam suas decisões do que somente de “quem” faz as decisões. Muitas destas mulheres são mães solteiras e mesmo as que são casadas, “trabalham fora”, participam ativamente das atividades econômicas e relações com o sistema financeiro, sempre zelando pelos seus dependentes, ainda que enfrentem muitas dificuldades. Já na segunda realidade citada, o fato de se observar tanto mulheres que desconhecem totalmente qualquer aspecto referente a cartões ou cheques bancários quanto mulheres que possuem tal conhecimento, não determina qualquer alteração nas relações estabelecidas, uma vez que não são elas, na maioria das famílias, que tomam as decisões.

---

<sup>7</sup> Kempson, Whyte, Caskey, Collard (2000), esclarecem que há três principais fatores de exclusão social que são comuns à maioria dos trabalhos que abordam o fenômeno, apesar de que a análise dos mesmos se dê de maneira singular a cada autor/investigador: (i) Baixa renda relacionada à situação de emprego (que seja a falta do mesmo, carência de oportunidades de trabalho, baixo nível de benefícios recebidos pelas pessoas que não trabalham); (ii) Ausência de serviços como educação, treinamento técnico, assistência à saúde e serviços financeiros; (iii) Ambiente desfavorável, incluindo fragilidade de moradia, vizinhança carente e desarranjos na vida familiar. Os autores ainda enfatizam que todos estes elementos juntos levam à exclusão financeira ou o que seria identificado como “Ciclo de Desvantagens”, uma vez que os efeitos deste fenômeno podem persistir ao longo da vida dos indivíduos e serem repassados para as gerações subsequentes.

Geralmente, estas mulheres, por se encontrarem fora do mercado de trabalho, não se relacionam com a estrutura monetária e acabam assumindo a condição de vítimas de exclusão financeira (isto quer dizer que elas dependem de uma estrutura à qual não tem acesso e/ou cuja forma de uso desconhecem e/ou dentre outros fatores). Vislumbram-se então duas possibilidades, já que elas, mesmo sem possuir/conhecer um cartão bancário, mantêm relações localmente (supermercados, escolas, lojas, etc.): (i) utilizam moeda em espécie para realizar os pagamentos devidos; (ii) caso não seja possível utilizar o dinheiro em suas transações (a depender do que será pago, exige-se cheques bancários, “*Money Orders*”), estas mulheres são incapacitadas de realizar as atividades pretendidas/necessárias.

Ainda, na cidade de Riverside, através das entrevistas realizadas, foi possível constatar um fato importante para a discussão pretendida, um “*trade off*” relacionado ao “estrangulamento financeiro”<sup>8</sup> vivido com frequência por estes indivíduos em condições desfavoráveis. Os empregados neste local, em sua maioria são remunerados em cheques e precisam trocá-los por dinheiro, a fim de realizar suas atividades diárias (comum a todos, como comprar comida, itens de necessidades básicas, pagar suas contas) e daí o grande ponto dificultador. Para descontar estes cheques, estes indivíduos devem escolher qual a forma de “exploração” a que querem se submeter. Os bancos convencionais mantêm regulamentos que impossibilitam a troca imediata do cheque pelo dinheiro (no caso daqueles que forem clientes) ou cobram altas taxas para isto. Há ainda as alternativas de “*Check Cashing Outlets*” ou “*Pawnshops*”, também não muito diferentes com relação às práticas abusivas que praticam, aplicando altas taxas ou propondo acordos predatórios. Isso ressalta o fato de que as pessoas de baixa renda necessitam de recursos monetários imediatos, pois vivem em um sistema de “trabalhou-recebeu-pagou” e não possuem qualquer reserva que possibilite um atraso em seus recebimentos (que seja o prazo de um dia para compensação de um cheque), pois as atividades básicas não podem esperar. “Isto é viver o limite,

---

<sup>8</sup> Este estudo considera o termo “estrangulamento financeiro” para designar a situação em que o indivíduo de baixa renda é desprovido de qualquer recurso ou reserva monetária e financeira, bem como condições favoráveis para se garantir os serviços financeiros adequados, quando ocorre um cheque e/ou um evento imprevisto que configure uma emergência.

ter o que comer naquele dia, naquela semana ou naquele mês (é o famoso dinheiro para o leite das crianças ou para o arroz dos filhos).”

A outra situação a qual se testemunhou na segunda visita à cidade de Riverside, também um exemplo de *“trade-off”* como o explicado acima, foi que, apesar de algumas pessoas terem conseguido o acesso a uma conta bancária e a um cartão de débito, existia uma preocupação sobre o fato de não poderem utilizar este cartão na quantidade mínima exigida pelos bancos convencionais. Os clientes deste “pacote de serviços”, de acordo como o que foi relatado na época (janeiro de 2012), deveriam utilizar o cartão de débito ao menos cinco vezes por mês e, caso não o fizessem, seriam cobrados por isso. No entanto, estas pessoas não possuem condições financeiras que permitam esta prática, não recebem o suficiente para isso. A real necessidade delas é trocar o cheque referente ao seu trabalho e retirar toda esta quantia com o objetivo de possibilitar suas atividades básicas. As pessoas, assim, se encontram em um “paradoxo persistente de desvantagens” e devem escolher (*“trade-off”*) entre ter uma conta bancária e ser taxado por não utilizar o cartão de débito na quantidade estipulada ou submeter-se às taxas e aos acordos abusivos de *“Pawnshops”* ou *“Check Cashing Outlets”*.

Diante disso, ao propor um olhar sobre os “microfundamentos” da exclusão financeira, este trabalho tenciona destacar “como” os indivíduos veem e vivenciam esta situação, abordando também todas as versões da mesma e não somente uma de suas vertentes pautadas pela teoria existente. Dessa forma, uma parte da concepção deste estudo é mostrar como as diferentes ideias sobre a exclusão financeira se relacionam entre si – pretende-se discutir os processos e as estruturas da exclusão financeira como um todo, e não somente uma parte deste todo. Esclarece-se que ela não é somente uma questão de acesso às finanças, mas também de práticas exploratórias, da forma como as pessoas são incluídas em pacotes (perfil) e, assim, são tratadas e relacionadas de certa maneira. Além disso, não é só um assunto relacionado à geografia, mas também às estruturas sociais que acompanham as estruturas econômicas e aos significados sociais que estão envolvidos nestas estruturas socioeconômicas. Tudo isto, de certa forma, determina a participação ou o não envolvimento com os

produtos e processos financeiros e pode conduzir a uma nova forma de se entender a exclusão financeira.

Primeiramente é necessário descrever o que a teoria existente entende como exclusão financeira, suas vertentes e desmembramentos, o que se segue na próxima seção.

## **2.4 Uma revisão teórica sobre Exclusão Financeira – Conceitos e Concepções**

A noção explícita de exclusão financeira surgiu nos anos 90 como um dos conceitos chaves da então recém-geografia da moeda e do crédito. Leyshon & Thrift (1995), considerados como dentre os primeiros a discutirem essa temática, ressaltam que as pessoas com rendas limitadas e certos grupos socialmente em desvantagem são privados de acesso aos serviços financeiros.

“(...) estes processos que impedem certos grupos sociais e indivíduos de ganhar acesso ao sistema financeiro” (Leyshon & Thrift, 1995, p.314).

Essa nova geografia da moeda e das finanças apresenta como foco principal a ideia de que a distribuição do crédito e dos serviços bancários se dá de maneira desigual pelo espaço (Pollard, 2003), enfatizando o papel das instituições financeiras e dos fluxos de crédito na criação e na transformação de localidades urbanas (Dymski & Veitch, 1995). Leyshon & Thrift (1995) expõem o problema da exclusão financeira como situações em que as instituições financeiras decidem não se estabelecer em algumas áreas geográficas por estas não apresentarem atrativos evidentes, tendo em vista o grande número de pessoas ou grupos em desvantagens sociais e econômicas residentes nestas localidades – tais clientes em potencial representam altos riscos para aquelas instituições e a pouca dinamicidade das atividades econômicas locais implicam em fluxos de capitais menores ou pouco representativos. Assim, esclarecem o processo como uma questão de acesso físico e geográfico.

Diante disso, vários estudiosos desenvolvem perspectivas mais amplas e se empenham em explicar os elementos que constituem a exclusão financeira.

Anderloni e Carluccio (2006) agregam à ideia de acesso físico outras dimensões (formas/ causas) da exclusão financeira, as quais têm sido identificadas e bem aceitas pelas investigações subsequentes:

- “*Acesso geográfico*”: refere-se à existência de bancos e serviços financeiros locais em determinadas áreas geográficas;
- “*Exclusão de acesso*”: Restrição de acesso como resultado de processos de avaliação de risco por parte dos bancos;
- “*Exclusão por condicionantes*”: as condicionantes associadas aos produtos financeiros oferecidos fazem com que estes não atendam às necessidades de alguns grupos de clientes;
- “*Exclusão por preço*”: Altas tarifas e/ ou comissões associadas aos produtos e serviços financeiros, o que impede alguns grupos de terem acesso aos mesmos.
- “*Exclusão por marketing*”: alguns segmentos de mercado são excluídos pela maneira como a publicidade e as vendas são direcionadas.
- “*Auto-Exclusão*”: pessoas podem decidir não procurar produtos financeiros, pois acreditam que suas demandas serão recusadas. Algumas vezes, isto é um resultado de uma recusa passada ou porque conhecem alguém que teve seu pedido negado ou, ainda, em alguns casos acreditam que as pessoas que vivem em determinados locais não são aceitas.

Estes autores destacam um conjunto complexo de barreiras ao acesso e ao uso dos serviços financeiros enfrentadas por pessoas de baixa renda, que vivem em condições vulneráveis. Ainda, a descrição acima corrobora o fato de que a concepção da exclusão financeira deve relacionar tanto as dificuldades de acesso quanto as dificuldades de uso. Ressaltam, dessa maneira, a importância de se avaliar o desacordo entre a maneira com que os produtos são vendidos aos clientes ou entre as características dos serviços financeiros e as reais necessidades das pessoas.

As dificuldades reconhecidas como de “uso” envolvem as características dos serviços financeiros (a maneira como são vendidos) e a falta de controle por parte dos clientes relativa às suas finanças – representando, assim, uma responsabilidade tanto dos indivíduos quanto dos bancos. As dificuldades de uso, no entanto, não constituem a única explicação para as dificuldades de acesso aos serviços financeiros tradicionais, segundo a teoria existente sobre exclusão financeira. Gloukoviezoff (2006) afirma que certos clientes não utilizam estes serviços ou preferem utilizar os serviços de bancos não convencionais (“*Fringe Banks*”<sup>9</sup>), devido ao desacordo dos serviços financeiros oferecidos pelas instituições financeiras tradicionais no que se refere às reais necessidades dos indivíduos.

Neste sentido, segundo Anderloni & Carluccio (2006), há duas possibilidades de exclusão financeira, descritas pela literatura: (i) A primeira e mais ampla tem seu foco nas necessidades financeiras. Pessoas de baixa renda e socialmente marginalizadas possuem dificuldades em acessar o sistema financeiro em todas as formas, a fim de satisfazerem suas necessidades. Dentre estas últimas se encontram a abertura de conta corrente, os serviços de pagamento sem a utilização de dinheiro, o acesso a crédito em condições satisfatórias de pagamento, a oportunidade de montar um portfólio modesto de ativos por meio de veículos apropriados de poupança e de investimento (que ofereçam termos flexíveis) e a facilidade de acesso a fundos (que também levem em conta benefícios de sociais e padrões instáveis de trabalho); (ii) A segunda, uma definição mais restrita, evidencia os serviços específicos e sua ausência. Tais serviços são, por vezes, descritos como “essenciais” e se referem a uma determinada noção de serviços universais básicos, os quais não têm impacto sobre o orçamento familiar, mas que representam simultaneamente elementos necessários à vida das pessoas, à sua subsistência, à sua segurança e à sua participação na esfera econômica e social.

---

<sup>9</sup> A denominação “*Fringe Banks*” é utilizada por Jonh Caskey (1994) sobre “*Check-Cashing Outlets*” e “*Pawnshops*”, alternativas que permanecem entre as decisões das pessoas que vivem em condições de pobreza no EUA e que, apesar de oferecerem práticas exploratórias e acordos abusivos aos seus clientes e serem considerados como pertencentes ao passado financeiro, atualmente ainda sobrevivem do desespero e da falta de melhores alternativas sofridos por aqueles que vivem o “Ciclo de Desvantagens”.

A respeito dos impactos sociais, vale destacar o conceito formulado, em geral, por aqueles investigadores envolvidos em pesquisas sobre as fontes ou causas da pobreza, o qual representa um dos principais fundamentos considerados por este trabalho:

“... uma condição na qual famílias ou áreas de baixa renda são desprovidas de serviços financeiros adequados, impedindo sua capacidade de se tornarem mais prósperas e de evitarem as armadilhas de débito” (Dymski, 2006, p.1).

Esta definição reporta-se à associação feita por muitos teóricos entre exclusão financeira e o fenômeno de exclusão social (Kempson e Whyley, 1999, Caskey e Collard, FSA, 2000, Gloukoviezoff, 2006) . Leyshon & Thrift (1995) destacam esse *link* enfatizando a ideia de “cidadania financeira”, a partir da qual se percebe a exclusão financeira como um empecilho àqueles que a enfrentam no que tange à capacidade de realizar contribuições econômicas para a comunidade.

Assim, conforme a intensidade da exclusão financeira sofrida por um indivíduo há a possibilidade de se indicar o seu grau de *cidadania financeira*. Aqueles indivíduos que desfrutam de plena *cidadania financeira* possuem acesso amplo e irrestrito a um número extenso de serviços financeiros compatíveis com a sua renda. Isto é, estes agentes podem usufruir de todo o potencial oferecido pelo sistema financeiro no que se refere aos produtos e serviços financeiros, quer seja em termos de reserva e valorização de riqueza, quer seja em termos de acesso a recursos para a realização de oportunidades existentes (Anderloni *et. al.*, 2006, Leyshon & Thrift, 1996 e 1997, Menezes e Crocco, 2009).

Neste contexto, de acordo com o grau de *cidadania financeira* a que estão submetidos, os indivíduos que sofrem exclusão financeira podem ser separados em dois grupos: *cidadania financeira* ausente e *cidadania financeira* limitada. O primeiro grupo é compreendido pelos indivíduos “sem banco” ou “não bancarizados” (*unbanked*), ou seja, aqueles que não possuem uma conta bancária de transação em qualquer instituição bancária formal e/ou que não estão permanentemente associados à outra pessoa que possua este tipo de conta. Já o segundo é formado por indivíduos “sub-bancarizados” (*underbanked*), os quais podem ser caracterizados como aqueles que possuem um acesso restrito a serviços bancários; estes, normalmente, são pessoas que possuem contas

correntes de saldo baixo ou contas poupanças que são pouco utilizadas (Barr, 2004; Dymski, 2006).

Leyshon & Thrift (1997) afirmam que a exclusão financeira decorre do cálculo de risco realizado pelos bancos em suas decisões de operações, as quais são capazes de gerar muitos problemas sociais e econômicos. Uma vez que as instituições financeiras pressupõem que o risco de prejuízo ou inadimplência é inversamente proporcional à renda e à riqueza de seus clientes, ocorre que a oferta de serviços é menor em locais economicamente mais atrasados e para indivíduos desprovidos. Além disso, outro determinante importante da alocação de recursos financeiros corresponde à facilidade dos bancos para obterem informações. A associação dos maiores custos para se obter informações sobre clientes que possuem renda e/ou riqueza reduzidas ou pequenos empreendimentos é evidente (Dymski, 2006). Contrariamente, agentes econômicos poderosos, como as corporações transnacionais, possuem grande visibilidade e, por isso, a obtenção de notícias sobre os mesmos se dá de maneira mais fácil.

Ademais, os custos de transação representam outros custos também relevantes para a determinação da exclusão. Os clientes de baixa renda realizam transações menores em volumes e de qualidade insatisfatória, ou seja, não efetuam investimentos e limitam-se à manutenção de seu dinheiro em conta corrente ou poupança. Dessa maneira, do ponto de vista do ofertante do serviço, o custo vinculado a este tipo de público é relativamente maior. Este fato conduz à cobrança de altas taxas de juros e de serviços a estes clientes menores, a fim de assegurar a lucratividade (Dymski, 2005, 2006, 2007).

Observa-se, recentemente e de maneira evolutiva, que a moeda-papel cede espaço a operações eletrônicas por razões de eficiência e segurança, o que dificulta a realização de transações sem acesso a algum tipo de instituição financeira e aumenta a discriminação contra aqueles indivíduos que não tem condições de custear o uso de tecnologias como a internet. Ressalta-se que o acesso aos serviços bancários é dificultado ainda por impedimentos que variam das exigências burocráticas e das garantias à existência de diversas taxas como o cheque especial, as taxas de administração de contas, cartões e talões de

cheque. A maior oferta de serviços especializados direcionados a clientes de alta renda, inclusive com agências exclusivas, representa também uma forma de exclusão da população pobre e de “super” inclusão de uma minoria rica.

Dymski & Veitch (1995) argumentam que as inovações financeiras ampliaram as lacunas existentes relacionadas à disponibilidade de serviços financeiros para os diferentes grupos de clientes e comunidades, ou seja, os mercados de produtos e serviços bancários estão cada vez mais segmentados e as infraestruturas financeiras urbanas se encontram ainda mais polarizadas. Portanto, o sistema financeiro, antes visto como facilitador para as famílias e comunidades no que tange à acumulação de riqueza, atua de maneira a exacerbar as discrepâncias de renda e riqueza (Pollard, 2003). As características espaciais observadas determinam a viabilidade de novos investimentos nos ativos geográficos, resultando em dinâmicas financeiras que conduzem ao crescimento de uma área, porém causam o declínio de outra. A supressão do tempo pelos processos de mercado não eliminou as consequências sociais associadas ao local, ao contrário, estas se ramificam mais claramente hoje do que no passado.

Leyshon & Thrift (1997) advertem que os processos de inclusão dados pelas transformações e inovações dos serviços financeiros são, na verdade, elementos de exclusão financeira, os quais afetam desproporcionalmente os pobres e os segmentos mais desamparados da sociedade. Através de meios diretos e indiretos estes grupos estão sendo eliminados das bases de clientes das instituições financeiras convencionais.

Dymski (2006) afirma que, ao longo das últimas décadas, os mercados financeiros de todo o mundo sofreram transformações causadas por uma série de processos sobrepostos referentes a inovações e modificações dos serviços e produtos financeiros. Diante desta conjuntura, surgiram novos mercados e novos nichos de mercado. As firmas bancárias multinacionais tomaram a dianteira na organização e na preparação de novas tecnologias, explorando também estes novos mercados. Nos últimos anos, algumas inovações significantes de mercado envolveram serviços financeiros (novos tipos de transações, empréstimos, serviços de transferência de moeda) direcionados às famílias de baixa renda. Tais

serviços e produtos financeiros modificados são frequentemente organizados, assumidos e ou operacionalizados pelos bancos multinacionais.

O autor lança um questionamento relevante com relação às transformações mencionadas:

“A evolução institucional no setor bancário, especialmente as inovações dos produtos essenciais bancários, representa uma melhoria nos serviços bancários direcionados às famílias de baixa renda ou formas novas e piores de exclusão financeira e armadilhas de débito?” (Dymski, 2006, p.1)

Ao longo de seu trabalho, ele se refere às diversas formas de exploração financeira ocasionadas pelas inovações e transformações dos serviços bancários direcionados aos indivíduos de baixa renda, os quais por falta de alternativa ou por práticas de “má fé” incorrem em situações de armadilha de débito que poderiam caracterizar o aumento tanto da exclusão financeira quanto da exclusão social (marginalização de certos estratos sociais).

Dymski (2006) ao final de sua discussão sugere outros termos concebíveis que mais adequados à realidade que se considera como “exclusão financeira”:

- *“Incluídos financeiramente”*: indivíduos que possuem acesso à completa gama de serviços essenciais bancários, com custos e taxas justos e sustentáveis. O termo “justo” alude à apropriação dos custos e taxas segundo os custos e os riscos de transação associados aos serviços fornecidos, ou seja, custos e taxas que não façam dos pobres, vítimas e que não signifiquem vantagens monopolísticas.

- *“Explorados financeiramente”*: indivíduos que podem obter os serviços essenciais bancários somente através do pagamento de custos e taxas injustas, as quais implicam ameaça à sua sustentabilidade.

- *“Isolados financeiramente”*: indivíduos que vivem ou se encontram em áreas afastadas, as quais são cortadas do acesso aos serviços essenciais bancários em virtude de sua localização geográfica. Identifica, dessa maneira, situações que envolvem a disfuncionalidade econômica de uma parcela da população.

Percebe-se que a literatura que fundamenta os estudos sobre exclusão financeira, apesar de ser diversa em conceitos e concepções, demonstra-se consensual no que se refere aos impactos sociais e econômicos, em nível mais “macro” do que “micro”, enfatizando o agravamento de situações de pobreza e exclusão social, de armadilhas de pobreza, bem como de perpetuação das desigualdades e de “ciclo de desvantagens”.

#### **2.4.1 Breve revisão sobre os maiores “custos” associados às pessoas de baixa renda excluídas financeiramente<sup>10</sup>**

Dymski (2005) relata que a exclusão financeira não significa necessariamente que as populações de baixa renda não tenham acesso ao crédito, uma vez que estas pessoas excluídas necessitam deste recurso, ao qual tem acesso, porém a um custo maior do que aquele imposto aos indivíduos incluídos financeiramente. Admite-se a ideia do “risco” construído socialmente (e não como dado previamente), ou seja, de que as oportunidades de mercado serão endógenas e socialmente constituídas em algum ponto (Dymski, 1995).

Esclarece-se, no entanto, que a demanda por crédito estabelecida por indivíduos em condições de desvantagens, provavelmente, não será atendida pelas instituições convencionais (que, em geral, impõem exigências mínimas e realiza a avaliação de “*credit score*” de seus possíveis clientes) e terá, portanto, seu projeto financiado pelo mercado financeiro não convencional/informal (característico pela imposição de altas taxas, pelas práticas exploratórias e predatórias).

Considera-se, então, a possibilidade de um tomador de empréstimo de baixa renda que decide solicitar crédito (o qual pode ser destinado somente ao seu sustento até o recebimento do próximo salário) e que será financiado por uma instituição financeira não convencional. Por não possuir qualquer poupança ou reservas, nem mesmo algum título, as taxas impostas ao mesmo, já de início,

---

<sup>10</sup> Ressalta-se que este trabalho respeita e reconhece a grande relevância da literatura, cujos principais teóricos são Stiglitz e Weiss e Williamson, que aborda as discussões sobre os riscos que as pessoas de baixa renda representam, as informações assimétricas presentes, e o modo como as instituições financeiras formais lidam com o risco que cada “cliente” pode oferecer. No entanto, tal teoria que aborda estes aspectos e a exclusão financeira não está diretamente relacionada ao que este trabalho discute e, portanto, não será testada ou tratada ao longo do mesmo.

serão mais altas, de forma a reduzir, significativamente, as suas margens de retorno. Caso o credor visualize uma situação que provoque a redução de confiança referente a este devedor, há a imposição de taxas ainda maiores, de forma a anular qualquer margem de retorno deste último.

Por isso, considera-se que o mercado informal opera com taxas de juros maiores, baixo nível de procura (poucas transações) e uma margem de retorno extremamente reduzida para os tomadores de empréstimos. A situação inicial do devedor, ao tomar o empréstimo, não é robusta, iniciando o processo já como uma unidade frágil e, após diversos “choques” (que incluem incapacidade de cobrir as taxas de juros, processos de refinanciamentos, dentre outros), há a possibilidade de evolução para um ciclo de dependência (altos níveis de débitos, dos quais são incapazes de se libertar sem que recorram novamente à solicitação de empréstimos).

A grande diferença entre os indivíduos prósperos, os pobres e os não bancarizados, diante do cenário acima descrito, é a disponibilidade de mecanismos desiguais que cada um enfrenta. Os serviços financeiros têm sido disponibilizados, cada vez mais, com base na renda e no nível de riqueza. Isto é, os clientes são tratados, de forma crescente, com base em sua capacidade financeira. Por isso, não se trata de uma surpresa o fato de que a distribuição dessa capacidade financeira pelas unidades econômicas se torne um produto alvo de estratégias de mercados adotadas pelos bancos ou instituições financeiras.

Diante disso, pode-se afirmar que a exclusão financeira é um componente transitório da vida social, o que alude à ideia de que os mercados de crédito não são unificados, mas fragmentados e diversos, a depender das condições daqueles que compõem a demanda.

### **2.4.2 Breve revisão literária mais recente sobre a exclusão financeira: os indivíduos em condições vulneráveis e a sua relação com o sistema financeiro**

Ao se considerar indivíduos que possuem condições de vulnerabilidade social e econômica consideráveis, ao ponto de não conseguirem participar dos processos sociais que determinam as chances de vida das pessoas ou, ao menos, resistir aos possíveis choques de forma favorável (sem se prenderem em situações cíclicas de débitos) e, diante disso, os mesmos são desprovidos de qualquer ajuda, oferta de serviços adequados ou atividades relacionadas por parte das instituições financeiras formais, tem-se a visualização clara da exclusão financeira associada de maneira óbvia à exclusão social (Lenton e Mosley, 2012).

Diante disso, resgata-se a discussão sobre *cidadania financeira* desenvolvida acima e destaca-se as denominações não bancarizados e sub-bancarizados que, respectivamente, se referem aos seguintes graus daquela condição: ausente e limitada. No primeiro caso, estariam aqueles que não utilizam ou acessam a conta bancária em qualquer instituição financeira formal. No segundo caso, são os indivíduos que possuem acesso limitado ou utilizam de forma restrita os serviços e produtos financeiros (Dymski, 2007b, Barr, 2004).

Lento e Mosley (2012) apontam enfaticamente a necessidade de serviços financeiros acessíveis em termos de preços e de condicionantes para que as pessoas de baixa renda sejam capazes de evoluir e construir um capital mínimo, ainda que aos poucos. Criticam, portanto, assim como outros investigadores deste tema, as estratégias dos bancos convencionais, uma vez que, visando a maior lucratividade, eles seguem políticas preestabelecidas de riscos e custos, as quais favorecem as pessoas mais abastadas em detrimento daqueles indivíduos que sofrem por estarem presos a uma situação de intensa vulnerabilidade – ou seja, que se encontram à margem da sociedade (Crocco, Santos, Figueiredo, 2013, Dymski, 2007b).

Os graus de exclusão financeira analisados anteriormente, em um estudo das regiões brasileiras realizado por Crocco, Santos e Figueiredo (2013), são apontados como adequados à ênfase necessária às peculiaridades existentes de

cada área investigada, corroborando a ideia de que aquela possui, realmente, um componente territorial marcante. Argumentam, portanto, que o sistema bancário é incapaz não somente de atender o território de forma equilibrada (determinando a exclusão financeira por acesso), mas também de prover produtos e serviços que sejam adequados às especificidades locais de onde atua (configurando a exclusão financeira por serviço). Assim, como não há diversificação dos serviços e produtos financeiros oferecidos pelas instituições formais, os indivíduos assumem a condição de sub-bancarizados, uma vez que não se enquadram no perfil específico idealizado segundo as políticas de oferta. As características regionais, dessa maneira, são apontadas como uma das dimensões a serem exploradas do que seria um fenômeno mais geral de exclusão social, a exclusão financeira.

Dymski (2007b) atenta para a importância de se compreender o que significa realmente a *cidadania financeira*. Mais do que não ter acesso aos serviços básicos financeiros, ou ter um acesso restrito aos produtos e serviços financeiros, sob tarifas e taxas injustas, há que se focar o quanto tais condições prejudicam a sustentabilidade da família ou dos indivíduos e se elas realmente interferem na falta de funcionalidade econômica de uma parcela da população. Sugere, com base nestes fatores, que no Brasil, dividir a população entre os que possuem serviços bancários e os que não possuem fornece pouca indicação sobre quem é excluído financeiramente, uma vez que há uma oferta crescente por parte de instituições e agentes formais e informais direcionados à população de baixa renda, a qual é formada por famílias cada vez mais fragilizadas e enterradas em obrigações de dívidas. O autor propõe, assim, termos alternativos como: financeiramente incluído, financeiramente explorado e financeiramente isolado. Dessa maneira, dilui a responsabilidade direcionada somente aos bancos como os vilões das taxas e custos abusivos, apontando a existência e a atuação de outras instituições e agentes (dentre estes se incluem financeiras, lojas comerciais que oferecem crediários, dentre outros), considerados também como aqueles que possuem (incluindo os bancos) uma parte da culpa sobre a marginalização social dos indivíduos não bancarizados e ou tomadores de empréstimos sobreviventes.

A partir deste ponto, resgatando-se a pesquisa organizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social de Combate a Fome (MDS, 2010-2011), ressalta-se a importância de se discutir sobre a racionalidade por trás das ações financeiras das famílias, apesar de não ser possível a previsão prévia em uma investigação do que é “racional” e do que “não é racional” com relação ao comportamento das mesmas. Isto remete ao fato de que não há o certo ou o errado em pesquisas com o público, as lógicas das comunidades dependem de suas vivências e do que é realmente necessário às suas vidas. Este trabalho foi desenvolvido com famílias fragilizadas que apresentavam dificuldades de realizar um planejamento financeiro, dadas suas condições vulneráveis, mas que possuíam interesse em educação financeira e a consciência da importância de se guardar dinheiro. Tal trabalho, dessa maneira, conclui que há uma demanda reprimida e um problema social a serem equacionados por meio da implementação de políticas públicas de educação financeira voltada para os pobres.

## **2.5 Conclusão**

A discussão apresentada neste capítulo introduz a exclusão financeira como associada à exclusão social, o que reflete a ausência de oportunidades favoráveis àqueles que possuem condições de desvantagens, impedindo que estes evoluam socialmente e economicamente.

Este trabalho considera a literatura que trata de Moeda e Espaço, envolvendo a ideia básica de que a economia é profundamente “sensível” às variáveis financeiras, de forma que, o nível de desenvolvimento financeiro (a localização e os tipos de agências financeiras/filiais, a geografia dos serviços financeiros) afeta o fluxo de crédito em determinadas áreas geográficas (“periferias regionais”).

Não compreende, porém, um objetivo desta pesquisa focar nas relações importantes e complexas que existem ou que podem não existir em nível regional ou nacional e que estão relacionadas ou são manifestações da exclusão financeira (“macro exclusão financeira”).

Portanto, este estudo, desenvolvido nos próximos capítulos, propõe uma análise dos “microfundamentos” da exclusão financeira, destacando “como” os indivíduos

veem e vivenciam esta situação, abordando também todas as dimensões da mesma. Desse modo, uma parte da concepção desta pesquisa é mostrar como as diferentes ideias sobre a exclusão financeira se relacionam entre si. Esclarece-se, entretanto, que não é somente uma questão de acesso aos serviços e produtos financeiros, discutindo também sobre as práticas exploratórias e outros condicionantes, de tal forma a desenvolver uma análise diferenciada e, portanto, a ideia de desigualdade financeira induzida.

Por fim, ressalta-se, o que será evidenciado adiante, que a exclusão financeira não é somente uma questão territorial física, mas também está associada às estruturas sociais que acompanham as estruturas econômicas e aos sentidos sociais que estão envolvidos nestas estruturas socioeconômicas. Tudo isto, de certa forma, determina a participação ou o não envolvimento com os produtos e processos financeiros e pode conduzir a uma nova forma de se entender a exclusão financeira.

### 3 METODOLOGIA DO ESTUDO

Revela-se aqui o propósito desafiador de se realizar uma análise “micro” da exclusão financeira, elucidando o efeito dos aspectos espaciais sobre a relação dos indivíduos com o sistema financeiro, discutindo as possíveis dimensões que esta situação pode revelar, a depender do local abordado.

Esclarece-se, então, a maneira como foi realizada a pesquisa exploratória em três “campos” distintos, mas que compartilham a classificação em cada área de “locais com grande vulnerabilidade social e econômica”. Isto permite a análise de exclusão financeira e pobreza, já mencionada anteriormente, voltando-se para o ponto fundamental de como os indivíduos, em cada localidade fragilizada, podem enfrentar o “estrangulamento financeiro”, tendo em vista as situações adversas, as urgências de necessidades básicas e as condições desfavoráveis de privações econômicas e desvantagens sociais.

O questionário aplicado em cada área considera, dessa forma, as particularidades locais, bem como as instituições financeiras presentes (ou não) e os serviços aos quais as pessoas podem ter acesso ou devem utilizar, ainda que representem um prejuízo desigual econômico.

Ressaltam-se as dificuldades enfrentadas em cada campo de pesquisa e a possibilidade dos dados primários simples gerados, com o fim de retratar a realidade descrita de maneira honesta. Isto caracteriza a riqueza do estudo etnográfico desenvolvido, e, portanto, o conhecimento específico gerado sobre determinados locais em condições de grande vulnerabilidade social e econômica e a relação de seus residentes, em sua maioria, de baixa renda com os serviços financeiros disponíveis (impossível de se obter e visualizar através de uma investigação que envolva somente dados secundários).

### **3.1 O plano investigativo ideal**

A pretensão de se realizar uma análise “micro” da exclusão financeira estimulou uma pesquisa exploratória singular. O compromisso com o “buscar honestamente” e o estímulo para se investigar a realidade de pessoas em estado de grande vulnerabilidade social fundamentaram a idealização de um estudo etnográfico em três áreas totalmente diferentes, mas que compartilham a condição de “locais com altos níveis de fragilidade econômica e social”.

A princípio, partindo da ideia de que os aspectos espaciais influenciam na distribuição dos serviços financeiros pelas áreas, bem como na maneira que os indivíduos se relacionam com o sistema financeiro, buscou-se o direcionamento para locais que, de certa forma, fossem carentes no que tange à situação socioeconômica. Ou seja, ao partir da referência áreas intraurbanas de uma grande cidade, surgiu a proposta da escolha de uma comunidade (“favela”) com o maior índice de vulnerabilidade (ou ao menos, que estivesse entre as comunidades mais desfavorecidas). Ainda, considerando-se as cidades de um Estado, chegou-se à opção de se realizar um trabalho em uma cidade pequena situada em uma das regiões mais vulneráveis (se não a mais vulnerável) que o compõe. Por último, pensou-se, tendo como alusão o Brasil, sobre a possibilidade de se investigar a realidade de um bairro considerado desprivilegiado de uma cidade com “menor influência econômica e social” de um país desenvolvido.

#### **3.1.1 Perguntas que estimularam esta pesquisa**

Algumas perguntas estimularam a idealização deste estudo aqui desenvolvido, tendo como principal foco os indivíduos, as famílias e as comunidades que vivenciam condições de vulnerabilidade e que de alguma forma não conseguem e/ou não tem a oportunidade, que seja adequada à sua realidade, de utilizar/ acessar os produtos e serviços financeiros, na forma e/ou na quantidade ideais às suas necessidades do dia-a-dia, sendo alvo do que se reconhece como exclusão financeira. Tais perguntas são, a seguir, descritas:

- (i) Por que estes indivíduos não participam da “esfera” dos serviços e produtos financeiros?
- (ii) De que maneira eles são excluídos?
- (iii) Existem relações não pertencentes à “economia convencional” (com base nas dinâmicas sociais ou familiares ou de geração) que podem ditar os termos através dos quais diferentes indivíduos ou famílias alcançam o sistema financeiro?
- (iv) Gênero influencia em termos de participação financeira e decisões financeiras?
- (v) Quanto que aqueles que são financeiramente excluídos perdem por esta condição?
- (vi) Os “micro” fatores mencionados anteriormente são os mesmos ou eles se diferem por entre as áreas de uma nação, e além das fronteiras nacionais?

### **3.1.2 O objetivo que motivou e fundamentou o estudo**

Ao propor um olhar sobre os “microfundamentos” da exclusão financeira, este trabalho objetiva investigar como os indivíduos veem e vivenciam esta situação, abordando também todas as versões da mesma e não somente uma de suas vertentes pautadas pela teoria existente.

O ponto fundamental desta pesquisa pode ser assim descrito: A maneira como os indivíduos, em cada localidade vulnerável, podem enfrentar o “estrangulamento financeiro” - reconhecido como situação em que o indivíduo de baixa renda é desprovido de qualquer recurso ou reserva monetária e financeira, bem como condições favoráveis para se garantir os serviços financeiros adequados, quando um choque e/ou um evento imprevisto que configure uma emergência ocorram -, tendo em vista as situações adversas, as urgências de necessidades básicas e as condições desfavoráveis de privações econômicas e desvantagens sociais.

Além disso, pretende-se também através desta investigação, mostrar como as diferentes dimensões da exclusão financeira se relacionam entre si, ou seja, discutir os processos e as estruturas da exclusão financeira como um todo e não somente uma parte deste todo (evitando-se uma generalização, como aquela usual em que se consideram somente os graus de “bancaização”). Ainda, como um ponto de finalização para este estudo, objetiva-se conduzir a uma nova forma de se entender a exclusão financeira.

### **3.1.3 As hipóteses elaboradas no estudo**

Diante do esclarecimento e ênfase do objetivo exposto acima, elaboraram-se algumas razões e as hipóteses que fundamentaram as escolhas e direcionamento que formam esta pesquisa:

- i) Há a possibilidade de existir “condições significativas e específicas inerentes ao local”, que se diferem entre países, regiões, estados, municípios e áreas urbanas. Tais condições envolvem aspectos sociais, econômicos e até mesmo culturais (valores/ padrões/ direcionamento de conduta, costumes, práticas, regulamentos, funcionamentos, dentre outros), os quais influenciam particularmente a relação dos indivíduos com o sistema financeiro, bem como a relação das instituições financeiras com aqueles locais determinados.<sup>11</sup> Além disso, conduzindo-se na direção em que o estudo do Banco Mundial (2004<sup>12</sup>) apresenta, admite-se a existência de “microdiferenças” relevantes dentro de cada local, seja ele, região do país, estado ou município, as quais permitem que bolsões de pobreza ocorram em áreas prósperas, tal como pessoas abastadas residam em locais de baixa renda.
- ii) A depender do local, tendo em vista as considerações descritas acima em (i), as consequências sociais e econômicas sofridas pelos indivíduos que

---

<sup>11</sup> A relação com o sistema financeiro é intermediada pelo espaço, o qual mediante as suas especificidades (físicas, culturais, sociais, institucionais e econômicas) contribui para divergentes formas das instituições financeiras e, assim, para a existência de padrões diferentes de exclusão financeira.

<sup>12</sup> Trabalho já citado anteriormente e que representa uma referência por ser um dos maiores estudos realizados no Brasil sobre o acesso aos serviços financeiros.

vivenciam a exclusão financeira serão mais ou menos agravadas, impondo maneiras diferentes de enfrentamento e de resistência a estas condições.

- iii) A exclusão financeira não é somente uma questão de acesso físico ou relacionado às mudanças de local geográfico das provisões de serviços financeiros, ela tem outras dimensões<sup>13</sup>. Tais diferentes formas constituem um complexo conjunto de barreiras de acesso (e utilização dos) aos serviços financeiros formais/convencionais (“*mainstream*”) e/ou legais (oferecidos pelas instituições tradicionais e reconhecidas pelos Estados) para muitas pessoas que possuem uma renda limitada. De acordo com o que está implícito em (i), em cada área ou local é possível se observar certas formas que acabam por caracterizar uma tendência espacial, justamente pelas características e fatores que compõe este espaço.
- iv) O “olhar” que é possível a partir do local desfavorecido difere da informação relatada em áreas diferentes daquela em que ocorre o fato. De certa forma, há uma empatia estabelecida entre o pesquisador e o entrevistado quando o primeiro se desloca até o ambiente do segundo, o que faz com que os relatos sejam mais completos, além de permitir a observação das condições vividas e das necessidades substanciais aparentes, ainda que (por motivos de vergonha, timidez ou orgulho) os indivíduos queiram omitir alguma informação.
- v) A exclusão financeira pode ser vista como uma das principais causas da “pobreza” (Kempson, Whyley, Caskey, Collard, 2000, Barr, 2004, Solo, 2005, Lenton e Mosley, 2011), considerada como a condição vivida por indivíduos que, geralmente, possuem uma renda abaixo de níveis decentes ou de níveis aceitáveis que possam cobrir as suas necessidades básicas. Indivíduos que são excluídos do acesso/utilização dos serviços e dos produtos financeiros pelas vias convencionais (“*mainstream*”) experimentam desvantagens além da renda baixa, privações que contribuem para a repetição de uma tendência, para a existência de um ciclo ou, ainda, para o que é reconhecido como armadilha de pobreza. Em se tratando de um todo, as opções disponíveis para se administrar um orçamento familiar fora dos setores convencionais

---

<sup>13</sup> Para uma breve revisão de tais diversas dimensões ver o capítulo 2 deste trabalho, seção 2.4.

(“*mainstream*”) de serviços financeiros são mais custosas e, geralmente, não regulamentadas (não fiscalizadas por algum órgão regulador). Isto é, tais indivíduos são obrigados a se sujeitar a excesso de débitos, a refinanciamentos a taxas abusivas, à imposição de juros inadmissíveis, à dependência de instituições informais e até mesmo ilegais (por estes indivíduos representarem ausência de garantias e, portanto, risco elevado), uma vez que devem sobreviver a fatores inevitáveis em suas condições – desarranjos familiares, perda de posses ou ações de despejo, problemas inesperados de saúde, baixo nível de educação, alta dos preços de bens de consumo, incapacidade de se retornar ou garantir um emprego, incapacidade de poupar ou de tomar empréstimos para financiar tais custos inesperados. Sem qualquer auxílio das instituições formais para sair destas situações de estrangulamento financeiro, tais pessoas não só podem ser consideradas como “excluídas financeiramente” como também excluídas socialmente, uma vez que são incapazes de participar dos processos sociais que determinam as chances de vida (evolução, mudanças e bem estar) de um indivíduo – Relação entre Exclusão Financeira e Exclusão Social.

- vi) Corroborando o argumento do Banco Mundial em seu estudo, considera-se que há desigualdades espaciais significativas e persistentes na disponibilidade e utilização de serviços financeiros, o que não somente se relaciona às disparidades de renda entre as regiões e entre os indivíduos, mas também tende a agravar e a perpetuar tais tendências.

A partir destas considerações, este trabalho se desenvolveu de maneira inversa às pesquisas tradicionais que enfatizam a realidade daqueles que tem amplo acesso e vasta utilização dos serviços financeiros, a visão agregada do local desenvolvido e o não aprofundamento da questão de sobrevivência das pessoas socialmente e financeiramente excluídas. Voltou-se a atenção às condições dos indivíduos que se encontram à margem do sistema capitalista: residem em locais com níveis elevados de vulnerabilidade socioeconômica; na maioria, possuem subempregos ou empregos informais ou empregos formais com baixos salários; que vivem na informalidade; ou que dependem de benefícios sociais garantidos pelo Estado. A investigação com o foco direcionado para as condições de tais

indivíduos se justifica por eles serem tantas vezes reconhecidos como aqueles que não podem oferecer garantias, representando altos níveis de riscos às instituições convencionais (“*mainstream*”), sendo, assim, marginalizados pelo sistema financeiro, subjugados a uma situação sem perspectivas de crescimento, vítimas de racionamento de crédito e dos serviços financeiros em geral (quando não submetidos à classificação em perfis que caracterizam desigualdade de “oportunidades”) e, por conseguinte, considerados como excluídos financeiramente. A forma como são excluídos e a maneira com que administram suas condições vulneráveis são supostas por este estudo como significativamente influenciadas pelo espaço – suas características sociais e econômicas, valores inerentes, padrões culturais e etc..

### **3.2 A metodologia**

Apesar de este estudo tratar de exclusão financeira e, portanto, de uma questão econômica, há uma discussão que percorre o comportamento do indivíduo e, por conseguinte, podem-se transpor alguns limites das disciplinas acadêmicas. É possível se prever o diálogo de fatores e elementos pertencentes à economia financeira, economia da pobreza, sociologia e, até mesmo psicologia. Isto se esclarece quando se propõe a abordagem de sistemas econômicos, dos quais atores individuais livres e responsáveis pelas suas escolhas influenciam a efemeridade e temporalidade de uma determinada realidade social.

Este trabalho considera a vertente teórica que descreve a economia enquanto uma ciência social moral (Bresser-Pereira, 2003; Boulding, 1969), seguindo a ideia da teoria econômica como um conjunto de conceitos e modelos (nem sempre coerentes entre si) que permite o estudo do sistema econômico sob diferentes ângulos. Isto é, a noção da economia como uma ciência social que possui como objeto de investigação o comportamento, de certa forma, livre dos indivíduos e as suas próprias normas e políticas que eles constituem para direcionar seus comportamentos. Dessa maneira, pretende-se desenvolver um trabalho que siga a condição do fazer científico de qualidade moral, a modéstia, a qual é necessária para que o pesquisador, diante de um modelo explicativo melhor, reconheça este fato e refute suas verdades defendidas até então.

Ainda, para este estudo é fundamental se considerar as condições e limitações impostas aos agentes pelas características estruturais, culturais e institucionais da sociedade, que são acima de tudo históricas. Na esfera social, causas e consequências se misturam, visto que a consequência tende a retroalimentar a suposta causa. Segundo Bresser (2009), a realidade social por estar em constante mudança e por ser composta por atores individuais é inerentemente histórica e contraditória. Esta condição se dá, em grande parte, pelo fato de que os atores individuais, embora estejam sujeitos ao seu entorno social, são livres e responsáveis por suas escolhas e ainda, estão em processo de aprendizado (mudam com a experiência), o que implica que eles alteram as estruturas sociais e criam cultura e instituições que, por sua vez, influenciam diversamente as preferências individuais.

A pesquisa de acordo com seus propósitos apresentados anteriormente, então, considera o método histórico-dedutivo, segundo a abordagem do fato histórico novo proposta por Bresser (2009), a qual, apesar de se basear na observação da realidade econômica histórica, supõe que o pesquisador estará sempre alerta para o surgimento de novos fatos no contexto social e econômico atual. Tal método exige que o pesquisador inclua na realidade social e econômica, que é objeto de seus modelos explicativos, as convenções, as rotinas ou as instituições estabelecidas pelo homem (fatores que atribuem o caráter efêmero à realidade social e aos sistemas econômicos).

Ressalta-se, novamente e enfaticamente, que os fatos econômicos ou as relações econômicas são efêmeros e temporais, o que implica que as generalizações que são necessárias à formação de uma teoria devem ser limitadas e provisórias. As realidades complexas que compõem os sistemas econômicos exigem modelos abertos (Dow, 1996, Chick, 2004). Segundo Dow (1996), ao considerar o sistema aberto, não há conhecimento ou a possibilidade de conhecimento de todas as variáveis que o compõe e de todas as relações estruturais, o que impossibilita a noção de seus limites.

Assim, a investigação desenvolvida aqui está fundamentada no que foi descrito acima e se caracteriza como exploratória, uma vez que aborda uma inserção nos espaços sociais, foco deste trabalho, onde foram realizados estudos etnográficos.

A metodologia utilizada, adequada aos propósitos e condições possíveis, foi a descritiva e qualitativa, ou seja, que expõe as características de determinadas populações ou determinados fenômenos e analisa a problemática através da observação do ambiente estudado e dos agentes envolvidos.

### **3.2.1 O estudo etnográfico – outro olhar sobre a etnografia**

A etnografia se iniciou no âmbito da antropologia como um trabalho de “coleta de objetos e vivências” em expedições pelos locais reconhecidamente mais exóticos do mundo (Valsiner, 2002). A princípio, então, envolvia registros descritivos de uma comunidade ou cultura alheia ao que era considerado usual na rotina das regiões do ocidente em geral, ou seja, referindo-se às análises comparativas e históricas de sociedade e de culturas não ocidentais. Dessa maneira, surgiu para denotar uma integração da investigação empírica e da interpretação teórica e comparativa relativa à organização social e à cultura (Hammersley e Atkinson, 2007).

O termo etnografia, reconhecidamente, com o passar dos tempos, toma uma vasta proporção e se fundamenta em uma história um tanto interessante e respeitável, envolvendo também a ideia de esforços realístico e sociologicamente aplicados na tentativa de elucidar um número limitado de temas específicos. A verdade, porém, é que se deve admitir que o significado deste termo pode variar e, embora represente uma das abordagens possíveis de uma pesquisa social, sofre uma sobreposição de denominações consideráveis, como “pesquisa qualitativa”, “trabalho de campo”, “método interpretativo”, “estudo de caso”, refletindo claramente, através destas, limites semânticos vagos, marcadamente indistintos (Hammersley e Atkinson, 2007).

A condução da etnografia pode ser vista como enganosamente simples, contrastando-se com a busca de uma pesquisa quantitativa. Talvez esta consideração se fundamente, em geral, na consciência do fato de que a pesquisa etnográfica não pode ser programada, de que sua prática é repleta de eventos inesperados. Diante disso, há que se admitir que o curso de tal trabalho não pode ser predeterminado, da mesma forma que os problemas não podem ser

antecipados e não há como se prever as estratégias para lidar com eles. Entretanto, ressalta-se que, apesar de tais argumentações, um projeto de pesquisa é crucial para o sucesso de todo o processo.

O trabalho etnográfico envolve a imersão do pesquisador no dia-a-dia dos indivíduos, por um período de tempo considerável, de forma que permita a observação do que ocorre no local, a escuta do que é dito entre os moradores, realizando perguntas em entrevistas informais ou formais, coletando dados e artefatos - arrecadando qualquer tipo de informação que seja disponível para elucidar as questões que fundamentam o foco principal da pesquisa (Hammersley e Atkinson, 2007).

Atualmente, pode-se observar uma transformação corrente dos objetivos das pesquisas sociais, de forma a incluir novas possibilidades no que se refere aos problemas enfrentados pela sociedade contemporânea e, juntamente a este novo movimento, a etnografia também está evoluindo para se adaptar a esta nova urgência de se compreender o que ocorre nas comunidades próximas e nos locais usuais, ou seja, os eventos de rotina da área antes reconhecida comumente como “lado ocidental” ou “parte civilizada” do mundo. A consciência de que os problemas atuais enfrentados nos países em geral precisam ser estudados de perto, estimulam a pesquisa etnográfica nas áreas mais acometidas por eles. Dessa maneira, há desmistificação de que para se fazer etnografia é necessário ir até o “fim do mundo” a fim de encontrar um campo de trabalho e o esclarecimento de que pode ser mais enriquecedor voltar-se à área mais próxima no intuito de realizar uma investigação etnográfica (Valsiner, 2002).

Diante deste outro olhar sobre a etnografia, destaca-se que é possível cobrir a maior parte dos aspectos imagináveis da vivência das pessoas através destes procedimentos etnográficos – saúde, doenças, crime, educação, desvios comportamentais, ciência, infância, objetos materiais, dentre outros. Além disso, processos sociais tais como comunicação, relações econômicas e outros, são também analisados por investigações etnográficas. Talvez o principal desafio seja a consistência a ser mantida na pesquisa etnográfica com relação às áreas de aplicação empírica, assumindo-se o compromisso com a descrição verídica e o método sistemático associado à consciência reflexiva (Valsiner, 2002).

O desenvolvimento das abordagens etnográficas nas ciências sociais proporciona ao amplo público a possibilidade de acessar informações, em narrativas extremamente ricas e verídicas, sobre contextos significantes em que vivem as pessoas da sociedade em geral, incluindo detalhados aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. A etnografia direcionada ao estudo dos problemas sociais (objetos das ciências sociais), ao proporcionar uma rica e detalhista descrição, fundamentada por um método de análise científica (definição de problemas, formação de hipóteses e testes), assegura a significância do empirismo qualitativo (contrariando a dominância geral do empirismo quantitativo). Assim, contraria a opinião e prática de muitos que consideram a etnografia uma vertente de uma literatura de caráter jornalístico, sem valor consistente enquanto pesquisa científica (Liebow,1967, Elijah,1999, Elijah, 2011). Vale ressaltar que o procedimento etnográfico, com o objetivo de seguir esta metodologia qualitativa, proporciona uma riqueza de informações contextuais que permitem conhecimentos das condições e situações adversas características de um universo específico, os quais não se podem obter através dos mais sofisticados métodos quantitativos.

### **3.3 A pesquisa exploratória possível de se realizar**

Admite-se aqui que a pesquisa proposta inicialmente possui um nível de pretensão alto e que identificar e/ou medir certas condições, que seriam interessantes como parte do foco investigativo, talvez esteja fora do alcance deste estudo. Deve-se esclarecer que parte desta incapacidade descrita se deve à ausência de um suporte financeiro compatível com a necessidade de um trabalho minucioso, capaz de desenvolver uma pesquisa empírica completa, ou seja, com uma numerosa equipe de apoio para aplicação de questionários de modo eficiente (em termos de quantidade e qualidade) e que, se necessário, seria apta a “monitorar” alguns indivíduos da amostra em cada campo de atuação. Assim, haveria a possibilidade de gerar dados de qualidade (passíveis de controles “randomizados”), de prover estatísticas robustas e de obter resultados com um maior nível de confiabilidade estatística. Novamente, citando o exemplo do trabalho desenvolvido pelo Banco Mundial (2004), destaca-se a importância do

apoio financeiro e estrutural que o mesmo recebeu, sendo resultado de um esforço multidisciplinar de técnicos do Banco Mundial, do IPEA, do Banco Central e de consultores especialistas convidados junto à área acadêmica e governamental. Esta grande equipe possibilitou a aplicação de dois mil questionários em nove áreas metropolitanas e duas grandes cidades em onze estados, a conversão de tais informações em dados primários e o cruzamento dos mesmos com os dados gerados pelo IPEA, os dados agregados brasileiros e os índices principais. Contou, então, com fatores peculiares e favoráveis, os quais tiveram como resultado uma pesquisa extensa e completa naquilo que se propôs.

Tendo em vista estas limitações de orçamento e equipe (as quais também podem ser consideradas como um estímulo a alternativas ousadas e inovadoras), optou-se neste trabalho por se realizar uma abordagem etnográfica (mas obviamente ainda dentro do âmbito coberto pela Economia) e, portanto, mais descritiva, embora haja a consideração de dados primários simples como forma de retratar e relacionar os fatos observados. A autenticidade da etnografia não consiste em relatar precisamente os fatos científicos e suas categorias, mas em descrever pessoas e lugares de forma convincente e real. Quer seja uma qualidade positiva ou negativa, escrever sobre pessoas não pode ser considerado unicamente científico. A honestidade com que se descreve o que se observa em campo e o que se é relatado pelas pessoas possibilita uma riqueza de informações contextuais significativa, permitindo o esclarecimento e a visualização das condições e situações, uma conexão próxima a um universo, muitas vezes, alheio aos pesquisadores em geral (aqueles não habituados ao campo). Isto, geralmente, não é possível de se obter através da análise, ainda que sofisticada, de dados secundários (Liebow,1967, Elijah,1999, Elijah, 2011). Não se pode negligenciar, também, que a investigação etnográfica aqui proposta está sustentada por uma teoria robusta que a precede, fundamentando-se na formulação de problemas segundo objetivos claros e hipóteses consistentes, caracterizando um processo científico, capaz de ser comprovado ou refutado diante das informações e dados arrecadados em campo e, conseqüentemente, representando a possibilidade de constituir novos conhecimentos e ou de corroborar o que vem sendo elucidado pela literatura existente (Valsiner, 2002).

A pesquisa, após o levantamento de hipóteses e suposições diante do estudo da bibliografia, bem como, o estabelecimento das principais perguntas que pautam o foco abordado e os objetivos (identificados nas seções 2.2, 2.3 e 3.1 deste trabalho), prosseguiu com a procura dos locais ideais para se realizar as visitas e entrevistas individuais. Pela falta de condições mais favoráveis, sabia-se da impossibilidade de se realizar o estudo em todos estados do Brasil. Optou-se, desse modo, por se limitar ao estado de Minas Gerais, devido à maior factibilidade de orçamento e de estrutura e ao interesse de se prestigiar a região em que se integra o Cedeplar/UFMG.

Dentro de Minas Gerais, considerou-se a capital, Belo Horizonte, da qual se verificaram as áreas e as comunidades mais fragilizadas, através de índices intraurbanos de vulnerabilidades. Assim e também de acordo com as possibilidades no que tange à segurança e à autorização das lideranças locais, decidiu-se por aplicar os questionários na comunidade “Alto Vera Cruz/Taquaril” – uma área com alto grau de fragilidade socioeconômica, pertencente a uma grande cidade, segundo o proposto originalmente como um dos objetivos deste trabalho.

Ainda seguindo o planejamento inicial, utilizaram-se dados agregados e índices gerais para identificar uma pequena cidade deste estado, localizada em uma mesorregião desfavorecida do mesmo (Jequitinhonha) e que apresentasse maiores desvantagens sociais e econômicas, a cidade de Jordânia (Baixo Jequitinhonha, microrregião Almenara). Como a viagem até este local envolveu dificuldades peculiares, uma “campanha de campo” com tons de aventura, a equipe durante o trajeto considerou interessante aplicar alguns questionários em duas cidades que faziam divisa com Jordânia. Muitos moradores de Jordânia buscavam serviços e assistência de saúde em Jacinto e Almenara e isso motivou certa curiosidade sobre as condições de tais localidades, bem como o acesso e a utilização dos serviços financeiros pelos indivíduos locais.

A ideia de expandir a pesquisa para outro país surgiu diante do interesse de se observar as diversas influências que o espaço e suas particularidades (da cultura aos valores sociais presentes) podem ter sobre o acesso e a utilização dos serviços financeiros e, principalmente, como as desvantagens sociais podem determinar diferentes padrões de exclusão financeira quando as localidades

analisadas se encontram em países com graus de desenvolvimento distintos. Dessa maneira, aproveitando-se de vantagens preexistentes – a coorientação de Gary Dymski, que no momento inicial deste trabalho integrava o corpo docente da “*University of California Riverside*” – optou-se por realizar as entrevistas nos Estados Unidos, mais precisamente em uma área de baixa renda da cidade de *Riverside* (Califórnia), uma vez que seria necessária uma ambientação rápida e facilitada, além de uma forma específica de imersão no campo. Tratando-se de outro país, em que os costumes são diferentes, uma pesquisa que envolve perguntas sobre a utilização e o acesso aos serviços financeiros poderia ser considerada ofensiva pela população e, assim, a ajuda no sentido de como conduzir as perguntas de maneira menos desagradável ao público era de extrema importância (os americanos são reconhecidamente mais reservados no que se refere aos aspectos de sua vida pessoal, daí a grande necessidade de se possuir uma via facilitadora ou uma adaptação rápida e apropriada à cultura visitada). Mesmo com este fato a favor do bom andamento da pesquisa no exterior, foram necessárias duas visitas prolongadas (a primeira com duração de seis meses e a segunda com duração de um mês) à cidade de *Riverside* para melhores abordagem e realização das entrevistas.

Para o maior acúmulo de informações e aproveitamento das experiências em campo, recorreu-se à orientação de organizações não governamentais (ONGs) que, de alguma forma, estavam habituadas a realizar pesquisas exploratórias com entrevistas e que desenvolviam ações no intuito de ajudar indivíduos em condições de desvantagem socioeconômica, alvos de exclusão social. Através deste contato com a “Fair Housing Council” (de Riverside)<sup>14</sup> e a “Favela é isso aí”<sup>15</sup> (de Belo Horizonte), foi possível compreender a forma de abordar os indivíduos para a entrevista e a maneira de se conduzir a mesma, tarefa um tanto desafiadora quando se coloca em prática. Tomou-se conhecimento de que é necessário desenvolver uma habilidade para o imprevisto durante o questionário e técnicas de convencimento, sem que haja o constrangimento e o desrespeito à pessoa entrevistada - esclarecendo que o “convencer” se encaixa na parte de

---

<sup>14</sup> Para uma visão mais detalhada da ONG “Fair Housing Council” vale consultar o seguinte website: < <http://fairhousing.net/>>.

<sup>15</sup> Para maiores esclarecimentos sobre a ONG “Favela é isso aí” recomenda-se a visita ao website: <<http://www.favelaeissoai.com.br/>> e <<http://www.vendoutroco.favelaeissoai.com.br/>>.

convite aos indivíduos a participar do estudo através de suas respostas. Além disso, obteve-se ajuda para a imersão nas áreas a serem pesquisadas, uma vez que estas organizações auxiliaram no estabelecimento de contatos com líderes e referências locais que permitiram a aplicação dos questionários, principalmente, na comunidade de Belo Horizonte e no Instituto “Bobby Bonds”, situado no bairro pesquisado em Riverside.

### **3.4 O princípio do trabalho de campo: a elaboração do questionário**

Como já descrito na seção acima (3.3) o apoio das ONGs foi extremamente significativo, inclusive para a formulação e concepção da estrutura dos questionários aplicados no Brasil e nos Estados Unidos. Esclareceu-se o direcionamento das entrevistas a se adotar para cada local, de acordo com a realidade social que pode ser observada e com o que é oferecido pelas instituições financeiras convencionais ou não, informais ou não. Assim, além da orientação sobre “o que perguntar” (isto principalmente relativo à realidade americana), logicamente considerando o que se pretendia obter de informações (seguindo os objetivos deste estudo), as equipes das ONGs ressaltaram a maneira mais adequada de se realizar as perguntas, de se abordar os indivíduos no campo e, de certa forma, de se imergir nas áreas estudadas (possibilitando observações peculiares a um estudo etnográfico).

Antes de aprofundar o relato sobre as especificidades dos questionários aplicados em cada país, deve-se esclarecer que, no geral, os mesmos, tanto aquele referente ao campo brasileiro quanto o correspondente ao campo americano, têm como base original o questionário desenvolvido por Menezes e Crocco (2009) na pesquisa que também discute alguns aspectos de exclusão financeira e que teve como tema principal os Sistemas de Moeda Local, a experiência do Banco Bem em Vitória/ES<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> A experiência prévia do orientador desta pesquisa, Marco Crocco, na área da Comunidade de Vitória, onde se localiza o banco Bem, direcionou a elaboração do questionário a ser aplicado na presente experiência, considerando-se a eficiência das perguntas no passado (de acordo com a avaliação das respostas obtidas naquele campo).

A partir disso, a versão do questionário brasileiro foi realizada com o amplo apoio da antropóloga e coordenadora executiva da “Favela é isso aí”, Clarice Libânio<sup>17</sup>. Através de sua experiência com pesquisas exploratórias e devido à sua própria inserção, pelo trabalho que desenvolve, em muitas das comunidades existentes em Minas Gerais, ela guiou a elaboração das perguntas, considerando os propósitos do trabalho (a maneira mais funcional de se questionar sobre certos assuntos), as condições locais e sociais de seu conhecimento, o comportamento usual dos moradores quando são entrevistados, bem como a rotina habitual destas áreas em geral. Clarice, ainda, disponibilizou uma parte de sua equipe para auxiliar na aplicação dos questionários<sup>18</sup>, orientou o teste dos mesmos na área a ser investigada e proporcionou, através do contato com os líderes locais, a permissão para realizarmos este trabalho no Alto Vera Cruz/ Taquaril.

No que tange ao conteúdo das entrevistas realizadas no Brasil (o que pode ser observado com maior detalhe no anexo, Tabela A1 e Tabela A2), iniciou-se com as perguntas sobre o acesso aos serviços financeiros mais básicos como contas bancárias e cartões, seguindo com os questionamentos sobre a utilização e dificuldades tanto de uso quanto de acesso. Atentou-se para a situação daqueles indivíduos que não utilizam qualquer serviço financeiro, bem como, para o motivo desta ocorrência. Houve a preocupação em se analisar o grau de importância dado a certos serviços financeiros pela população e o seu conhecimento acerca da funcionalidade e benefícios que alguns deles podem proporcionar. Ao final do questionário, incluiu-se uma pergunta sobre o grau de satisfação com relação às instituições financeiras e aos seus serviços ofertados e prestados, além de se investigar sobre as razões das necessidades (quando existentes) mais urgentes de créditos/empréstimos. Obviamente, ainda se incorporou ao questionário

---

<sup>17</sup> Clarice Libânio, ainda, possui formação em ciências sociais (Bacharelado) e sociologia (Mestrado), além de ter muita experiência com pesquisas etnográficas e trabalhos sociais em comunidades. Ela idealizou e publicou em 2004 o Guia Cultural de Vilas e Favelas, do qual se originou a ONG “Favela é isso aí”. Esta associação foi criada com o objetivo de proporcionar a construção da cidadania a partir do apoio e da divulgação das ações de arte e cultura da periferia, uma filosofia/ prática derivada dos resultados do Guia, o qual apontou a arte nestes locais como fundamental para a elevação da autoestima, inclusão social e combate à violência.

<sup>18</sup> Houve o auxílio da equipe da “Favela é isso aí” para a realização da pesquisa na comunidade do Alto Vera Cruz/ Taquaril, em Belo Horizonte. Para as entrevistas na região Baixo Jequitinhonha, cidade de Jordânia, contou-se com o apoio de alguns dos integrantes do Lemte (Laboratório de Estudos em Moeda e Território, coordenado pelo Marco Crocco, CEDEPLAR/UFMG), Fernanda Faria e Marco Duarte.

algumas questões para a caracterização socioeconômica da amostra entrevistada, a fim de melhor descrever as condições observadas dos locais e dos indivíduos.

Para não ocorrer grandes divergências da investigação entre os locais brasileiros visitados, optou-se por elaborar um questionário passível de ser utilizado em ambos os campos de pesquisa, na comunidade de Belo Horizonte e na pequena cidade localizada em uma área fragilizada do Estado de Minas Gerais. É importante destacar, também, que o questionário brasileiro considerou: (i) a existência de benefícios como a “Bolsa Família”; (ii) o crédito facilitado para a compra de materiais destinados à construção e reforma das unidades familiares (Cartão Construcard oferecido pela Caixa Econômica Federal); (iii) a grande utilização de crediários ofertados principalmente pelas lojas de departamento e de eletrodomésticos; (iv) a opção de se utilizar os serviços financeiros e de se realizar as obrigações financeiras através de Casas lotéricas e postos dos Correios. São particularidades associadas ao país e que não existem nos Estados Unidos exatamente na forma como se observa no Brasil.

Com o objetivo de se realizar uma discussão similar para todos os campos, logicamente, considerando as diferenças já reconhecidas previamente (o que inclui as práticas, os serviços financeiros e as instituições financeiras convencionais e não convencionais incomuns ao Brasil), mantiveram-se as perguntas fundamentais que caracterizam a concepção geral do que seria o relacionamento dos indivíduos com o sistema financeiro em “nível básico mínimo”. Isto quer dizer que os questionamentos sobre a utilização de contas bancárias, cartões, dificuldades de entendimento e de uso permaneceram neste questionário aplicado em Riverside, assim como as avaliações de importância atribuídas aos serviços financeiros básicos comuns aos dois países, noções de educação financeira e satisfação com o que é consumido por estas pessoas em desvantagens socioeconômicas (o questionário foi detalhado no anexo, Tabelas A3 e A4).

O contato com a “*Fair Housing Council*” funcionou como uma consultoria significativa para este trabalho, uma vez que a equipe esclareceu diversos pontos sobre os padrões de comportamento financeiro americano naquela época (2011 –

2012) e a situação complicada que certos indivíduos enfrentavam por causa da crise imobiliária, originada pelo colapso do sistema de créditos “*subprime*” e de hipotecas em geral – sequência de numerosos processos de “*foreclosures*” (execução de hipotecas) e “*short sales*” (venda de imóveis que ainda não possuem a hipoteca quitada). Dessa maneira, atentou-se para a existência de práticas exploratórias de concessão de créditos ou empréstimo predatório, principalmente, no que se refere aos serviços de renegociação/modificação da hipoteca e de empréstimos a taxas de juros ajustáveis, os quais foram inclusos no questionário aplicado em *Riverside*.

Ainda, para obter uma pesquisa exploratória mais adequada ao “campo americano”, introduziram-se também algumas questões que envolvem práticas comuns (cotidianas a certas pessoas de baixa renda) como a utilização de “*alternative financial services*” (ver a subseção 3.4.2 para maiores esclarecimentos), empréstimos, hipotecas e serviços de “*check cashing*” (troca de cheques por dinheiro) concedidos por instituições não convencionais ou formais e indivíduos particulares. Para finalizar este questionário aplicado no bairro Eastside (*Riverside*), houve a tentativa de se obter alguma caracterização da amostra através da inclusão de perguntas sobre as condições socioeconômicas dos entrevistados.

A fim de se adequar à realidade observada no “campo americano”, uma grande maioria de residentes hispano-americanos no bairro *Eastside*, traduziu-se o questionário para o Espanhol (a pesquisadora autora deste trabalho se aperfeiçoou na fala e na escrita do Espanhol, após a primeira experiência vivenciada neste campo, em que se identificou a necessidade deste esforço para uma melhor imersão na área, convivência com os moradores e aplicação dos questionários). Houve a preocupação tanto por se aprender a língua espanhola escrita, quanto por se aperfeiçoar a fluência da fala. Dessa maneira, na segunda visita à *Riverside*, houve a possibilidade de se oferecer aos entrevistados a opção de responder ao questionário em Inglês ou em Espanhol. Tal adaptação trouxe benefícios significativos para a pesquisa, melhor qualidade de informações arrecadadas e maior quantidade de entrevistas obtidas, uma vez que

proporcionou a maior aproximação do entrevistador aos respondentes, os quais se sentiram mais confortáveis com este fato.

Enfatiza-se, ainda, que embora fosse ideal incluir diversas outras perguntas no questionário, a fim de se concretizar as pretensões em termos de resultados, foi necessário avaliar um tamanho favorável para o mesmo (considerando que não havia uma remuneração dos respondentes, ou seja, contava-se com a “boa vontade” e a disponibilidade dos mesmos) e desenvolver certa articulação (pelo próprio conteúdo abordado), principalmente, no caso dos Estados Unidos, onde se exigia uma maior delicadeza para entrevistar o público alvo. Entretanto, atenta-se para o fato de que, sendo um estudo etnográfico, várias observações realizadas pelos pesquisadores envolvidos no campo e algumas histórias relatadas pelos moradores locais são incorporadas de forma a caracterizar e revelar as condições reais vividas nestas áreas de extrema vulnerabilidade social e econômica. Dessa maneira, há a utilização de números obtidos pela pesquisa exploratória associada à descrição das observações e experiências no campo (fruto da imersão nos campos estudados vivenciada, principalmente, pela pesquisadora autora) para, então, elaborar as conclusões pretendidas por este trabalho e retratar a realidade das condições vividas pelos indivíduos em desvantagem social e das características dos diversos espaços estudados no que se refere à exclusão financeira e suas consequências.

#### **3.4.1 O Programa Bolsa Família**

O Bolsa Família é um programa nacional de transferência de renda que visa beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, caracterizadas pela renda per capita de até R\$ 154,00 reais e R\$ 77,00, respectivamente (Lei 10.836 de 9 de Janeiro de 2004, Decreto N 8.232 de 2014). O Bolsa Família possui três fundamentos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Assim, os objetivos básicos do Programa Bolsa Família referentes aos seus beneficiários são: (i) promover o acesso à rede de serviços públicos, especialmente, de saúde, educação e assistência social; (ii) combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; (iii) estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e pobreza extrema; (iv) combater a pobreza; e (v) promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

A gestão deste programa é descentralizada e compartilhada entre a União, os Estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução. A seleção das famílias para o Bolsa Família é baseada nas informações registradas pelos municípios no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, um instrumento de coleta e gestão de dados que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil. Apesar da seleção das famílias ocorrer de forma automatizada, com base nestes dados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), este cadastramento das mesmas não implica a sua entrada imediata no programa e o recebimento do benefício.

Uma vez que a família seja integrada aos beneficiados pelo programa, ela recebe, mensalmente, através de um depósito realizado pelo Governo Federal, uma determinada quantia. O saque é realizado com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. Tal valor repassado depende da constituição de cada unidade familiar – quantidade de membros, idade dos mesmos e renda. Isto é, o programa também prevê benefícios variáveis específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.

Além de todos os objetivos e práticas descritos acima, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família preveem o incentivo, por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, à inserção financeira das famílias integrantes dos mesmos através do acesso a serviços financeiros oferecidos pela Caixa Econômica Federal ou outras instituições, em condições adequadas ao seu perfil (o que foi incluído pelo Decreto n 7.013 de 2009). Especificamente, tal inserção contempla, sempre que

possível, a inclusão bancária dos titulares de benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, preferencialmente, por meio da conta especial de depósito à vista.

### **3.4.2 Alternative Financial Services (AFS)**

Os “*Alternative financial services*” (AFS) são aqueles serviços financeiros providos por outras instituições que não as instituições bancárias tradicionais e das quais muitos indivíduos de baixa renda dependem. Tais serviços podem ser similares aos oferecidos pelos bancos convencionais, incluindo (Lenton e Mosley, 2012; Caskey, 1994; Bolton e Rosenthal, 2005; FDIC, 2013 e 2014): (i) *payday loans* (crédito consignado); (ii) *rent-to-own agreements* (*Rental Purchases*, espécie de “*lease*” com possibilidade de compra); (iii) *pawnshops* (penhora); (iv) *refund anticipation loans*; (v) alguns tipos de *subprime mortgage loans* (hipotecas concedidas a pessoas de baixa renda sem muitas garantias e por isso consideradas no nível *subprime*); (vi) títulos de veículos; (vii) *non-bank check cashing* (troca de cheques realizadas por instituições que não bancos convencionais); (viii) *money orders* (ordem de pagamentos); (ix) transferência de valores; (x) concessão de empréstimos tradicional através do sistema “*doorstep lenders*” or “*loan sharks*”.

A partir disto, é importante esclarecer sobre *Pawnshops* e *Check Cashing Outlets* ou *Check Cashiers*, as quais são reconhecidas, em geral, como instituições que tradicionalmente se concentram nas áreas urbanas de baixa renda e nas comunidades suburbanas de classe média/baixa, ou seja, fornecem serviços financeiros principalmente para as famílias de baixa à média renda. Estas *Fringe Banks* sobrevivem atendendo, através da cobrança de altas taxas e de custos significativos, a clientes excluídos das instituições financeiras convencionais (“*mainstream*”). Conforme as necessidades e condições de seus consumidores, estas instituições atuam de forma a diferenciar alguns serviços financeiros básicos, ofertando aquilo que lhes é requerido.

Dentre as práticas consideradas como “*Fringe Banking*”, destacam-se os “*Refund Anticipation Loans*” - empréstimos que antecipa a restituição do imposto cobrado, *Internal Revenue Service*, pelo governo dos EUA -, os *Payday Loans* (crédito

consignado) – antecipação dos ganhos/salários (*Paychecks*) semanais ou mensais através da cobrança de taxas mais altas e, muitas vezes, abusivas -, *check cashing* – troca dos “cheques de pagamento” por dinheiro. Tais serviços financeiros configuram atividades exploratórias às quais as pessoas de baixa renda se submetem por não possuírem alternativas melhores e justas.

A troca de cheques (*check cashing*) também é possibilitada por alguns supermercados, certas lojas de departamentos, algumas farmácias e outros estabelecimentos comerciais, mediante uma taxa fixa, a qual muitas vezes é menor do que aquela estabelecida pelos bancos convencionais aos indivíduos que não são clientes efetivos ou correntistas. Ainda que as taxas fixas cobradas sejam valores ou porcentagens pequenas e como as pessoas de baixa renda geralmente trabalham em empregos informais e ou recebem semanalmente pelas horas realizadas, tais custos geram um prejuízo importante diante da urgência imposta pelas necessidades básicas, quando se vive em condições de extrema vulnerabilidade social e econômica.

*Money Order* configura uma ordem de pagamento usual e requerida pela maior parte dos prestadores de serviços (imobiliárias, faculdades, universidades, dentre outros) por ser considerada uma forma mais segura e confiável, preferível aos cheques e até mesmo à moeda em espécie. Isto se justifica pelo fato de requerer que a quantia especificada seja pré-paga, reduzindo a possibilidade de inadimplência, além de servir como um comprovante da realização efetiva do pagamento tanto para quem paga quanto para quem recebe. As pessoas podem adquirir as *Money Orders* nas agências de correio, alguns supermercados, lojas de departamentos e outros estabelecimentos comerciais por um custo fixo.

Os “*doorstep lenders*” ou “*loan sharks*” são instituições (e ou agentes particulares) que enviam funcionários às casas dos indivíduos para oferecer crédito fácil. As condições oferecidas para a concessão deste crédito incluem taxas de juros abusivas e prazos absurdos, os quais contrastam com o fato de que as pessoas que recorrem a estas opções, muitas vezes o fazem por não terem outra escolha frente a situações de grandes dificuldades socioeconômicas e ou emergências imprevistas – isto também caracteriza uma das faces da prática de empréstimo predatório.

### 3.5 Uma análise geral sobre os dados arrecadados

Como já mencionado anteriormente, as limitações de orçamento e de equipe para a realização desta pesquisa exploratória restringiram de certa forma as possibilidades de se garantir um número maior de entrevistas, bem como dados robustos passíveis de gerar análises estatísticas complexas e com alto nível de confiabilidade. Admite-se que, por vezes, notaram-se algumas inconsistências das informações relatadas pelos entrevistados. Este é um problema que o trabalho de campo pode gerar, uma vez que os indivíduos podem responder as perguntas prezando pela veracidade dos fatos ou, por motivos de vergonha, desconhecimento, medo e insegurança, optam por ocultar a verdade ou, simplesmente, por se abster de uma resposta.

Tendo em vista que os locais visitados se caracterizam por uma fragilidade socioeconômica, ocorreram muitas situações em que as pessoas optaram por não responder alguma questão, seja pelo desconhecimento de uma resposta e/ou pela completa incompreensão do assunto, mesmo diante dos esclarecimentos dados pelo entrevistador, como também pela necessidade própria de se preservar algumas informações (o nível educacional dos entrevistados, geralmente, era muito baixo). Infelizmente, a dificuldade de se realizar cada questionário – a necessidade de várias estratégias de convencimento e improvisado; a dependência da boa vontade das pessoas em disponibilizar parte de seu tempo para responder às questões e em compartilhar informações que revelam parte de sua vida financeira; uma equipe reduzida para aplicar os questionários – não permitiu que houvesse um acompanhamento minucioso da situação dos indivíduos e/ou o descarte de alguns questionários respondidos de forma incompleta (esclarece-se que não há, no entanto, a consideração de respostas duvidosas/contraditórias e que a não resposta foi considerada dessa maneira, admitindo-se, então, a ausência de determinada informação).

Ressalta-se diante disso, que a “não resposta”, apesar de trazer alguma defasagem em termos de dados gerais da pesquisa, explica muito sobre o que ocorre com as famílias e com os indivíduos em suas decisões e em sua luta diária

pela sobrevivência. A ausência de algumas respostas foi extremamente significativa para o acúmulo de informações e para a geração de conhecimento.

Vale enfatizar que, por serem áreas que apresentam grande vulnerabilidade social e econômica, havia um risco em termos de segurança (violência local), o que impedia a realização das entrevistas durante certos horários (principalmente à noite), fato que resultou em um maior número de respondentes do gênero feminino e na ausência de controle rigoroso sobre a quantidade de entrevistados para cada faixa etária. Algumas situações de perigo foram presenciadas e, por isso, certas áreas de cada “campo”, tiveram que ser evitadas durante a pesquisa, o que dificultou a aplicação de questionários, a depender do número de entrevistadores possível para atuar em cada local (quando somente um, a pesquisadora autora, a possibilidade de se adentrar as localidades era menor, restringindo as entrevistas a lugares de maior movimento – áreas comerciais; ruas principais de acesso; eventos comunitários; no caso principalmente de Riverside, a igreja local).

Devido às particularidades de cada área estudada e às adversidades locais presenciadas no dia-a-dia de pesquisa e, obviamente, à quantidade de entrevistadores disponível em cada momento, os números das amostras possíveis de se obter entre os campos foram desiguais. Além disso, pela maioria de mulheres respondentes em todos os campos e por elas, em grande parte das amostras, não serem o “chefe da unidade familiar”, fato também influenciado pelas características sociais e culturais das localidades, ocorreu certa dificuldade de entendimento das perguntas e, também, a ocorrência de respostas incompletas ou “não respostas” (caso elas ignorassem totalmente a vida financeira da família, por não participar ativamente da constituição da renda familiar ou por não se relacionar diretamente com os serviços ou instituições financeiros).

O conteúdo da entrevista, especialmente em Riverside, tornou a pesquisa desafiadora, uma vez que há a concordância geral preestabelecida de que não se revela aspectos pessoais a estranhos, o que representa uma questão de “segurança individual” e uma necessidade de se autopreservar no sentido de “ter

vergonha das dificuldades financeiras enfrentadas” e do “costume de não se revelar fatos relacionados à renda própria ou à atividade financeira particular”.

Ainda com relação ao campo nos Estados Unidos, a amostra concentra uma maioria de hispano-americanos, revelando uma realidade específica do local abordado, a ser esclarecida mais adiante. Por isso, além da resistência natural em se responder questões que envolvem conteúdo financeiro (um costume americano aprendido), percebeu-se que as pessoas tinham medo de revelar que viviam na informalidade, além de possuírem baixa escolaridade e, portanto, grandes dificuldades de compreensão das perguntas. Tais fatos também limitaram os dados arrecadados por esta pesquisa.

Apesar do que foi relatado acima, e recuperando parte do que foi dito na seção 3.3, enfatiza-se a importância deste trabalho desenvolvido. A partir do que foi relatado pelas pessoas e observado em campo, ele revela uma variedade de informações contextuais rica em detalhes e fiéis à realidade, o que pode ser obtido somente pelo contato direto de uma pesquisa etnográfica. Antes de se objetivar dados robustos, um estudo etnográfico valoriza a possibilidade de uma descrição honesta das situações e condições vividas pelos indivíduos e carrega o “peso” significativo de ser mais que uma análise quantitativa, uma descrição com verdade de um “universo”, muitas vezes, encoberto por números.

### **3.6 Conclusão**

Diante de grandes pretensões investigativas, desenvolveram-se ações de pesquisas um tanto ousadas e específicas, marcadas pelas dificuldades e grande insistência em se ampliar a visualização possível da “dimensão” (ou forma) em que os indivíduos de baixa renda, que residem em locais com condições desfavorecidas, relacionam-se com as instituições e serviços financeiros. Isto elucida sobre a exclusão financeira sofrida e suas consequências, a depender das influências geradas pelo espaço em foco.

Uma investigação exploratória, como a que foi realizada, exige um esforço incomum à grande maioria das pesquisas, uma vez que apresenta adversidades peculiares – que vão desde a abordagem das pessoas, estratégias de pesquisa

de campo, contato direto com as condições desfavoráveis vividas, até o acesso dificultado tanto pelas condições locais físicas quanto pelas lideranças presentes e a segurança do próprio investigador e de seus apoiadores. Para adequação à realidade e às particularidades de cada local, elaboraram-se questionários que favoreciam a visualização e a percepção da exclusão financeira e de seus efeitos, a partir dos aspectos espaciais e de suas possibilidades, relacionando-se com as desvantagens geradas por uma baixa renda ou por uma condição de pobreza vivida pelas pessoas residentes.

Os dados primários simples, possíveis a partir desta pesquisa etnográfica, permitem uma visualização das observações e dos fatos relatados pelas pessoas entrevistadas. Assim, nos próximos capítulos deste trabalho, a partir deste estudo etnográfico, realizou-se uma análise descritiva rica em detalhes e especificidades, a qual relata com honestidade as experiências únicas de cada campo e que permitem algumas conclusões interessantes, a partir da literatura já existente sobre o assunto abordado.

## **4 ESTUDO ETNOGRÁFICO: COMUNIDADE ALTO VERA CRUZ/TAQUARIL**

O estudo etnográfico desenvolvido na Comunidade Alto Vera Cruz garantiu uma experiência interessante que rendeu observações específicas pela atuação em campo e pela convivência com os moradores. Ainda, permitiu o acúmulo de informações significativas, esclarecendo as dimensões da exclusão financeira sofrida pelos indivíduos e os aspectos espaciais que as compõem, intensificam e/ou até mesmo amenizam os seus efeitos.

### **4.1 Descrição do campo de pesquisa**

A aplicação dos questionários que compõe esta parte do estudo etnográfico desenvolvido por este trabalho ocorreu nos bairros Alto Vera Cruz, Taquaril, e Granja de Freitas, localizados na região administrativa Leste da cidade de Belo Horizonte e os quais se caracterizam, principalmente, pela comunidade residente de baixa-renda. A princípio, a facilidade de se realizar as entrevistas neste campo de pesquisa influenciou a escolha do mesmo, uma vez que a equipe já possuía um maior contato com a população e com as lideranças locais (esta aproximação favorecia o processo de abordagem para as entrevistas).

Ressalta-se, primeiramente, o histórico desta região e as dificuldades presentes desde o princípio de sua ocupação. Tais bairros se formaram, inicialmente, em ruas sem calçamento e inundadas por causa das chuvas, sem postos de saúde, escolas, água encanada, energia elétrica ou rede de esgotos.

A formação do bairro Alto Vera Cruz se deu a partir da década de 1950 e, apesar de a Ferrobela (Ferro de Belo Horizonte) ter assumido compromisso de organizar este processo, o mesmo ocorreu de maneira desordenada. Com o fim da mineração antes ativa nesta área, os próprios mineradores ocuparam o local.

Então, na década de 1960, o povoamento se intensificou com a chegada de trabalhadores da construção civil<sup>19</sup>.

Os bairros Granja de Freitas e Taquaril se constituíram mais recentemente (a partir da década de 1980), uma expansão da Regional Leste para áreas mais afastadas, reconhecidas como geograficamente acidentadas e de difícil ocupação, onde a população vivenciou muitas dificuldades (e ainda hoje as enfrenta), superando o preconceito da sociedade e resistindo ao descaso da cidade com relação a ela. Esta ocupação relativamente tardia ocorreu sem planejamento prévio adequado. Por muito tempo, sofreram pela ausência total de uma rede de comércio e de serviços que atendesse às necessidades de seus moradores, sendo consideradas áreas rurais.

Outro aspecto interessante em se relatar sobre estes campos pesquisados é o fato de que, historicamente, a comunidade residente demonstrou força e resistência, lutando e permanecendo ativa, a fim de garantir o desenvolvimento local e o auxílio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) - legalização das áreas ocupadas, promoção de obras públicas, segundo seu objetivo de melhorar as condições locais e, portanto, a qualidade de vida de seus moradores. O Alto Vera Cruz, atualmente, é uma referência no que tange à organização e à mobilização comunitária, contando com a presença atuante de instituições religiosas, partidárias, ONG's e associação de moradores<sup>20</sup>.

Diante disto, conforme o propósito deste trabalho de se investigar uma área comprovadamente em condições de desvantagens sociais e econômicas avançou-se à segunda etapa da caracterização destes bairros. Assim, buscaram-se alguns dados e pesquisas realizadas, os quais pudessem comprovar que esta área se encontra dentre aquelas mais vulneráveis da cidade. Identificaram-se, então, algumas análises e estudos realizados pela PBH com o intuito de se

---

<sup>19</sup> Informações a partir de levantamentos de fatos realizados pela ONG Cooperação para Desenvolvimento e Moradia Humana (CDM).

<sup>20</sup> Ainda, o bairro Alto Vera Cruz se destaca no cenário cultural. A comunidade foi a primeira, dentre as outras existentes em Belo Horizonte, a conquistar um Centro Cultural concedido pelo Orçamento Participativo. Atualmente, há representantes expressivos na cultura mineira como NUC, Renegado e Meninas de Sinhá.

aprimorar a gestão e o planejamento urbano do município, seguindo alguns princípios básicos: (i) inclusão- igualdade de acesso à cidadania e a condições dignas de vida; (ii) gestão democrática – inúmeros canais de participação da população na discussão do futuro desejado; (iii) sustentabilidade - base para as políticas de desenvolvimento econômico, urbano, social e ambiental. Para isso, ela realizou a definição das Unidades de Planejamento (UPs), uma subdivisão das regiões administrativas do município preexistente (ver FIG. 1).

Esclarece-se que os bairros de interesse mencionados acima integram a UP Taquaril, como se pode observar na TAB. 1 a seguir:

**TABELA 1 – As Unidades de Planejamento da Regional Leste e sua Composição (Bairros, Vilas e/ou Conjuntos)**

<b>Cód.</b>	<b>Unidades de Planejamento</b>	<b>Composição (Bairros, vilas e/ou conjuntos) das UPs da Regional Leste</b>
2001	Instituto Agrônômico	Instituto Agrônômico, Sagrada Família e Horto
2002	Boa Vista	Nova Vista, Boa Vista, São Geraldo, Casa Branca, Caetano Furquim, Grota, Vila Olaria, Vila Parque Horto, Vila Vilma e Vila Edgar Werneck
2003	Floresta/Santa Tereza	Colégio Batista, Floresta, Santa Tereza
2004	Pompéia	Esplanada, Pompéia, Vera Cruz, Saudade, Vila Nossa Senhora do Rosário, Vila São Rafael, Vila Belém, Vila Fazendinha e Vila João Alfredo
2005	Taquaril	Taquaril, Alto Vera Cruz, Granja de Freitas, Conjunto Taquaril, Vila da Área, Jonas Veiga I e II, Conjunto Granja de Freitas I, II, III
2006	Santa Efigênia	Santa Efigênia, Paraíso, Conjunto Habitacional João Pio de Souza, Alto Paraíso, Vila Ponta Porã, Cônego Pinheiro A., Cônego Pinheiro, Vila Dias e Vila São Vicente
2007	Baleia	Baleia, Cidade Jardim
2008	Mariano de Abreu	Conjunto Habitacional Mariano de Abreu
2009	Santa Inês	Santa Inês

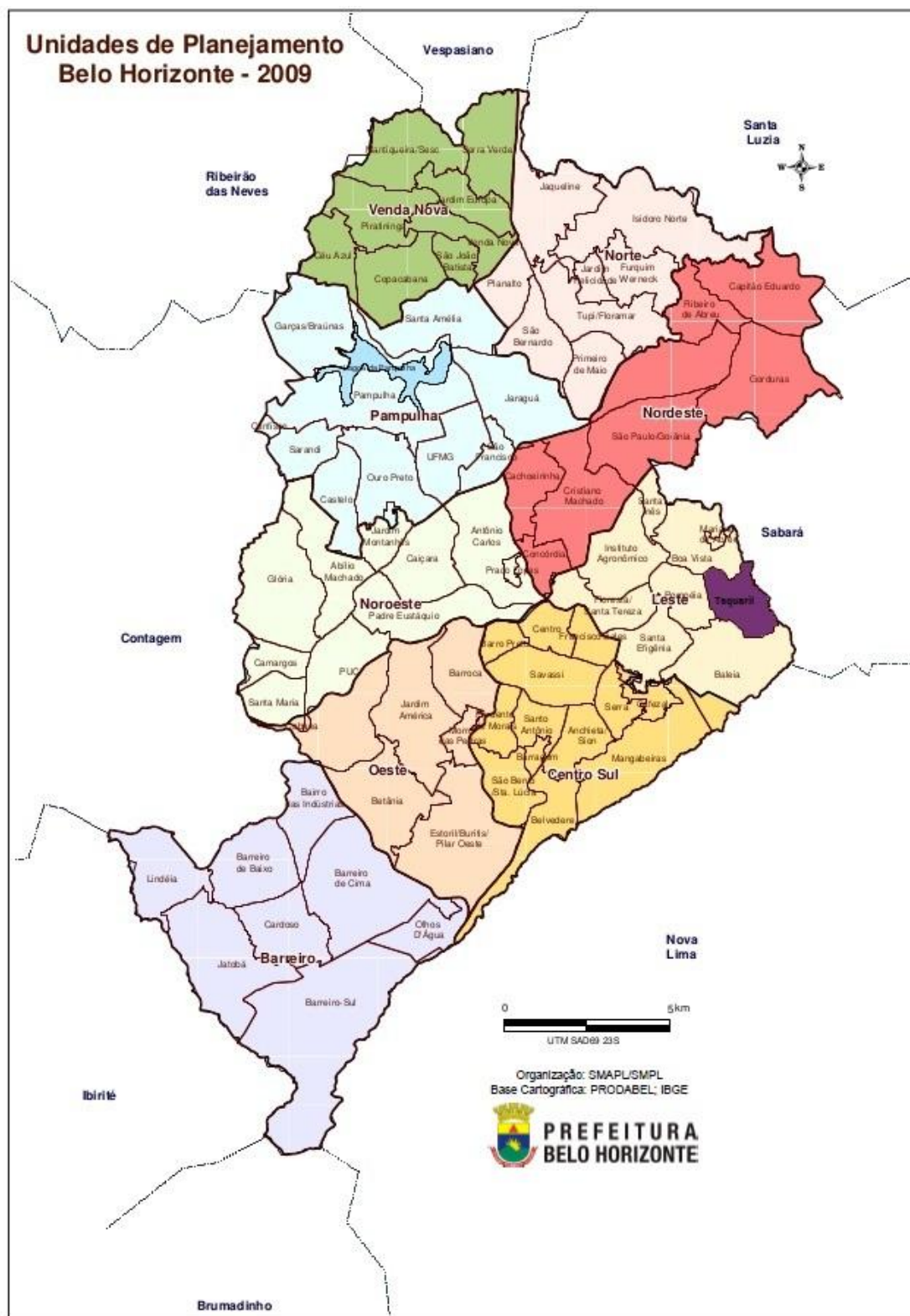
Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2009

A partir dessa definição das UPs, a PBH constituiu uma avaliação geral dessas áreas, através da elaboração do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) e do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS).

A importância do IQVU e sua relação com esta pesquisa se dá pelo fato de ser um índice multidimensional intraurbano (composto por 35 indicadores), o qual quantifica a desigualdade espacial no interior da estrutura urbana da cidade em termos do acesso e da disponibilidade local dos bens e serviços (incluindo a existência de agências bancárias, o que pode ser verificado com detalhes nos QUAD. A2 e A5). Ou seja, ele revela de certa forma os atributos presentes no espaço, em cada UP (subdivisão regional intraurbana) – quanto maior seu valor (no intervalo de 0 a 1), melhores serão as condições de vida urbana naquele local.

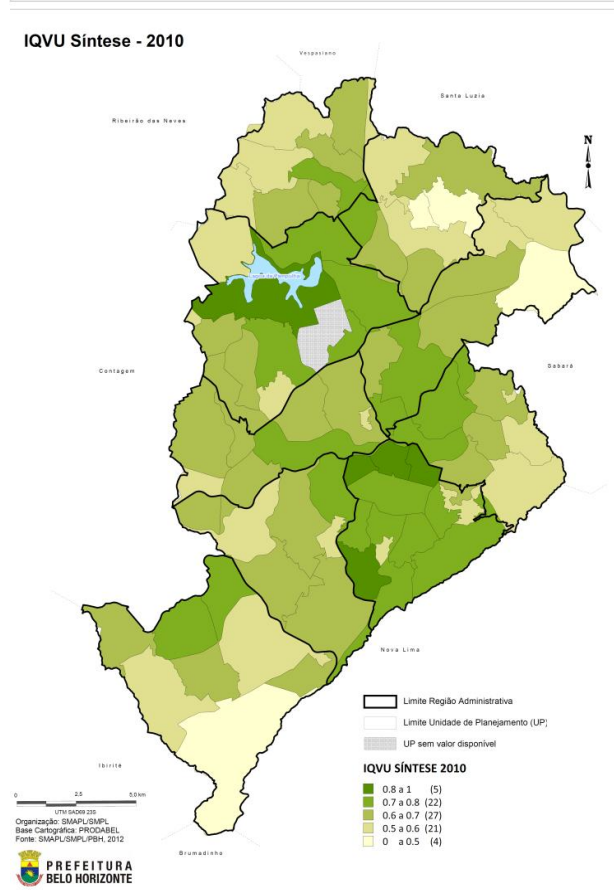
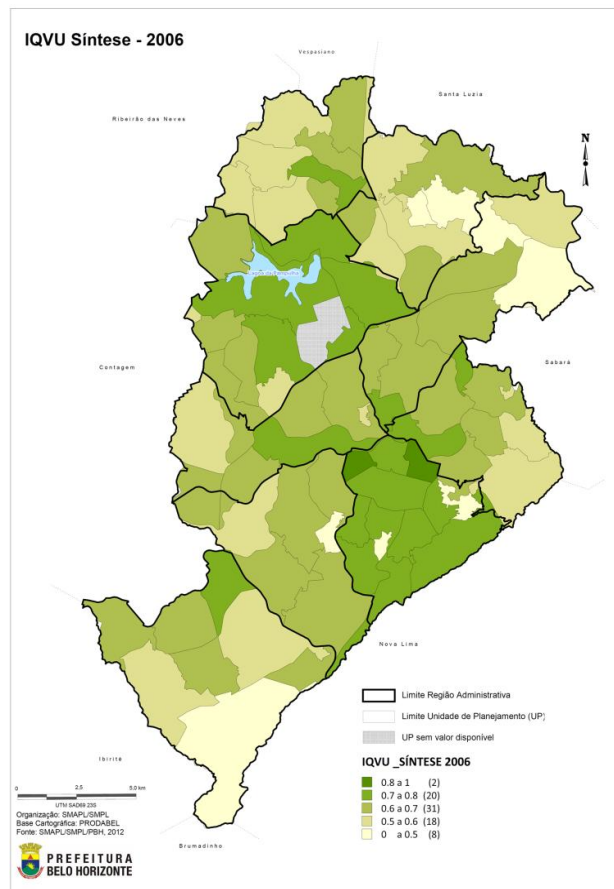
A UP Taquaril integra a segunda faixa de valores menores (0,5 a 0,6), situação que ao longo dos anos de 2006 a 2012 permanece sem alteração (ver FIG. 2). Isto significa que as condições dessas áreas, no que tange ao acesso e à disponibilidade local de bens e serviços, são desfavoráveis a uma melhor qualidade de vida urbana.

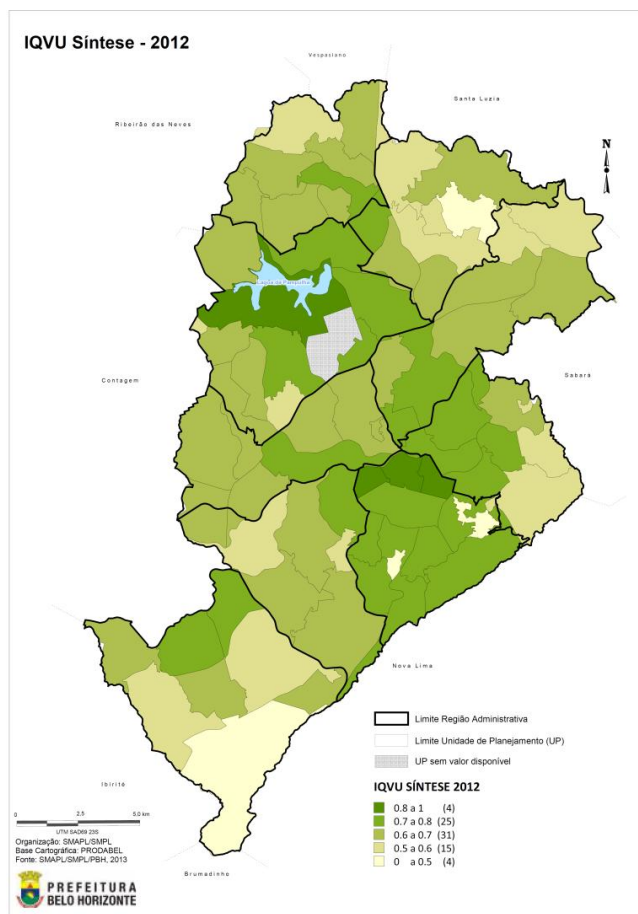
**FIGURA 1 – Unidades de Planejamento de Belo Horizonte: em Destaque a UP Taquaril, 2009**



Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2014.

**FIGURA 2 – Mapas do IQVU Índice Síntese – 2006/2010/2012**





Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2014.

Enquanto o IQVU revela uma qualificação do lugar, o IVS caracteriza a população local com relação a vários aspectos. Apresenta-se, dessa forma, como um índice populacional que visa dimensionar o acesso da população de Belo Horizonte a cinco “Dimensões de Cidadania” - consideradas essenciais para se alcançar a cidadania (PBH, 2000) - as quais podem ser verificadas na TAB.2 abaixo.

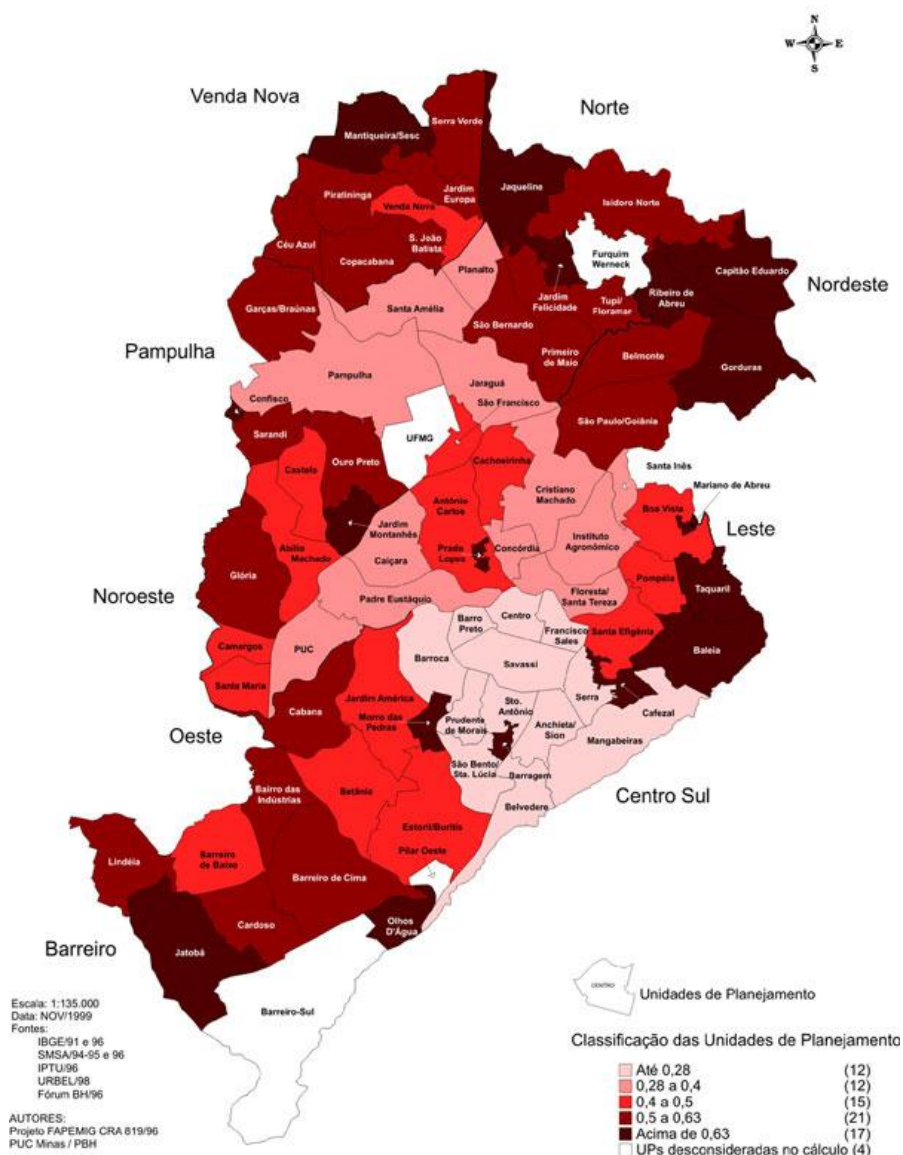
**TABELA 2 – Dimensões consideradas no cálculo do IVS – Elaboração do Mapa da Exclusão Social, 2000**

Dimensões de Cidadania	Descrição das Dimensões
Dimensão Ambiental	Acesso a uma moradia com qualidade, do ponto de vista da densidade do domicílio, da qualidade da edificação e da infraestrutura urbana disponível
Dimensão Cultural	Acesso à educação formal que permita inserção em processos políticos, sociais e econômicos de caráter mais globais
Dimensão Econômica	Acesso à ocupação, preferencialmente formal, e a um nível de renda
Dimensão Jurídica	Acesso à assistência jurídica de qualidade, considerada como sendo a assistência privada
Dimensão Segurança de Sobrevivência	Acesso a serviços de saúde, garantia de segurança alimentar e acesso aos benefícios da previdência social

Fonte: "Mapa da Exclusão Social", FAPEMIG/ Puc Minas/ PBH, 2000

Pelo fato do IVS representar a vulnerabilidade social, a interpretação de seus valores (de sua escala) é invertida: índices maiores (de 0 a 1) refletem uma situação de maior vulnerabilidade social. Dessa forma, o menor valor representa uma condição favorável, uma maior inclusão social, enquanto o limite superior, a situação de desvantagem ou uma maior exclusão social. Observando o “Mapa da Exclusão Social” (FIG. 3), pode-se verificar que a UP Taquaril pertence à última faixa de valores superiores (acima de 0,63), o que reflete a situação de que a população local dessa área enfrenta maiores desvantagens sociais e econômicas.

**FIGURA 3 – “Mapa da Exclusão Social” – Os valores do IVS para cada Unidade Planejamento de Belo Horizonte, 2000.**



Para finalizar, recorre-se aos dados disponibilizados pelo Censo 2000 e 2010 (IBGE) sobre a população residente desta UP e dos bairros foco deste estudo. A UP Taquaril em 2000 possuía 39.640 residentes, quantidade que evoluiu para um número em torno de 46.325 residentes, em 2010. Ainda, de acordo com o censo 2010, o bairro Alto Vera Cruz possui 21.444 residentes; o Granja de freitas , 3.602 residentes; o Taquaril, 3.389 residentes e o Conjunto Taquaril, 14.977.

Vale também destacar que o IBGE desenvolveu o censo 2010 para o que denominou de “Aglomerados Subnormais” - moradias que configuram uma situação de pobreza ou de pobreza extrema<sup>21</sup>. Segundo estas informações, há no bairro Alto Vera Cruz 14.050 pessoas residindo em moradias particulares ocupadas em Aglomerados Subnormais, enquanto que no Conjunto Taquaril o número de indivíduos nestas condições é de 14.977. No primeiro bairro citado existem 4.016 unidades habitacionais particulares ocupadas em Aglomerados Subnormais e no último relatado há 3.965. Estas informações são muito significativas, uma vez que refletem a situação de 65,5% dos residentes no Alto Vera Cruz e de 100% dos residentes no Conjunto Taquaril, vivendo em “Aglomerados Subnormais”.

Apesar de todos os dados e informações relatados anteriormente, que revelam e comprovam as condições socioeconômicas desfavoráveis associadas tanto ao local quanto aos indivíduos que residem nele, há um aspecto interessante na história do Alto Vera Cruz: a identificação dos moradores com o bairro, muitos não demonstram qualquer intenção de deixar a comunidade, independentemente das circunstâncias vividas, pois estão lá por muitos anos.

## 4.2 A pesquisa

Para a realização desta parte deste estudo, como já mencionado no capítulo 5, foi fundamental o apoio da ONG “Favela é isso aí”, não somente no que se refere ao

---

<sup>21</sup> O “Aglomerado Subnormal”, segundo o IBGE, é um conjunto formado por, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, moradias em geral...) carentes, na maioria, de serviços públicos de necessidade básica, que ocupou ou que ocupa até o período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e que se dispõem, geralmente, pelo território de forma densa e desordenada.

acesso à comunidade entrevistada e ao auxílio valoroso na aplicação de questionários, mas também à compreensão deste “campo de pesquisa” e a uma visão mais intimista das pessoas e de suas relações (o que é fundamental para uma abordagem etnográfica como a que se pretende aqui).

Clarice Libânio, antropóloga e coordenadora executiva da “Favela é isso aí”, orientou a reformulação das perguntas do questionário elaborado, visando facilitar a compreensão das mesmas pelas pessoas entrevistadas e a eficiência da pesquisa exploratória no que se refere ao objetivo de respostas consistentes com a realidade vivenciada no local. Ela disponibilizou parte da equipe para auxiliar na aplicação dos questionários e facilitar a movimentação pela área da comunidade. Sugeriu, também, que a investigação abordasse o Alto Vera Cruz/Taquaril pelo acolhimento que as pessoas deste local demonstram, geralmente, frente à presença de “estranhos” e/ou desconhecidos. Ainda, alertou que o trabalho deveria se limitar aos dias de semana (de segunda-feira a sexta-feira) no horário de seis horas da manhã às nove horas da manhã, quando todos os trabalhadores saem para trabalhar, e de três horas da tarde às cinco horas da tarde, quando os mesmos retornam às suas casas (finais de semana e horários após as seis da tarde são menos indicados, por motivos de segurança).

Assim, uma equipe de quatro pessoas (contando com a autora deste trabalho) se deslocou para o local por três dias úteis seguidos (de 17 a 19 de Outubro de 2011), durante a manhã e a tarde até às seis horas. Estes pesquisadores se dividiram em duplas para a aplicação dos questionários. Os integrantes de tais duplas, ainda que realizassem entrevistas simultaneamente, mantiveram-se juntos em suas visitas à comunidade (por motivo de segurança). Caminharam, então, essencialmente pelas ruas principais ou ruas movimentadas e pelas pracinhas.

Admite-se que o processo de aplicação dos questionários nesta área foi relativamente tranquilo, uma vez que alguns moradores conheciam a equipe da ONG e, por se sentirem mais próximos, prontificaram-se para a entrevista sem que fosse necessária a utilização de qualquer tipo de estratégia para se abordar as pessoas e convencê-las de contribuir com suas respostas. Estabeleceram-se diálogos enriquecedores, em que, além de responderem ao questionário da

pesquisa, os moradores contribuíram com relatos sobre condições e fatos divididos, de forma a permitir um apanhado valoroso de informações locais.

Após muitas caminhadas e conversas, conseguiu-se um total de 201 questionários completos: 170 entrevistas no Alto Vera Cruz (84,58% do total), 13 entrevistas no Taquaril (6,47% do total) e 18 entrevistas na Granja de Freitas (8,96% do total). Esta amostra está dividida em 102 mulheres (51%) e 99 homens (49,5%), com a maioria deles nas três faixas entre 21 anos e 50 anos. (26% da amostra na faixa de 21- 30 anos; 21,50% da amostra na faixa de 31- 40anos e 16% da amostra na faixa de 41- 50 anos de idade).

### **4.3 As observações**

Ao caminhar pela Comunidade Alto Vera Cruz, pode-se notar uma diversidade local curiosa, uma mistura de elementos, condições e até mesmo divergências peculiares (como já previsto previamente ao início das investigações). As ruas principais de acesso se caracterizam pelos tantos negócios locais, onde se observou uma grande movimentação e um intenso comércio ativo. Estas vias são pavimentadas e contam com a disponibilidade de serviços públicos essenciais (energia elétrica, água, saneamento básico...) - uma estrutura que possibilita a circulação de ônibus, bem como de fornecedores das lojas/supermercados/outras lojas existentes - além do próprio funcionamento deste comércio local. Notou-se, também, a existência de um posto policial e uma casa lotérica, dos quais serviços (seja de pagamento, apostas, saques – operações financeiras simples) pareciam muito requisitados diariamente.

As FIG. 4 adiante retrata o grande movimento de moradores na Casa Lotérica, o que estaria diretamente relacionado ao fato de ser o único representante bancário local (não há agências bancárias nas proximidades da comunidade). Independentemente das pessoas possuírem ou não uma conta bancária, quase todas as que participaram desta pesquisa afirmaram realizar seus pagamentos em correspondente bancário (92,04%, FIG 5).

Existe um conhecimento comum exposto nas entrevistas - compartilhado principalmente entre as pessoas de baixa renda, uma vez que representam a

maioria do público que efetua transações financeiras mais simples (recebimento de benefícios sociais realizados pelas pessoas através do Cartão Cidadão da Caixa ou por aqueles que optaram pela conta simplificada Caixa Fácil, pagamentos, depósitos, saques, transferências, abertura de contas simplificadas Caixa Fácil) - sobre a recomendação realizada pelos próprios funcionários das agências bancárias de se demandar tais serviços financeiros simples em agências Caixa Aqui (correspondentes autorizados da Caixa Econômica Federal).

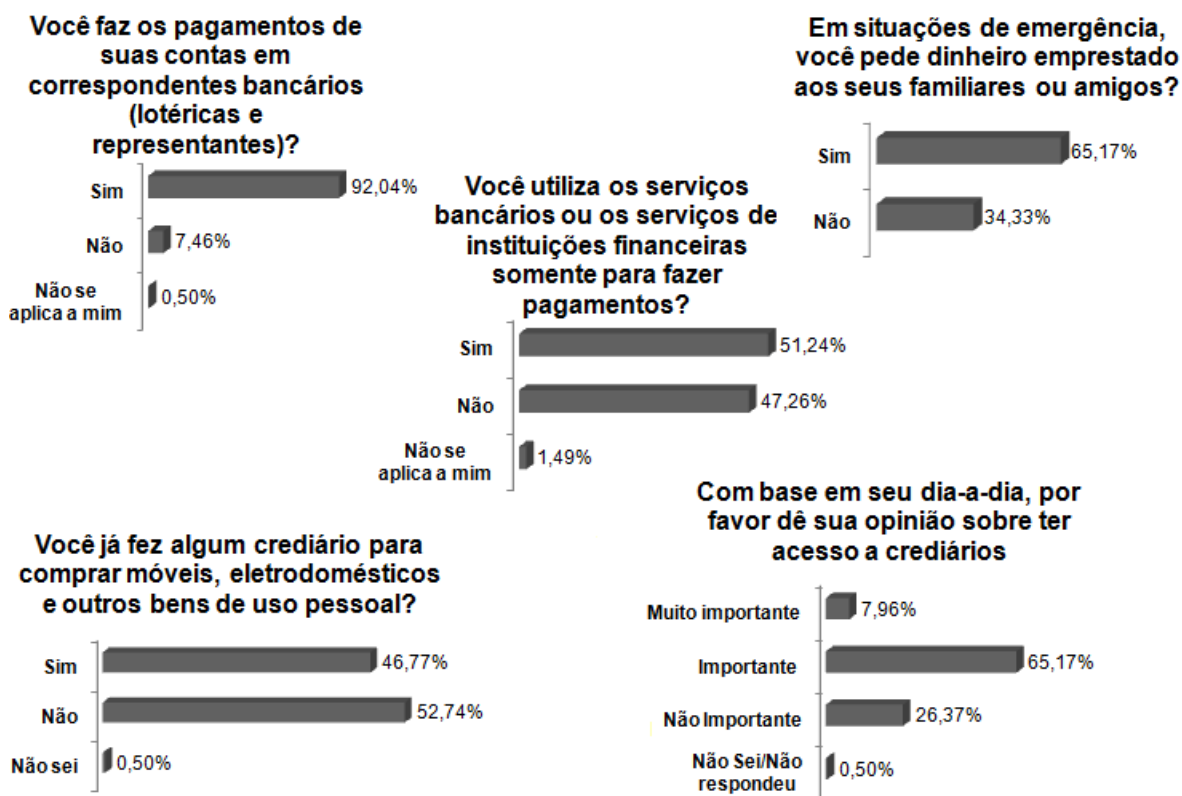
Ainda, a maior parte dos entrevistados também admitiu que utiliza os serviços bancários ou os serviços das instituições financeiras somente para realizar o pagamento de suas contas. Esta restrição do uso dos serviços disponibilizados pelas instituições financeiras fica ainda mais evidente quando ao se comentar sobre a possibilidade de alguma situação de emergência, a qual exigisse valores acima daqueles que possuíam como reserva (se realmente tivessem alguma reserva ou poupança), os entrevistados, em sua maioria (65,17%), relataram que solicitam empréstimos de familiares e amigos, evitando qualquer outra possível alternativa para se obter crédito.

**FIGURA 4 – A Casa Lotérica da Comunidade AVC**



Fonte: Acervo pessoal, 2011.

**FIGURA 5 – Os Moradores da Comunidade AVC e Alguns Serviços Financeiros**



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

Não se pode negar que há a presença de indivíduos prósperos que, por trabalharem como autônomos, em algum negócio próprio local, são capazes de arrecadar uma renda mensal familiar total em torno de R\$10.000,00 a R\$ 20.000,00. Em conversa com dois comerciantes da área, residentes da comunidade, soube-se que a relação com os bancos surgiu da necessidade de se abrir a empresa e, portanto, uma conta corrente em nome de pessoa jurídica. Eles possuíam cartões de débito e de crédito e nunca tiveram problemas em acessar o crédito concedido pelos bancos, apesar de evitarem e, até mesmo, alegarem a não necessidade deste procedimento, uma vez que os seus empreendimentos eram muito rentáveis. Enfatizaram, também, um aspecto local importante com a seguinte frase: “Dentro de uma favela há a circulação de muito dinheiro. O comércio é muito rentável e quem souber usar a esperteza, pode conseguir muito como autônomo.”. Um deles reclamou sobre os juros do cartão de crédito e confessou que passou por problemas de inadimplência relacionados às suas contas do mesmo. Ambos admitiram também utilizar os serviços de crediários com frequência, atribuindo a eles grande importância.

A diversidade de condições se destaca não somente no comércio local, mas também nas moradias. Pode-se perceber que algumas casas passaram por grandes reformas, enquanto outras aparentam uma situação precária, desfavorável. Além disso, as ruas que dão acesso às vias principais, geralmente, possuem algum calçamento ou são pavimentadas, diferentemente das tantas outras que não possuem essa ligação direta. A FIG.6 exemplifica este relato. Trata-se de duas partes diferentes da Rua Desembargador Bráulio, a primeira na altura do número 860, onde existem várias lojas comerciais; a segunda próxima ao número 565.

**FIGURA 6 – Rua Desembargador Bráulio, Comunidade AVC – Duas partes diferentes que compõem a mesma via.**



Ao se adentrar nos locais mais distantes das vias principais, as entrevistas obtiveram respostas interessantes e um tanto reveladoras sobre o que poderia configurar um comportamento de consumo comum. Em visita à casa de uma senhora amiga da equipe, observou-se que a fachada da residência aparentava condições desfavoráveis. No entanto, em seu interior, apesar da estrutura humilde e envelhecida evidente pelas paredes, havia um número notável de bens eletrodomésticos (em termos de qualidade e tecnologia) e móveis. Isto incitou a ideia de que os moradores da comunidade, ainda que possuíssem uma baixa renda, seriam usuários recorrentes de crediários – os quais são oferecidos de forma facilitada pelas lojas de eletrodomésticos e de departamentos.

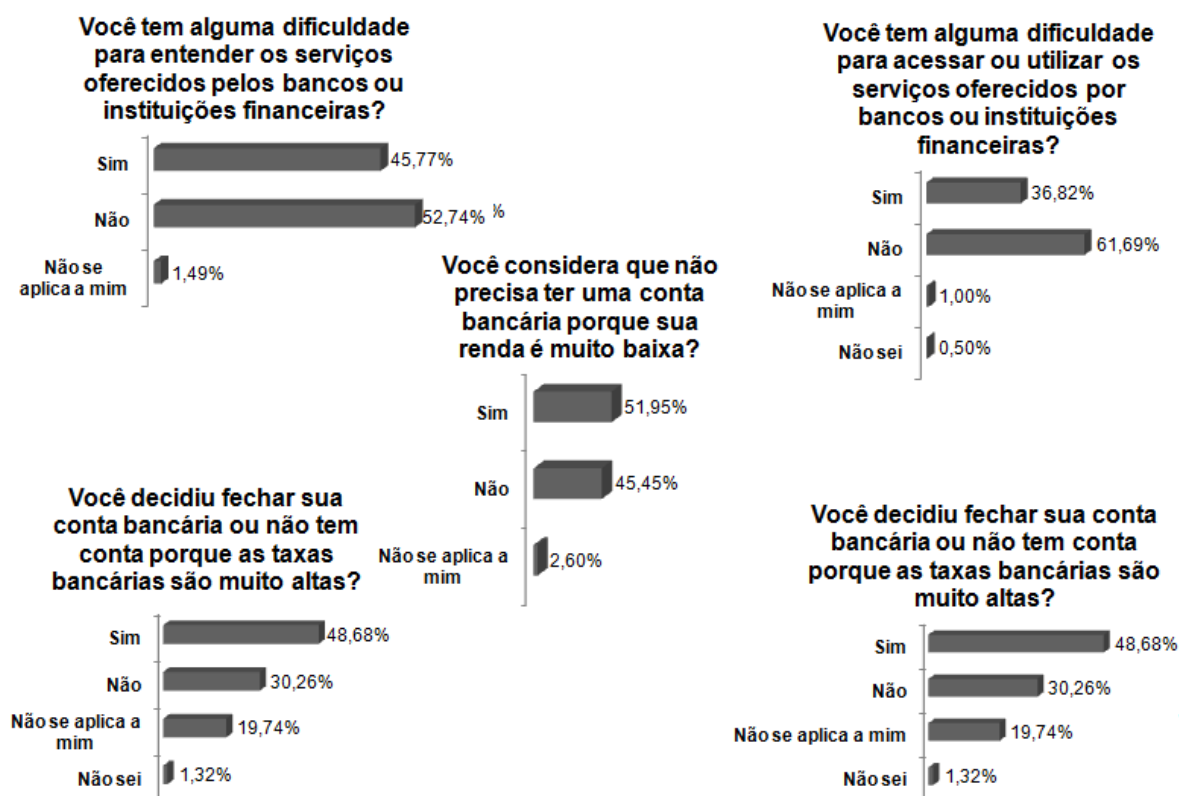
No seguimento da investigação, uma parte considerável dos moradores confirmou a grande utilização daquele serviço financeiro e atribuiu importância ao fato de terem acesso aos mesmos. Expuseram que, para garantir a aquisição de alguns bens pessoais necessários e de eletrodomésticos e móveis, os quais facilitariam ou aumentariam a sua qualidade de vida, era necessário fazer crediários, pois, do contrário, não haveria a possibilidade de realizar tais compras. A FIG.5 anterior retrata esta constatação. Nenhum dos entrevistados, entretanto, ressaltou uma grande preocupação com os juros embutidos no valor das parcelas de pagamentos referentes aos crediários realizados. Atribuíram importância somente ao valor das parcelas que deveriam pagar ao adquirir este tipo de serviço financeiro.

De acordo com o andamento das entrevistas, tomou-se conhecimento de que uma parte significativa dos respondentes (45,77%) possui dificuldades para entender os serviços oferecidos pelos bancos ou instituições financeiras e uma minoria de 36,82% atribuiu alguma complexidade ao acesso e/ou uso daqueles (FIG.7). Percebeu-se, também, que a maioria dos participantes possui uma conta bancária e algum tipo de cartão. No entanto, vale considerar significativa a proporção de quase 40% de indivíduos da amostra (exatamente 77 entre 201 entrevistados - FIG. 8) que relataram não possuir qualquer tipo de conta bancária. Quando perguntados sobre as razões, as respostas mais frequentes variaram entre os seguintes argumentos: i) Sua renda é muito baixa para ter uma conta bancária ou demandar algum tipo de crédito; ii) Não conseguiram manter sua

conta por causa das altas taxas bancárias. Ainda, ressalta-se que a quantidade de pessoas que afirmaram não ter qualquer tipo de cartão é quase similar à proporção daquelas que não possuem conta bancária (37,31% ou 75 pessoas dentre as 201 da amostra total, FIG. 9).

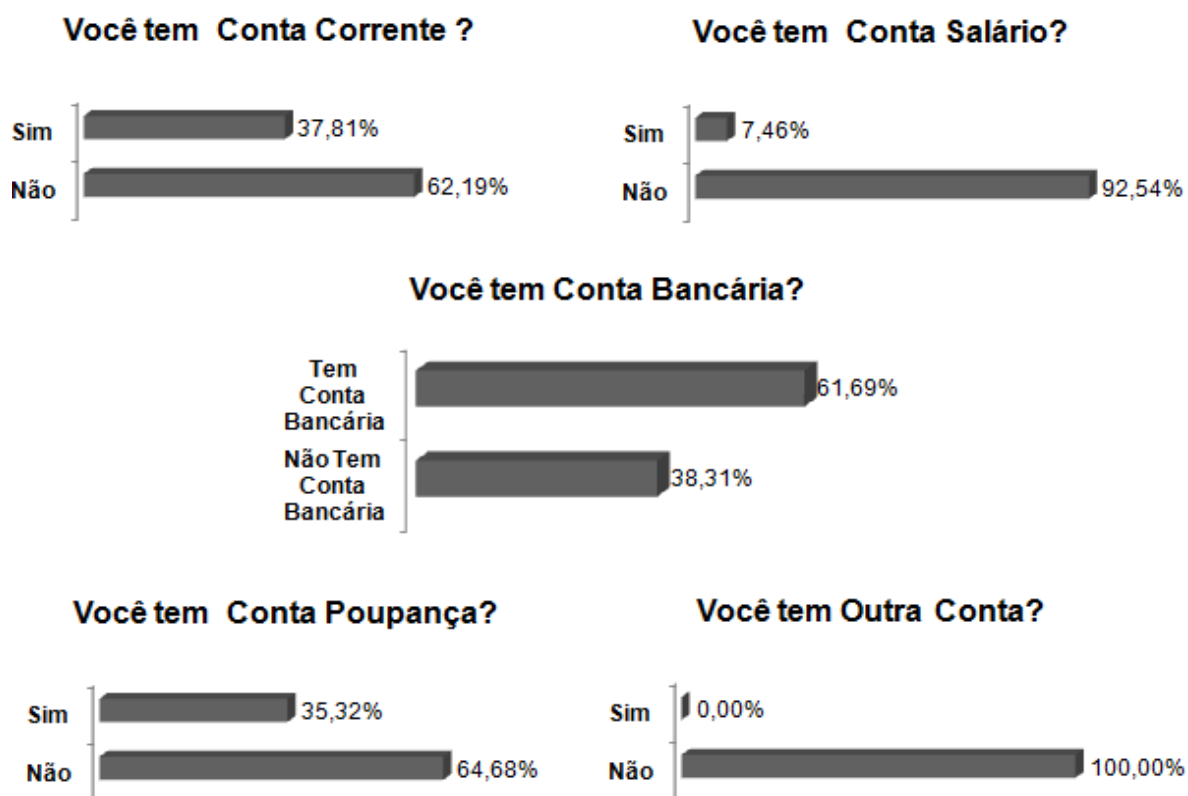
É interessante notar que há uma minoria dos entrevistados que possui cada tipo de conta bancária - conta corrente (37,81% ou 76 indivíduos), conta poupança (35,32% ou 71 indivíduos), conta salário (7,46% ou 15 indivíduos) – e, no entanto, a maioria deles (61,69% ou 124 entrevistados) tem alguma conta. Isto pode ser explicado pelo fato de que uma grande quantidade de pessoas possui somente um tipo de cada conta: 45 possuem somente conta corrente, 40 possuem somente conta poupança e 8 possuem somente conta salário (FIG. A 6).

**FIGURA 7 – Compreensão e Utilização dos Serviços Bancários e a Auto-Exclusão dos Moradores Que não Utilizam os mesmos – Comunidade AVC**



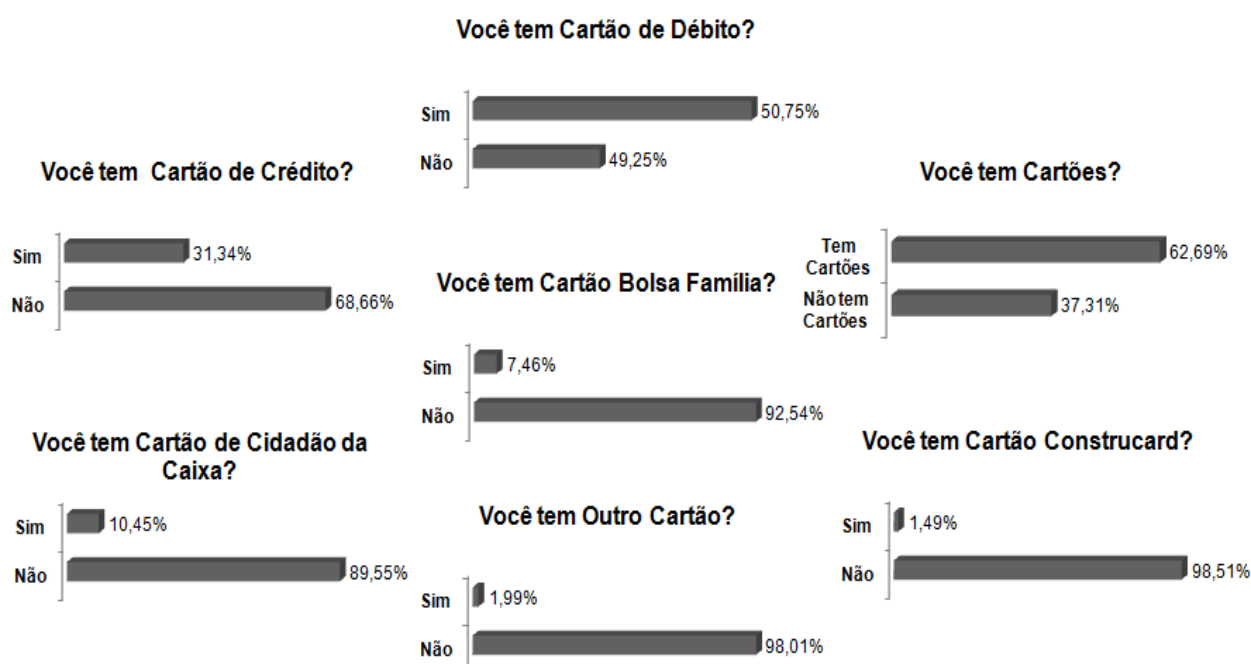
Fonte: Elaboração Própria, 2014.

**FIGURA 8 – A Comunidade AVC e a Utilização e/ou Acesso a Contas Bancárias**



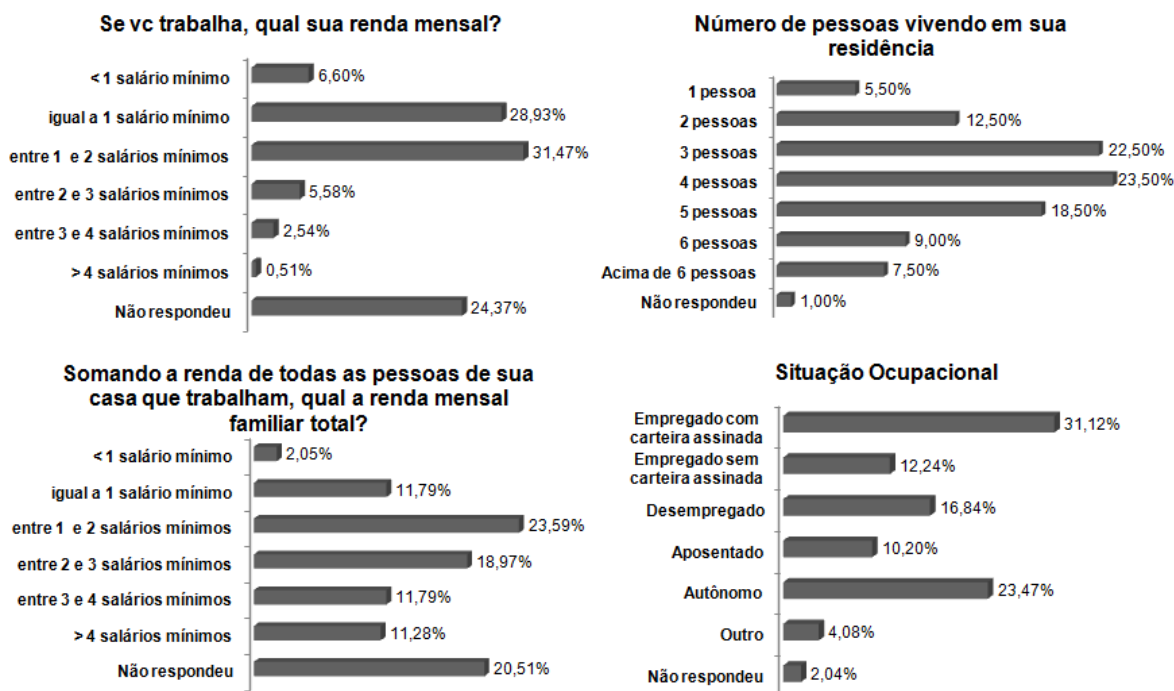
Fonte: Elaboração própria, 2014.

**FIGURA 9 – A Comunidade AVC e a Utilização e/ou Acesso aos Serviços de Cartões**



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

**FIGURA 10 – Algumas Características Socioeconômicas dos Moradores Entrevistados – Comunidade Alto Vera Cruz**



Fonte: Elaboração própria, 2014.

Curioso saber que os entrevistados, em sua maioria, trabalham em empregos formais ou de forma autônoma. O número de desempregados foi relativamente baixo, mas ainda superior à quantidade de pessoas que trabalham sem carteira assinada. Apesar de certa resistência em se revelar a renda (principalmente por parte dos homens, o que representou 20% de não respostas dentro da amostra), a maioria respondente admitiu receber de um a dois salários mínimos (individual) e de um a três salários (familiar). Associando-se esta informação com grande parte dos relatos que descreveram uma composição da unidade familiar de dois a cinco indivíduos, há a possibilidade de se atribuir uma razão plausível para o fato de que poucas pessoas afirmaram ter o cartão utilizado no recebimento do benefício concedido pelo programa “Bolsa Família” (um total de 15, proporcional de 7,46%)<sup>22</sup>. As FIG. 9 e FIG. 10 ilustram estes argumentos.

As conversas com as mulheres, moradoras da comunidade, revelaram uma postura mais independente das mesmas. Elas, casadas ou solteiras, participam

<sup>22</sup> Na seção 5.3.1 há uma explicação detalhada sobre o programa “Bolsa Família” e as pessoas beneficiadas pelo mesmo. Vale lembrar que a renda máxima por cada indivíduo integrante da unidade familiar de R\$ 154,00 garante o direito de participação ou benefício concedido pelo “Bolsa Família”.

ativamente da economia de suas famílias, trabalhando e se relacionando com o sistema financeiro de alguma forma - realizam pagamentos de suas contas, muitas delas possuem contas bancárias, cartões de débitos e cartões de crédito (FIG.A 3 e FIG. A 4). Algumas poucas relataram problemas de inadimplência relacionados à falta de pagamento das contas dos cartões de crédito, protestando muito contra as altas taxas de juros, admitindo a incapacidade de quitar tais dívidas e o risco de ter o seu nome associado a uma imagem negativa no sistema de informações creditícias brasileiro (Serviço de Proteção ao Crédito - SPC). Mas um grande número de mulheres admitiu que faz uso de crediários (47,06% ; 48 mulheres e 46 homens utilizam tal serviço) e atribuiu uma importância a este serviço, enfatizando o quanto facilitam sua vida, em termos de condições adequadas à sua realidade, para adquirir o que é necessário (FIG. A 5). Ainda, enfatiza-se que das 15 pessoas que afirmaram ter o cartão Bolsa Família, 10 são mulheres. Isto corrobora a informação de que preferencialmente este cartão é emitido em nome das mulheres da unidade familiar.

Para finalizar a descrição das observações deste campo de pesquisa, destaca-se a resposta dos entrevistados quando se perguntou sobre o que fariam com o dinheiro caso recebessem um empréstimo naquele dia e uma grande parte deles respondeu que reformaria suas casas ou compraria uma casa na comunidade (46% dos respondentes). Isto corrobora o mencionado ao final da primeira seção deste capítulo, o fato de que os moradores querem melhorar suas condições dentro da comunidade e não manifestam vontade de sair do local.

#### **4.4 Análise geral do “campo de pesquisa” – Comunidade AVC (Conclusões)**

A Comunidade Alto Vera Cruz/Taquaril é uma região, pertencente à cidade de Belo Horizonte, com grandes vulnerabilidades sociais e econômicas, dadas as complicadas circunstâncias e condições de sua ocupação e a exclusão social consequente.

Percebe-se pelas observações geradas na pesquisa exploratória que a relação com as instituições financeiras, para a maioria da amostra entrevistada, resume-

se aos serviços de pagamento de contas. Tal fato juntamente à facilidade de deslocamento e a simplicidade de realização das operações financeiras diretamente no caixa favorecem a preferência pela utilização dos serviços da única Casa Lotérica local.

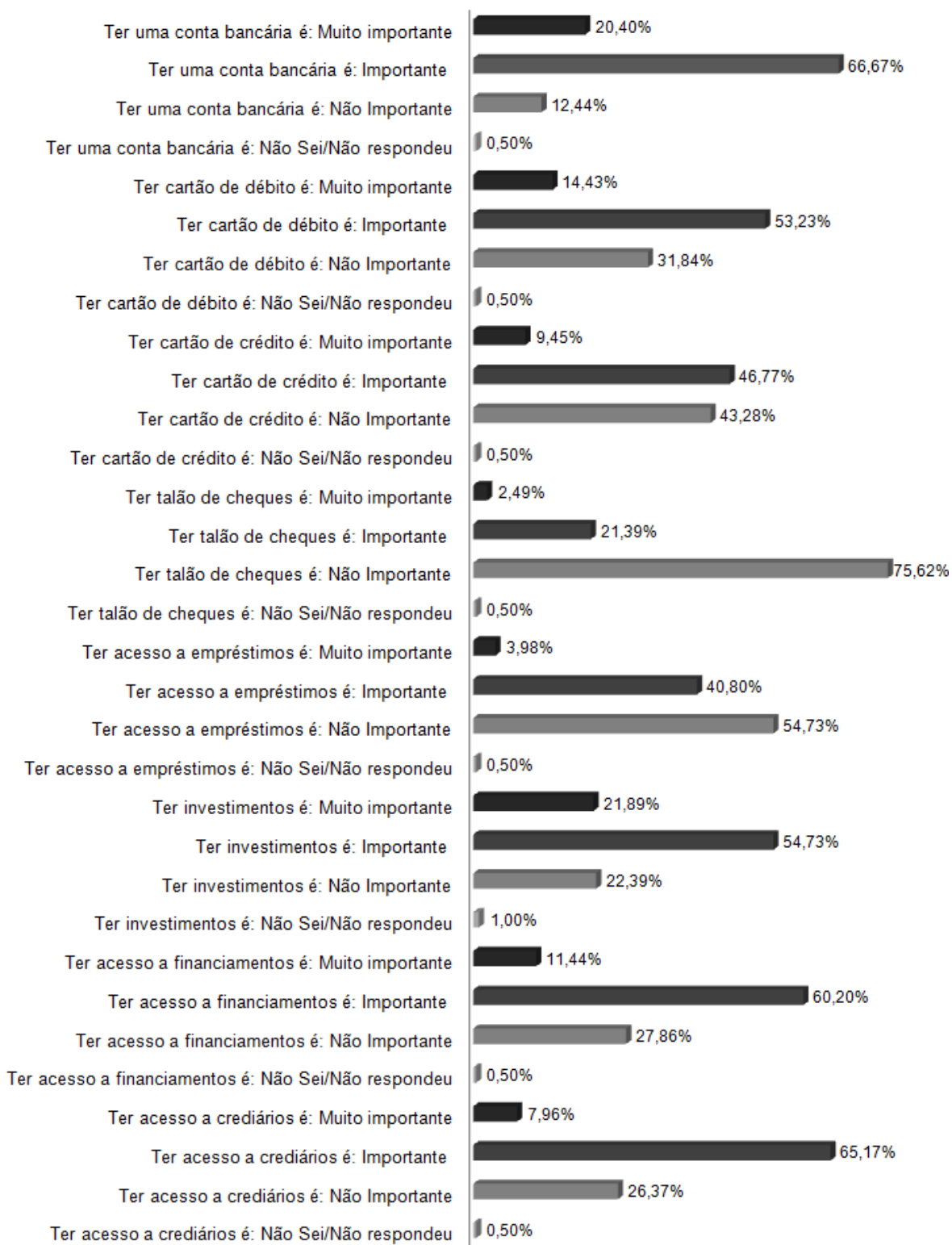
Além disso, nota-se que os moradores da comunidade, em sua maioria, possuem baixa renda (não em níveis de extrema pobreza), trabalham em empregos formais ou de maneira autônoma (possibilidades de descontinuidade de nível de renda a depender do andamento de sua atividade em cada mês), o que os permite garantir certas condições de vida. Não há, porém, uma maioria que consegue manter reservas, as pessoas afirmam ter dificuldades em poupar e esclarecem que, em casos de imprevistos emergenciais recorrem aos conselhos e a ajuda financeira de familiares e amigos. O receio relativo às instituições financeiras convencionais se evidencia não somente nestas ocasiões, como também é exposto abertamente no dia-a-dia, em que estes indivíduos recorrem às agências bancárias só se inevitavelmente necessário.

Assim, os relatos presenciados por esta investigação enfatizam condições socioeconômicas precárias, indivíduos que trabalham e sobrevivem com o que é estritamente essencial - a renda se divide para garantir os pagamentos das contas básicas, alimentação e educação dos filhos.

Diante desta descrição, deve-se atentar para a importância atribuída aos serviços e produtos financeiros, a fim de se analisar este comportamento frente ao que o sistema financeiro oferece e qual a razão desta relação restrita – se tal Exclusão Financeira sofrida é reconhecida como tal ou se esta condição de desigualdade financeira não é percebida como um prejuízo a esta realidade que as pessoas vivem (FIG.11).

**FIGURA 11 – Opiniões Sobre os Serviços Financeiros dos Moradores Entrevistados – Comunidade Alto Vera Cruz**

**Opinião sobre os serviços financeiros**



De acordo com a FIG.11 acima, nota-se que a maioria dos entrevistados atribuem importância a quase todos os serviços financeiros listados – contas bancárias, cartões de débito e de crédito, investimentos, financiamentos e crediários – com a exceção do talão de cheques e dos empréstimos. Possivelmente, os indivíduos avaliam o talão de cheques como não importante, devido à perda geral de expressão do mesmo nas transações econômicas cotidianas como um todo. Além disso, tais moradores não possuem saldo suficiente para garantir o pagamento de cheques, enfatizando-se a condição do cheque pré-datado, de maior uso por aqueles que possuem renda limitada. Já com relação aos empréstimos, recorre-se aos relatos que explicitam o grande receio em se relacionar com os bancos, principalmente quando as transações envolvem juros. As condições de concessão de empréstimos oferecidas pelas instituições financeiras são consideradas como inadequadas à realidade em que estes indivíduos vivem – a maioria relata que não se encaixa nas exigências mínimas necessárias para se tomar empréstimo no banco- e, por medo de não conseguirem pagar os juros devidos e de se tornarem inadimplentes recorrentes, eles preferem eliminar tais possibilidades de recursos de suas opções do dia-a-dia. Tal postura se repete frente ao cartão de crédito por uma parte considerável da amostra entrevistada. A proporção de 43,28% dessas pessoas prefere evitar o uso deste serviço, já que seu orçamento está todo comprometido com as atividades necessárias básicas para sua sobrevivência - muitos alegam que não podem assumir uma fatura extra por mês para pagar e temem a dívida com os juros altos, argumentando, também, que não possuem renda suficiente para garantir a aquisição de um cartão de crédito.

Assim, frente a uma situação imprevista ou uma emergência, as pessoas consideram primeiramente a opção de recorrer aos familiares e amigos para tomar um empréstimo. Caso não seja possível obter a ajuda destes entes próximos, elas preferem assumir a condição de inadimplentes. Os moradores da comunidade veem o empréstimo bancário ou a ajuda financeira promovida pelas instituições convencionais como um risco de aumento incontrolável de uma dívida existente (que não puderam evitar), devido ao reconhecimento da incapacidade própria de pagamento dos juros altos previstos. Não há confiança em um aconselhamento oferecido por instituições financeiras.

É importante destacar que 87,07% da amostra atribui importância à conta bancária, porém 38,31% das pessoas admitiram não ser bancarizadas (FIG.8). Algumas destas últimas descreveram a necessidade de encerrar sua conta bancária, expondo a dificuldade de manutenção da mesma pelos custos e taxas de transações usuais que tal serviço envolve.

Interessante ressaltar que o risco percebido pelos entrevistados em serviços como empréstimos e cartão de crédito não é previsto em serviços de crediários (muitas vezes concedidos através de cartões das lojas de departamentos ou através de carnês de pagamentos). Há a atribuição de importância a estes serviços financeiros pela maioria dos participantes da pesquisa (73,13%), os quais argumentam que os crediários possibilitam compras, que de outra forma poderiam não ocorrer, uma vez que envolvem um sistema de pagamento em várias parcelas de valor acessível – adequando-se à realidade vivenciada por estes consumidores. Ainda que tais serviços financeiros, de certa forma, envolvam altas taxas adicionadas aos valores dos bens, as quais representam um acréscimo extremamente elevado ao preço final. As pessoas que os utilizam não consideram este fato como uma desvantagem ou um prejuízo às suas condições vividas, pois configuram a única oportunidade dentro do que lhes é possível de garantir a aquisição de certos bens. Ou seja, elas escolhem pagar por tais prejuízos, com o objetivo de se sentirem incluídos na aquisição de certos bens, os quais acreditam contribuir para a garantia de uma “boa qualidade de vida”.

Por fim, ressalta-se que mais da metade dos entrevistados admitiram ter dificuldades em entender os serviços financeiros oferecidos pelos bancos ou instituições financeiras, o que, de certa forma, reflete uma deficiência da educação financeira local. Desse modo, de acordo com o que já foi discutido anteriormente, percebe-se que as pessoas aparentam preferir uma relação com o sistema financeiro que se resuma àquilo que acreditam ser realmente necessário às transações típicas de seu dia-a-dia.

Não se pode ignorar, também, o fato de que 36,82% dos respondentes afirmaram terem dificuldade de acessar ou utilizar os serviços oferecidos pelas instituições financeiras convencionais e 45,77% possuem dificuldade de entender os mesmos.

## **5 ESTUDO ETNOGRÁFICO: A MESORREGIÃO JEQUITINHONHA – AS CIDADES JORDÂNIA, JACINTO E ALMENARA**

Ao caminhar pelas ruas das cidades que compõem a microrregião Almenara (mesorregião Jequitinhonha) há a compreensão instantânea das condições de grande fragilidade social e econômica que a população enfrenta nesta área. Observa-se situações de pobreza, descaso público com relação à infraestrutura urbana e a necessidade de elementos essenciais básicos a uma vida digna que todo indivíduo deve ter direito.

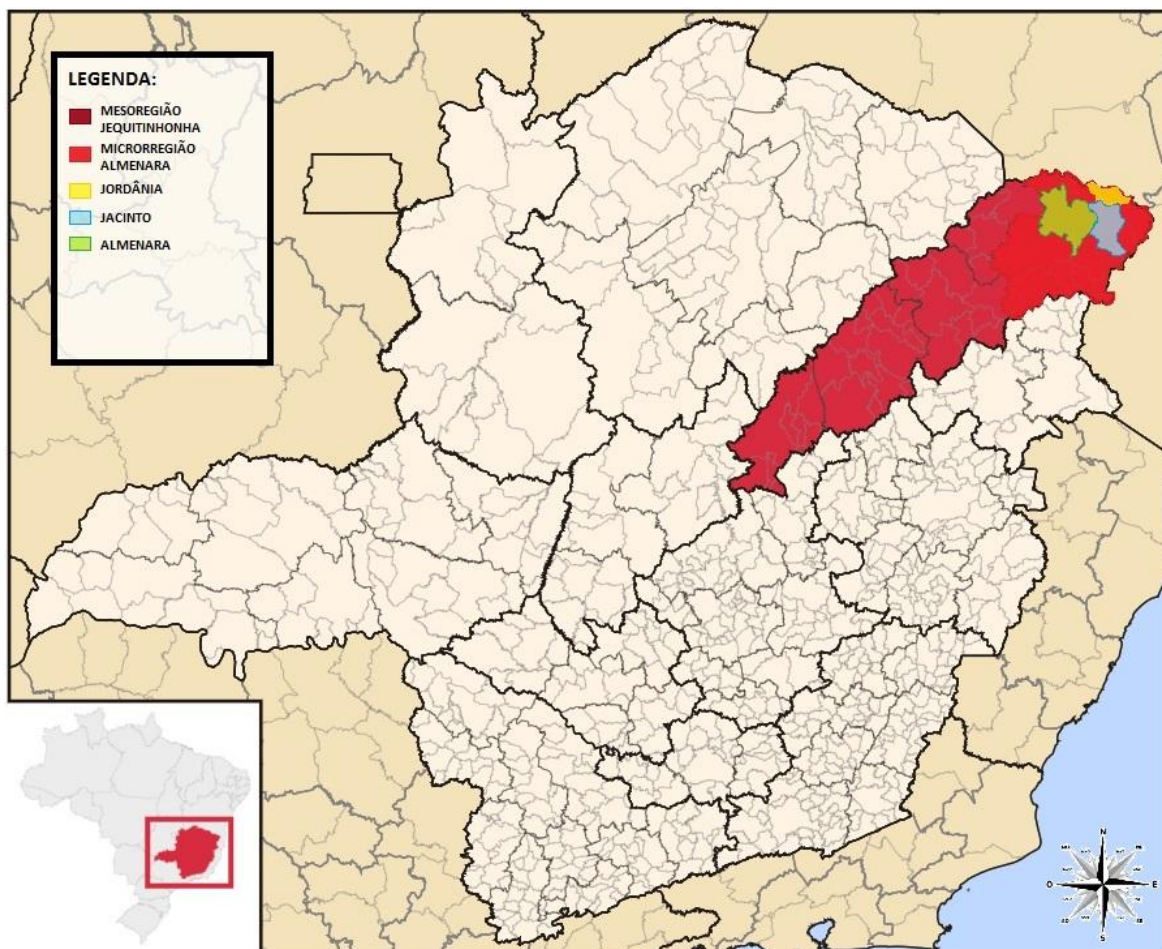
Diante de uma situação espacial complicada, mas com fortes traços culturais bem enraizados, discutem-se as dimensões observadas e relatadas da exclusão financeira, que se intensificam por e intensificam a vulnerabilidade social e econômica.

### **5.1 Descrição do campo de pesquisa**

Ao nordeste do estado de Minas Gerais, a mesorregião Jequitinhonha se destaca por seu histórico de baixos indicadores sociais (ainda que no período colonial tenha sido palco para a rentável atividade mineradora - extração de diamantes), sendo reconhecida como uma das regiões mais pobres e estagnadas de Minas Gerais. Caracteriza-se, também, por um intenso fluxo migratório, uma pequena oferta de emprego e uma reduzida urbanização. Além disso, há a prática local da pecuária de corte e a agricultura de pequena produção de alimentos básicos, não possuindo uma tradição no setor industrial, somente a existência de micro empresas, as quais absorvem uma mínima parte da mão de obra.

Por muito tempo, nenhuma das atividades econômicas desta região possuiu um dinamismo capaz de envolver a população ou promover um desenvolvimento significativo desta área (PLANOMESO, 2005), o que lhe atribuiu a reputação de região mineira extremamente vulnerável com condições alarmantes de miséria populacional e territorial.

**FIGURA 12 - Mapa da Mesorregião Jequitinhonha- Microrregião Almenara e Municípios de Almenara, Jordânia e Jacinto**



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

Dentre as microrregiões que compõe a Jequitinhonha, decidiu-se pela Almenara enquanto campo de pesquisa, a qual faz divisa com o Nordeste do Brasil e cuja densidade demográfica é uma das menores dentre as outras integrantes dessa mesorregião (11,64hab./km<sup>2</sup>, IBGE, 2010. FIG.12). O nível de organização da sociedade civil é bastante desigual, o que implica em populações pobres e predominantemente rurais, a ocorrência de altas taxas de mortalidade de vida e de baixa esperança de vida, além de, como já mencionado, uma intensa evasão populacional para outras regiões e estados<sup>23</sup>.

A microrregião Almenara é composta por 16 municípios. Dentre eles optou-se, inicialmente, por Jordânia, já que é a cidade mais ao norte e que faz divisa com o Estado da Bahia (esperava-se que esta localização implicasse em características

<sup>23</sup> Programa de Promoção de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (2003; Secretaria de Programas Regionais –SPR) – Ministério da Integração Nacional.

socioeconômicas desfavoráveis extremas, tendo em vista o objetivo do estudo) para a realização da pesquisa exploratória.

A cidade se localiza em uma região situada à margem esquerda do rio Jequitinhonha (FIG.12), sendo sua sede exatamente localizada à margem direita do Ribeirão do Salto. Inicialmente, serviu de pouso a tropeiros que transitavam de Minas Gerais para a Bahia e pertencia ao município de Salto da Divisa (ou seja, ao último estado citado). A antes chamada Palestina Mineira integrou-se ao território mineiro em 1932 (na época subordinada ao centro administrativo de Jacinto), estabelecendo-se como município em 1948, quando recebeu o nome de Jordânia, ainda que, até os tempos atuais, conserve hábitos de vida e características culturais baianas.

Os municípios de Jacinto e Almenara (FIG.12 acima) foram inclusos parcialmente neste estudo etnográfico por terem sido citados pelos moradores de Jordânia (foco principal), que recorriam a estes locais para acessar alguns serviços básicos de saúde, bancários e jurídicos (cartórios, serviços de advogados), dentre outros. A microrregião à qual todos estes municípios pertencem recebeu o nome Almenara, por esta ser a cidade polo do território total.

A TAB.3 contém uma síntese de dados gerais das cidades citadas com a inclusão de Belo Horizonte, para favorecer o entendimento de quão pequenos e pouco dinâmicos são estes três municípios abordados por esta pesquisa.

**TABELA 3 – Síntese de Dados Referentes aos Municípios de Jordânia, Jacinto e Almenara com a Inclusão de Belo Horizonte para o Entendimento das Condições e das Estruturas Presentes Daqueles Integrantes da Microrregião Almenara**

<b>Síntese das Informações - Correspondente ao ano de 2013</b>	<b>Jordânia</b>	<b>Jacinto</b>	<b>Almenara</b>	<b>BH</b>
Área da unidade territorial (km²)	546,705	1.393,61	2.294,43	331,401
Estabelecimentos de Saúde SUS	8	10	19	328
Matrícula - Ensino fundamental - 2012	1.667	1.813	6.410	309.018
Matrícula - Ensino médio - 2012	397	445	1.644	102.639
Número de unidades locais	163	212	848	117.017
Pessoal ocupado total	650	642	5.412	1.590.502
PIB per capita a preços correntes - 2011 (R\$)	5.290,32	6.114,58	6.915,64	23.053,07
População residente	10.324	12.134	38.775	2.375.151
População residente - Homens	5.334	6.285	19.534	1.113.513
População residente - Mulheres	4.990	5.849	19.241	1.261.638
População residente alfabetizada	7.421	8.186	28.216	2.156.876
Rendimento médio mensal dos domicílios particulares - Rural (R\$)	971,95	850,83	846,13	-
Rendimento médio mensal dos domicílios particulares - Urbana(R\$)	1.369,53	1.151,81	1.551,85	4.647,73
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,628	0,62	0,642	0,81
Número de Agências	1	1	5	456
Operações de Crédito (R\$)	3.578.950	30.239.906	211.387.598	59.359.072.001
Depósitos à vista - privado (R\$)	312.081	3.182.029	15.768.764	5.067.267.802
Poupança (R\$)	73.028	8.770.368	64.361.186	16.945.815.740
Depósitos a prazo (R\$)	239.912	6.178.993	21.858.683	29.195.840.339

Fonte: Elaboração própria baseado nos dados fornecidos pelo IBGE (2014)/Banco Central do Brasil, Registros Administrativos 2013.

NOTA 1: O município pode ter mais agências, mas os valores apresentados são das agências que estavam efetivamente operantes na data do fechamento da pesquisa.

A cidade de Jordânia gera uma mínima receita com tributos, o que condiciona o cumprimento de suas obrigações (honrar folha de pagamentos de funcionários públicos, obras realizadas na cidade, investimentos em educação e infraestrutura local) ao volume recebido de transferências correntes (repasses do governo federal e estadual). Isto corrobora a ideia de que é um município pequeno, onde há pouca dinâmica econômica, sendo caracterizado substancialmente por atividades agropecuárias de pequeno porte (ver TAB.4). Portanto, ressalta-se que, praticamente, 94% da arrecadação do município advêm de transferências correntes (tal valor para cada uma das outras cidades que constam na TAB.4 é: Jacinto, 91%; Almenara, 89%; Belo Horizonte, 53%).

**TABELA 4 – Finanças Públicas de Jordânia Jordânia, Jacinto e Almenara com a Inclusão de Belo Horizonte para o Entendimento das Condições Presentes Daqueles Integrantes da Microrregião Almenara**

<b>Finanças Públicas - Ano de 2009</b>	<b>Jordânia</b>	<b>Jacinto</b>	<b>Almenara</b>	<b>BH</b>
Receitas orçamentárias realizadas	10.252.622,71	11.876.294,22	31.027.811,17	4.825.925.739,42
Receitas orçamentárias realizadas - Correntes	10.831.334,62	13.084.416,88	33.710.884,61	4.444.966.017,36
Receitas orçamentárias realizadas - Tributárias	406.335,50	771.478,63	2.631.276,06	1.430.455.191,27
Receitas orçamentárias realizadas - Patrimonial	36.651,98	19.223,07	20.202,50	82.230.502,57
Receitas orçamentárias realizadas - Transferências Correntes	10.176.581,58	11.949.214,28	30.151.175,61	2.352.103.387,23
Receitas orçamentárias realizadas - Dívida Ativa	0	5.284,37	151.890,76	154.913.114,68
Receitas orçamentárias realizadas - Outras Receitas Correntes	30.065,35	64.655,06	234.442,75	261.204.583,18
Receitas orçamentárias realizadas - Capital	772.875,00	220.000,00	597.204,50	350.493.477,07
Receitas orçamentárias realizadas - Transferência de Capital	772.875,00	220.000,00	597.204,50	145.811.962,99
Valor do Imposto Territorial Rural - ITR	3.885,64	11.433,66	16.717,19	17.908,67

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2009.

NOTA 1: Os totais de Brasil e Unidades da Federação são a soma dos valores dos municípios.

NOTA 2: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

## 5.2 A pesquisa

A parte do estudo etnográfico desenvolvido na cidade de Jordânia foi extremamente interessante e emocionante, desde o acesso ao local até os deliciosos cafés de recepção adoçados pela proveitosa conversa típica de “mineiros” do interior do estado.

A equipe que se encaminhou ao campo de pesquisa foi formada por quatro pessoas: dois pesquisadores disponibilizados pelo Lemte/Cedeplar, um economista/pesquisador e a autora deste trabalho<sup>24</sup>. Apesar de se desconhecer o local de aplicação dos questionários (há poucas informações disponíveis sobre a cidade de Jordânia: condições de acesso, possibilidades de estadia, características específicas), estes investigadores muniram-se de determinação e coragem para realizar um trabalho que se demonstrou um tanto desafiador.

Assim, em Janeiro de 2012, partindo de Porto Seguro (Bahia), deslocou-se de carro em direção ao campo de pesquisa, Jordânia (Minas Gerais), levando na

<sup>24</sup> A equipe foi formada pelos pesquisadores Fernanda Faria e Marco Duarte, os quais em Janeiro de 2012 integravam o Laboratório de estudos em Moeda e Território, coordenado pelo professor Marco Crocco, pertencente ao Cedeplar/UFMG. Além disso, incorporou-se ao grupo o economista Daniel Gurgel, que também prestou contribuição valorosa a esta etapa do estudo etnográfico.

bagagem questionários, boa vontade e um mapa com coordenadas. Enquanto o caminho era formado por rodovias e/ou vias asfaltadas tudo correu tranquilamente, apesar da chuva incessante. Sabia-se, no entanto, que boa parte da rota era composta por estrada de terra e que as condições poderiam não ser as melhores, uma vez que estava chovendo bastante.

Passando-se a divisa Bahia-Minas Gerais, seguindo para o Sul, ingressou-se na estrada de terra e a aventura começou - algumas partes estavam muito irregulares com buracos e valas; arriscou-se a passagem por partes completamente alagadas e sem nenhuma garantia de que seria totalmente seguro até chegar a Jacinto. Nesta cidade, perguntou-se sobre o melhor caminho para Jordânia e foi sugerida a travessia do rio Jequitinhonha em uma velha balsa. Devido à grande vazão do rio, a travessia durou cerca de 30 minutos.

**FIGURA 13 – A Trajetória para Jordânia (MG)**



Fonte: Acervo pessoal, 2014.

Após um longo trajeto percorrido chegou-se à Jordânia, cidade muito pequena, à beira de um ribeirão, uma via de Palmeiras como entrada, uma praça principal no centro da cidade e uma igreja católica “matriz” como referência. Era um fim de tarde quando se hospedou no único hotel da cidade, que na verdade tratava-se de uma pensãozinha humilde da Dona Profeta. Ela costumava hospedar viajantes em trânsito provenientes da Bahia em direção a Almenara, apesar de seu estabelecimento se localizar no centro da cidade.

Passaram-se um total de três dias em Jordânia e foram realizados 199 questionários divididos em 114 mulheres (57,29% da amostra) e 85 homens (42,71%) entrevistados.

### **5.3 As observações**

Iniciou-se a pesquisa no centro da cidade em frente à única agência bancária existente (Caixa Econômica Federal), onde logo cedo se formou uma longa fila de pessoas que, em sua maioria ou estavam ali para receber o benefício de aposentadoria ou para o pagamento de alguma conta. Os entrevistados afirmaram ter um cartão somente para receber este benefício - 31,66% da amostra pesquisada admitiu possuir uma conta bancária somente com este fim. Reclamaram, também, que possuem dificuldades em entender os serviços oferecidos pelos bancos e que acabam passando horas na fila para conseguirem receber o benefício e/ou efetuar alguma transação. Alguns deles admitiram não ter qualquer conta bancária ou outros cartões.

O centro da cidade em dias de semana fica repleto de aposentados que saem às ruas para se socializar. Dessa maneira, optou-se por realizar as aplicações de questionários em áreas mais desfavorecidas da cidade, os bairros da Saudade e Guanabara, onde haveria a possibilidade de variar a amostra.

Os bairros da Saudade e Guanabara não possuíam calçamento na rua ou estrutura regular de passeios; as casas eram humildes, normalmente sem laje, forradas por um telhado simples e piso de cimento liso. Apesar da simplicidade das moradias, os entrevistados recebiam os pesquisadores com muita cordialidade e, normalmente, não se davam por satisfeitos caso a oferta do cafezinho fosse recusada. Caminhava-se pelas ruas, então, passando-se de casa em casa e as conversas eram estabelecidas na porta ou no aconchego das salas de visita dos entrevistados. As pessoas não se importavam em dividir suas informações com os entrevistadores e revelavam, por vezes, muito mais do que o simples conteúdo do questionário. Elas queriam dialogar, dividir as experiências, suas aflições, seus problemas e até mesmo se aconselhar sobre alguma situação específica.

**FIGURA 14 – Jordânia (MG) – O Local Onde se Realizou a Pesquisa**



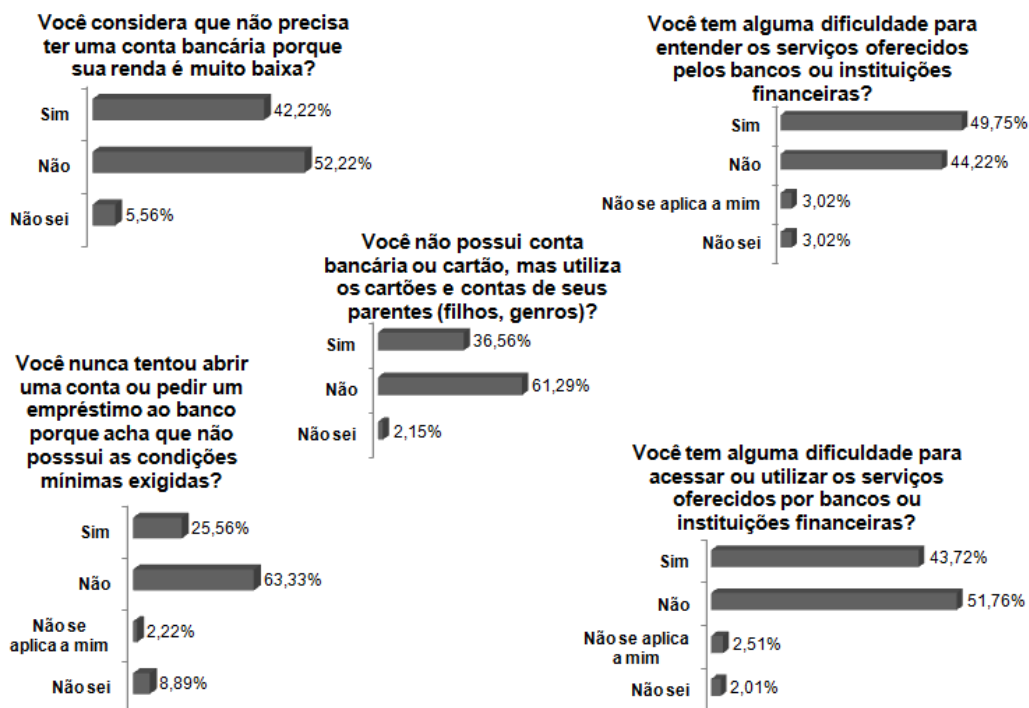
Fonte: Acervo pessoal, 2014.

Através destas longas conversas, descobriu-se que o município de Jordânia disponibiliza uma van, diariamente, com destino a Almenara para atender as seguintes necessidades da população: (i) serviços de saúde mais específicos do que a consulta a um clínico geral, odontologia especializada, dentre outros especialistas da área; (ii) serviços bancários e/ou financeiros estabelecidos com outras agências ou instituições que não a Caixa Econômica Federal; (iii) serviços jurídicos – cartórios, advogados, dentre outros; (iv) aquisição de bens essenciais indisponíveis no comércio local.

As pessoas contaram que as relações com as instituições bancárias se resumiam ao estritamente necessário e, algumas vezes, confessaram manter este contato limitado porque não confiam nos serviços por elas prestados. Nas palavras dos moradores locais: “*O banco só serve para tomar o dinheiro da gente*”. Um número considerável deles admitiu ter dificuldades de entender (99 entrevistados ou 49,75% da amostra total), bem como de acessar (43,72% ou 87 entrevistados) os serviços oferecidos pelos bancos (FIG. 15). Apesar de uma maioria de 59,30%

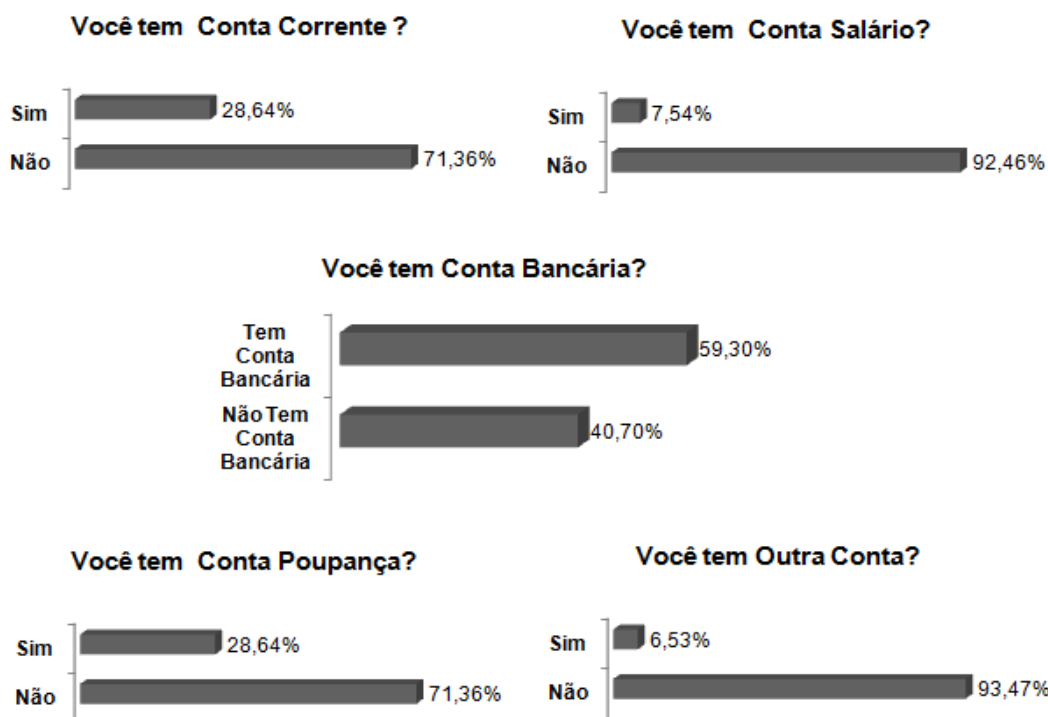
(FIG.16) dos indivíduos terem alguma conta bancária e de 68,84% dos mesmos possuírem algum cartão (FIG.17), não se pode ignorar a proporção significativa daqueles que não acessam ou utilizam tais serviços, respectivamente, 40,70% e 31,16%. Sobre os respondentes que admitiram não ter conta bancária (84 entrevistados), destaca-se o fato relevante de que a justificativa de maior afirmação (e que, entretanto, correspondeu a somente 42,22% - quantidade absoluta de 38 – deles) foi aquela que revelava a não necessidade de se utilizar este serviço financeiro por terem uma renda muito baixa. A segunda razão mais apontada dentre as respostas obtidas, porém correspondente a somente 25,56% deles, foi que os mesmos nunca tentaram abrir uma conta ou pedir um empréstimo por acreditarem que não possuem as condições mínimas exigidas. Ainda acerca destes indivíduos não bancarizados, 36,56% deles contaram que utilizam as contas e os cartões de parentes (FIG. 15).

**FIGURA 15 – Compreensão e Utilização dos Serviços Bancários e a Auto-Exclusão dos Moradores que não Utilizam os mesmos – Jordânia (MG)**



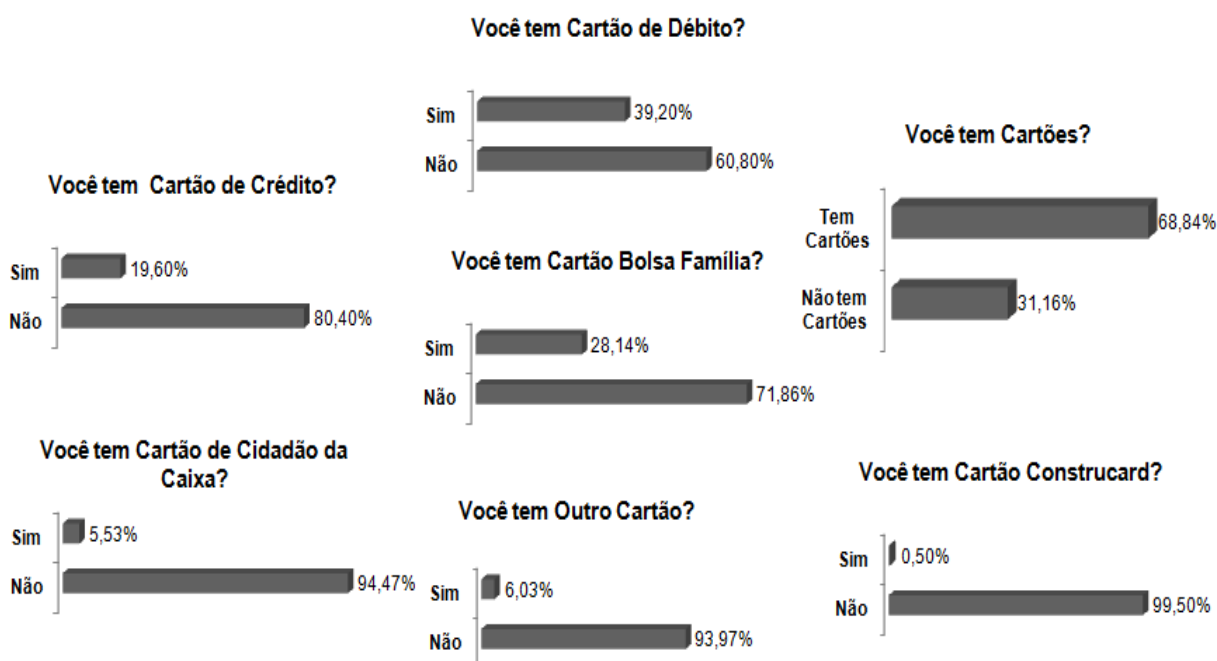
Fonte: Elaboração Própria, 2014.

**FIGURA 16 – Os Moradores de Jordânia (MG) e a Utilização e/ou o Acesso a Contas Bancárias**



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

**FIGURA 17 – Os Moradores de Jordânia (MG) e a Utilização e/ou Acesso aos Serviços de Cartões**



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

É curioso o fato de que, apesar de uma minoria da amostra admitir que possui conta corrente (28,64%), conta poupança (28,64%), conta salário (7,54%), outra conta (6,53%), há uma maior parte dos entrevistados (59,30%) que possuem algum tipo de conta bancária (FIG. 16 acima). Este fato inspirou a ideia de que, provavelmente, a maioria das pessoas que possui uma conta bancária não utiliza mais do que um tipo desta. Verificou-se então a seguinte frequência (FIG A 10): 37 pessoas em um total de 57 possuem somente conta corrente (18,59% da amostra total); 38 entrevistados em um total de 57 possuem somente conta poupança (19,10% da amostra total); 10 indivíduos em um total de 15 possuem somente conta salário (5,03% da amostra total); 12 respondentes em um total de 13 possuem somente outra conta (6,03% da amostra total).

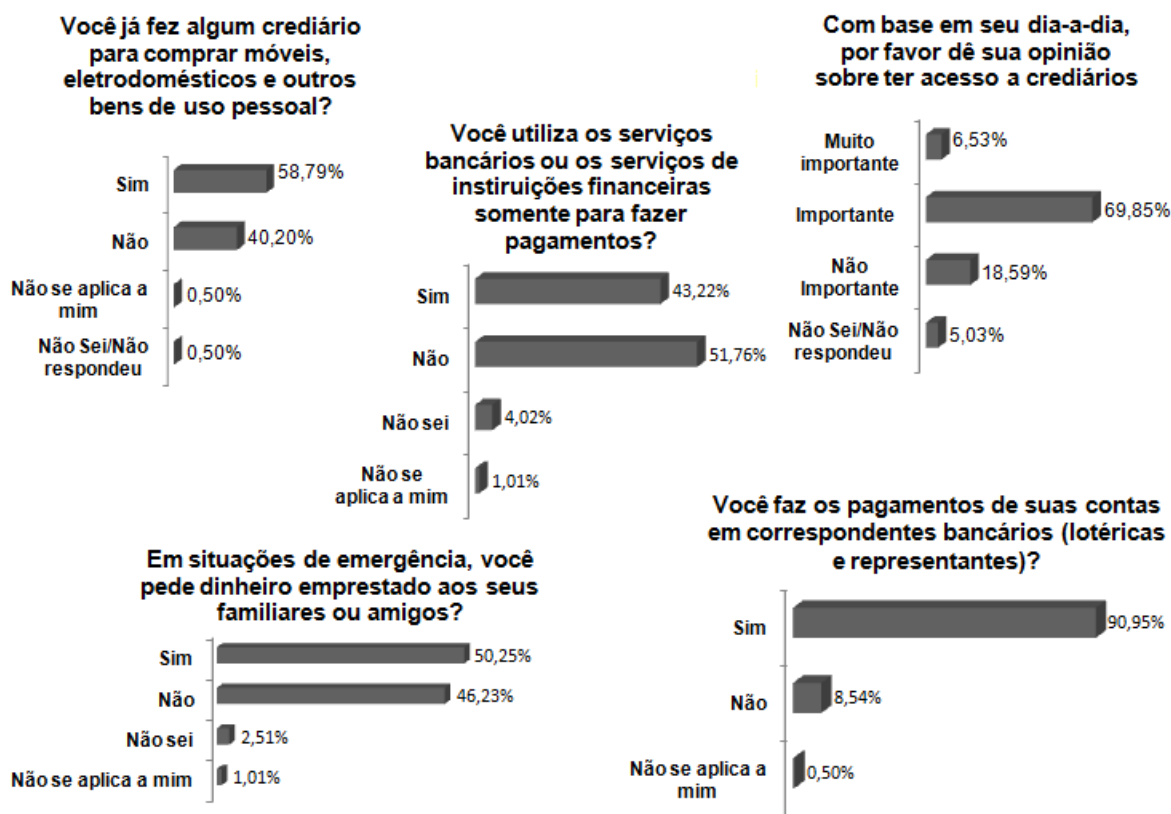
As entrevistas ainda revelaram a preferência dos moradores pela utilização de correspondentes bancários, especificamente, a única Casa Lotérica existente na cidade (proporção de 91% da amostra). Eles argumentaram se sentir mais confortáveis em realizar suas transações financeiras nesta Casa Lotérica, onde as dificuldades são menores – resolvem tudo diretamente no caixa - e o tempo despendido para concluírem o que for necessário é menor.

Além disso, alguns entrevistados (43,22%) alegaram utilizar os serviços das instituições financeiras somente para realizar os pagamentos de suas contas (FIG.18). Como não possuem reservas em poupança ou pelo fato de sua baixa renda recebida já estar comprometida para os fins que configuram necessidades básicas (pagamento de contas, alimentação, moradia e educação dos filhos), os moradores afirmaram não terem outros serviços a demandar das instituições financeiras.

Em caso de imprevistos e ou situações de emergência (doença, morte ou desemprego), a metade dos respondentes recorre aos parentes e amigos para tomar empréstimos (50,25%). A maioria mencionou ter um grande receio com relação a tomar empréstimos concedidos pelos bancos e que tal sentimento se estende aos conselhos e ofertas gerais dos mesmos, preferindo restringir, ao máximo, a relação com as instituições financeiras.

É interessante ressaltar que várias pessoas tinham o costume de manter uma “conta” nos mercadinhos da cidade, prática caracterizada pela anotação de todos os produtos consumidos pelo cliente ao longo dos dias, dívida que é saldada todo início de cada mês posterior àquele em que se realizam as compras. Com relação ao consumo de bens essenciais, frente à presença de ao menos uma loja de eletrodomésticos e algumas de móveis, grande parte dos respondentes (58,79%) também confirmou utilizar crediários e muitos atribuem importância a estes serviços financeiros (76,38%). Os crediários, assim como aquelas “contas” em mercearias, são vistos como facilitadores relevantes para esta população, possibilitando a compra de bens básicos e necessários para garantir condições razoáveis de vida (FIG.18).

**FIGURA 18 – Os Moradores de Jordânia e Alguns Serviços Financeiros**

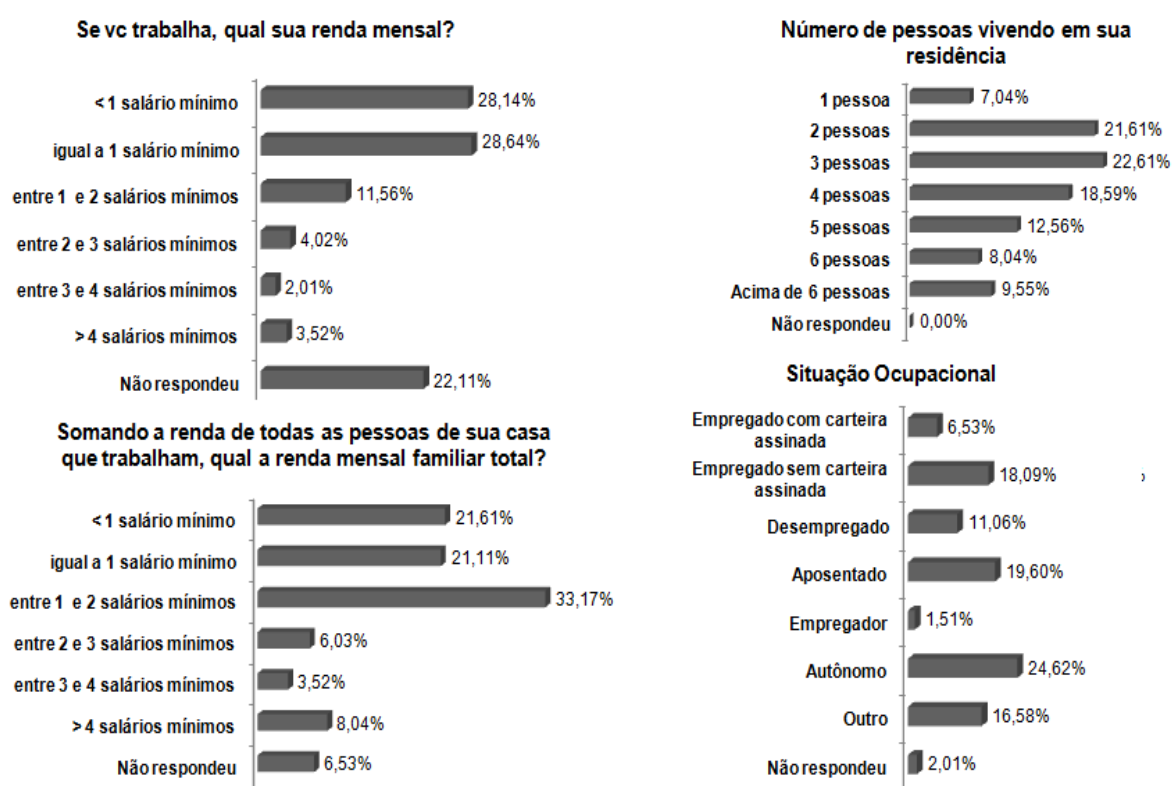


Fonte: Elaboração Própria, 2014.

Os entrevistados, em sua maioria, trabalham em emprego sem carteira assinada (18,09%) ou de forma autônoma (24,62%) e 19,60% são aposentados. Apesar de certa resistência em se expor a renda (22,11% não responderam), a maior parte admitiu receber menos ou o equivalente a um salário mínimo – individual- e até

dois salários mínimos – familiar (FIG. 19). Associando-se esta informação à composição da unidade familiar de dois a cinco indivíduos, de acordo com grande parte dos relatos (62,81%), pode-se justificar a maior proporção de pessoas que afirmaram ter o cartão “Bolsa Família” nesta etapa deste estudo. Além disso, as dificuldades de compreensão relatadas por diversas pessoas relacionam-se, de certa forma, ao baixo nível de escolaridade da amostra, variando de nenhum até o primeiro grau completo (sendo que 17,59% são de analfabetos).

**FIGURA 19 – Algumas Características Socioeconômicas dos Entrevistados – Jordânia (MG)**



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

Em uma das tantas conversas, uma mulher jovem adulta - a qual residia em uma casa de dois cômodos com piso de terra batida e que tinha três filhos - expôs que seu marido era pescador e que, como naquela época a pesca normalmente era suspensa (situação periódica em prol da recuperação das espécies de peixes), ainda que ele recebesse um benefício para compensar o impedimento de seu trabalho, era necessário que se deslocasse para um emprego temporário na agricultura em uma região mais ao sul. Normalmente, este trabalho tinha duração de três meses, quando as mulheres permaneciam em suas casas sozinhas com

os filhos e apoiadas financeiramente pelos benefícios do programa “Bolsa Família” somente.

As mulheres de Jordânia transmitiram essa realidade de permanecerem sozinhas temporariamente com os filhos, enquanto os homens estão na lavoura (se estas também não trabalhassem como lavradoras). Assim, elas resolvem tudo para que a casa funcione por este período. O “Bolsa Família” vem como um rendimento para amparar esta situação juntamente com alguns outros rendimentos provenientes de pequenos trabalhos formais ou até mesmo informais. A renda mensal relatada por 58,77% delas é menor ou igual a um salário mínimo.

A proporção das mulheres que recebem o “Bolsa Família” é de 38,60% (FIG. A 8), o que corresponde a 44 do todo de 56 pessoas (total que se refere à proporção de 28,14% da amostra entrevistada) que participam do programa na cidade (novamente corroborando o “foco” no que tange à pessoa responsável pelos recebimentos determinado por ele).

Assim, as moradoras de Jordânia são atuantes em termos de atividades sociais, econômicas e até mesmo financeiras, caso seja considerado que 46,49% possuem algum tipo de conta (FIG. A 7), 83 delas utilizam algum tipo de cartão (FIG. A 8), ressaltando que 44 mulheres possuem o Cartão Bolsa Família (dentre as quais 31 têm somente este cartão – 27,79% do total da amostra feminina). Além disso, uma grande parcela dentre elas, 61,40%, já fizeram uso de crediários para adquirir algum bem essencial a fim de garantir melhores condições de vida (eletrodomésticos, móveis ou bens de utilidade pessoal). Isto é, a maioria das pessoas que confirmaram o uso destes serviços financeiros eram mulheres - 70 em um total de 115 entrevistados. Dado que 40,35% dessa amostra feminina era casada, o que foi descrito corrobora a situação das mulheres que cuidam da casa e se mostram ativas economicamente (consumo e trabalho), enquanto os homens estão na lavoura.

Ao final do trabalho desenvolvido em Jordânia, já no trajeto de retorno, decidiu-se por realizar a pequena experiência de uma tarde de entrevistas na cidade de Almenara, com o propósito de se identificar algumas diferenças entre a primeira e a última citadas (já que havia um fluxo de pessoas que se deslocava para

Almenara com o objetivo de demandar alguns serviços ou produtos indisponíveis onde elas moravam – de saúde, financeiros ou jurídicos).

Ainda que Almenara fosse a cidade polo que deu nome àquela microrregião, presenciou-se ali uma série de condições básicas precárias - como esgoto a céu aberto, falta de calçamento nas ruas e fragilidade de alguns serviços urbanos essenciais. Ressalta-se que houve a preferência por se aplicar os questionários em bairros desfavorecidos, São Francisco e São Pedro. Entrevistaram-se 46 pessoas, divididas em 35 mulheres (76,09%) e 11 homens (23,91%) - amostra com maior parcela feminina porque os homens normalmente estão fora trabalhando.

Ainda que Almenara seja uma cidade maior do que Jordânia e tenha a disponibilidade da oferta de produtos e serviços inexistentes na última, os padrões observados anteriormente tendem a se repetir e, para alguns fatos, até mais expressivos no que tange a certas proporções mais elevadas. Vale considerar a informação de que as entrevistas foram realizadas nos bairros que apresentavam maiores desvantagens econômicas e sociais (bairros considerados como de baixa renda). Isto corrobora a ideia de que, apesar de ser referência daquela região, Almenara é um município pequeno com aspectos sociais e econômicos desfavoráveis e, por isso, diante de um fluxo de pessoas provenientes de locais ainda menores e mais fragilizados, vivencia a formação de bairros periféricos com condições até mesmo piores e mais vulneráveis do que aquelas observadas nas cidades de origem.

**FIGURA 20 – Almenara – Os Bairros São Pedro e São Francisco- Condições de Vulnerabilidade Social e Econômica**



Fonte: Acervo pessoal, 2014.

Dessa maneira, assim como o observado em Jordânia, a maioria dos entrevistados revelou que possui alguma conta bancária (54,35%) e utilizam algum cartão (80,43%). As pessoas que possuem somente um dos tipos de conta bancária apresentaram uma preferência pela conta poupança que demonstra uma maior proporção de adeptos: conta corrente, 10,87%; conta poupança, 32,61%; outra conta, 4,35%. Há 18 indivíduos (39,13% do total) que possuem cartão Bolsa Família, dentre os quais 17 são mulheres. 50% dos respondentes admitiram ter dificuldades de entender os serviços oferecidos pelos bancos e 52,17% confirmaram que possuem dificuldades em acessá-los ou utilizá-los. Dentre aqueles que não possuem qualquer conta bancária, 57,69% admitiram que não têm necessidade de uma, pois sua renda é muito baixa; e 50% confirmaram nunca ter tentado abrir uma conta ou pedir um empréstimo por acreditarem que não possuem os requisitos mínimos exigidos. Ainda, como notado anteriormente, 97,83% das pessoas realizam o pagamento de suas contas em Casa Lotérica e 50% se relacionam com bancos ou instituições financeiras somente para este fim. Além disso, 39,13% dos respondentes assumiram ter uma conta bancária somente para receber benefícios públicos/sociais. Os entrevistados atribuem importância à oferta dos crediários (80,43%) e 65,22% fazem uso destes serviços financeiros. As características socioeconômicas da amostra entrevistada

envolvem as proporções de 60,87% de pessoas com nível de escolaridade até o primeiro grau incompleto (sendo 13,04% analfabetas); 60,87% de casados; 21,74% de trabalhadores empregados sem carteira assinada, 23,91% de profissionais autônomos e 26,09% em outra situação ocupacional que não aquelas convencionais; e 73,91% dos entrevistados recebem menos ou o equivalente a um salário mínimo (individual) e 80,43% possuem rendimento familiar até dois salários mínimos.

Após esta curta vivência de pesquisa em Almenara, ainda durante o trajeto de retorno, realizou-se uma breve parada, com duração de outra tarde, em Jacinto, uma cidade pouco maior do que Jordânia (diferença em torno de 2000 habitantes a mais) e que também possui condições de desvantagens intensas.

A aplicação dos questionários em Jacinto ocorreu no bairro Nossa Senhora Aparecida, também conhecido como bairro Novo, apontado pelos próprios habitantes da cidade como um local desprivilegiado no que se refere às condições sociais e econômicas, onde vive uma população de baixa renda. Entrevistaram-se 55 pessoas, 42 mulheres (76,36%) e 13 homens (23,64%), fato que também caracteriza a situação em que os homens saem para o trabalho e as mulheres ficam responsáveis pela casa.

Ao chegar a este bairro Novo, a primeira impressão que se tem é que os moradores que ali vivem, provavelmente, enfrentam grandes dificuldades, talvez, até maiores do que aquelas observadas nos bairros de Jordânia. Há uma organização urbana frágil e a ausência de alguns serviços básicos essenciais, além de ruas sem calçamento e em condições bastante precárias.

**FIGURA 21 – Jacinto – O Bairro Nossa Senhora Aparecida ou Bairro Novo – Fragilidade Socioeconômica Refletida nas Condições Observadas**



Fonte: Acervo pessoal, 2014.

Novamente, observou-se que os padrões já mencionados para os outros municípios se repetem. Assim, a maioria dos entrevistados revelou que possui alguma conta bancária (63,64%) e utilizam algum cartão (69,09%). As pessoas que têm somente um dos tipos de conta bancária apresentaram uma preferência pela conta poupança, a qual demonstra uma maior proporção de adeptos: conta corrente, 16,36% e conta poupança, 27,27%. Há 13 indivíduos (23,64% do total) que possuem cartão Bolsa Família, dentre os quais todos são mulheres. 63,64% dos respondentes admitiram ter dificuldades de compreender e 49,09% confirmaram que possuem dificuldades em acessar e/ou utilizar os serviços oferecidos pelos bancos. Considerando-se os indivíduos que não possuem qualquer conta bancária, 57,69% admitiram que não tem necessidade de uma, pois sua renda é muito baixa; e 46,15% confirmaram nunca ter tentado abrir uma conta ou pedir um empréstimo por acreditarem que não possuem os requisitos mínimos exigidos. Como notado anteriormente, 92,73% das pessoas realizam o pagamento de suas contas em Casa Lotérica e 49,09% se relacionam com bancos ou instituições financeiras somente para este fim. Além disso, 32,73% dos respondentes assumiram ter uma conta bancária somente para receber

benefícios públicos/sociais. Os entrevistados atribuem importância à oferta dos crediários (81,82%) e 72,73% fazem uso destes serviços financeiros. As características socioeconômicas da amostra entrevistada envolvem as proporções de 60,87% de pessoas com nível de escolaridade até o primeiro grau incompleto (sendo 13,04% analfabetas); 60,87% de casados; 21,74% de trabalhadores empregados sem carteira assinada, 23,91% de profissionais autônomos e 26,09% em outra situação ocupacional que não aquelas convencionais; e 73,91% dos entrevistados recebem menos ou o equivalente a um salário mínimo (individual) e 76,36% possuem rendimento familiar até dois salários mínimos.

#### **5.4 Análise geral do “campo de pesquisa”- Jordânia, Almenara e Jacinto (Conclusões)**

A experiência da pesquisa realizada na microrregião Almenara talvez seja a mais rica deste estudo por envolver tantos elementos interessantes e uma grande riqueza de detalhes, proporcionados pelo público alvo mais disponível e aberto às perguntas.

Percebeu-se em Jordânia (e também em Almenara e Jacinto) diversos aspectos, associados ao espaço físico e à dinâmica social e econômica do espaço, que determinam efeitos relevantes na vida de seus moradores e que alguns podem ser descritos como: (i) baixa renda da população (muitas vezes em nível de extrema pobreza), (ii) estruturas bastante humilde das moradias, (iii) dificuldades de se garantir um emprego de melhor salário, (iv) a necessidade de se ausentar da unidade familiar para garantir o sustento em um trabalho agrícola em regiões distantes, (v) a baixa escolaridade, (vi) a família amparada pelo benefício Bolsa Família, (vii) a falta de uma infraestrutura urbana adequada, (viii) a ausência de direitos básicos a elementos essenciais – como saúde, saneamento básico, dentre outros.

Assim, nota-se neste campo de pesquisa uma grande vulnerabilidade das condições sociais e econômicas da população abordada, enfatizando-se a fragilidade e a sazonalidade da renda individual e, principalmente, familiar (quando da necessidade de buscar trabalho em lavouras mais ao Sul por grande

parte dos homens, “chefes de família”). Muitos trabalhadores são autônomos ou informais, dependendo, por vezes, da oferta de empregos temporários. Há a urgência em se trabalhar para garantir uma mínima renda que supra, ao menos, as necessidades básicas. Tal variabilidade e incerteza do salário acrescem a importância do recurso concedido pelo Programa Bolsa Família, mais expressivo neste campo de investigação, uma vez que grande parte da amostra se encontra em situação de pobreza e, alguns, de pobreza extrema. A certeza deste pagamento garante a possibilidade das pessoas se comprometerem com compras a prazo no “mercadinho” da cidade (esquema de cadernetinha), como também, de planejarem os seus gastos como um todo.

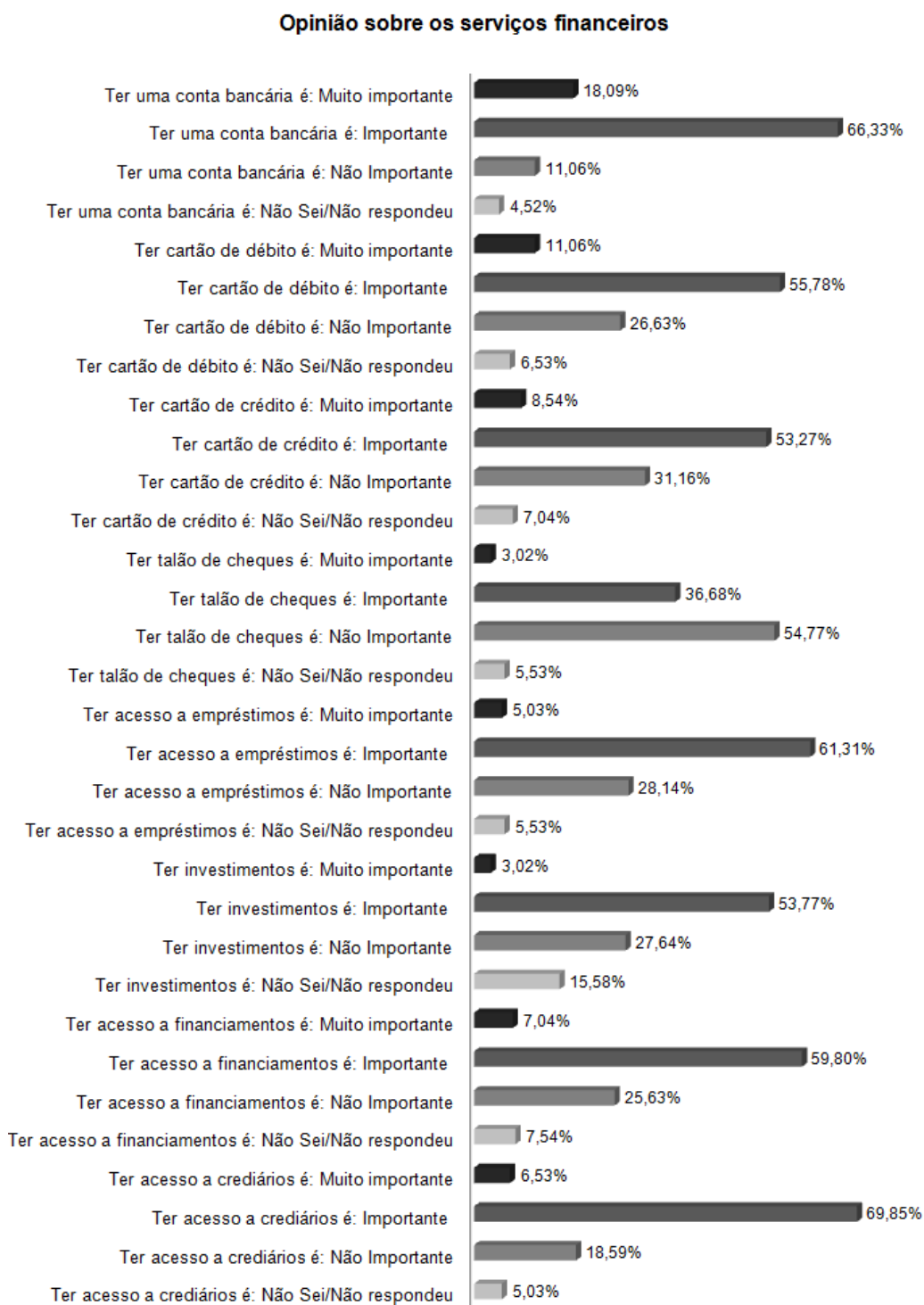
Diante da descrição acima, ressalta-se que, por esta renda limitada e, em muitos casos, irregular, há a ausência de reservas monetárias mantidas por grande parte dos respondentes da pesquisa, ou seja, eles não conseguem poupar quantias significativas e, por isso não demandam os serviços de conta poupança (71,36%). Além disso, eles também demonstram grande receio em relação aos bancos ou instituições financeiras e, muitas vezes, por lidarem com praticidades como sistemas de contas ou cadernetas para a venda de produtos adotados pelo mercadinho, pela farmácia, dentre outros comércios locais, a maioria da amostra pesquisada não identifica a necessidade de manter contas ou demandar cartões (sejam de débito ou de crédito).

Ainda sobre o receio relativo às instituições financeiras, em situações imprevistas e/ou de emergência, soube-se por grande parte dos respondentes que há a preferência por se tomar empréstimos dados pelos familiares e amigos. Em muitas conversas pelos bairros visitados, os moradores esclareceram que temem uma relação mais ampla com os bancos e que não confiam em suas práticas por temerem prejuízos financeiros. Dessa maneira, eles restringem esta relação aos serviços de pagamentos ou ao que for inevitavelmente necessário. Além disso, há também a preferência por se utilizar os serviços da única Casa Lotérica local, devido à simplicidade das operações financeiras diretamente no caixa

A partir destes relatos, atenta-se para a importância atribuída aos serviços e aos produtos financeiros, objetivando-se analisar este comportamento frente ao que o sistema financeiro oferece e se há a percepção da exclusão financeira, bem como

se esta desigualdade financeira é percebida como prejudicial às condições de vida destas pessoas

**FIGURA 22 - Opiniões Sobre os Serviços Financeiros dos Moradores Entrevistados – Jordânia**



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

De acordo com a FIG.22 acima, nota-se que a maioria dos entrevistados atribuem importância a quase todos os serviços financeiros listados – contas bancárias, cartões de débito e de crédito, empréstimos, investimentos, financiamentos e crediários – com a exceção do talão de cheques. Possivelmente, a perda geral de expressão deste último nas transações econômicas cotidianas é uma das causas desta avaliação, porém deve-se considerar também a renda limitada e a dificuldade de se manter uma reserva ou conta bancária para a utilização deste serviço financeiro por parte dos entrevistados (em sua maioria).

O fato de grande parte dos respondentes atribuir importância à quase todos os serviços financeiros listados na FIG.22 e ainda afirmarem que possuem receio com relação aos bancos e suas atividades pode ser considerado contraditório, principalmente, quando se reflete sobre a afirmação feita por muitos de que não precisam de uma conta bancária, devido à sua renda limitada. É importante destacar, também, que 66,34% da amostra atribui importância aos empréstimos, o que confronta a proporção de 50,25% que em situações de imprevisto e emergência recorre aos familiares e amigos para obter recursos financeiros, além de relatar sobre o temor de dívidas às instituições convencionais.

Deve-se ressaltar a grande expressão dos crediários que foram considerados importantes por 76,38%, uma proporção que é menor somente do que aquela referente à importância de contas bancárias, 84,42%. Isto corrobora o fato de que 58,79% dos entrevistados afirmaram ter feito alguma compra utilizando crediários e o argumento de que tais serviços possibilitam a aquisição de bens que consideram essenciais à boa qualidade de vida, a qual não ocorreria de outra forma. Os acréscimos somados ao valor final pelos juros embutidos nas parcelas dos crediários não são considerados prejuízos significantes para estas pessoas que preferem assumir os mesmos a não ter a oportunidade de consumir certos produtos.

Ainda, destaca-se a importância conferida ao cartão de crédito por 61,81% da amostra e ao cartão de débito por 66,84% dos participantes da pesquisa frente às respectivas proporções de 19,60% e 39,20% que utilizam tais serviços. Tal descompasso possivelmente pode ser gerado pelo fato de que diante de uma renda baixa e do consumo limitado às necessidades básicas de vida, não há a

necessidade de se demandar tais serviços e por deficiência de conhecimento acerca dos mesmos (como utilizar, quais as implicações e custos).

As observações acima podem reforçar a ideia de que os moradores participantes da entrevista percebem a exclusão financeira, acreditando de alguma forma que os serviços financeiros são importantes para a rotina diária, mas dada a condição de baixíssima renda e dificuldades socioeconômicas não há como acessar/utilizar os mesmos (por não terem renda suficiente que incite a necessidade real dos mesmos e/ou não possuírem as exigências mínimas requeridas pelas instituições financeira para utilizá-los).

Finalmente, é curioso notar o importante fato de que, ainda que uma minoria admita utilizar a maioria dos serviços financeiros como cartões, conta corrente e conta poupança, empréstimos, dentre outros, 43,72% afirmam encontrar dificuldades em acessá-los e 49,75% em compreendê-los.

## **6 ESTUDO ETNOGRÁFICO: RIVERSIDE (CALIFORNIA, EUA) – O BAIRRO EASTSIDE**

Ao explorar o bairro Eastside percebe-se uma grande diversidade de pessoas, culturas e estruturas, as quais revelam uma comunidade enriquecida pelos muitos aspectos peculiares introduzidos por seus moradores e, ao mesmo tempo, frágil pelas condições sociais e econômicas desfavoráveis de muitos que a integram.

Esta etapa do estudo permite a identificação de elementos divergentes daqueles existentes no Brasil no que se refere à exclusão financeira e a relação de pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica com o Sistema Financeiro.

### **6.1 A descrição do campo de pesquisa**

Localizada na área metropolitana de Inland Empire, Grande Los Angeles, Riverside possui 303.871 habitantes (Censo 2010), sendo considerada a 59ª cidade mais populosa dos Estados Unidos e a 12ª maior em população da Califórnia. Esta cidade foi fundada por volta de 1870 ao lado do rio Santa Ana River e se destaca por ser o local onde se originou a Indústria de Frutas Cítricas (especialmente laranjas).

O Eastside é um dos maiores e mais antigos bairros de Riverside e faz parte desta cidade desde sua fundação, em 1870. À época da grande expansão da atividade econômica específica da região de Riverside (no Século XX), abrigou diversos trabalhadores da Indústria de Frutas Cítricas e, ainda hoje, os descendentes destes primeiros residentes vivem no Eastside. O bairro permanece, em sua maioria, residencial e formado por casas que foram construídas antes dos anos 50.

Atualmente, o Eastside é considerado um bairro Latino, o que se evidencia pelos diversos atributos que podem ser observados pelas ruas do mesmo, típicos de “*Barrios*” – definidos como vizinhanças ou comunidades de baixa renda com uma

população predominantemente latina (conceito este considerado nos anos 70 por vários teóricos hispano-americanos residentes nos Estados Unidos, a fim de descrever processos de ocupação de alguns locais por latinos<sup>25</sup>). Os Barrios tendem a se estabelecer em locais indesejados pelos outros habitantes (em geral) de uma cidade, empresários e, até mesmo pelo governo (ou órgãos públicos); daí a liberdade tomada pelos latinos em estabelecerem suas próprias práticas urbanas sem terem que enfrentar quaisquer restrições municipais (Villa, 2000). Ou seja, os moradores de um Barrio específico desenvolvem padrões de uso do território próprios, os quais proporcionam recursos essenciais aos seus residentes. Tal descrição se adapta perfeitamente ao que se pode observar em Eastside.

Os latinos, neste bairro, utilizam os espaços para outras formas de expressão da comunidade. Dessa maneira, os parques, as escolas, os clubes e as igrejas, normalmente são locais para a interação social (Diaz, 2005). Reuniões comunitárias são frequentes nestes locais, as quais juntamente a outras formas de expressões culturais estabelecem um senso de comunidade e pertencimento entre os moradores.

O Eastside, então como um Barrio, conta com a presença de locais que fornecem produtos e serviços direcionados a seus residentes latinos. Existem empresários latinos que possuem o conhecimento sobre como direcionar as vendas à comunidade e, por isso, sobre a maneira de se estruturar o comércio e os serviços locais. Eles produzem bens e serviços, que incluem supermercados, “*check cashing*”, “*money orders*”, salões de beleza, restaurantes (que oferecem comida típica para as famílias mexicanas) e atividades noturnas. Tais produtos e serviços são oferecidos em um ambiente amigável e confortável aos clientes, onde os funcionários também dominam a língua espanhola.

As primeiras gerações descendentes de latinos, nascidas nos Estados Unidos, beneficiam-se desta estrutura do bairro Eastside, as quais permitem às mesmas falar em sua língua nativa enquanto no comércio e nos demais locais de lazer,

---

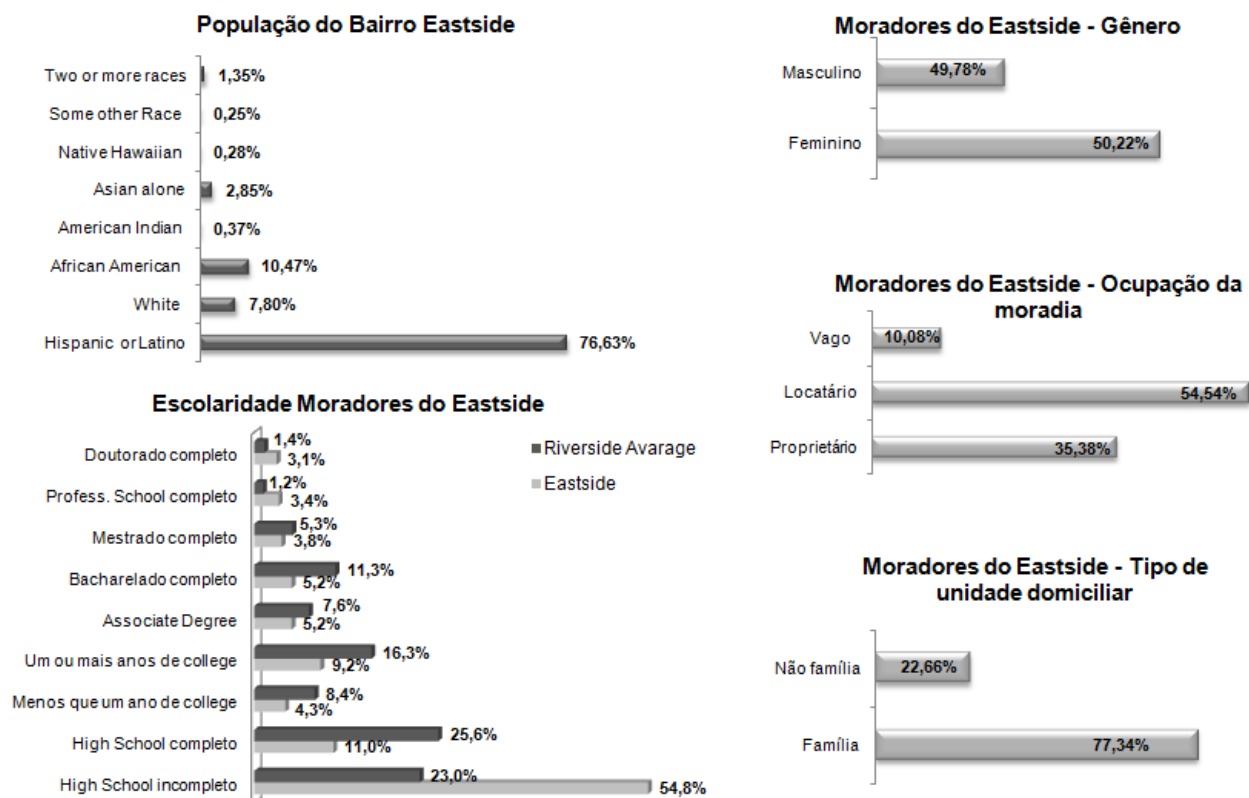
<sup>25</sup> Camarillo (1979) e Villa (2000) descrevem o processo “*barrioization*” – maneira como as cidades permitiram (ou conduziram) os Latinos a se estabelecerem em bairros indesejados (ou desfavorecidos), afastados das áreas urbanas convencionais.

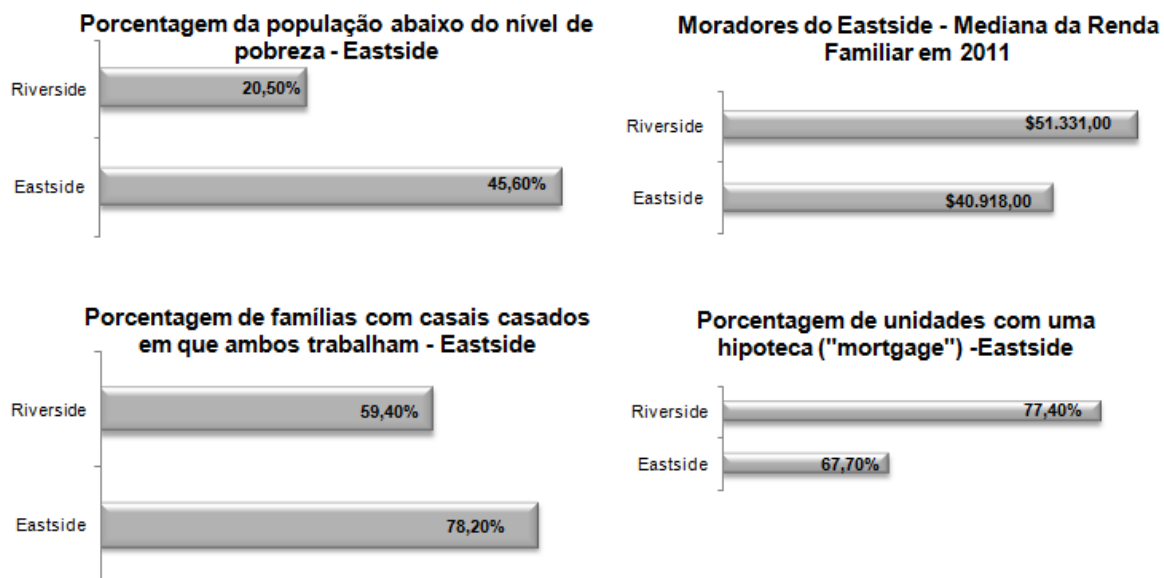
dividindo experiências com os seus companheiros da comunidade. Para aqueles mais jovens, existem, ainda, uma série de eventos esportivos e culturais, realizados pelo instituto comunitário Bobby Bonds e pelas escolas locais.

Apesar de o Eastside possuir muitos aspectos atrativos, principalmente neste âmbito de relações sociais e culturais dentro da comunidade, há a incidência de problemas socioeconômicos graves como a pobreza, a violência e a fragilidade de alguns aspectos de infraestrutura urbana.

A FIG.23 corrobora as informações detalhadas acima e pela qual se observa que, de fato, a população do bairro Eastside é, em sua maioria, formada por hispano-americanos ou latinos que vivem, geralmente, em unidades familiares ou famílias e alugam os locais de moradias. Além disso, 54,8% possuem o *High School* incompleto e 45,60% da população está abaixo do nível de pobreza.

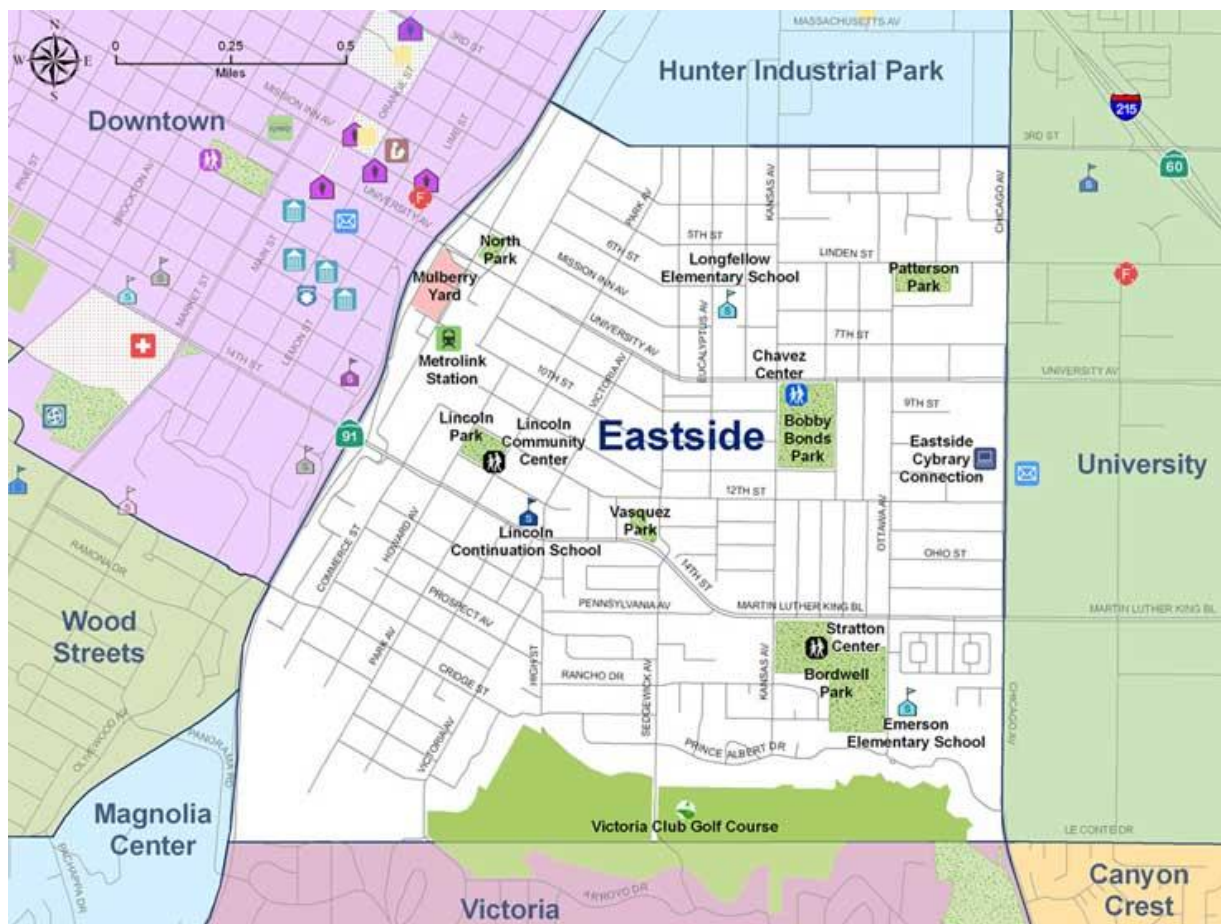
**FIGURA 23 – Características Socioeconômicas dos Moradores de *Eastside***





Fonte: U.S. Census Bureau, Census 2010; City-Data, 2010 –  
<http://www.city-data.com/neighborhood/Eastside-Riverside-CA.html>

**FIGURA 24 – O Mapa do Bairro Eastside – Riverside (California, US)**



Fonte: City of Riverside, 2014.  
 Disponível em: <http://www.riversideca.gov/athomeinriverside/neighborhoods-eastside.asp>

## 6.2 A pesquisa

O Eastside representou o maior desafio enfrentado pela autora deste trabalho no que se refere à atuação em campo, à realização dos questionários. Tal fato se deu não somente pelo nível médio adquirido em fluência nas línguas inglesas e espanholas (e o sotaque), mas, também, pelo conteúdo da pesquisa associado a um comportamento mais reservado da população como um todo (principalmente relativo às questões consideradas extremamente pessoais como aquelas abordadas na investigação). Havia uma desconfiança sobre a razão de um estudo como este e, alguns entrevistados, por receio de ser algo relacionado aos órgãos do governo ou autoridades, preferiam preservar algumas informações, omitindo-as e até mesmo, possivelmente, não respondendo às questões com tanta sinceridade. Ainda, quando famílias americanas passam por uma dificuldade financeira é, por alguma convenção social/cultural, motivo de vergonha e, assim, mesmo que estejam realmente em situações desfavorecidas, as pessoas tendem a omitir tal fato, a fim de evitar qualquer embaraço social.

O contato com a ONG Fair Housing Council foi fundamental para o desenvolvimento desta etapa do estudo, uma vez que viabilizou a adequação do questionário, tanto no que se refere ao seu conteúdo, quanto à formulação de suas perguntas (adaptação das mesmas à condição reservada da possível amostra, sugerindo formas de se abordar um assunto relativamente incômodo para os americanos de maneira direta e sutil). Como já citado anteriormente no Capítulo 4, toda a pesquisa no campo americano teve início a partir das experiências e dos conhecimentos repassados pela equipe desta ONG. Incluiu-se ao questionário, assim, as perguntas que envolvem as práticas de concessão de créditos ou empréstimos predatórios, a exploração financeira característica de serviços como a renegociação/modificação de hipotecas e os empréstimos a taxa de juros ajustáveis (esclarecendo de que estas são práticas que prejudicam as pessoas que passam por alguma dificuldade financeira e/ou imprevistos que envolvem este “aperto” financeiro nos EUA e as histórias reais que as envolvem são o objeto de trabalho desta ONG).

As primeiras tentativas de imersão no campo de pesquisa foram oportunidades possibilitadas pela ONG, em eventos abertos à comunidade para lhes prestar auxílio ou com o simples fim de entretenimento (lazer). O primeiro deles foi organizado com o intuito de ajudar aqueles indivíduos que passavam por dificuldades nos pagamentos das prestações de suas hipotecas. Uma ocasião que parecia perfeita e que, no entanto, não foi muito proveitosa para a realização das entrevistas, uma vez que as pessoas não estavam dispostas a contribuir, principalmente, por se incomodar que alguém com sotaque desconhecido lhes fizessem perguntas sobre assuntos tão particulares. Este fato não trouxe prejuízos ao trabalho, pelo contrário, possibilitou o teste do questionário e esclareceu que o público foco, provavelmente, não frequentaria um evento como aquele (indivíduos de baixa renda e que viviam em condições realmente desfavoráveis) <sup>26</sup>.

Uma feira comemorativa de Páscoa foi o segundo evento ao qual se compareceu, com o intuito de se aproximar da comunidade e abordar seus integrantes para que participassem da pesquisa, respondendo ao questionário. Esta feira ocorreu no pátio externo do Instituto Bobby Bonds – um local no bairro Eastside que oferecia atividades recreativas e esportivas, além de reforço escolar às crianças e adolescentes da comunidade, sem nenhum custo adicional a suas famílias. Pode-se afirmar que a aplicação dos questionários efetiva teve início nesta ocasião, uma vez que muitos moradores de Eastside compareceram àquele evento comunitário e, em clima de festividade, concordaram em contribuir com suas respostas. Ainda, estabeleceu-se neste dia um importante contato com a equipe do instituto Bobby Bonds que se ofereceu para intermediar a conexão com algumas famílias residentes no bairro - o que de fato ocorreu. Percebeu-se, através dessa experiência bem sucedida, que as festividades eram as melhores ocasiões para se abordar o público alvo deste trabalho. Entretanto, após a Páscoa, não havia previsão de outras como esta em Eastside.

---

<sup>26</sup> Esclarece-se que, no ano de 2011, muitas pessoas anteriormente vistas como “classe média” e “classe média alta” atravessavam períodos de grandes dificuldades financeiras, principalmente, com problemas em realizar os pagamentos da hipoteca, uma vez que insistiam em manter o mesmo padrão de consumo usual anterior à crise imobiliária. Assim, esta primeira feira à qual se compareceu, por alguma razão, atraiu uma maioria pertencente a este grupo descrito. A situação relatada foi exposta pela equipe do Fair Housing Council, que tinha o foco no público com problemas relacionados às hipotecas em geral independentemente de qual eram as condições destas pessoas, prévias ao momento de colapso.

Então, apesar de todos alertas sobre os perigos e incidentes violentos ocorridos no local pesquisado, decidiu-se sair às ruas para realizar as entrevistas. A ideia de que seria um trabalho lento, com poucos progressos a cada dia, por envolver somente um entrevistador e pessoas em meio a seus afazeres diários (as quais poderiam se incomodar com o fato de serem interrompidas por uma estudante estrangeira, sem o domínio da língua inglesa), não foi motivo para desencorajar a pesquisa a ser desenvolvida. Preparou-se, então, um novo conjunto de estratégias para tentar uma aproximação aos moradores locais, sem que fossem invasivas de forma a intimidá-los ou causar reações negativas. Já era de conhecimento (o que foi alertado pela equipe da ONG, previamente) que não seria indicado realizar excursões “de porta em porta” como o que se praticou no Brasil, na comunidade e na microrregião Almenara. Diante desses fatores, optou-se por iniciar a tentativa de se realizar as entrevistas no estacionamento de um shopping aberto ou um complexo comercial, caracterizado por um conjunto de lojas diversas que têm como foco os residentes do bairro (seguindo os padrões dos Barrios descrita na seção 8.1).

Descobriu-se, neste complexo comercial mencionado acima, uma lavanderia de roupas que apresentava uma rotatividade de pessoas interessante frente ao objetivo de se obter uma amostra representativa daquela região. De acordo com os horários de “pico” da movimentação ali presente, iniciou-se uma rotina que visava garantir a abordagem daqueles clientes da lavanderia (sempre utilizando um “disfarce”, levando algumas roupas, quando dentro da lavanderia, a fim de sutilmente obter uma imersão na comunidade). Entretanto, após três dias de boas experiências e alguns questionários completos, um policial do complexo fez uma abordagem que, a princípio, pareceu bem intencionada (por um segundo se pensou que ele estava disposto a contribuir com o trabalho) e que terminou com uma ameaça intimidadora (para não dizer assustadora), uma vez que ele sabia sobre o assunto abordado na pesquisa e que a entrevistadora era uma estudante estrangeira. Nas palavras usadas por ele: *“Aqui não são permitidos pedintes ou pesquisas de qualquer tipo. Os proprietários e comerciantes não querem isso. Então é melhor que você saia daqui e não volte mais, porque o pessoal de um departamento de segurança virá atrás de você. Nós te conhecemos e isto não é uma brincadeira! As coisas podem ficar muito ruins para você!”* Ao final de sua

ameaça, o segurança sorriu sarcasticamente e acompanhou a pesquisadora até à rua. Esclarece-se que neste momento a mesma não estava aplicando questionários e essa abordagem foi feita no estacionamento do local – houve a tentativa de se argumentar que a pesquisa tinha objetivos somente acadêmicos e que as pessoas tinham liberdade para aceitar ou recusar a responder os questionários, esforços que foram em vão.

As consequências da vivência relatada acima variaram entre certa frustração, revolta, abatimento e, por fim, determinação; afinal ainda havia o contato com o Instituto Bobby Bonds que, até então, rendia alguns poucos questionários diariamente. Superou-se o medo e se investiu na próxima ideia que envolvia estabelecer um contato com alguma igreja local. Nas caminhadas pelo bairro, descobriu-se a Our Lady of Guadalupe Shrine, uma igreja muito popular na comunidade, especialmente, entre os residentes hispano-americanos<sup>27</sup>. As pessoas que a frequentavam foram receptivas à ideia de contribuir para a pesquisa e, assim, nos encontros comunitários (aludindo novamente à ideia de Barrios mencionada na seção 8.1) que ocorriam todas as sextas, bem como aos domingos, quando havia duas sessões seguidas da missa dominical, realizou-se a aplicação de questionários.

Infelizmente, esta igreja foi descoberta ao fim do primeiro período em Riverside e, por isso, houve a necessidade de uma segunda visita à cidade, a fim de completar um trabalho que teve um início complicado, mas que por fim acabou se concretizando por vias previamente inimagináveis.

O segundo período em Riverside foi mais leve e eficiente, uma vez que já havia certa experiência naquele campo de pesquisa, o contato pré-estabelecido com a comunidade da igreja, o maior domínio da língua inglesa e espanhola, e a disponibilidade de questionários também em espanhol (identificou-se a necessidade de se traduzir o questionário para o Espanhol, dada maioria do público alvo formada por hispano-americanos). Além disso, obteve-se a ajuda nos domingos para aplicação de questionários ao fim das missas, proporcionada por duas alunas do professor Gary Dymki (dessa forma, ainda que as pessoas

---

<sup>27</sup> A Nossa Senhora de Guadalupe é um símbolo reconhecido entre os católicos mexicanos que residem ou não no México.

saíssem ao mesmo tempo da igreja era possível realizar mais questionários com a ajuda delas, por cada sessão)<sup>28</sup>. Desenvolveu-se também uma estratégia de convencimento das pessoas para que contribuíssem com suas respostas, enquanto aguardavam o ônibus nos pontos (diversas vezes se ingressou em viagens por alguns trajetos, somente para garantir que um questionário fosse respondido completamente, durante os dias da semana).

Dessa forma, foram realizadas duas visitas à Riverside, a primeira com duração de seis meses (Janeiro a Junho de 2011) e a segunda de um mês (Janeiro-Fevereiro de 2012), em que se completaram 52 e 100 questionários, respectivamente. A amostra total pesquisada se divide em 93 mulheres (61,18%) e 59 homens (38,82%).

### **6.3 As observações**

O bairro Eastside possui uma diversidade de moradias, construções antigas em geral, nem sempre em bom estado de conservação, porém todas protegidas por cercas (diferentemente ao que se observa em outros locais mais favorecidos). Além disso, ainda que haja algumas poucas grandes avenidas relativamente em boas condições de pavimentação, sua maior composição se dá por pequenas ruas e, até mesmo, alguns becos, em que as estruturas de calçamento e passeios se encontram relativamente precárias. As praças internas à região (afastadas da University Avenue), não são recomendadas para aqueles que não residem no local, pois há a presença de pequenos traficantes e vários usuários de drogas, sendo palcos para brigas entre grupos de jovens locais e/ou ações de roubo. As igrejas presentes no bairro se encontram próximas à University Avenue, avenida que liga o centro da cidade de Riverside ao campus da University of California Riverside (inclusive a igreja em que se realizaram as entrevistas).

---

<sup>28</sup> As alunas do professor Gary Dymski que ajudaram na aplicação dos questionários, aos domingos, na igreja, foram Chloe Valmore (estudante de graduação da University of California Riverside) e Haixia Wu (estudante chinesa de mestrado em intercâmbio na University of California Riverside).

**FIGURA 25 – O Bairro *Eastside* – A igreja “*Our Lady of Guadalupe Shrine*”, “*Becos*” e Estrutura das Casas**



Fonte: Acervo pessoal, 2014.

Ao caminhar pela University Avenue, uma das principais avenidas que compõe o bairro Eastside, podem-se observar alguns complexos comerciais direcionados aos residentes da região, cerca de oito locais que oferecem “*Alternative Financial Services*” (“*Check Cashing*”, “*Payday Loans*”, “*Pawnshops*”, “*Auto-Title Loans*”, dentre outros), alguns restaurantes de comida mexicana, restaurantes de “*Fast food*”, alguns motéis (muitos dos quais oferecem quartos para alugar como moradia), uns poucos lotes vagos, o Instituto Bobby Bonds, uma lavanderia (habitada por moradores de rua e utilizada como ponto de troca de drogas), dentre outros locais que oferecem algum tipo de serviço demandado pelos moradores locais. Ressalta-se que nesta mesma avenida, no ponto em que cruza a Chicago Avenue, o limite entre este bairro e o bairro University, há dois bancos, o City Bank e o Bank of America.

Durante os dias da semana se realizavam longas caminhadas por esta avenida, onde se observou a rotina dos moradores de rua que ali se estabilizaram e das mulheres que passeavam com os filhos menores, enquanto realizavam os seus afazeres diários (compras de comida e de roupas, lavanderia, dentre outros), das

crianças e dos jovens que caminhavam até as escolas e povoavam o Bobby Bonds durante a tarde.

**FIGURA 26 – University Avenue (Eastside): Os Complexos Comerciais, “Financial Alternative Services” e o Instituto Bobby Bonds**





Fonte: Acervo pessoal, 2014.

No primeiro período deste estudo, algumas mulheres residentes, durante as conversas iniciadas pelos questionamentos da entrevista, alegaram a existência de problemas de acesso aos serviços oferecidos pelas instituições financeiras, uma vez que diante de uma baixa renda há dificuldades de manter uma conta no banco, principalmente, considerando-se as exigências impostas, como o saldo mínimo de vinte e cinco dólares. Além disso, algumas delas admitiram viver em condições irregulares, ou sejam, não possuem o “*social security number*” (número de identificação pessoal). Assim, enfrentam um “impedimento legal” com relação a garantir algum emprego formal e/ou a realizar transações financeiras.

A maioria das informações extras, as quais o questionário não aborda, foi concedida pelas mulheres que se demonstravam mais dispostas a falar sobre suas dificuldades financeiras. Os homens, em geral, respondiam a entrevista sucintamente.

Grande parte dessa primeira amostra feminina possui um emprego de poucas horas, uma vez que é preciso uma pessoa que cuide da casa e dos filhos. O dinheiro que recebem fica sobre a responsabilidade do marido, quem paga as contas e se relaciona diretamente com os serviços financeiros. Algumas delas admitiram utilizar os “*Check Cashing Outlets*”<sup>29</sup>, diante da necessidade imediata de trocar os cheques que recebem como salário semanal por dinheiro, o qual é utilizado para cobrir seus gastos com os serviços e os produtos básicos essenciais à sobrevivência diária.

Outra prática que mencionaram foi o “*payday loan*”, uma maneira de antecipar o salário para cobrir algum gasto inesperado. Existe a possibilidade também de antecipação dos valores, na medida em que forem necessários, de forma que o cheque de recebimento seja diretamente destinado do empregador ao “*Financial Cash Service Outlet*” (“*Fringe Banks*”), o qual deduz a soma adiantada (em empréstimo prévio ao cliente) juntamente às taxas cobradas (geralmente, exorbitantemente altas) da renda total. As mulheres relataram que tal serviço normalmente custa grande parte dos salários que recebem (se não a totalidade dos mesmos) e, por isso, preferem evitá-lo.

Nas andanças pelo bairro, alguns trabalhadores do comércio local, especialmente dos vários supermercados, relataram não possuir muitas relações com as instituições financeiras convencionais e, embora não possuam conta bancária fazem uso de um cartão de débito específico. Este último é, geralmente, concedido pela empresa empregadora, a qual realiza o pagamento dos salários de seus empregados creditando valores monetários neste cartão. Ou seja, o mesmo funciona através de um sistema “pré-pago” e não há a exigência de que estes trabalhadores abram conta no banco ou paguem taxas para utilização do mesmo (pelo menos é o que eles pensam que ocorre). As pessoas que possuem este cartão afirmaram utilizá-lo para compras e pagamentos de produtos e serviços básicos essenciais ao seu dia-a-dia, como se fosse mesmo um cartão de débito comum.

---

<sup>29</sup> Para uma revisão das práticas e serviços que representam os “*Alternative Financial Services*”, ver a seção 4.3.2 deste trabalho.

Vale ressaltar, que a primeira visita foi marcada por depoimentos desesperados de pessoas que haviam sido enganadas por empresas/instituições financeiras ou indivíduos que lhes ofereciam serviços de renegociação/modificação de hipotecas ou empréstimos com taxas ajustáveis e os quais estavam perdendo suas casas e a esperança de garantir algum futuro com conforto aos seus filhos.

Ainda, na feira da páscoa que ocorreu nos pátios do Instituto Bobby Bonds, conversou-se com muitas pessoas que afirmaram morar em uma casa grande, porém com outras famílias. Uma história marcante relatada por um senhor de meia idade revelou que o mesmo vive em uma casa de quatro quartos, sendo à sua família reservado somente um deles – ele possui mulher e mais quatro filhos – pois não pode sustentar uma condição melhor com seu baixo salário. Com muito esforço vivem com a renda proveniente de trabalhos temporários informais, pois são hispano-americanos em situação irregular no país. A sua esposa não trabalha para cuidar dos filhos. Situações como esta foram expostas por outras pessoas que também vivem em uma moradia de aluguel, dividindo com outras famílias.

A pesquisadora, ainda, em suas visitas aos comércios locais, na tentativa de se misturar à comunidade local, observou em um supermercado que várias pessoas levavam cheques e trocavam por dinheiro. Perguntou-se a uma delas como era feita aquela prática e a mesma afirmou que mediante ao pagamento de uma taxa há a possibilidade de se trocar o cheque do salário por dinheiro ou produtos do próprio supermercado. A taxa é menor do que aquela cobrada pelos bancos e a troca, então, compensa.

Interessante enfatizar, também, que os entrevistados na primeira visita à Riverside, ainda que em menor número, pareciam vivenciar condições socioeconômicas mais vulneráveis, o que pode ser atribuído à época de maior fragilidade econômica e/ou ao fato da pesquisa ter alcançado pessoas em estado de pobreza e, em alguns casos, de pobreza extrema. Sem dúvida, as pessoas entrevistadas na segunda visita, por participarem de uma comunidade que propõe o companheirismo entre seus integrantes, encontram-se amparadas por esta estrutura social promovida pela igreja.

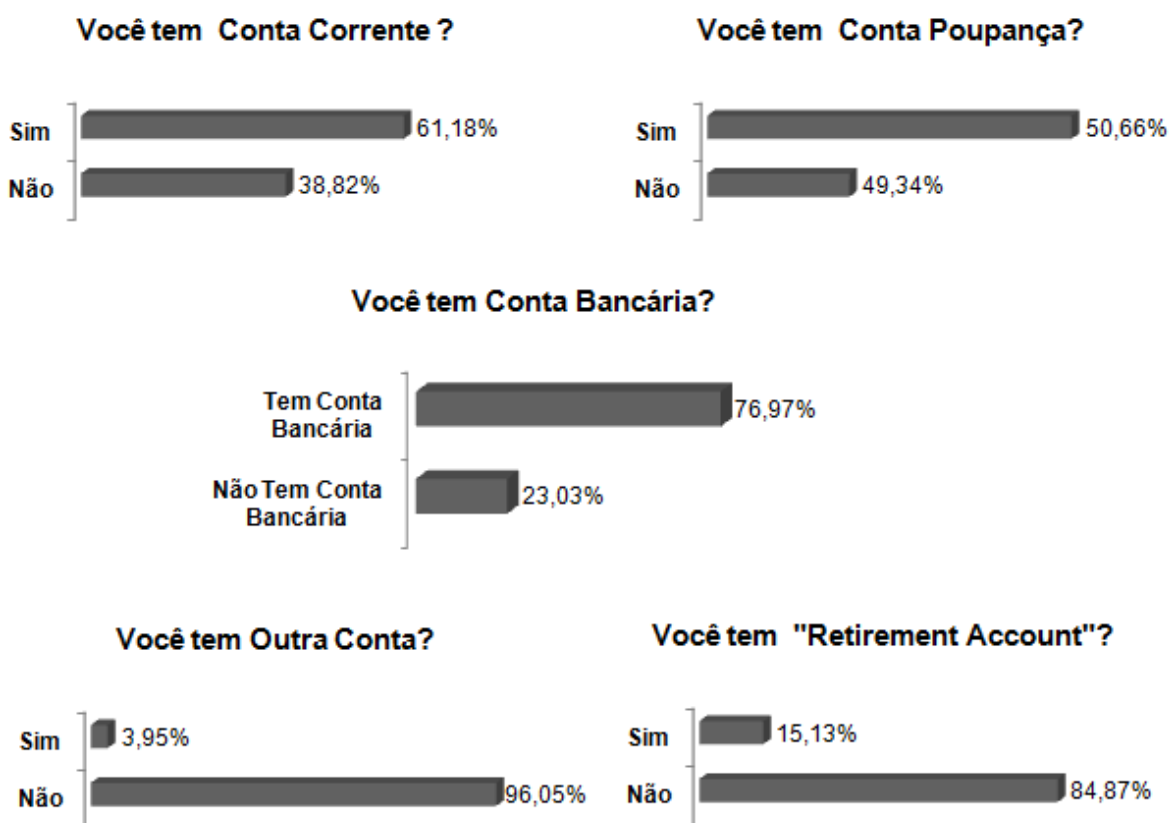
A segunda experiência de pesquisa no Eastside apresentou uma diferença curiosa no que se refere à situação descrita pelas mulheres na primeira visita à Riverside (ainda que somente sete meses depois). Descobriu-se que os bancos, a fim de atrair estes moradores locais hispano-americanos, criou um pacote de serviços e condições teoricamente mais facilitadas do que as anteriores. Contrataram uma equipe que possui fluência na língua espanhola para ampliar a comunicação e o entendimento deste público que representa um grande potencial local de consumo de seus serviços e produtos financeiros. Além disso, como documentação exigida para a abertura de contas e aquisição destes serviços, tais agências bancárias passaram a aceitar o passaporte dos indivíduos, no caso da falta do “*social security number*”.

As mulheres, então, relataram a aquisição de conta bancária e cartão de débito, uma vez que são necessários para realizar as transações cotidianas, desde receber o salário a efetuar pagamentos de forma facilitada e, até mesmo, menos desvantajosa se comparada às condições impostas pelos “*Fringe Banks*” em ofertas alternativas e equivalentes em objetivo. Entretanto, enfatizaram as dificuldades de uso destes serviços financeiros. A primeira reclamação se relaciona à utilização do cartão de débito que, segundo o exigido pelos bancos, deve ocorrer ao menos cinco vezes ao mês. Uma requisição difícil de cumprir quando a renda é muito baixa, pois as famílias em condições fragilizadas necessitam de todo o seu rendimento para cobrir os seus gastos e as suas despesas. A segunda questão explicitada pelas moradoras é a necessidade de se esperar um tempo maior para trocar o cheque recebido como salário por dinheiro, ao utilizar a conta bancária – período necessário ao banco para realizar compensação do mesmo. O terceiro ponto exposto pelas entrevistadas e encarado como um grande dificultador é a exigência determinada pelo banco de um saldo mínimo disponível em conta de vinte e cinco dólares. Vale lembrar que o descumprimento de tais normas que compõe o pacote destinado ao perfil destes moradores locais constituído pelos bancos implica na imposição de cobranças de determinadas taxas de “segurança” a estes novos correntistas.

Mesmo diante desses relatos, das histórias que descrevem um “aperto” financeiro e intensas dificuldades econômicas associadas a um baixo nível da renda familiar,

ao se observar as respostas obtidas nos questionários percebe-se uma maioria da amostra que possui conta bancária, 76,97% (ou 23,03% que não possuem uma conta). É interessante notar que 61,18% dos entrevistados possuem conta corrente, proporção maior do que aquelas relativas à conta poupança (50,66%), à conta “retirement” (15,13%) e às outras contas (3,95%). Isto possivelmente demonstra que os entrevistados, em sua maioria, possuem conta corrente, mas há uma proporção significativa dentre os mesmos, 49,34%, que não consegue manter valores substanciais em reservas, os quais permitam a manutenção de uma conta poupança (exatamente, como o relatado pelas mulheres) – FIG.27.

**FIGURA 27 – Os Moradores de Eastside (Riverside) e a Utilização e/ou Acesso a Contas Bancárias**



Fonte: Elaboração própria, 2014.

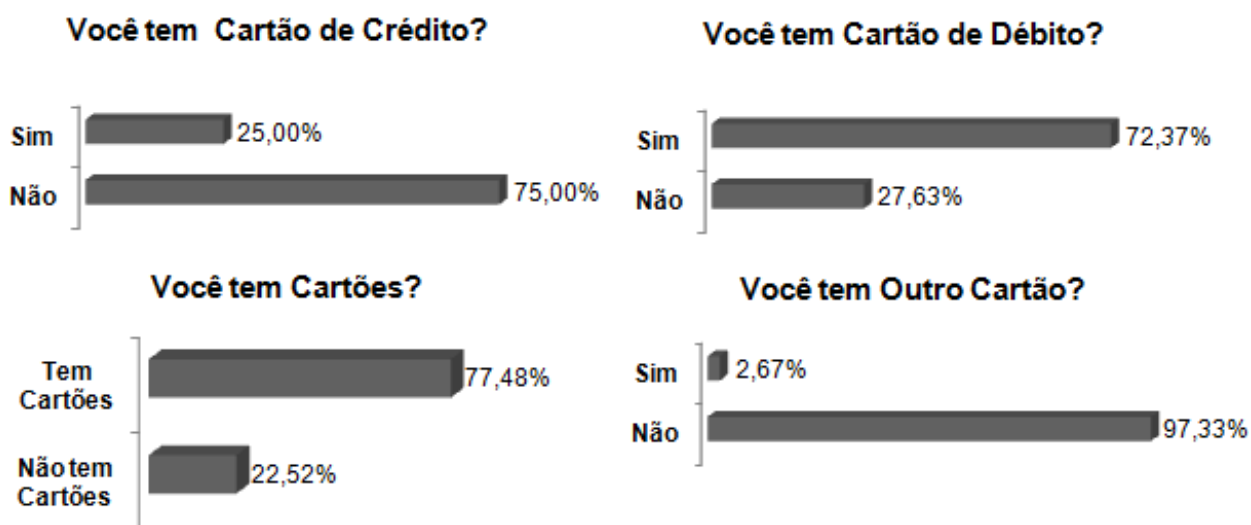
A proporção de 23,03% de pessoas que não acessam ou utilizam contas bancárias, diante das necessidades impostas pelas atividades econômicas diárias de consumo a pagamento de contas e recebimento de salários em cheque, ainda deve ser ressaltada como alta. Tal afirmação se sustenta pela necessidade de se trocar o cheque por dinheiro sob uma determinada taxa que varia segundo o local

em que se demandar este serviço. Apesar do valor para se trocar um cheque não ultrapassar, em geral, o limite de três dólares (a depender do local que realizará o “*Check Cashing*”), considerando que são pessoas de baixíssima renda, as quais necessitam realizar tal transação semanalmente, ao fim do mês tal custo pode “pesar” sobre o frágil orçamento familiar.

Para se adquirir os serviços de cartão de crédito, há a necessidade de um “*credit score*” favorável, requerimento que restringe a proporção de pessoas no Eastside que utilizam os mesmos, somente 25%. Geralmente, não há a concessão de cartões de crédito às pessoas de baixa renda, pois o histórico de renda, pagamentos de dívidas, dentre outros, é considerado rigidamente na oferta dos mesmos.

As transações diárias são facilitadas quando se tem um cartão de débito (pagamento de contas e compras de bens de necessidades básicas), o qual está associado à posse de contas bancárias, mas que também implica em um custo, a depender do pacote ou contrato oferecido ao seu perfil pelo banco (tal custo pode ser anual e se deve requisitar o cartão como serviço extra ao de conta bancária, geralmente, esta opção implica em um gasto em torno de 20 dólares). Assim, 72,37% das pessoas admitiram possuir carta de débito. Uma minoria de 2,67% dos respondentes mencionou possuir outro cartão (FIG.28).

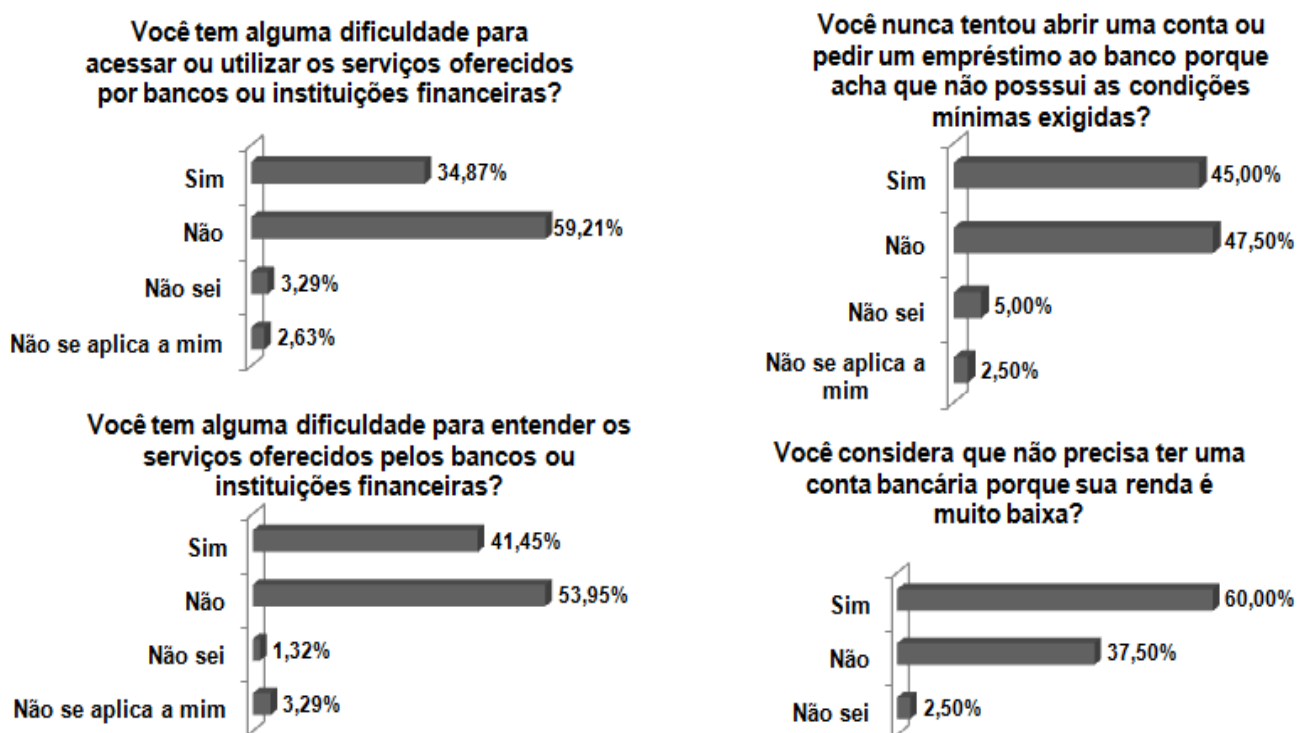
**FIGURA 28 – Os Moradores de Eastside (Riverside) e a Utilização e/ou Acesso aos Serviços de Cartão**



Fonte: Elaboração própria, 2014.

Uma parcela considerável de 41,45%, dos entrevistados afirmou ter dificuldades em entender os serviços oferecidos pelos bancos e 34,87% em acessá-los. Dentre aqueles indivíduos que não possuem conta bancária, 60% admitiram que não há a necessidade de uma, já que a sua renda é muito baixa. Ainda, 45% deles não tentaram abrir uma conta bancária ou tomar empréstimos no banco, porque pensam não possuir os requisitos mínimos exigidos para tais fins (FIG.29).

**FIGURA 29 - Avaliação da Compreensão e Utilização dos Serviços Bancários e a Auto Exclusão dos Moradores que não Utilizam os mesmos – Eastside**

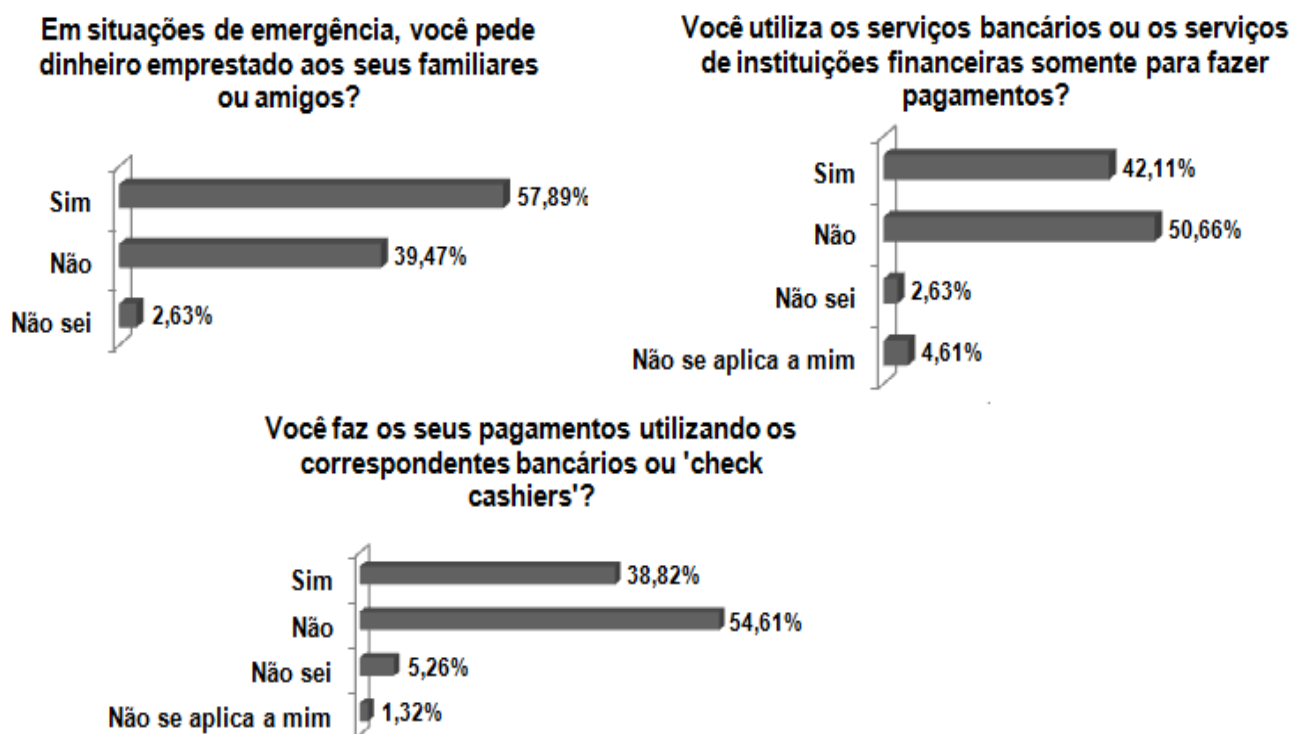


Fonte: Elaboração própria, 2014.

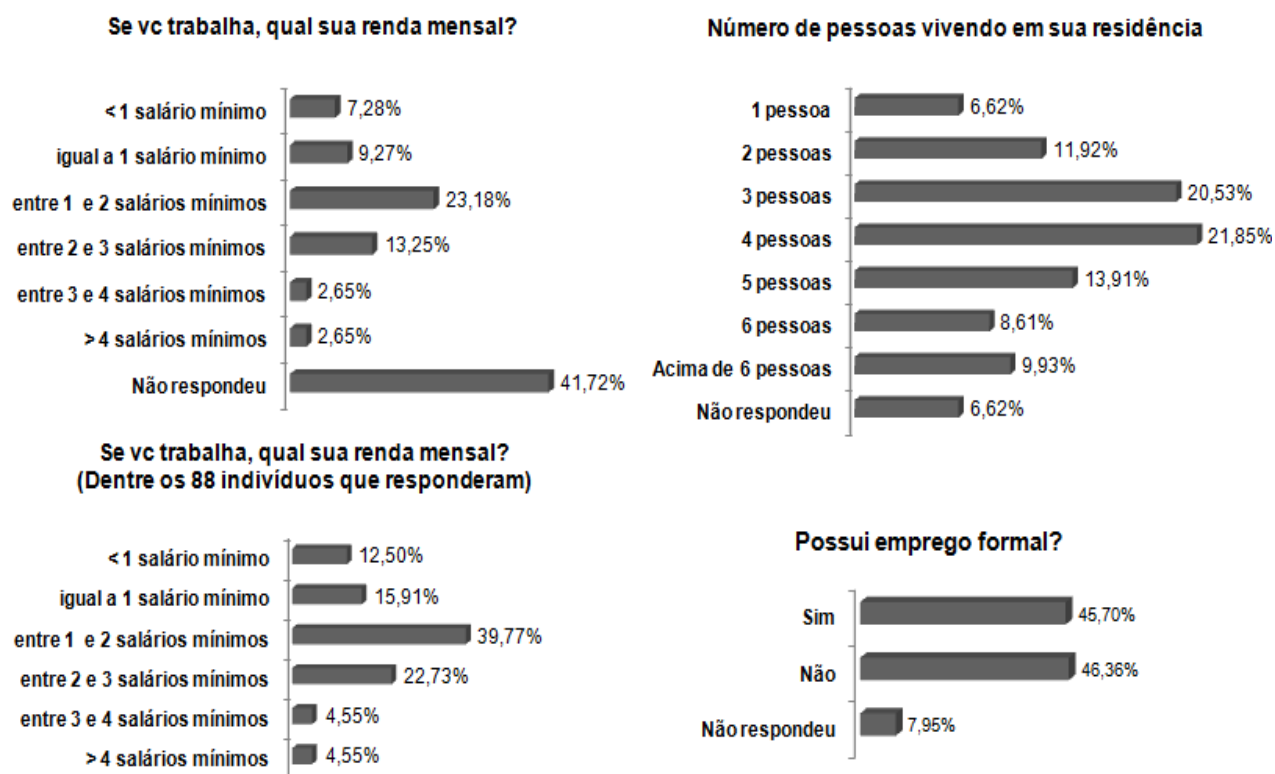
A maioria das pessoas (54,61%) respondeu que não realiza seus pagamentos utilizando os correspondentes bancários ou os “*Check Cashing Outlets*” – FIG. 30. Os participantes da pesquisa demonstraram grande receio com relação a estas instituições financeiras, fato que não se diferencia muito quando a referência são os bancos. Isto se reflete na importante proporção de 42,11% dos respondentes que admitiram a utilizar os serviços bancários somente para realizar o pagamento de suas contas. Ainda, diante de uma possibilidade de situações de imprevisto e/ou emergência, 57,89% confessou que recorrem à família e aos amigos para tomar empréstimos (FIG.30).

Em muitas conversas, os indivíduos afirmaram que por possuírem uma renda muito baixa, não há a possibilidade de se estender a relação com os bancos além dos serviços básicos de pagamento, os quais acabam por induzir à abertura de contas diante de uma necessidade de se diminuir as desvantagens de suas condições de vida (os pagamentos e transferências, quando da ausência da conta bancária, são realizados utilizando-se o recurso de “*Money Order*”, a qual possui um custo regular limitado até dois dólares para sua emissão, mas que é visto como um gasto considerável se ocorrer semanalmente ou mensalmente).

**FIGURA 30 – Os Moradores de Eastside e Alguns Serviços Financeiros**



Fonte: Elaboração própria, 2014.

**FIGURA 31 – Algumas Características dos Entrevistados - Eastside**

Fonte: Elaboração própria, 2014.

Os hispano-americanos correspondem a 81,46% do total da amostra de entrevistados, os quais, em sua maioria, cursaram o *High School* completo. Dentre os respondentes, 45,7% possuem emprego formal, 39,74% recebe de um a dois salários mínimos e 28,41% possuem uma renda menor ou igual a um salário. A proporção de 60,93% dos indivíduos possuem unidades familiares compostas por até quatro pessoas (FIG.31).

#### 6.4 Análise geral do “campo de pesquisa” – Riverside/Eastside (Conclusões)

A experiência de pesquisa que envolve esta etapa do estudo, apesar de todas as muitas dificuldades enfrentadas em campo, permite a visualização em detalhes de um bairro extremamente rico pelas diversidades e pelos aspectos culturais/históricos que o formam, além de promover o conhecimento através do “olhar” (percepção) dos moradores locais sobre as fragilidades socioeconômicas que ali vivenciam.

Nesta configuração territorial, há muitas instituições financeiras voltadas para um público que vive condições de desvantagem: (i) os “*Fringe Banks*” - numerosos empreendimentos não convencionais, especializados na oferta de serviços financeiros que se adaptam às necessidades correntes de seus efetivos e/ou possíveis clientes. Estes serviços financeiros, logicamente, são oferecidos a custos altos e de forma a envolver o seu público em situações de dependência, características de ciclos de débitos, constituído por práticas financeiras exploratórias; (ii) os bancos (duas agências do “*City Bank*” e “*Bank of America*” situados nos limites do bairro) - conscientes das dificuldades enfrentadas pela população local (com maioria hispano-americana), decidem entrar na concorrência por estes possíveis clientes, oferecendo-lhes um “pacote especial de serviços” (considerando até mesmo a condição de informalidade de muitos, sendo possível apresentar o passaporte no lugar do “*social security number*”). Tal grupo de serviços financeiros, especialmente desenvolvido para este público, inclui algumas práticas segundo certas exigências (como saldos mínimos, período para compensação de cheques, utilização mínima do cartão de débito, dentre outras), as quais se descumpridas pelos seus novos correntistas implicam na cobrança de determinadas taxas de “segurança”.

Observou-se neste campo de investigação, um bairro completamente estruturado de acordo com esta população de baixa renda (a se descrever como um comércio local voltado para estes consumidores, restaurante de “*fast food*” - onde se pode comer muito a um baixo custo -, uma instituição de apoio social Bobby Bonds, numerosos “*Alternative Check Cash Outlets*”, dentre outros), a qual em parte se encontra ilegal no país, além de ser miscigenada e com maioria hispano-americana. Os moradores, em geral, trabalham em empregos informais e temporários, o que caracteriza em uma renda mensal vulnerável – baixa e irregular. As famílias tendem a ser numerosas e em uma residência, há a possibilidade se observar mais de uma unidade familiar (existe uma divisão do aluguel das moradias, em muitos casos).

Diante deste quadro acima descrito como extremamente frágil agravado pela renda limitada e irregular, os respondentes se organizam para que as necessidades básicas do dia-a-dia de suas famílias sejam supridas, sendo

incapacitados de manter valores monetários expressivos em reserva para manter uma conta poupança (quase metade da amostra não acessa ou utiliza tal serviço). As pessoas demonstram grande receio com relação às instituições financeiras convencionais, as quais também incluem os “*Fringe Banks*”. Por isso, buscam utilizar e acessar somente aqueles serviços que facilitarão suas transações diárias (desde recebimentos, pagamentos, transferências e consumo de produtos e serviços essenciais) e, de certa forma, reduzirão as desvantagens em custos ou representarão um menor prejuízo ao realizá-las. Ressalta-se que 42,11% dos respondentes afirmaram utilizar os serviços destas instituições financeiras somente para pagamentos de suas contas. Além disso, este receio se ressalta ao se considerar situações de imprevistos e/ou emergências nas quais 57,89% das pessoas afirmaram recorrer aos familiares e amigos para pedirem empréstimos.

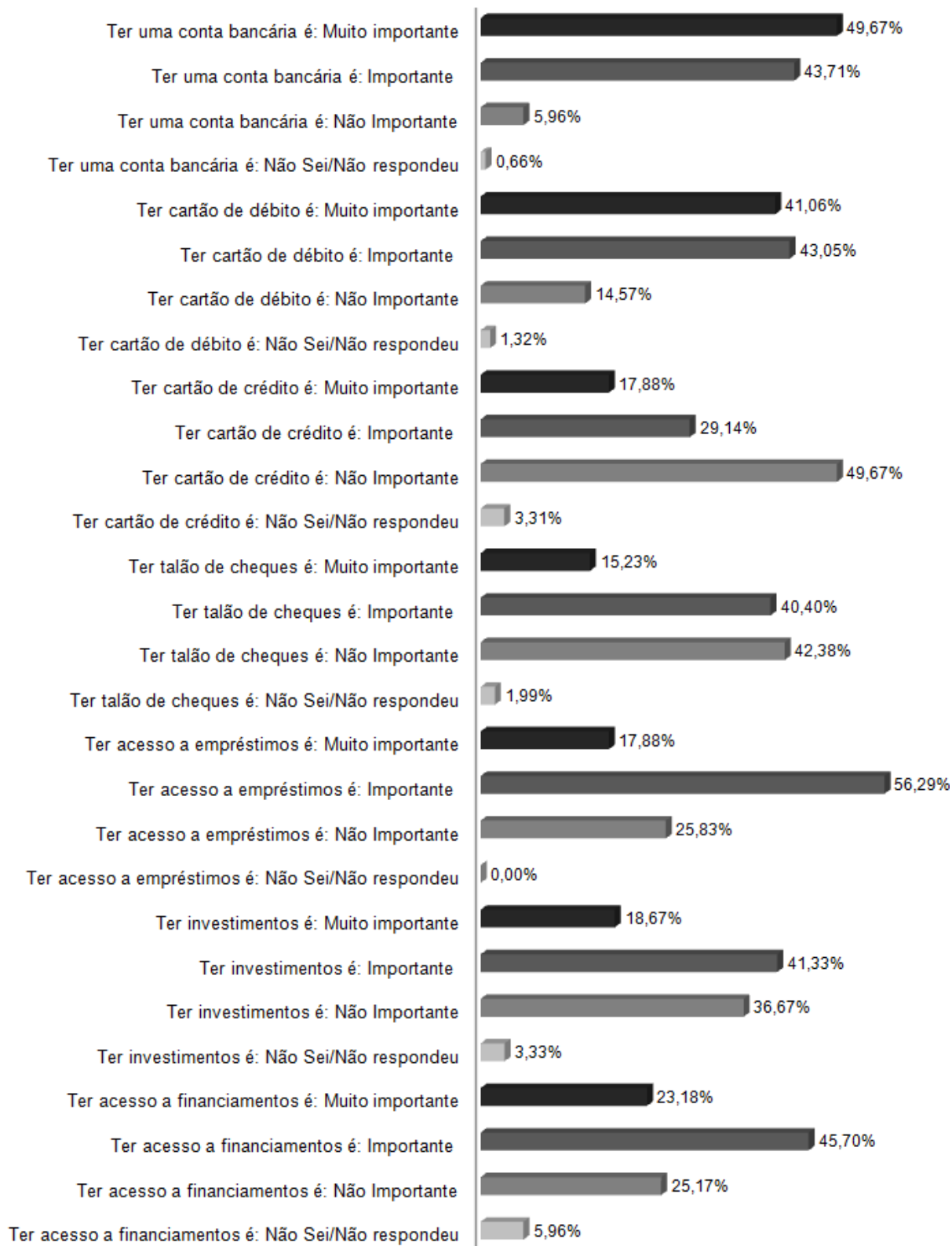
Com referência aos correspondentes bancários ou “*check cashiers*” para a realização de seus pagamentos, 54,61% negaram a utilização dos mesmos para este fim.

Enfatiza-se que a utilização de conta corrente por 61,18% da amostra e dos cartões de débito por 72,37%, apesar dos relatos dados por muitas pessoas, com tons de insatisfação, sobre as taxas e a inadequação dos requerimentos à realidade vivenciada por elas, impostos sobre estes serviços bancários acessados.

Atenta-se, então, à importância atribuída aos serviços e produtos financeiros, objetivando-se analisar a dimensão da Exclusão Financeira, bem como a percepção desta desigualdade financeira imposta a estes indivíduos ou à qual são induzidos por sua condição e pelo que lhes é ofertado.

**FIGURA 32 - Opiniões Sobre os Serviços Financeiros dos Moradores Entrevistados – Riverside/Eastside**

**Opinião sobre os serviços financeiros**



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

De acordo com a FIG.32 acima, nota-se que a maioria pesquisada atribui uma expressiva importância a quase todos os serviços financeiros listados – Contas bancárias, cartões de débito, empréstimos, investimentos e financiamentos, a exceção dos cartões de crédito. Possivelmente, como já mencionado anteriormente, a exigência de um “*credit score*” favorável (que indique um nível de renda razoável, um bom histórico de pagamentos e aquisição de produtos financeiros, dentre outros) dificulta a aquisição de serviços de cartão de crédito por pessoas de baixa renda como os moradores de Eastside.

O fato de grande parte dos entrevistados considerar importante quase todos os serviços financeiros listados corrobora a necessidade ressaltada por eles de adequação dos mesmos à sua realidade, de forma que facilitem seu o dia-a-dia e representem uma diminuição das desvantagens em custos que envolvem suas transações cotidianas. Através dos relatos, nota-se que aqueles serviços convencionais básicos como a conta bancária, o cartão de débito, o talão de cheques desempenham um papel importante na realização destas transações essenciais - os pagamentos devem ser realizados através de “Money Orders” ou cheques (pois exigem comprovação do pagamento legítima, que é garantida somente através destes meios), a troca de cheques por dinheiro é facilitada aos correntistas, o cartão de débito facilita o consumo de produtos essenciais básicos e outros pagamentos, ainda a conta bancária favorece as transferências de valores muito realizada pelos hispano-americanos que enviam dinheiro para a família.

Ainda, ressalta-se a grande importância dada aos empréstimos, investimentos e financiamentos, apesar do grande receio que as pessoas alegaram ter, principalmente, no que se refere às altas taxas, aos juros e às dívidas com as instituições financeiras, por conhecerem processos de armadilha de débito muitas vezes testemunhados de situações vivenciadas por entes próximos.

A dimensão da exclusão financeira sofrida pelos residentes do bairro Eastside vai além da utilização dos serviços financeiros, uma vez que uma grande porção de seus residentes afirma ter acesso a contas bancárias e aos serviços de cartões de débitos. Entretanto, estas pessoas se deparam constantemente com uma escolha entre práticas predatórias e taxas de utilização, conforme o que melhor se adequar às suas urgências momentâneas, peculiares às condições geradas por

sua baixa renda. Portanto, elas não podem evoluir em termos de condições sociais e econômicas, pela falta de acesso a serviços adequados à sua realidade social.

Finalmente, é curioso notar que ainda que uma maioria admita utilizar serviços de cartão de débito e de conta corrente, 41,45% afirmam ter dificuldades de compreender os serviços financeiros em geral ofertados pelas instituições e 34,87% de acessá-los.

## **7 UM MODELO DE EXCLUSÃO FINANCEIRA E A DESIGUALDADE FINANCEIRA INDUZIDA – ANÁLISE COMPARATIVA DOS CASOS COMUNIDADE AVC, JORDÂNIA E EASTSIDE (RIVERSIDE)**

As visitas aos campos investigados garantiram o acúmulo de numerosas observações ricas em detalhes. As três etapas deste estudo etnográfico permitiram uma visualização fiel e autêntica, bem como o conhecimento, das condições locais vividas pelos indivíduos, os quais enfrentam situações de vulnerabilidades sociais e econômicas, particulares a cada espaço.

Tais condições de fragilidade peculiares a cada local de pesquisa amparam diferentes comportamentos individuais frente ao que é possível realizar, ou seja, de acordo com certa dimensão da exclusão financeira sofrida por eles, os mesmos são induzidos a ações que determinam sua situação financeira desigual, considerando-se a urgência de sua necessidade por “sobreviver”. Enfatiza-se, então, o fato de que estes indivíduos são vítimas de tal processo de desigualdade financeira, embora sejam estimulados e ou “forçados” a uma escolha individual da opção financeira que lhe trará menores prejuízos, daí o termo adicional “induzida”.

### **7.1 Análise Comparativa dos Casos Comunidade AVC, Jordânia e Eastside (Riverside)**

Ao se envolver em um processo característico de um estudo etnográfico, não se podem prever as observações resultantes das visitas aos campos de pesquisa. Ainda que haja o acúmulo prévio de informações sobre os locais de trabalho, lidar com a realidade pessoalmente implica em numerosas dificuldades que variam entre as possíveis adversidades (perigos locais, rejeição do público, antipatia à pesquisa, dentre outros) até as complicações advindas das próprias fragilidades sociais (baixa escolaridade que se traduz na incompreensão dos conceitos e práticas abordados pelo estudo). Diante disso, é necessário o desenvolvimento de estratégias de pesquisa e a prática da improvisação, a fim de tornar o trabalho

atrativo e, ao mesmo tempo, acessível aos participantes (no que se refere à compreensão).

Dessa maneira, a autenticidade de um trabalho etnográfico advém do seu caráter imprevisível. Não há garantias de que o foco teórico prévio seja alcançado e de que o público que se deseja abordar será encontrado. As particularidades da pesquisa em cada local permite o acúmulo de observações detalhadas sobre o que se mostra momentaneamente disponível para o pesquisador. Por isso, este retrato real e fiel que se obtém deve considerar também os aspectos sociais e, até mesmo, psicológicos, admitindo-se a possibilidade de omissões por medo, vergonha, ou desconfiança do entrevistado, em relação ao estudo e de barreiras ocasionais que dificultam a abordagem daqueles mais vulneráveis socioeconomicamente (perigos evidentes em se adentrar os locais mais frágeis, onde a população que vive em extrema pobreza se encontra).

Diante desses argumentos, pode-se dizer que esta experiência etnográfica descrita neste trabalho, apesar de todas as dificuldades e complicações que cada um dos três campos envolveu, resultou em importantes observações que podem refletir as dimensões da exclusão financeira em cada local ou o que se pode reconhecer como desigualdade financeira induzida.

Considerando-se o que foi acima exposto, inicia-se esta análise com aqueles serviços e produtos financeiros listados para a avaliação de importância pelos moradores locais de cada campo visitado. Entretanto, primeiramente, de forma geral e resumida, resgata-se o que foi observado em termos de acesso/utilização dos serviços e produtos financeiros em cada local, bem como algumas características sociais e econômicas dos mesmos.

A começar pela Comunidade AVC, localizada em uma grande cidade (capital do estado) de Minas Gerais, como foi descrito no capítulo 5, e que apresenta uma maioria de moradores que utiliza as contas bancárias essencialmente para realizar pagamentos, além de recorrer frequentemente aos serviços oferecidos pelos correspondentes bancários (Casa Lotérica), transparecendo certo receio com relação às instituições financeiras. Tal receio pode ser associado às condições de vulnerabilidade que enfrentam, tais como baixa renda, moradia

fragilizada, baixa escolaridade, incapacidade financeira de enfrentar imprevistos que caracterizem emergências. Por residirem em uma área com características de subúrbio de um grande centro urbano, acabam por serem incitados a demandarem certos serviços financeiros básicos para facilitarem sua rotina diária.

Jordânia, que se localiza na mesorregião Jequitinhonha, é uma pequena cidade localizada na divisa do estado de Minas Gerais e Bahia, uma área reconhecidamente por consideráveis vulnerabilidades sociais e econômicas. São inúmeras as fragilidades, dentre as quais se destacam a frágil infraestrutura urbana, moradias carentes, a falta de emprego dentro da própria cidade (o que está ligado ao fato das atividades econômicas na cidade serem pouco dinâmicas), as opções de empregos informais irregulares (sazonais), a maior quantidade de pessoas vivendo em níveis de pobreza e até mesmo de pobreza extrema. Observa-se uma dinâmica da economia retraída, o que acaba por refletir em poucas transações financeiras, fato influenciado também pela pequena oferta de serviços e produtos financeiros na cidade, além da ausência de instituições financeiras, à exceção de somente uma agência bancária da Caixa Econômica Federal e uma Casa Lotérica. A relação, dessa maneira, da maioria dos moradores com o sistema financeiro se resume a serviços básicos e, para muitos, ao que é estritamente necessário. A condição de baixa renda dos indivíduos, em sua grande parte, contribui para que eles não utilizem nem ao menos os serviços financeiros básicos, limitando-se àqueles de pagamento. Muitas vezes o acesso às instituições financeiras e ao que por ela é ofertado se dá através do direito de um benefício público, no caso de Jordânia, a aposentadoria e o Bolsa Família.

Com relação ao campo de Eastside, observou-se que as condições financeiras (entendendo-se pela utilização do que é ofertado pelo sistema financeiro) dos entrevistados em geral são um pouco melhores do que nas outras cidades pesquisadas, uma vez que para realizar as atividades e as transações diárias básicas ao fim de se garantir o mínimo à sobrevivência, há a necessidade de que aqueles façam uso, ao menos, de alguns serviços financeiros simples. Embora a maioria da população investigada vivencie condições de vulnerabilidade - características por uma renda baixa, empregos informais e irregulares, *paychecks* de baixo valor semanais (exigindo que os indivíduos programem a compra de

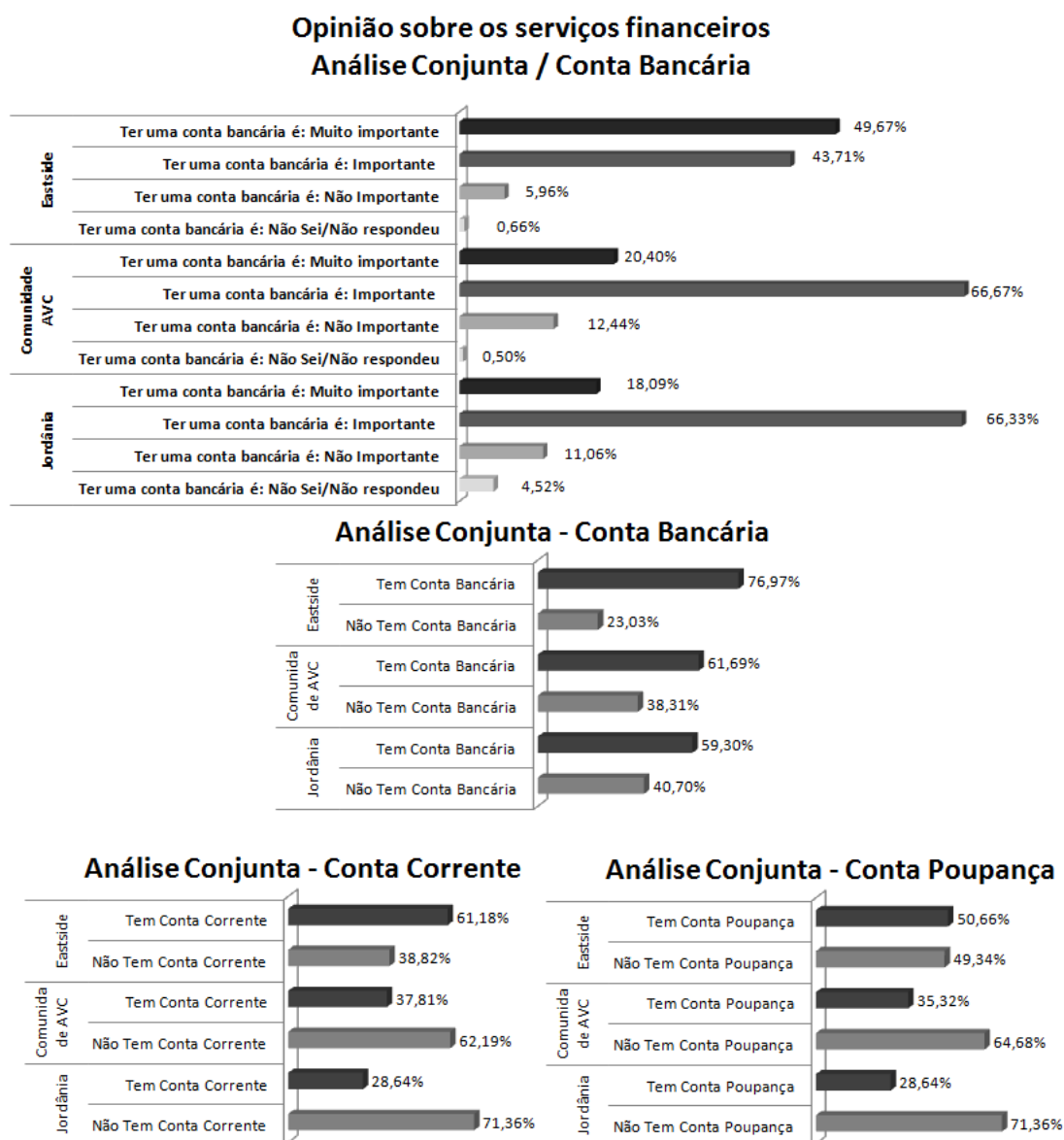
produtos essenciais para a vida de forma restrita a cada semana), baixo nível de escolaridade, precariedade de moradias, famílias numerosas, dentre outros fatores – estas pessoas devem se adaptar, da melhor forma possível à sua situação, à realidade do local que impõe certas exigências de conduta de acordo com as atividades e dinâmica econômica existentes ali. Enfatiza-se, então, o fato de Eastside pertencer a uma cidade relativamente grande dos Estados Unidos, o qual provavelmente influência de modo significativo o grau de financeirização deste local.

A FIG.33 abaixo aborda o acesso/utilização e a importância atribuída às contas bancárias. Observa-se que em todos os locais estudados, a maioria dos moradores considera este serviço financeiro importante. Ressalta-se que a proporção de pessoas que consideram a conta bancária como muito importante é bem maior para Eastside, o que provavelmente está associado à forma em que as transações diárias ocorrem neste local.

Além disso, para a grande maioria das pessoas pesquisadas na Comunidade AVC e em Jordânia, embora tenha atribuído importância à conta bancária, o a proporção daquelas que afirmaram uma ênfase a esta opinião, considerando-a muito importante, foi menor e semelhante entre os locais. Aliás, esta semelhança na opinião sobre tal serviço financeiro merece um destaque, uma vez que há diferenças substanciais nos graus de precariedade vivenciados nestas áreas, a se pontuar como entre os indivíduos de cada uma, mas principalmente entre estes locais (características espaciais marcantes). Isto atenta para a possibilidade de divergentes níveis das dimensões da exclusão financeira, bem como da percepção dos moradores sobre esta condição.

A FIG. 33 ainda demonstra claramente o acesso/utilização das contas bancárias de forma gradual dos locais e que pode ser correlacionado com o grau de financeirização ou desenvolvimento das instituições financeiras nestas áreas ou oferta dos serviços financeiros no local. Assim, da maior proporção para a menor temos a seguinte ordenação: Eastside (76,97%), Comunidade AVC (61,69%) e Jordânia (59,30%).

**FIGURA 33 – Análise Conjunta Sobre Acesso/Utilização e Opiniões - Conta Bancária**



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

Ressalta-se que há uma grande porção de moradores em Jordânia que não acessam ou utilizam Conta Bancária, 40,70%. Isto pode ser relacionado ao fato de que as transações financeiras têm menor expressão nesta cidade, que possui somente uma agência bancária da Caixa Econômica Federal. Ainda, há uma dinâmica econômica que funciona à parte dos meios financeiros convencionais, como a prática do processo de “caderneta” nos mercadinhos e outras lojas comerciais, o qual possibilita a garantia dos bens e produtos essenciais ao dia-a-

dia através do registro do que é devido e dos pagamentos posteriores mensais, quando as pessoas recebem seus salários.

Nota-se que há uma prevalência dos indivíduos que possuem conta corrente nos três campos de pesquisa e que o menor número daqueles que possuem conta poupança está relacionado ao fato de que, por serem áreas que abrigam comunidades de baixa renda, há uma reduzida capacidade de se manter reserva associada à grande parte dos moradores (somente no caso de Eastside, observa-se metade da população utilizando os serviços de poupança).

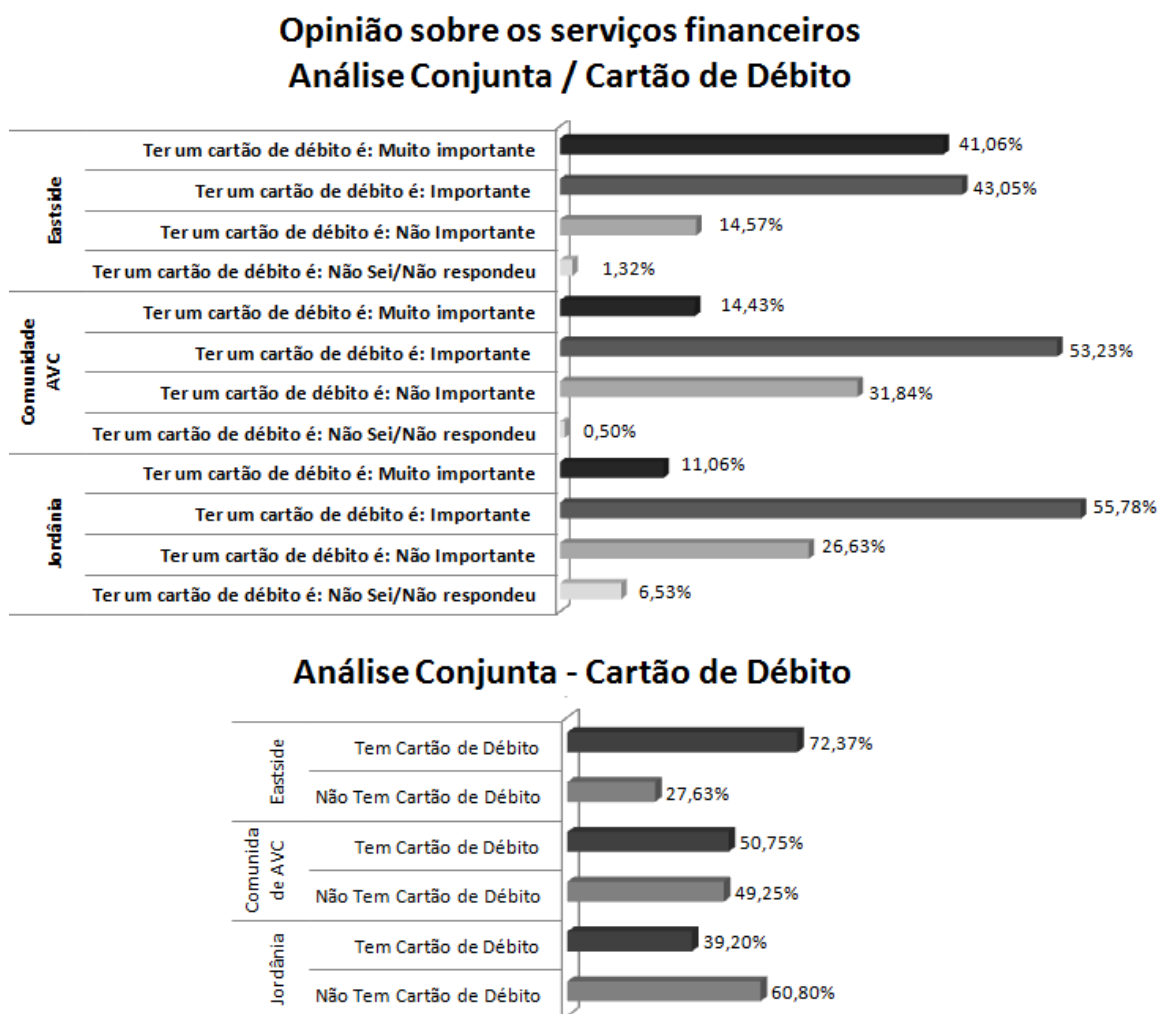
A partir da FIG. 34, pode-se identificar o que seria uma possível tendência de utilização dos serviços financeiros destacada por esta análise conjunta. Assim, com referência ao cartão de débito, observa-se a mesma ordem gradual, respectivamente, da maior para a menor proporção daqueles indivíduos que possuem este acesso, a se descrever como Eastside (72,37%), Comunidade AVC (50,75%) e Jordânia (39,20%).

No que tange à atribuição de importância ao cartão de débito, novamente, nota-se que a grande maioria dos entrevistados em Eastside se divide entre as opiniões importante (43,05%) ou muito importante (43,05%). Isto pode ser novamente relacionado ao desenvolvimento das transações financeiras locais (comparando-se com os outros locais) e às necessidades associadas a um maior uso de certos serviços financeiros (quando possível), no caso o cartão de débito.

As pessoas em Eastside enfatizaram que suas atividades diárias econômicas (entre compras e pagamentos) são facilitadas quando há a possibilidade de se garantir um cartão de débito, ainda que existam custos e/ou taxas concernentes a este e, também, requerimentos de uso. Recorda-se, como já discutido anteriormente, que elas relataram a exigência imposta pelos bancos com relação ao uso mínimo de cinco vezes por mês do cartão de débito, caso contrário são “taxadas” pelo não cumprimento desta. Tal quantidade de uso requerida está em desacordo com o que é possível realizar diante de uma renda tão baixa da maioria dos moradores locais, o que implica que estes são penalizados por terem que utilizar seu saldo monetário em quase sua totalidade, em uma única vez ou menos vezes, para quitar todos os seus compromissos (o que foi relatado por

uma maioria dos pesquisados). Apesar disso, ainda há uma grande porção que atribui importância a este serviço financeiro (o que pode remeter ao argumento de que dentre as opções disponíveis esta é a que resulta em menores prejuízos a estes indivíduos).

**FIGURA 34 – Análise Conjunta Sobre Acesso/Utilização e Opiniões – Cartões de Débito**



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

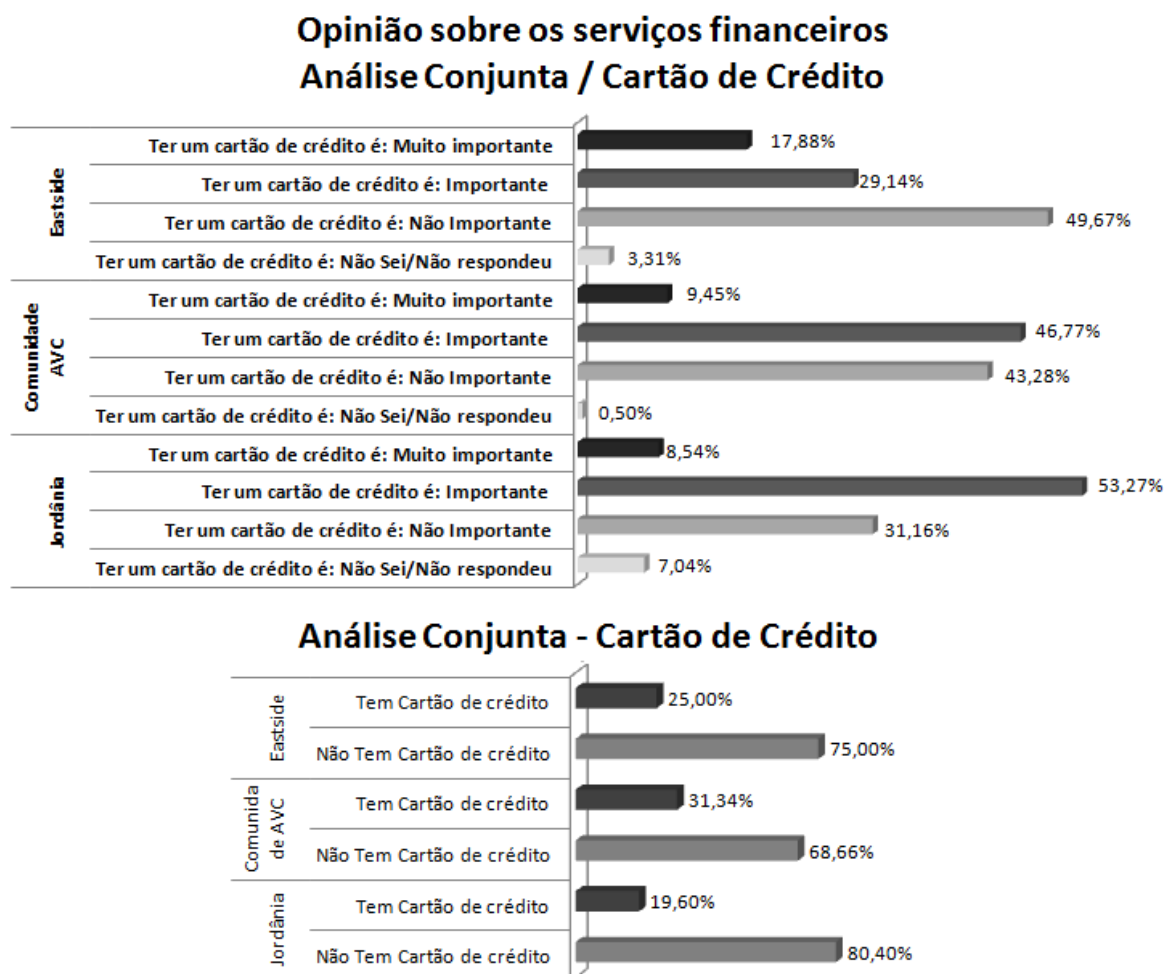
Há, novamente, uma mínima diferença entre a proporção de moradores que consideram este serviço financeiro como 'importante' e 'muito importante' na Comunidade AVC (67,66% total) e Jordânia (66,84% total). Os dois locais estão equiparados no que se refere a esta atribuição de importância pelos entrevistados.

Embora somente uma minoria dos indivíduos utilize o cartão de débito em Jordânia, o contraste entre esta proporção e aquela que atribui importância ao mesmo, elucida o que eles relataram – não acessam os serviços financeiros por não terem uma renda suficiente para justificar e amparar a utilização de uma conta bancária ou cartões. Tal fato também foi relatado por uma parte considerável dos entrevistados na Comunidade AVC (49,25% não possui cartão de débito), ainda que neste local se observe uma quantidade maior de transações financeiras e do uso de certos serviços financeiros mais básicos.

A FIG. 35 mostra uma inversão da ordem gradual observada anteriormente relativa à porção de pessoas entrevistadas que atribuiu importância aos serviços financeiros. Ou seja, em se tratando dos cartões de crédito a maior proporção de moradores que os considerou como ‘importante’ e ‘muito importante’ foi identificada na cidade de Jordânia (61,81% total), seguida por aquela da Comunidade AVC (56,22% total) e, por fim, pela de Eastside (47,02%).

Em todos os locais, observou-se uma minoria da amostra que possui o cartão de crédito e, curiosamente, a Comunidade AVC revelou uma maior proporção de moradores (31,34%) que utiliza este serviço, seguida por Eastside (25%) e depois por Jordânia (19,06%). Isto pode refletir os seguintes fatos: i) No Brasil, a oferta de cartões de crédito aos indivíduos ocorre de maneira mais facilitada do que nos Estados Unidos e, assim, aqueles de baixa renda e com histórico de financeiro em geral menos favorável conseguem acessar tais serviços, logicamente incluindo limites de gastos menores, além de algumas taxas possíveis; ii) A Comunidade AVC possui uma dinâmica econômica, envolvendo atividades comerciais, mais intensa, segundo o relato dos entrevistados. Há necessidades de se adquirir produtos e serviços que favorecem a vida cotidiana em um grande centro urbano. Alguns moradores de baixa renda, por não contarem com reservas monetárias, frente à alguma necessidade evidente, possivelmente, não possuem uma outra opção factível (que seja empréstimos em condições favoráveis, a existência de um sistema de “cadernetas” nos mercados e lojas como em Jordânia, dentre outros) e acabam por demandar cartões de crédito para adquirir certos bens, assumindo, então, o compromisso de pagamento no mês posterior à compra (quando há o recebimento de seu salário e da fatura deste cartão).

**FIGURA 35 – Análise Conjunta Sobre Acesso/Utilização e Opiniões – Cartões de Crédito**



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

É curioso o fato de que há uma maior proporção da amostra em Jordânia que atribuem importância aos serviços de cartão de crédito e a menor quantidade da mesma que assume utilizá-los. Este desacordo entre opinião e acesso real pode elucidar, de certa modo, a percepção de alguma “face” da exclusão financeira. Como a população pesquisada afirmou receber uma renda insuficiente para garantir o acesso a serviços financeiros como este em questão, contrastando com a opinião geral positiva acerca do mesmo, pode-se assumir a exclusão por inadequação do perfil (por fator renda) para a utilização daquele.

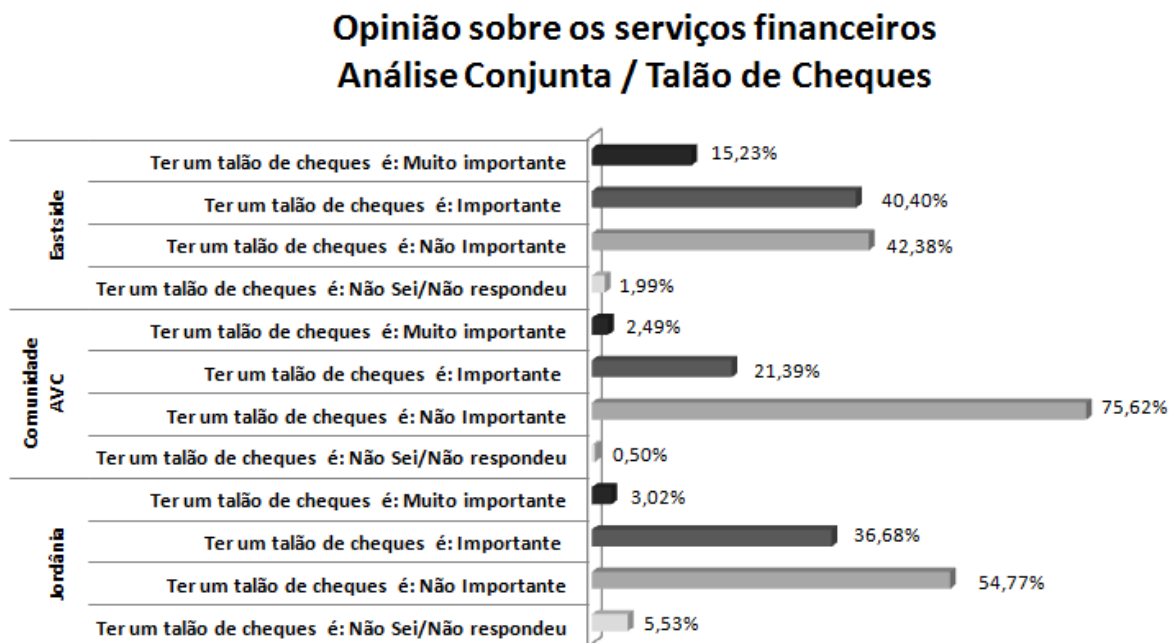
Já com relação à Eastside, como já descrito anteriormente, para se obter os serviços de cartão de crédito, deve-se apresentar um “Credit Score” positivo –

uma renda favorável, um bom histórico de crédito (frequência e pagamento das obrigações), dentre outros fatores – o que restringe o acesso a estes de forma severa, quando a referência é uma população que vive condições sociais e econômicas vulneráveis. Assim, os próprios moradores, por reconhecerem estes fatos e por receio com relação a endividamentos e às taxas altas, descartam, em sua maioria, a possibilidade de utilização de cartões de crédito. Muitos afirmaram que os custos e prejuízos possíveis advindos de tal acesso, não compensam os benefícios que eles garantem, os quais podem ser obtidos de uma outra maneira (sem tantas possibilidades de perda).

Em se tratando de talões de cheques, as opiniões sobre a importância dos mesmos no dia-a-dia das pessoas seguem uma tendência diferente das que foram relatadas anteriormente sobre contas bancárias e cartões de débito e de crédito no que se refere aos três campos pesquisados. Nota-se que Eastside possui a maior proporção de indivíduos que atribuem importância a estes serviços (55,63%), seguida por aquela observada em Jordânia (39,70%) e depois pela correspondente na Comunidade AVC (23,88%). Esta última citada, então, apresentou uma maior porção dos entrevistados que afirmaram que talões de cheques não são serviços importantes à sua rotina diária. Tal fato pode ser relacionado à perda de expressão destes serviços nas transações usuais e simples associada principalmente à vida de pessoas de baixa e média renda no Brasil. Estes serviços financeiros possuem um custo adicional considerável às pessoas de baixa renda que, normalmente, se possuem contas bancárias utilizam aquelas simplificadas, as quais não incluem a acessibilidade livre de talões de cheques. Assim, é compreensível a menor quantidade de moradores que atribuem importância a estes últimos na Comunidade AVC.

Ainda sobre os talões de cheques, é curioso notar que Jordânia mais uma vez aparece com uma proporção curiosa (39,70%) de pessoas que os consideram como importantes ao seu dia-a-dia, uma vez que muitos deles nem possui uma conta bancária e realiza a maior parte de suas atividades econômicas mediante a uma baixa e irregular renda.

**FIGURA 36 – Análise Conjunta Sobre Opiniões – Talões de Cheques**



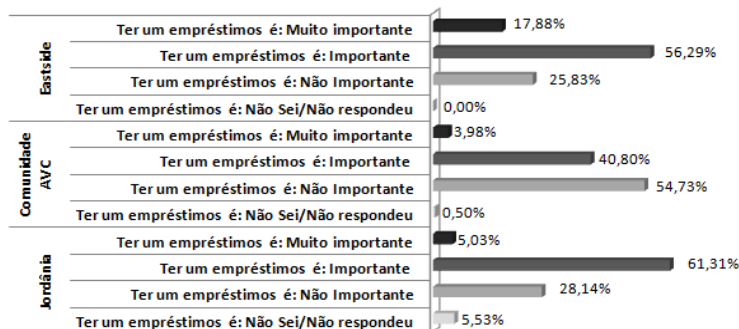
Fonte: Elaboração própria, 2014.

Com relação àquela proporção observada em Eastside, a proporção de 55,63% de moradores que ressalta os talões de cheques como muito importantes pode ser justificada pelo modo como se dão certas transações de pagamentos no local – há a exigência comum de que certos pagamentos como aluguel, hipotecas, e outras obrigações que necessitam de uma comprovação válida e incontestável de que foram pagas/recebidas, de que estes sejam realizados através de “*Money orders*” ou cheques, os quais possuem os dados de quem recebe e de quem paga (funcionam como um documento de “recibo”). Isto, então, caracteriza certa expressão destes serviços naquela área, embora nem todos os moradores consigam acessá-los dados os custos associados aos mesmos para cada perfil de clientes bancários.

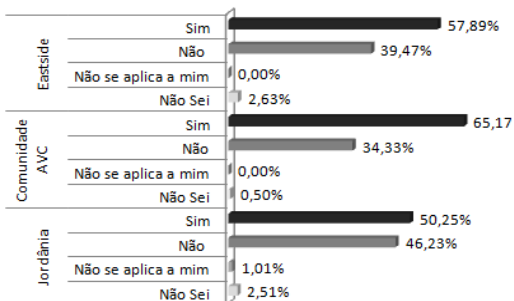
A FIG. 37 revela pontos importantes no que se refere aos empréstimos concedidos pelas instituições formais. Novamente, considerando-se a proporção de pessoas que atribuem importância a estes serviços financeiros nos locais pesquisados, tem-se, respectivamente da maior para a menor, a seguinte ordenação: Eastside, 74,17% total; Jordânia, 66,34% total; Comunidade AVC, 44,78% total.

**FIGURA 37 – Análise Conjunta Sobre Acesso/Utilização e Opiniões – Empréstimos**

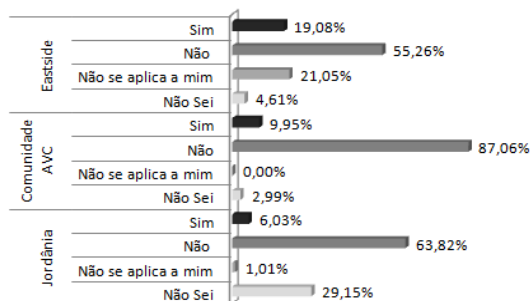
**Opinião sobre os serviços financeiros  
Análise Conjunta / Empréstimos**



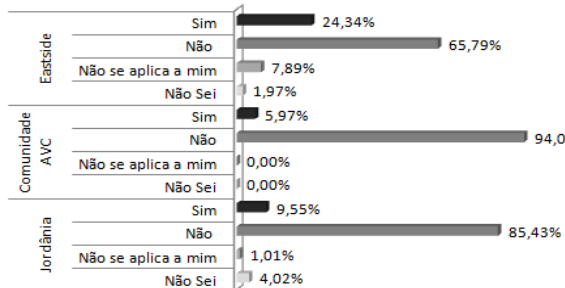
**Análise Conjunta - Em situações de emergência, você pede dinheiro emprestado aos seus familiares ou amigos?**



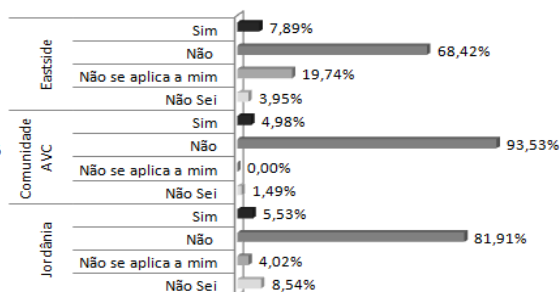
**Análise Conjunta - Alguma vez você já precisou pedir um empréstimo ao banco, mas seu pedido foi recusado?**



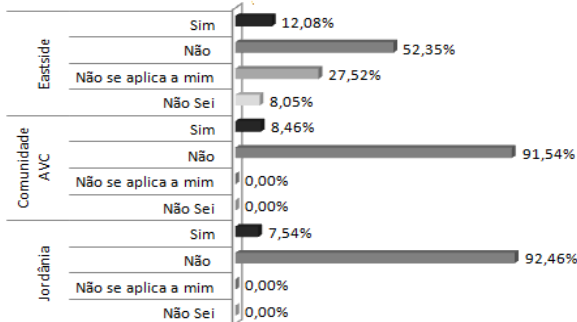
**Análise Conjunta - Quando há necessidade, você pega empréstimo com agiotas ou em instituições financeiras informais ("Check Cashiers or Money Lenders")?**



**Análise Conjunta - Você já pegou algum empréstimo para investir na educação de seus filhos?**



**Análise Conjunta - Você já pegou um empréstimo de valor mais alto do que consegue pagar?/ "Do you have a loan that is higher than what your property is worth?"**



Esta menor proporção de moradores que admitiram considerar os empréstimos importantes para desenvolver suas atividades diárias observada na Comunidade AVC pode refletir o grande receio que estes indivíduos relataram com relação a tais serviços e às suas altas taxas de juros e custos. Por já terem presenciado casos ou até mesmo, por causa de histórias a eles contadas por muitos, há o temor de dívidas que por falta de pagamento podem se perpetuar, através de um ciclo de 'obrigações pelas obrigações', em um processo que se retroalimenta, caracterizando uma situação de armadilha de débito. Daí a preferência da maioria da amostra (65,17%) por recorrer a familiares e amigos a fim de obter dinheiro emprestado, quando ocorrer alguma emergência imprevista. Ainda, grande parte dos entrevistados neste local (94,03%) reconhece o risco de se endividar com agiotas e outras instituições financeiras informais, os quais cobram maiores juros e manipulam as ações de forma a envolver seus clientes em um ciclo de dependência financeira, que também caracteriza uma "armadilha de débito". Somente uma minoria admitiu ter utilizado estes serviços financeiros providos por instituições formais, o que por tudo o que foi descrito aqui pode ser vinculado a situações em que estes indivíduos não tiveram outra opção, pressionados por uma urgência ocasional e pela ausência de reservas.

Ao se analisar os dados descritos na FIG. 37 relativas à realidade exposta pelos moradores de Eastside, evidencia-se a maior porcentagem dos mesmos que atribuem importância aos empréstimos, dentre os locais estudados. Tais serviços seriam reconhecidos como necessários a uma rotina diária que envolve condições de extrema vulnerabilidade, obviamente, se não impusessem custos e taxas altos em desacordo com a baixa renda destes indivíduos. Assim, ao se questionar sobre situações de emergência a maior parte entrevistada (57,89%) assume que prefere recorrer aos familiares e amigos para tomar dinheiro emprestado. No entanto, nem sempre é possível contar com esta opção.

O *Eastside* possui numerosas instituições financeiras não convencionais, também reconhecidas como "*Fringe Banks*" (ou "*Check Cashing Outlets*" e "*Pawnshops*") e que são especializadas na oferta de serviços financeiros que se adaptam às necessidades correntes de seus efetivos e/ou possíveis clientes, adotando altíssimas taxas. As atividades deste tipo de instituição são concebidas e

realizadas de forma a induzir o seu público a situações de dependência (ciclo de débitos), através do exercício de práticas financeiras exploratórias. Estas são informações de conhecimento geral para as pessoas que vivem neste local. Elas, por vezes, presenciaram situações de muitos que acabaram por se perder em “armadilhas de débito”. Entretanto, 24,34% da amostra admitiu recorrer a tais instituições ou “*Money lenders*”. Diversos casos que envolvem um imprevisto emergencial foram relatados. Explicitaram que a necessidade de troca imediata do “*paycheck*” por dinheiro ou do adiantamento de quantias para garantir o pagamento de obrigações e despesas urgentes, muitas vezes, impulsiona estes indivíduos a recorrerem aos “*Payday Loans*” que acabam por reduzir consideravelmente os salários na data do seu recebimento, quando não são comprometidos totalmente em processos característicos de dependência financeira (ciclo de débitos), dificilmente reversíveis.

Diante do que foi descrito é importante ressaltar a porcentagem de 19,08% da amostra, que embora seja baixa, torna-se significativa, uma vez que estas pessoas tentaram acessar os empréstimos concedidos pelas instituições financeiras convencionais, mas diante dos diversos requerimentos que não se encaixam à sua realidade, sua demanda foi recusada. Situações como esta contribuem para intensificar a pressão que emergências inesperadas podem significar às pessoas que vivem em condições fragilizadas.

Para finalizar a discussão sobre os moradores de Eastside e os empréstimos, apesar de também ser uma pequena proporção, 12,08% dos entrevistados admitiram possuir empréstimos com o valor maior do que a propriedade que possuem (aqui podem-se considerar reservas monetárias, bens e imóveis).

Analisando os dados relacionados à Jordânia e aos empréstimos, observa-se que a grande maioria dos entrevistados (66,34%) atribui importância a estes serviços. Curioso notar que a porcentagem relativa a este fato é consideravelmente maior àquela apresentada pela Comunidade AVC (44,78%), o que contrasta com o baixo desenvolvimento local das atividades relacionadas às instituições e serviços financeiros. Grande parte da população é desprovida de serviços financeiros básicos, o que implica que há pouca expressão dos empréstimos dados por instituições financeiras neste local (o acesso/utilização dos mesmos é restrito a

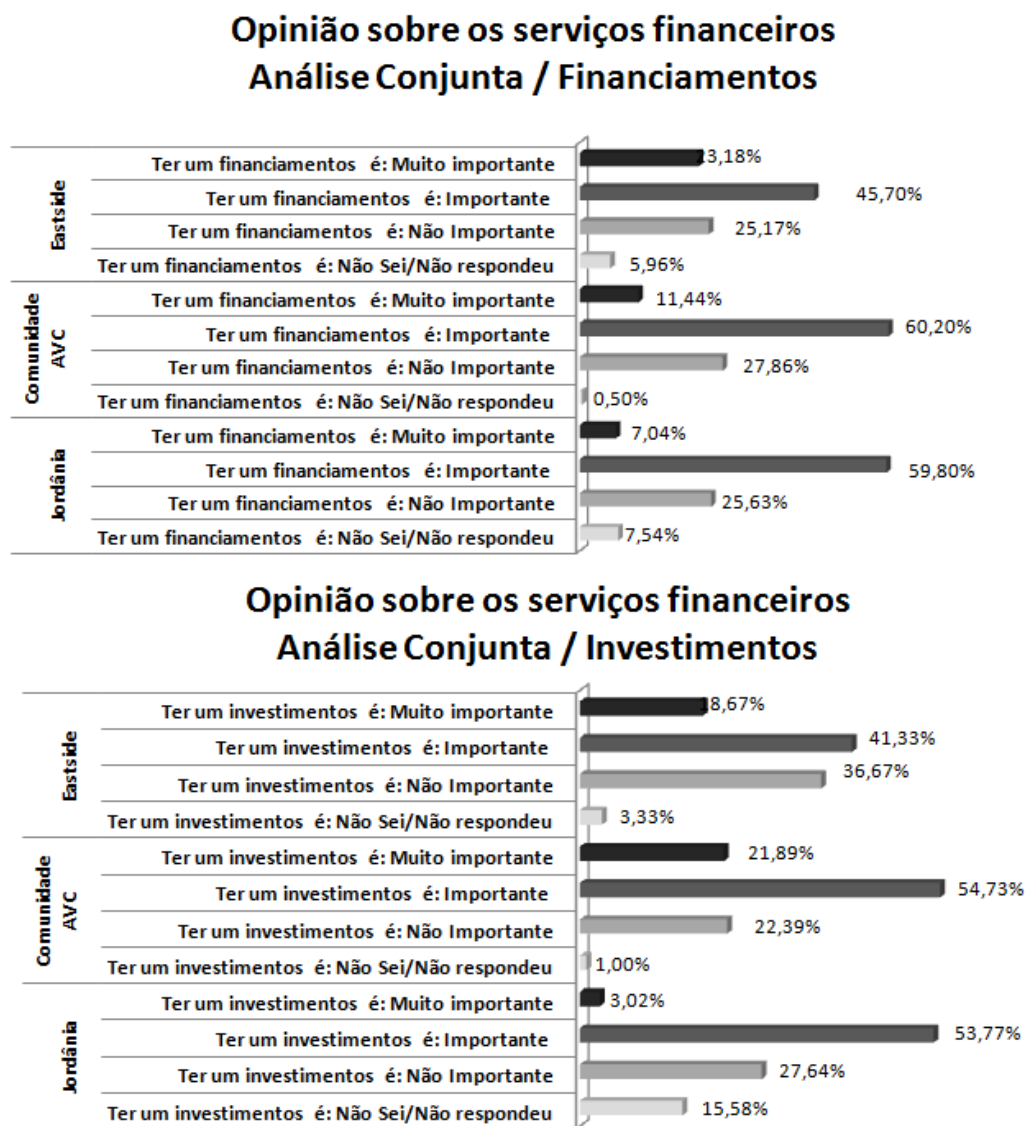
poucos, vide FIG 37). Pode-se identificar uma semelhança entre as porcentagens relativas às tentativas de acesso a estes serviços entre esta cidade e a Comunidade AVC.

Deve-se ressaltar que quase metade da amostra referente à Jordânia afirma não recorrer aos amigos e parentes para tomar dinheiro emprestado frente às situações de emergência, embora poucos, 9,55% (porcentagem maior do a mesma observada na Comunidade AVC), admitam preferir utilizar estes serviços oferecidos por instituições financeiras informais e agiotas. Nas conversas com os moradores em campo, soube-se que a renda extremamente baixa era destinada somente à sobrevivência dos mesmos e não havia a possibilidade de se manter reservas monetárias, o que implica que urgências que exigirem o dispêndio inesperado de quantias muito além do que eles recebem pressionarão a busca por soluções muitas vezes disponíveis somente pelas vias informais. Estas poderão desencadear um processo de dependência por empréstimos contínuos, devido às altas taxas que retroalimentam a sua condição de devedores, a qual eles assumem por falta de opções que se adéquem melhor à sua realidade precária.

A partir da FIG. 38, pode-se observar que nas três áreas há uma porcentagem considerável da amostra que atribui importância aos financiamentos e investimentos. Entretanto, em Eastside esta proporção é menor, respectivamente, 48,18% total e 50% total. Deve-se ressaltar que em todos os campos as pessoas afirmaram que, apesar de não terem acesso a estes serviços por possuírem uma baixa renda e não serem capazes de satisfazer os requerimentos necessários que as instituições financeiras impõem sobre eles, acreditam que os financiamentos e os investimentos garantem melhores condições de vida àqueles que os utilizam, permitindo o desenvolvimento de atividades econômicas importantes e o acúmulo maior de reservas. Tais reflexões se deram principalmente pelos moradores da Comunidade AVC, cujas porcentagens são respectivamente 71,64% total e 76,62% total. A amostra da população de Jordânia também apresenta as proporções de 66,84% total e 56,79% de pessoas que acreditam na importância de tais serviços. Nota-se que nesta pequena cidade há mais moradores que consideram os financiamentos importantes do que aqueles que atribuem tal

importância aos investimentos, um fato contrário ao que se observou nas outras áreas pesquisadas.

**FIGURA 38 – Análise Conjunta Sobre Opiniões – Financiamentos e Investimentos**

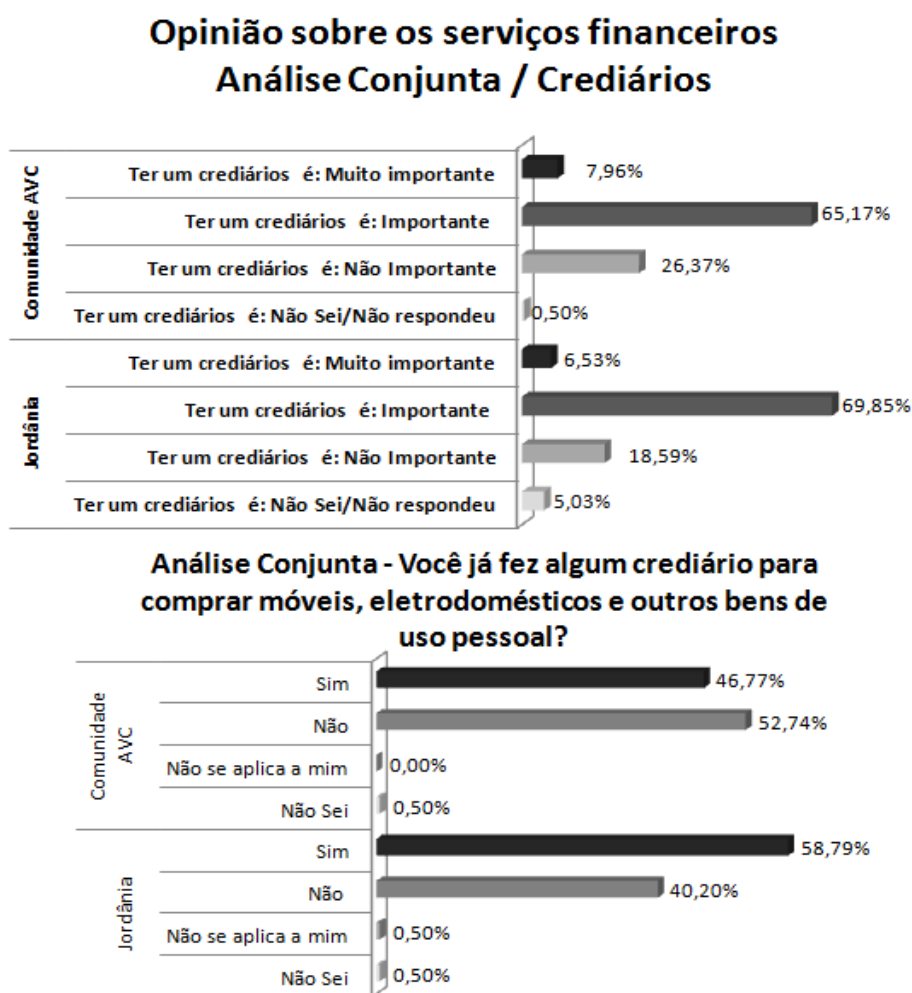


Fonte: Elaboração Própria, 2014.

Finalizando esta análise conjunta, aborda-se a questão dos crediários (FIG.39) que são serviços expressivos dentre aqueles indivíduos de baixa renda no Brasil e, por isso, somente Jordânia e a Comunidade AVC são incluídas nesta discussão. Em ambos os locais, os entrevistados atribuíram, em sua maioria, importância aos crediários, afirmando que os mesmos possibilitam a aquisição de

bens essenciais a uma melhor qualidade de vida, a qual não ocorreria caso a oferta de tais serviços não existisse. Ainda, para eles estes serviços são uma forma facilitada de realizar compras e seus pagamentos, uma vez que são várias parcelas de valor fixo, permitindo que estes consumidores se programem, separando parte da renda para quitar estas obrigações. Os moradores, portanto, não atribuem importância ao fato de que os crediários incluem taxas, geralmente altas, nestas parcelas de pagamento, o que resulta em um aumento considerável do valor final pago pelo produto.

**FIGURA 39 – Análise Conjunta Sobre Acesso/Utilização e Opiniões – Crediários**



Fonte: Elaboração própria, 2014.

Ainda que a renda, analisando-se em geral, dos moradores entrevistados em Jordânia seja menor do que daqueles da Comunidade AVC, a porcentagem dos indivíduos que atribuíram importância aos crediários e que admitiram acessá-los é ligeiramente maior nesta pequena cidade. Isto contraria o fato de que o desenvolvimento financeiro local é menor do que aquele presente na Comunidade que se encontra no subúrbio de um grande centro urbano.

Através desta análise conjunta descrita acima, pode-se perceber a grande influência dos aspectos espaciais sobre as relações com o sistema financeiro, considerando-se as condições de vulnerabilidade social e econômica dos indivíduos. De acordo com a forma de ocupação do território - no que se refere a pessoas que nele se estabeleceram, atividades econômicas desenvolvidas e sua dinâmica, evoluções possíveis a partir das condições preexistentes -, há uma cultura “enraizada” que dita as urgências individuais e as necessidades locais para a sobrevivência e a mínima qualidade de vida na região.

Diante disso, observou-se que as pessoas são induzidas a certos comportamentos, movidas pelas pressões das necessidades do dia-a-dia e pelo objetivo de garantir uma qualidade de vida razoável. Tal indução se dá também pelo receio a partir de crenças locais negativas a respeito das instituições convencionais, pelo não entendimento ou falta de conhecimento a respeito dos serviços financeiros, pelo baixo ou ausente desenvolvimento financeiro local, pelos requerimentos e condições de oferta dos serviços e produtos financeiros inadequados à sua realidade e pelo fato de que sua renda é tão baixa que, em geral, destina-se quase em sua totalidade para os gastos básicos diários.

## **7.2 Um modelo de Exclusão Financeira e a Desigualdade Financeira Induzida**

Para esclarecer melhor este raciocínio apresentado acima acerca da indução à desigualdade financeira à partir das condições vulneráveis vividas, das pressões características da necessidade de sobrevivência e do modo em que as instituições financeiras formais ofertam seus serviços e produtos para este público, desenvolveu-se um modelo simples da desigualdade financeira induzida,

um trabalho em conjunto com o professor Gary Dymski (que possui um trabalho extenso e valoroso sobre exclusão financeira) e, também, sob o aconselhamento de Silvana Gonçalves de Paula<sup>30</sup>.

### 7.2.1 O lado da Demanda por Serviços Financeiros do modelo

Imagine um conjunto de agentes (famílias), os quais possuem um status financeiro cada um,  $FS$ , onde:

$$FS_i = FS(\text{riqueza financeira}_i = (\text{ativos financeiros}_i - \text{passivos financeiros}_i),$$

$$Pr(\text{compromissos contingentes}_i),$$

$$Pr(\text{emergências}_i),$$

$$E(\text{fluxo de renda}_i), \text{variância de } E(\text{fluxo de renda}_i))$$

Compromissos contingentes são obrigações que se devem receber ou pagar, caso ocorram certas condições, as quais são baseadas em contrato. Emergências são obrigações que um indivíduo deve pagar, se certas situações acontecerem.

Pode-se definir a vulnerabilidade de um agente, por sua vez, como uma função da probabilidade do pagamento de obrigações relativas aos compromissos contingentes, à probabilidade de emergências, e à variância do fluxo de renda.

$$\text{Vulnerabilidade}_i = V(Pr(\text{compromissos contingentes}_i), Pr(\text{emergências}_i), \text{var}(\text{fluxo de renda}_i))$$

Reescrevendo para o agente  $i$ :

$$FS_i = FS(\text{Posição da riqueza financeira}_i, \text{Vulnerabilidade}_i, \text{Fluxo de renda}_i) \quad (1)$$

---

<sup>30</sup> Mestre em Ciências Sociais, trabalhando na área de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Doutora em Sociologia. Trabalhou diretamente no departamento de antropologia quando assumiu a função de *visiting scholar* na University of California Riverside.

Supõe-se, assim, que FS está positivamente relacionado com o primeiro e o terceiro termos e inversamente relacionado com o segundo termo. Além disso, assume-se uma forma inespecífica da função de FS. Se ela for uma função linear, pode-se atribuir pesos aos diferentes componentes, de forma a se considerar maior ou menor peso de um ou outro fator.

### (i) Desigualdade Financeira

Em uma dada população de N famílias, cada uma com uma FS, existe, então, uma média de FS, a qual se pode chamar  $\overline{FS}$ .

Assim, ao se computar  $\sum_{i=1}^N (FS_i - \overline{FS}) = FI_N$ , deriva-se  $FI_N$ , uma medida de desigualdade financeira relativa a N. Tal medida considera a renda que as pessoas ganham, sua riqueza e sua vulnerabilidade.

Ressalta-se que as comparações de desigualdade financeira podem ser realizadas entre as comunidades em geral e não somente internamente a elas. Pode-se, então, observar uma crescente desigualdade financeira entre as comunidades e uma decrescente interna às mesmas, caso existam diferentes práticas das instituições nestes locais.

### (ii) Índice de Vulnerabilidade Financeira

Define-se uma proporção, um índice de vulnerabilidade,  $VI_i$ , da seguinte forma:

$$VI_i = \frac{\text{Vulnerabilidade}_i}{\text{Posição da riqueza financeira}_i}$$

A ideia é analisar se os recursos financeiros prontamente disponíveis, ou seja, “em mãos” para se realizar os pagamentos relativos a possíveis imprevistos são suficientemente adequados a este fim. Quanto maior a razão  $VI_i$  e mais imediata a necessidade de se realizar tais pagamentos, mais desesperadamente a família  $i$  vai buscar uma solução. Por “desesperadamente” objetiva-se ressaltar a urgência em termos temporais, ou seja, a solução deverá ser encontrada rapidamente.

Quando uma pessoa é vulnerável, mas possui uma posição de riqueza financeira adequada, ela tem a capacidade de enfrentar qualquer imprevisto que surja. Já no caso de uma família financeiramente vulnerável não possuir uma posição da riqueza financeira favorável, esta terá que tomar empréstimos. Quanto pior a emergência que surgir e menor a riqueza financeira disponível, maior será o grau de dependência da família em se garantir recursos de crédito rapidamente.

### (iii) Índice de Dependência-Renda

Define-se a razão Dependência-Renda,  $YD_i$ , da seguinte forma:

$$YD_i = \frac{\text{Nível de renda}_i}{\text{Posição da riqueza financeira}_i}$$

Com este índice pretende-se avaliar o quanto da demanda futura de uma dada família por serviços é devido à demanda por transações e não às reservas/suprimentos originadas pela demanda por riqueza financeira.

Em seguimento, dividem-se os elementos individuais da equação (1) pela riqueza financeira da família, para cada família  $i$ . Este é um exercício válido uma vez que permite o foco em duas dimensões de um status financeiro precário: a) a probabilidade que uma família terá de realizar pagamentos além de sua capacidade de pagar em determinado momento do tempo; b) a forma possível em que uma família vive de “salário a salário” (neste período entre os recebimentos de sua renda). De fato, o status financeiro ajustado pela riqueza dá uma medida de precariedade financeira de tal modo:

$$\begin{aligned} \text{Precariedade Financeira}_i = FP_i &= \frac{FS_i}{\text{Posição de riqueza financeira}_i} \\ &= FS(VI_i, YD_i) \end{aligned} \quad (2)$$

### (iv) Status financeiro e precariedade financeira

Destaca-se que famílias com uma maior posição de riqueza financeira, provavelmente, são passíveis de menores valores do Índice de

Vulnerabilidade e do Índice de Dependência-Renda. Isto é, ordenando-se as pessoas de uma dada população do maior ao menos valor de  $FS$  e do menor ao maior valor de  $FP$ , tem-se que os dois status estarão correlacionados, ainda que não signifique que serão perfeitamente compatíveis.

Assim, em qualquer população, pode-se definir algum nível de  $FS$ ,  $\overline{FS}$ , sob o qual as famílias possuem um status financeiro baixo, sendo menos atrativas aos ofertantes para que lhes provisionem serviços que incluam gestão de riqueza e serviços de pagamentos, em uma relação de longo prazo. Da mesma maneira, há um nível de precariedade financeira,  $\overline{FP}$ , sob o qual os ofertantes dos serviços financeiros serão estimulados a oferecer mecanismos de crédito para emergências.

#### **(v) Categorias de demanda financeira**

A definição de  $FS$  apresentada anteriormente permite a distinção de três amplas categorias de demanda financeira:

- (i) Uma demanda transacional relativa à necessidade de se lidar com seu fluxo de renda em tempo real e obrigações de pagamento;
- (ii) Uma demanda de longo prazo referente à sua posição de riqueza financeira;
- (iii) Uma demanda de emergência de curto prazo relativa à sua vulnerabilidade.

Quanto maior os valores acima do limite de  $\overline{FS}$ , mais atrativa é a demanda financeira, sendo vista como uma perspectiva de venda de reservas e instrumentos de seguros, incluindo aqueles mais arriscados associados à atividade de fundos de cobertura (“*Hedge-Fund*”). Acima de  $\overline{FS}$  e abaixo de  $\overline{FS}$ , as famílias serão candidatas principais às provisões de crédito de emergência de curto prazo (quer dizer, necessitarão demandar tais serviços financeiros).

Para cada família, então, pode-se caracterizar a demanda por serviços financeiros em duas categorias:

- (i) Em tempo normal (médio prazo), estabelece-se uma demanda devido à necessidade de se acumular e investir riqueza financeira, além da realização das despesas usuais ao se receber a renda;
- (ii) Uma demanda instantânea (prazo imediato), impulsionada por um evento de crise. Uma demanda eventual por recursos financeiros que sejam acumulados rapidamente para que se realizem pagamentos necessários diante de imprevistos emergenciais.

### **7.2.2 O lado da Oferta de Serviços Financeiros do modelo**

Considerando-se que a população das famílias esteja espalhada pelo espaço e que haja os custos de transações associados à mobilidade por ele, supõe-se que, além disso, tais indivíduos estejam espacialmente distribuídos em *clusters* – comunidades – de maneira que as diferentes categorias familiares (determinadas pelos valores de *FS* e *FP*) se disponham de forma irregular pelas áreas. Assim, pode-se observar concentrações de famílias com baixo-*FS* em uma comunidade e concentrações familiares com alto-*FP* em outra, dentre outros.

Os ofertantes de serviços financeiros operam a partir de filiais e enfrentam um custo fixo ao estabelecerem quaisquer dessas suas agências nas áreas previstas. Desconsiderando-se as questões de competição entre eles, o problema que os bancos e outras instituições financeiras deverão solucionar envolve a opção pelo melhor local para atuar. Isto depende da distribuição espacial dos *clusters* com diversos tipos de clientes financeiros. Como já observado anteriormente, por um lado, existem clientes com níveis de renda constantes e substanciais, os quais necessitam de contas para transações e serviços financeiros; por outro lado, há consumidores que necessitam de um cuidado da sua riqueza e, ainda, não se podem ignorar aqueles clientes que possuem fluxos financeiros de baixo nível interrompidos irregularmente por picos de gastos requeridos para emergências eventuais.

A FIG. 40 abaixo ilustra o cenário provável da demanda por serviços financeiros e da oferta dos mesmos, baseados no padrão de requerimentos que diferentes cenários de status financeiro e precariedade financeira sugerem. Para simplificar, estas duas dimensões aqui são divididas nas categorias “alto” e “baixo”, o que deve ser interpretado como “comunidades com concentrações de moradores nas diferentes interseções destas possíveis categorias”. Isto é suficiente para sugerir algo sobre como os serviços financeiros podem ser agrupados (em *cluster*).

Pode-se antecipar que o *cluster* definido por incluir “baixo-FS, alto-FP” descreve uma cidade brasileira isolada como Jordânia. O grupo “alto-FS, baixo-FP” pode corresponder a uma área próspera brasileira ou uma cidade dos Estados Unidos. Já a situação “alto-FS, alto-FP” pode ser característica de uma área suburbana de um grande centro urbano que abriga a classe trabalhadora no Brasil ou nos Estados Unidos. Como as comunidades (favelas) do Brasil localizadas dentro das cidades são, de certa forma, subúrbios que abrigam a classe trabalhadora e onde os moradores possuem empregos diversos, variando da condição de assalariados, empregados em tempo integral, a trabalhadores informais, a autônomos, podendo se encaixar nas duas categorias descritas na linha inferior do quadro “baixo-FS, alto-FP” e “alto-FS, alto-FP”.

**FIGURA 39 – Padrões de Demanda para Serviços Financeiros e Respostas de Oferta Prováveis**

		<i>Status Financeiro</i>	
		<i>Baixo FS</i>	<i>Alto FS</i>
<i>Precariedade Financeira</i>	<i>Baixo FP</i>	Demanda: Serviços de transação essenciais e inevitáveis no dia-a-dia somente [Resposta da Oferta: Agências dos Correios, Serviços financeiros oferecidos nas lojas comerciais - supermercados, farmácias, etc.]	Demanda: Gestão de Riqueza, Transações Sofisticadas [Resposta da Oferta: Agências bancárias e Corretores de produtos e serviços financeiros avançados, Assessoria/Aconselhamento de serviços Financeiro]
	<i>Alto FP</i>	Demanda: Emergências, Serviços de crédito de alto risco, Serviços de transações imediatos [Resposta da Oferta: "Check Cashing Outlets", "Pawnshops", Companhias de créditos e/ou Financeiras]	Demanda: Serviços de crédito para emergências, Serviços financeiros em tempo normal (médio prazo) [Resposta da Oferta: Agências bancárias, Instituições que oferecem empréstimo consignado ("paydaylenders")]

Fonte: Elaboração Própria, 2014.

### 7.2.3 Precariedade financeira, efeitos “*Spillover*” da comunidade e a disponibilidade e o uso de agências financeiras

Se realmente é dispendioso abrir e manter uma agência de serviços financeiros, como mencionado anteriormente, então claramente os custos envolvidos na provisão de tais serviços serão repassados aos clientes.

Dymski (1999) observou que no período corrente de desregulação financeira e competição global, os clientes com altos níveis de riqueza e renda são cobiçados por numerosos provedores de serviços financeiros (convencionais e/ou informais), incentivando os bancos a lhes oferecerem descontos em seus produtos e serviços (tais como os custos mensais de se manter as contas correntes). Fato que não ocorre com relação àqueles demandantes que possuem baixo rendimento.

Aplicando-se ao cenário descrito acima, sugere-se, então, que as famílias com um baixo status financeiro são menos suscetíveis à abertura e manutenção de contas bancárias no setor formal, ainda que haja agências bancárias que lhes ofereçam tais serviços e que estejam convenientemente localizadas em áreas próximas àquelas. Tal observação se direciona às famílias individuais. No entanto, com relação a isto, existem outros fatos e fatores a se considerar como: as suas decisões possuem uma dimensão comunitária e são afetadas por ambas as estruturas de poder e cultural, além de pelas práticas de negócios no local.

Supõe-se que existam duas diferentes comunidades,  $M$  e  $N$ , sobre as quais se sabe que  $\overline{FS}_N > \overline{FS}_M$ , e que  $\overline{FP}_N < \overline{FP}_M$ . Diante disso, afirma-se, então, que  $N$  é povoado por uma população mais precária financeiramente do que  $M$  que possui uma menor média do status financeiro. Na comunidade  $N$ , o maior nível de renda recebido, assim como o de riqueza disponível, conduz a um uso intensivo dos serviços financeiros do setor formal por parte da população que ali vive e também do comércio presente. Para ser um cidadão financeiro normal desta comunidade  $N$ , há que se beneficiar dos serviços financeiros do setor formal na medida em que estes forem oferecidos.

Contrariamente, a comunidade *M*, a maioria das pessoas pode optar por não abrir uma conta bancária no setor convencional. Por um lado, deve haver um custo associado à abertura da conta, um valor mensal explícito, ainda que uma agência bancária local seja forçada pela regulação a abrir contas sem custo para aqueles que quiserem e/ou qualificarem para elas. Estas últimas podem vir em condições especiais que impõe taxas inconvenientes e requerimentos de monitoramento, os quais podem significar um sobre custo aos clientes que talvez excedam o subsídio anteriormente concedido pela instituição.

Por outro lado, as formas de pagamentos usadas dentro de uma comunidade pelas famílias e comerciantes, podem ser adaptadas para a economia informal de fluxo de capitais ou moeda em espécie. “Quais as formas em que a moeda precisa operar no dia-a-dia na comunidade?” Com efeito, qualquer opção familiar sobre consumir ou não um dado serviço financeiro irá capturar os benefícios de “*spillover*” ou ignorá-los (e reduzi-los consideravelmente frente a outros).

Atenta-se para a importância de se considerar, na compreensão do comportamento familiar individual, a estrutura de poder no sistema financeiro. As instituições financeiras formais, atualmente, não são simplesmente “bancos” oferecendo pacotes simples de produtos financeiros. Ao invés, elas são companhias com várias unidades operacionais: algumas destas destinadas a atrair cliente de produtos e serviços financeiros avançados, outras comercializando e tomando posições nos mercados globais e, ainda, algumas trabalhando com os indivíduos financeiramente vulneráveis. Isto elucidada que as próprias instituições financeiras formais classificam seus clientes de maneiras diversas de acordo com os diversos mercados e produtos existentes.

Além disso, existem práticas culturais e sociais que exercem influência sobre as ações dos indivíduos em comunidade. Isto é, as pessoas constroem conexões dentro da comunidade de famílias e vizinhos a que pertencem; ações e declarações são valorizadas por membros destas comunidades uma vez que eles consideram tais práticas como ferramentas para a sobrevivência, a reprodução e até mesmo a prosperidade. Aquilo que possui valor em comunidades com restrições de capitais pode ser diferente do que é valorizado no meio de famílias com abundância de capitais. Ainda, os “*tradeoffs*”(que definem escolha em

conflitos) que os membros das comunidades em diferentes níveis de *FS* e *FP* são amplamente distintos. Tomar um empréstimo consignado (“*payday loan*”) que certo indivíduo não pode pagar de volta pode ser encarado como uma atitude irresponsável por um membro de uma família que possui maior status financeiro e menor precariedade financeira. Este pode não ser a situação de uma família que possui baixo status financeiro em uma comunidade com alta precariedade; tal empréstimo não pagável, por exemplo, pode ajudar a suprir as necessidades de certos gastos com o fim de manter os familiares que estejam doentes e então gerar valor muito além do cálculo financeiro envolvido.

#### **7.2.4 Exclusão financeira de serviços de transações: agências indisponíveis e auto exclusão financeira**

Esta discussão esclarece que existem ao menos duas formas de exclusão financeira *vis-à-vis* serviços de transações, em particular:

- (i) Agências financeiras localizadas em áreas não convenientes (regiões afastadas e/ou inexistência em certas localidades), tornando-se indisponíveis para utilização e acesso por membros de determinadas comunidades;
- (ii) Considerando-se todos os custos e gastos envolvidos no dia-a-dia, os indivíduos avaliam os preços implícitos e/ou explícitos vinculados ao acesso/ utilização de uma conta em um banco convencional e comparam com o retorno que tal serviço financeiro significa para os mesmos, o qual pode não ser alto suficiente de forma a compensar o que é despendido nesta demanda. Além disso, ainda há a possibilidade, normalmente relacionada aos indivíduos em níveis de pobreza e extrema pobreza, de não haver renda suficiente para se manter uma conta em um banco convencional, uma vez que este salário recebido é previamente comprometido com as despesas básicas necessárias. Neste caso, não há tempo entre recebimento e pagamentos das despesas, como também não existe “sobra” de dinheiro que justifique a manutenção de uma conta bancária (ainda que seja do tipo “simplificado” sem custos explícitos).

### **7.2.5 Choques financeiros adversos, assimetrias de informação, desigualdade financeira induzida**

Neste ponto, a discussão aqui desenvolvida, deixa o foco aplicado aos serviços de transações e passa para os serviços de crédito disponíveis com o fim de suprir as necessidades de gastos de emergências ou propósitos de gastos extraordinários.

Na argumentação descrita acima se sugeriram razões pelas quais famílias com diferentes níveis de status financeiros serão estimuladas a demandar os serviços de contas disponibilizados pelas agências bancárias formais. Tal diversidade implica na existência de diferentes qualidades de informação entre tais indivíduos. Aqueles que mantêm contas bancárias são, como clientes, sujeitos aos fluxos de informações existentes sobre as linhas de crédito, os métodos de se reduzir as quantidades acumuladas de débito através de refinanciamento, dentre outros. Estas informações não são concedidas de forma inocente – o banco objetiva arrecadar o máximo de taxas que puder – entretanto introduz o conhecimento direcionado na vida dos clientes. Os indivíduos que permanecem fora do sistema bancário, então, não tem acesso a tal fluxo privilegiado de informações. Eles, ao invés, contam com uma rede de contatos mais dispersa e menos bem informada – suas famílias e comunidades comerciais – para obter informações.

Consequentemente, quando surge uma necessidade de gastos em larga escala – seja por despesas médicas de emergência, desejo antigo de um bem durável, etc.- a informação disponível para as famílias com diversos níveis de status financeiro e com divergentes graus de participação no sistema bancário formal é muito diferente.

Na pesquisa de campo, pode-se perceber através dos relatos que muitas pessoas preferem comprar um bem durável usando os serviços de crediários disponíveis pela própria loja a utilizar o cartão de crédito. Tal preferência, ao se considerar o fato de que os crediários geralmente, apesar de estabelecer parcelas fixas de pagamento, incluem altas taxas que crescem o valor final do produto de forma considerável. Ao passo que o pagamento utilizando-se o cartão de crédito, muitas vezes, pode ser realizado em várias parcelas fixas mensais sem o acréscimo de

juros e, portanto, o aumento do valor final do bem (isto, é claro, se a fatura deste cartão for paga em dia). Dessa forma, pode parecer irracional a preferência pelos serviços de crediários como a observada na maior parte das amostras pesquisadas no Brasil. Entretanto, a lógica na prática, no mundo real pode ser diferente deste raciocínio descrito.

É importante não ir tão longe com a ideia das necessidades das pessoas por bens duráveis de alto valor monetário ( que “custam caro”), ainda que elas possuam baixa renda ou uma inexpressiva posição da riqueza financeira. As famílias e as comunidades da atual economia globalizada estão sujeitas a choques regulares, muitas vezes adversos, envolvendo a incerteza do emprego, o nível de fluxo de capital para aqueles quem possuem empregos ou recebem benefícios, e as necessidades ocasionais dadas por despesas de emergências. Como observado anteriormente, aqueles com níveis diferentes de status financeiro possuem acesso imediato a tipos divergentes de instrumentos financeiros, oferecidos por diferentes tipos de instituições.

As interações entre as escolhas da família, as circunstâncias da comunidade, e a estrutura de empréstimos pode ser complexa, e operar através de diversos meios. Por um lado, nota-se que um dado choque de renda ou despesa terá variadas implicações nos comportamentos financeiros para aqueles com diferentes níveis de precariedade financeira. Os indivíduos com baixo *FP* serão capazes de absorver os choques, através do acesso à sua riqueza financeira acumulada. O mesmo choque implicaria o requerimento pelas famílias com alto *FP* de recursos dados por empréstimos. Ainda, uma vez que as famílias obtêm empréstimos, os efeitos “*spillover*” estarão novamente em ação. Se os choques são correlacionados pelo espaço através do status *FP*, então uma proporção maior de famílias em uma comunidade de baixo *FS* será forçada a tomar empréstimos em comparação ao que seria no caso de uma comunidade com maior *FS*.

Isto implica que existirá a possibilidade de diversos processos cíclicos que se retroalimentam. Um maior número de empréstimos, a maiores custos e taxas, será tomado na comunidade em que se observar um menor *FS*, diante do surgimento de um choque sistêmico (recessão, períodos de desaceleração).

### **7.2.6 Exclusão financeira dada pelos recursos de crédito acessíveis: vulnerabilidade, choques, e exploração**

Esta última análise sugere que o termo exclusão financeira se aplica muito bem, principalmente, ao que se refere à inclusão financeira exploratória. As taxas abusivas e as práticas mal intencionadas, as quais visam à dependência do cliente através de um ciclo de débitos, por parte das instituições financeira refletem a exploração por estas exercida da precariedade financeira derivada de diferentes status financeiros (e outros fatores) e que resulta em um aprofundamento da exclusão e na desigualdade financeira. A partir disso, podem-se perceber alguns indícios sobre como analisar a relação entre exclusão financeira e a exclusão social – abordando uma visão que expõe a inclusão financeira exploratória como um fator capaz de aprofundar a exclusão social.

Resgata-se, então, um estudo realizado por Lenton e Mosley (2012) sobre exclusão financeira e armadilha da pobreza (já discutido em nosso capítulo teórico) e se associa o mesmo à argumentação e pesquisa realizada aqui, destacando-se que a relação entre a exclusão financeira (dada pela inclusão financeira exploratória) e a exclusão social é tão evidente, de tal forma que a primeira conduz à “perpetuação” e/ou agravamento da segunda.

Considerando-se famílias e comunidades, em que se observa um nível de pobreza ou de extrema pobreza, ou seja, baixo *FS* e alto *FP*, tal condição acaba por caracterizar a possibilidade do que se reconhece como “ciclo de privações” e, ainda que haja algum benefício ou esforço público direcionado a isto, estes indivíduos permanecem presos à armadilha da pobreza pela interação de múltiplos fatores: desarranjos familiares, múltiplos filhos, ações de despejos, baixo nível educacional, falta de assistência à saúde, altos preços dos bens de consumo, incapacidade de voltar ao emprego, dentre outros. Dentre estes fatores enfatizam-se alguns e se acrescentam outros,

os quais configuram choques possíveis de redução da renda como: a perda do emprego, morte na família, gastos inesperados com incidentes médicos, a perda de moradia por falta por atraso nos pagamentos, dentre outros.

Eventos imprevistos como estes descritos acima aumentam a condição de vulnerabilidade das famílias, as quais devem buscar soluções que lhes são exigidas de forma imediata e direta. Assim, pressionadas pela urgência e gravidade das situações, recorrem àqueles recursos de crédito que são, no momento, acessíveis e/ou disponíveis a elas. É de conhecimento comum que, geralmente, as agências bancárias recusam disponibilizar empréstimos para pessoas desprovidas de emprego e/ou dependentes de benefícios públicos e que não possam oferecer certas garantias. Tal comportamento induz, mediante a necessidade evidente e inevitável, a busca por meios alternativos, representados por instituições financeiras e indivíduos (agiotas) informais, para tomarem o empréstimo necessário à sobrevivência momentânea.

Assim, através de empréstimos – “*payday loans*” e outros - em condições impraticáveis de pagamentos (pelas altas taxas, acordos e contratos injustos de taxas ajustáveis, etc.), estas famílias que já se encontram em condições de extrema fragilidade (desvantagens evidentes) resolvem momentaneamente a necessidade imediata de crédito, porém se expondo à possibilidade de incorrer em um ciclo débitos e armadilha de pobreza. Enfatiza-se a pouca ou nenhuma ajuda que as instituições financeiras formais oferecem a indivíduos que passam por estas dificuldades.

A inclusão financeira de caráter exploratório, então, promovida por estes meios informais ou até mesmo, condicionada pela existência de sobretaxas abusivas, pelas instituições convencionais, acaba por ser correlacionada de forma óbvia com a exclusão social, uma vez que estas famílias são incapazes de participar de processos sociais que determinam ou garantem as possibilidades de uma vida melhor, de acessar ou utilizar elementos que

contribuem para uma melhor qualidade de vida. Uma inclusão exploratória que provoca o agravamento da exclusão social.

### **7.3 Conclusões a partir da análise e da idealização do modelo de desigualdade financeira induzida**

O estudo etnográfico desenvolvido neste trabalho esclarece a grande influência dos aspectos espaciais sobre as relações com o sistema financeiro, considerando-se as condições de vulnerabilidade social e econômica dos indivíduos. De acordo com a forma de ocupação do território - no que se refere a pessoas que nele se estabeleceram, atividades econômicas desenvolvidas e sua dinâmica, evoluções possíveis a partir das condições preexistentes -, há uma cultura “enraizada” que dita as urgências individuais e as necessidades locais para a sobrevivência e a mínima qualidade de vida na região.

A condição de regiões desfavorecidas (onde se observa um baixo nível tanto do status financeiro, quanto o maior nível da precariedade financeira), normalmente, territórios característicos pela ocupação de pessoas que sofrem exclusão social, contribui para que as instituições financeiras convencionais concedam menor esforço em oferecer localmente seus produtos e serviços (o que se relaciona também à segurança e ao perfil dos possíveis clientes locais). O reflexo dessa situação é a presença de somente um correspondente bancário na Comunidade AVC, uma Casa Lotérica e uma agência bancária em Jordânia, numerosos “*Financial Cash Outlets*” (instituições financeiras não convencionais já associadas ao público em condições de desvantagem) e a proximidade de dois bancos localizados em outro bairro que são acessíveis, mediante à oferta de um pacote de serviços e de produtos financeiros específico, à população de *Eastside*.

Essa oferta restrita dos serviços financeiros, associada a uma possível infraestrutura local frágil (alto *FP* da comunidade como um todo), contribui para o baixo nível de educação financeira, o que se associa à ideia discutida sobre assimetria de informações entre os que possuem ou não acesso aos serviços financeiros dados pelas agências bancárias formais.

Observou-se, então, que a falta de entendimento estes serviços oferecidos pelos bancos ou instituições financeiras colabora para que os indivíduos restrinjam suas relações com os mesmos, muitos optam por limitá-las à realização de pagamentos somente ou escolhem produtos financeiros favorecidos pela cultura e conhecimentos existentes no local. Obviamente, tal postura se dá, também, pela associação dos aspectos já descritos à baixa renda destas pessoas (deve-se considerar os índices de vulnerabilidade local e individual).

Dessa maneira, diante deste estudo etnográfico e de todas as observações por ele possibilitada, argumenta-se que os indivíduos de baixa renda, conforme as condições de vida que enfrentam (vulnerabilidade, precariedade financeira e status financeiro), as suas atividades e suas necessidades diárias, os aspectos espaciais aos quais estão sujeitos (infraestrutura local, instituições presentes, atividades econômicas, cultura e costumes locais), são induzidos a se submeter a certas práticas financeiras (que podem ser predatórias, exploratórias, restritas com regras de uso e taxas “punitivas”, limitadas a produtos e serviços essencialmente básicos) que caracterizam, diante da diferenciação existente perante pessoas em condições mais favoráveis, a desigualdade financeira induzida. Isto é, as pessoas em condições de desvantagem social e econômica realizam suas escolhas entre o que lhes é ofertado pelas instituições financeiras, considerando a opção que representará os menores prejuízos e atenderão às suas necessidades de sobrevivência.

Portanto, estes indivíduos que vivem condições de vulnerabilidades econômicas e sociais, pela falta de oferta de serviços adequados à sua realidade e que envolvam custos financeiros mais justos, são incapacitados de participar dos processos sociais que determinam as “chances de vida”, ou seja, de evoluir socialmente e economicamente. São induzidos, por isso, a assumir certas ações que refletirão no processo de “desigualdade financeira induzida”.

## 8 CONCLUSÃO

O estudo etnográfico desenvolvido por este trabalho se fundamentou na pretensão de realizar uma análise peculiar em nível “micro” sobre a relação dos indivíduos (envolvendo todas as estruturas e aspectos que afetam diretamente os mesmos) com o sistema financeiro, abordando-se a existência de diversas dimensões da exclusão financeira, a depender das circunstâncias sociais, econômicas e culturais observadas, bem como do local investigado.

Seguindo-se o compromisso com o “buscar honestamente” e o estímulo para se investigar a realidade de pessoas que vivessem condições de grande vulnerabilidade social e econômica em locais igualmente fragilizados, realizou-se uma pesquisa exploratória em três “campos” totalmente diferentes: uma área desfavorecida de uma grande cidade, Comunidade Alto Vera Cruz (Belo Horizonte); uma pequena cidade situada em uma das regiões mais vulneráveis de um Estado, Jordânia (mesorregião Jequitinhonha de Minas); um bairro desprivilegiado de uma cidade com “menor influência econômica e social” de um país desenvolvido, Riverside (Califórnia, EUA).

Ressalta-se que o procedimento etnográfico adotado segue a ideia de etnografia enquanto ciência social (e não um trabalho descritivo da realidade de cunho jornalístico), em que há uma problemática sustentada por uma teoria precedente e hipóteses nessa fundamentadas, passíveis de comprovação ou reprovação segundo o que se observa através do processo de pesquisa. A imersão que a etnografia supõe vai além do questionário (que em alguns casos pode ser até dispensado, o que não corresponde à experiência aqui envolvida), alcança a realidade vivida, afirmada pelos relatos dos moradores e experimentada pelos próprios pesquisadores envolvidos (Valsiner, 2002, Hammersley e Atkinson, 2007). Dessa maneira, as informações acumuladas por este estudo vão, possivelmente, além do que a análise de dados secundários através dos métodos mais sofisticados poderia possibilitar. Os resultados encontrados corroboram grande parte da literatura já existente e, ainda, agregam novos e significantes conhecimentos a se considerar, posteriormente, em aplicações de políticas

públicas e em novos estudos sobre esta temática tão relevante para a sociedade em geral.

Partindo-se da ideia de que os aspectos espaciais influenciam na distribuição dos serviços financeiros, admite-se inicialmente que havia a possibilidade de existir condições significativas e específicas inerentes a cada local, capazes de influenciar, de forma particular, a relação dos indivíduos com o sistema financeiro, bem como a relação das instituições financeiras com aqueles locais determinados. Considera-se, também, uma provável tendência espacial da exclusão financeira, conforme as características e fatores que compõe cada espaço e os aspectos individuais (sociais, econômicos e culturais) percebidos dentro a população local. E, por fim, sustenta-se a concepção de que a exclusão financeira contribui para a existência de “ciclos de desvantagens” que acometem aquelas pessoas ou famílias que vivenciam intensas condições de vulnerabilidades sociais e econômicas, sendo incapazes de superar períodos de crises (eventos imprevistos que caracterizem emergências) ou choques usuais (diminuição repentina e inesperada de renda, aumento de preços e outros) sem que assumam obrigações de dívidas permanentes ou prejuízos contínuos. O resultado deste processo se resume na limitação das oportunidades relativas a estes indivíduos, as quais determinam as chances de uma melhor qualidade de vida, o que remete à óbvia relação existente entre a exclusão financeira e a exclusão social (entendidas, então, como mutuamente causais, pois de certa forma se retroalimentam entre si – exclusão financeira leva à exclusão social e vice-versa).

A presente investigação etnográfica se pautou pelo objetivo de entender como os indivíduos percebem e vivenciam a exclusão financeira, de forma a enfrentarem as situações de estrangulamento financeiro, dadas as situações adversas a que estão sujeitos, as urgências de necessidades básicas e as suas condições desfavoráveis caracterizadas por privações econômicas e desvantagens sociais. Ainda, ressalta-se a intenção de se elucidar sobre as formas (tratadas aqui como dimensões) da exclusão financeira, evitando uma generalização e relacionando-se realmente as manifestações, as condicionalidades e os aspectos que compõe cada processo característico daquelas mesmas.

A partir disso, ao se analisar as observações resultantes de todo o trabalho investigativo, percebeu-se que as diferentes características de ocupação, da história e dos valores sociais estabelecidos nos locais influenciaram no desenvolvimento específico dos mesmos e na atratividade, ou não, para determinadas instituições financeiras. Este fato corrobora o que foi citado neste trabalho no capítulo teórico a respeito da infraestrutura financeira local relacionada diretamente à dinâmica econômica presente, assim como ao fluxo de capitais observado e às condições de desenvolvimento local (Pollard, 2003, Leyshon & Thrift, 1995 e 1997, Dymki & Veitch, 1995, Crocco *et al.* 2013).

Observou-se que, apesar de a Comunidade AVC estar em uma área pertencente a um grande centro urbano (este com considerável dinamismo das atividades econômicas e um fluxo intenso de capitais/crédito), existe somente uma Casa Lotérica, o único correspondente bancário local. Associa-se isto ao fato de que a comunidade é um subúrbio de baixa renda (ainda que mais central) e, portanto, uma localidade em que reside um grande número de pessoas em desvantagens sociais e econômicas, além de apresentar altos índices de violência. Dessa maneira, não há atrativos evidentes para as instituições financeiras se estabelecerem ali.

Jordânia, localizada na mesorregião Jequitinhonha, uma área marcada por vulnerabilidades sociais e econômicas, onde se percebe pouco dinamismo da economia, uma retração das atividades em geral e, conseqüentemente, um desenvolvimento local precário, possui uma restrição igual ou maior da oferta de serviços e produtos financeiros no local, comparando-se à Comunidade AVC. Existe na cidade uma Casa Lotérica e somente uma agência da Caixa Econômica Federal. Entretanto, esta presença de tais correspondente e agência bancária não significa um número considerável de transações financeiras.

Em Eastside, um bairro pobre de uma cidade consideravelmente grande (mas sem grande expressão econômica nos EUA), marcado pela forte presença de indivíduos hispano-americanos e intensas vulnerabilidades sociais e econômicas, não possui agências de bancos formais, mas conta com a presença de numerosos *Check Cashing Outlets* e *Pawnshops*. Na divisa, porém, com o bairro *University* há dois bancos formais que atendem esta comunidade, um *Bank of*

*America* e um *Citybank*. Ao contrário de Jordânia e até mesmo da Comunidade AVC, os moradores deste bairro necessitam realizar algumas atividades e transações diárias básicas e necessárias ao dia-a-dia que exigem a utilização de alguns serviços financeiros simples. Neste campo de investigação percebe-se que, ainda que os indivíduos preferissem não acessar tais produtos e serviços financeiros, isto não seria possível, uma vez que a sobrevivência básica está atrelada a alguns destes, devido ao grau de financeirização geral das próprias relações diárias.

Diante disso, deve-se ressaltar a discussão teórica mencionada anteriormente sobre o cálculo de risco realizado pelos bancos em suas decisões de operações e a constituição de perfis e pacotes financeiros. Uma vez que as instituições financeiras preveem o risco de prejuízo ou inadimplência como inversamente proporcional à renda dos indivíduos, estas oferecem um número restrito de serviços aos locais economicamente mais atrasados e a indivíduos em desvantagens econômicas e sociais. Além disso, elas associam também maiores custos tanto de informações quanto de transações a estes clientes potenciais, o que colabora para as restrições desta oferta aos mesmos (Leyshon & Thrift, 1997, Dymski, 2006).

Em Eastside, pela própria presença de numerosos negócios financeiros informais como mencionado acima, é possível observar claramente indivíduos em condições de desvantagens que, frente a necessidades emergenciais, procuram os serviços oferecidos por aqueles, única alternativa que lhes é disponível dado seu “*credit score*” desfavorável, submetendo-se às práticas predatórias e ao ciclo de débitos provocado pelas mesmas (o que foi relatado também por Dymki, 2005).

Com relação ao que se observou nos campos em termos de acesso/utilização dos serviços financeiros, bem como a relação com as instituições financeiras, diversas observações ricas em detalhes esclareceram muito sobre as restrições sofridas por estes indivíduos em condições de desvantagens relacionadas também aos locais em que residem.

Na Comunidade AVC, os moradores, em sua maioria, admitiram ter certo receio com relações aos bancos e, embora tenham conta bancária, utilizam a mesma essencialmente para realizar os pagamentos. Além disso, afirmaram recorrer mais frequentemente aos serviços oferecidos pela Casa Lotérica e apresentaram uma preferência significativa pelos crediários. Em Jordânia estas tendências se repetiram embora em números relativamente menores. A renda irregular e muito baixa da maioria da população contribui para a grande incapacidade de poupança e a dependência, muitas vezes, de benefícios públicos como o Bolsa Família. O tempo entre o recebimento e o pagamento de dívidas e de produtos essenciais básicos é extremamente baixo (“recebeu, pagou/gastou”) o que acaba por dificultar (reduzir ou restringir) a utilização de serviços como as contas bancárias e os cartões de crédito. Ainda, há também um receio da população com relação às instituições financeiras e a grande preferência pela utilização dos serviços prestados pela Casa Lotérica. No bairro Eastside, há uma quebra em tais tendências devido ao que é necessário para a realização de atividades e transações essenciais diárias. Isto é, os entrevistados, em sua maioria, admitiram utilizar alguns serviços financeiros simples. A realidade local impõe certas exigências de conduta de acordo com as atividades e a dinâmica econômica ali existentes.

O respaldo da literatura pode ser destacado através dos graus de bancarização associados à *cidadania financeira* expostos por Leyshon & Thrift (1996, 1997), Anderloni *et al.* (2006), Barr (2004), Dymski (2006), dentre outros. Assumindo-se esta visão, apesar de ainda se observar em todos os campos, porém em maior número em Jordânia, uma minoria “não bancarizada”, ou seja, que não possui conta bancária, a maior parte da amostra total seria composta por indivíduos sub-bancarizados, os quais possuem um acesso restrito aos serviços bancários, possuindo contas corrente com saldos baixo ou contas poupanças pouco utilizadas. Entretanto, através do trabalho etnográfico extremamente detalhado que foi realizado por esta pesquisa, tal descrição parece ser muito generalizada diante de especificidades tão marcantes observadas e relatadas em campo.

Resgata-se, então, o que foi evidenciado por Dymski (2007b) acerca da importância em se compreender o que significa realmente a *cidadania financeira*.

Mais do que não ter acesso aos serviços financeiros básicos, ou ter um acesso restrito aos produtos e serviços financeiros, sob tarifas e taxas injustas, deve-se focar o quanto tais condições prejudicam a sustentabilidade da família ou dos indivíduos e se elas realmente interferem na falta de funcionalidade econômica destas pessoas. Seguindo esta visão, a pesquisa procurou identificar a percepção da exclusão financeira sofrida pelos indivíduos através de questionamentos acerca da importância atribuída aos serviços financeiros para o seu dia-a-dia. Então, observou-se que estes indivíduos atribuem importância à maioria dos serviços mais simples e tradicionais, reconhecendo a facilidade que promovem aos que têm acesso aos mesmos.

Curioso notar que, apesar das pessoas pesquisadas atribuírem importância aos serviços e produtos financeiros, reconhecendo que promovem importantes facilidades e acréscimos na qualidade de vida para aqueles que podem utilizá-los, as mesmas reconheceram ter receio quanto às instituições financeiras e preferir manter suas relações resumidas ao estritamente necessário para o andamento de sua rotina. Isto estimula a volta ao que Anderloni *et al.* (2006) apresentou como formas de exclusão financeira: i) por Acesso Geográfico; ii) Exclusão de acesso; iii) Exclusão por condicionantes; iv) Exclusão por preço; v) Exclusão por marketing; vi) Auto-Exclusão. Diante do que foi argumentado pelos participantes da pesquisa, ressalta-se, ainda, afirmações como: “a renda é tão reduzida que não há necessidade de tais serviços bancários”; “não preciso de serviços bancários”; “o dinheiro não dá para manter contas bancárias ou cartões”; “tenho medo de confiar em banco e perder meu dinheiro”; “as taxas dos bancos são muito altas para manter”; dentre outras. Tais constatações podem remeter ao que Anderloni *et al* classifica como Auto-Exclusão e Exclusão por condicionantes, respectivamente, aos indivíduos que optam por não procurar os serviços financeiros e àqueles que enfrentam um desacordo entre o que é oferecido pelas instituições financeiras e o que eles realmente necessitam.

Dessa maneira, constatou-se nesta investigação que as pessoas são induzidas a certos comportamentos, movidas pelas pressões das necessidades diárias e pelo objetivo de garantir uma melhor qualidade de vida. Tal indução (quando o indivíduo infere algo a partir de uma situação ou é persuadido a uma ação a partir

de uma realidade) possivelmente se dá: i) pelo receio a partir das crenças locais negativas a respeito dos serviços financeiros; ii) pela incompreensão ou falta conhecimento a respeito dos serviços financeiros (assimetria de informações e/ou educação financeira); iii) pelo baixo ou ausente desenvolvimento financeiro local; iv) pelos requerimentos e condições de oferta dos serviços e produtos financeiros inadequados à sua realidade vivida (desacordo entre o que é ofertado e necessidades dos indivíduos, condições inadequadas ao que os indivíduos são capazes de realizar dada a sua realidade de renda e de obrigações); v) pelo fato de que sua renda é tão baixa que, em geral, destina-se quase em sua totalidade aos gastos básicos essenciais diários.

Conclui-se a partir deste estudo etnográfico e de todas as observações por ele possibilitada, então, que os indivíduos de baixa renda, conforme as condições de vida que enfrentam, as suas atividades e suas necessidades diárias, a capacidade de resistir aos choques e aos imprevistos emergenciais, os aspectos espaciais aos que estão sujeitos (infraestrutura local, instituições presentes, atividades econômicas, cultura e costumes locais) – ou seja, conforme o status financeiro, a precariedade financeira e a vulnerabilidade tanto das pessoas/famílias quanto dos locais em que residem – são induzidos a se submeter a certas práticas financeiras que definem, diante da diferenciação existente das realidades individuais e locais, a desigualdade financeira induzida. Resumidamente, pessoas que vivem condições de desvantagem social e econômica realizam suas escolhas entre o que lhes é ofertado pelas instituições financeiras, considerando aquela opção (que inclui todos os fatores discutidos) que representará os menores prejuízos e atenderão às suas necessidades de sobrevivência.

Ainda, a falta de adequação da oferta de serviços e dos seus custos mais justos à realidade dos indivíduos que vivem condições de vulnerabilidades econômicas e sociais, determina a incapacidade dos mesmos de participar dos processos sociais que definem as possibilidades de evolução da qualidade de vida. São induzidos, portanto, a assumir certas escolhas que resultarão na “desigualdade financeira induzida”.

Enfatiza-se que esta pesquisa, no entanto, não esgota todas as possibilidades de análise das dimensões da exclusão financeira e seus efeitos sobre os indivíduos em condições de desvantagem social, embora tenha garantido um acúmulo de observações muito interessantes e revelado um considerável potencial para um trabalho investigativo mais completo, no que se refere ao esforço e investimento em se obter dados robustos para corroborar o estudo etnográfico através da análise estatística.

## ANEXOS

### A.1 Questionários aplicados nos “Campos de Pesquisa”: As perguntas realizadas no Brasil e nos Estados Unidos

**TABELA A1 – Questionário Aplicado no Brasil: Perguntas Realizadas nos “Campos” de Pesquisa**

(continua)

Parte I				
1. Você tem:	1.1 Conta Corrente 1.5 Nenhuma Conta Bancária	1.2 Conta Poupança	1.3 Conta Salário Por quê?	1.4 Outra
2. Você Tem:	2.1 Cartão de Crédito 2.5 Cartão Construcard	2.2 Cartão de Débito 2.6 Outros (especifique)	2.3 Cartão Cidadão da CAIXA	2.4 Cartão Bolsa Família 2.7 Não tenho cartões
Parte II				
PARA TODOS:				
3.	Você tem alguma dificuldade para entender os serviços oferecidos pelos bancos ou instituições financeiras?			
4.	Você tem alguma dificuldade para acessar ou utilizar os serviços oferecidos por bancos ou instituições financeiras?			
5.1	Alguna vez você já precisou pedir um empréstimo ao banco, mas seu pedido foi recusado?			
5.2	Se sim, qual foi o motivo da recusa?	5.3 Renda baixa	5.4 Falta de avalista	5.5 Não tem comprovante de renda
		5.6 Nome com restrições	5.7 Outro motivo (especifique)	
6.	Você consegue chegar facilmente à agência bancária para fazer transações e pagamentos? Porque?			
7.	Você utiliza os serviços bancários ou os serviços de instituições financeiras somente para fazer pagamentos?			
8.	Você tem uma conta bancária somente para receber benefícios sociais/públicos (bolsa família, previdência)?			
9.	Você faz os pagamentos de suas contas em correspondentes bancários (lotéricas e representantes)?			
10.	Em situações de emergência (doença, morte ou desemprego), você pede dinheiro emprestado aos seus familiares ou amigos?			
11.	Quando há necessidade, você pega empréstimo com agiotas ou em instituições financeiras informais?			
12.	Você já pegou algum empréstimo para investir na educação de seus filhos?			
13.	Você já fez algum crediário para comprar móveis, eletrodomésticos e outros bens de uso pessoal?			
14.	Você já pegou algum empréstimo para comprar um imóvel ou para construir?			
15.	Você já pegou um empréstimo de valor mais alto do que consegue pagar?			
16.1	Você está com alguma dificuldade para pagar as contas do seu cartão de crédito?			
16.2	Se sim, por quê?	16.1 Juros altos	16.2 Redução na renda	16.3 Outro motivo (especifique):
17.1	Você deixou de pagar alguma parcela do seu empréstimo/financiamento?			
17.2	Se sim, por quê?	17.3 Redução da renda	17.4 Morte na família	17.5 Divórcio
		17.7 Problema de saúde	17.8 juros altos / aumento no valor do empréstimo	17.6 Aumento das despesas 17.9 Outro (especifique)
SOMENTE PARA QUEM NÃO TEM CONTA BANCÁRIA				
18.	Você tentou abrir uma conta bancária, mas teve dificuldades em entender as exigências (requisitos)?			
19.	Você tentou abrir uma conta bancária, mas não conseguiu porque não possuía o nível mínimo de renda exigido ou um comprovante de renda?			
20.	Você não utiliza os serviços bancários porque as agências bancárias são muito longe de onde você mora?			
21.	Você considera que não precisa ter uma conta bancária porque minha renda é muito baixa?			
22.	Você nunca tentou abrir uma conta ou pedir um empréstimo ao banco porque acha que não possui as condições mínimas exigidas?			
23.	Você decidiu fechar sua conta bancária ou não tem conta porque as taxas bancárias são muito altas?			
24.	Você tem dificuldades para ir ao banco porque trabalha durante o horário de funcionamento das agências?			
25.	Você não possui conta bancária ou cartão, mas utiliza os cartões e contas de seus parentes (filhos, genros)?			
26.1	Você tinha conta bancária, mas não conseguiu mantê-la?			
26.2	Se sim, porque?	26.3 Cheques sem fundos	26.4 Nome foi para o SPC	26.5 Juros altos do cheque especial
		26.7 Diminuição da renda familiar	26.6 Outros (especifique)	

Fonte: Elaboração própria, 2014.

**TABELA A2 – Questionário aplicado no Brasil: Perguntas Realizadas nos “Campos” de Pesquisa**

(fim)

<b>Parte III</b>					
Com base em seu dia-a-dia, por favor, dê sua opinião sobre: Muito Importante/ Importante/ Não Importante					
27. Ter uma conta bancária					
28. Ter cartão de débito					
29. Ter cartão de crédito					
30. Ter talão de cheques					
31. Ter acesso a empréstimos					
32. Ter investimentos (fundos e outros)					
33. Ter acesso a financiamentos (imobiliários, para abrir negócio, compras)					
34. Ter acesso a crediários					
<b>Parte IV</b>					
35. Como o seu acesso aos serviços financeiros (conta bancária, cartões, serviços de pagamentos, empréstimos, financiamentos, taxas de juros, crediários) influencia seu dia-a-dia?					
<b>Parte V</b>					
Com base em seu dia a dia, por favor diga o quanto concorda com as afirmações abaixo:					
Concordo fortemente/ Concordo/ Discordo					
36. O cartão de crédito é importante porque permite a compra de produtos necessários no dia-a-dia, mesmo quando já gastei toda renda do mês.					
37. Empréstimos/financiamentos adquiridos a uma taxa de juros mais justa podem ajudar as pessoas a conseguirem produtos e serviços essenciais à vida, como moradia e soluções para emergências					
38. A conta bancária ajuda no recebimento do salário e na realização dos pagamentos					
<b>Parte VI:</b>					
39. Você está satisfeito/a com os serviços financeiros ou os produtos financeiros aos quais tem acesso (que utiliza)?					
39.1 Sim		39.2 Não		Por quê?	
40. Se você conseguisse hoje um empréstimo com juros baixos, o que faria com esse dinheiro?					
<b>Parte VII</b>					
Caracterização socioeconômica					
41. Sexo:		41.1 Feminino		41.2 Masculino	
42. Idade (em anos completos)					
43. Escolaridade:		41.1 1º. Grau incompleto	41.2 1º. Grau completo	41.3 2º. Grau incompleto	
		41.4 2º. Grau completo	41.5 Superior ou mais	41.6 Analfabeto	
44. Estado Civil:		44.1 Solteiro/a	44.2 Casado/a	44.3 Divorciado/a	44.4 Separado/a
45. Número de filhos					
46. Número de pessoas vivendo em sua residência					
47. Número de famílias que vivem na sua residência					
48. Número de pessoas da residência que trabalham e contribuem com a renda familiar					
49. Profissão:					
50. Situação Ocupacional		50.1 Empregado com carteira assinada		50.2 Empregado sem carteira assinada	
		50.3 Desempregado	50.6 Aposentado	53.5 Empregador	53.6 Autônomo
				53.7 Outros	_____
51. Se você trabalha, qual sua renda mensal?					
52. E somando a renda de todas as pessoas de sua casa que trabalham, qual a renda mensal familiar total?					
53. Quantos quartos há em sua residência?					
54. Quantos cômodos no total, exceto banheiros?					
55. Quantos banheiros há em sua residência?					

Fonte: Elaboração própria, 2014.

**TABELA A3 –Questionário Aplicado em *Riverside* (California, Estados Unidos): Perguntas Realizadas no “Campo” de Pesquisa<sup>31</sup>**

(continua)

<b>Part I</b>				
1.	You have a	1.1 Checking Account.	1.2 Saving Account.	1.3 Retirement Account.
		1.4 Other _____	1.5 You don't have a bank account because _____	
2.	You have a	2.1 Credit card.	2.2 Debit Card.	2.3 Other _____ 2.4 Neither.
<b>Part II</b>				
FOR ALL				
3.	Have you had difficulties in understanding the services offered by banks or credit unions?			
4.	Have you had difficulties in accessing or using services offered by banks or credit unions?			
5.	5.1 Did you need to ask for a loan from a bank, but your request was refused?			
	5.2 Why?	5.3 Low income	5.4 Bureaucracy	5.5 Don't have Social Security 5.6 Other reason _____
6.	6.1 Can you easily get to the bank branch to make transactions and payments?			
	6.2 Why?	6.3 Is it near where you leave? _____		
7.	Do you use banking services or financial institution services only to make your payments?			
8.	Do you have a bank account just to receive social/public benefits?			
9.	Do you do your payments through a banking correspondent or using 'check cashiers'?			
10.	In emergency situations (illness, death or unemployment), do you borrow money from your relatives or friends?			
11.	When there is a necessity, do you prefer to get a loan given by informal financial institutions such as check-cashers or moneylenders?			
12.	Did you get a loan to invest in the education of your children?			
13.	Do you have a loan that is higher than what my property is worth?			
14.	14.1 Did you get an adjustable rate loan?			
	14.2 How many was the loan rate adjusted? _____			
	15.1 Did you get behind in your mortgage payments?			
15.	15.2 Why?	15.3 A decrease in your income	15.4 A death in your family	15.5 You got divorced
		15.6 An increase in your expenses	15.7 An increase in loan payment	15.8 Medical issues
16.	16.1 Did you pay for a mortgage modification service?			
	16.2 To whom?	16.3 Private individuals	16.4 Attorney's office	16.5 Real Estate agent
JUST FOR WHOM DOES NOT HAVE BANK ACCOUNT				
17.	Did you try to open a bank account, but you had difficulty in understanding the requirements?			
18.	Did you try to open a bank account, but you could not do it, because you didn't have the minimum level of income required or a proof of income.			
19.	You don't use banking services because agencies are very far from where you live.			
20.	Do you think you do not need a bank account because your income is very low?			
21.	You did not try to open an account or to borrow from the bank because you don't think you possess the minimum bank requirements.			
22.	Did you decide to close your bank account because the bank fees are too high?			
23.	Do you have trouble going to the bank, because the opening hours of the bank don't match with your free time?			
	24.1 Have you had a bank account but it was not possible to keep it?			
24.	24.2 Why?	24.3 A decrease in your income	24.4 High fees	24.5 An increase in your expenses
	24.6 Other reason (please describe it) _____			

Fonte: Elaboração Própria, 2014.

<sup>31</sup> Este questionário foi realizado tanto em inglês quanto em espanhol, devido à grande quantidade de “hispano-americanos” residentes na área de pesquisa.

**TABELA A4 – Questionário Aplicado em *Riverside* (California, Estados Unidos): Perguntas Realizadas no “Campo” de Pesquisa**

(fim)

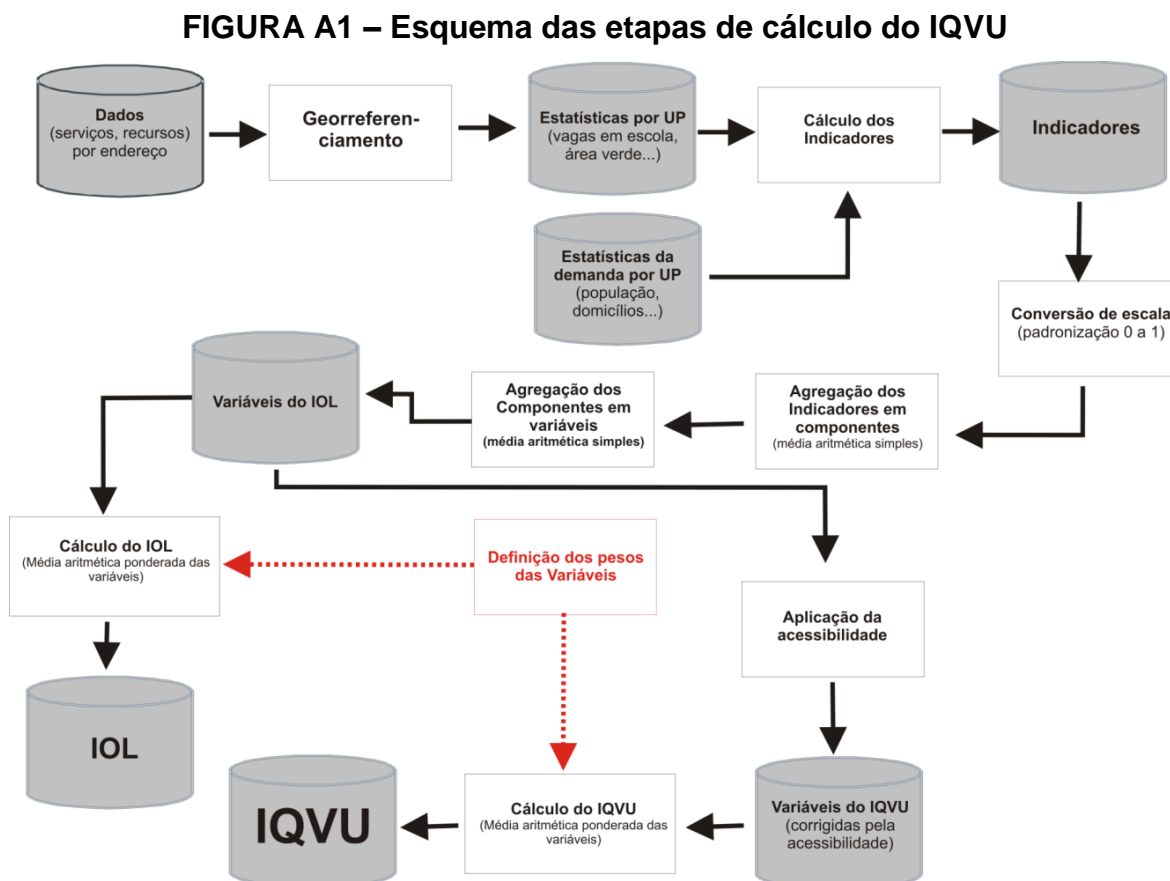
<b>Part III</b>			
<i>Please, give your opinion about: Very Important/ Important/ No important</i>			
25. <i>Having a bank account</i>			
26. <i>Having a debit card</i>			
27. <i>Having a credit card</i>			
28. <i>Having a checkbook</i>			
29. <i>Having access to loans</i>			
30. <i>Having investments</i>			
31. <i>Having access to funding/financing.</i>			
<b>Part IV</b>			
32. <i>How does your degree of access to financial services (bank accounts, cards, payment services, loans/financing, interest rates, mortgages) influence daily life?</i>			
<b>Part V</b>			
<i>Please answer if you agree or disagree with the affirmations below: Strongly Agree/ Agree/ Disagree</i>			
33. <i>The credit card becomes important in that it enables the purchase of necessary products to daily life, even if the income of the whole month was spent.</i>			
34. <i>Loans/Funds borrowed under interest rates more fair and equal, can help people to get essential elements to life like housing and solutions for unexpected emergencies.</i>			
35. <i>The bank account helps in receiving the paycheck and in making the payments.</i>			
<b>Part VI</b>			
36. 36.1 <i>Are you satisfied with the financial services and financial products to which you have access?</i>			
36.2 Yes		36.3 No	
		36.7 <i>Why?</i> _____	
37. <i>If you could get a loan today with low interest rate, what would you do with that money?</i>			
<b>Part VII:</b>			
<i>General Information (to help us determine how different groups respond)</i>			
38. 38.1 <i>Black/African American</i> 38.2 <i>Asian/Pacific Islander</i> 38.3 <i>Hispanic</i> 38.4 <i>Native American</i>			
38.5 <i>White/Caucasian</i> 38.6 <i>Other (Please Indicate)</i> _____			
39. 39.1 <i>Female</i>		39.2 <i>Male</i>	
40. <i>Age</i> _____			
41. <i>What is your education level?</i> _____			
42. <i>Number of children</i> _____			
43. <i>Number of people living in your household</i> _____			
44. <i>Number of families living in your household</i> _____			
45. <i>Profession</i> _____			
46. <i>Do you have a formal employment?</i> 46.1 Yes    46.2 No			
47. 47.1 <i>If you work, how much do you make per hour?</i>			
47.2 <i>How many hours do you work in an average week?</i>			
48. <i>How many bedrooms are there in our residence?</i>			
49. <i>How many rooms? (not including bathrooms)</i>			
50. <i>How many bathrooms?</i>			

Fonte: Elaboração própria, 2014.

## A.2 O Estudo Etnográfico: Comunidades Alto Vera Cruz/Taquaril

### A.2.1 A metodologia do IQVU – Cálculo, indicadores e parâmetros<sup>32</sup>

O IQVU é calculado para as 80 UPs estabelecidas, a partir das seguintes etapas: coleta e georreferenciamento dos dados; cálculo dos indicadores; padronização dos indicadores (conversão de escala); agregação dos indicadores em componentes; agregação dos componentes em variáveis; agregação das variáveis no Índice Síntese do Índice de Oferta Local (IOL); e cálculo do IQVU por meio da aplicação do modelo de acessibilidade. Essas etapas podem ser resumidas de acordo com o esquema da Figura abaixo.



Fonte: Relatório Geral sobre o Cálculo do IQVU-BH, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2014.

<sup>32</sup> Para melhores esclarecimentos ver o “Relatório geral sobre o cálculo do Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte - IQVU-BH: Nova Série IQVU-BH 2006/2010/2012 e Série Histórica IQVU-BH 1994/2000/2006/2010/2012”, disponibilizado pela Prefeitura de Belo Horizonte em <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=Relatorio\\_IQVU.pdf](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=Relatorio_IQVU.pdf)>

**QUADRO A1 – Relação de Indicadores Nova Série 2006/2010/2012 –  
Utilizados na conversão do Índice de Oferta Local para IQVU**

(continua)

	VARIÁVEL	COMPONENTE	INDICADOR/FÓRMULA	FONTE
1	ABASTECIMENTO	1.1-Equipamentos de abastecimento	1.1.1 - Hiper e Supermercados [(número de hiper e supermercados/ população) x 1000]	SMF-CMC
			1.1.2 - Mercarias e similares [(número de mercarias e similares/população) x 1000]	SMF-CMC
2	CULTURA	2.1 - Comércio e Serviços Culturais	2.1.1 – Distribuição de equipamentos [(Número de equipamentos culturais/população) x 1000]	FMC
			2.1.2 - Livrarias e papelarias [(área em m2 de Livrarias e papelarias/população) x 1000]	SMF-CMC
			2.1.3 - Locadoras por 1000 habitantes [(número de locadoras/população) x 1000]	SMF-CMC
			2.1.4 - Bancas de revistas [(número de bancas de revistas/população) x 1000]	SARMUS
3	EDUCAÇÃO	3.1 - Educação Infantil	3.1.1 - Percentual de alunos matriculados na Educação Infantil [(n. de alunos matriculados na creche e pré-escola/população menor de seis anos) x 100]	Censo Escolar/INEP DPRO/SEE
		3.5- Ensino Fundamental	3.2.1 - Percentual de alunos matriculados no Ensino fundamental [(n. de alunos matriculados no ensino fundamental/população de 6 a 15 anos) x 100]	Censo Escolar/INEP DPRO/SEE
			3.2.2 - Índice de Aproveitamento no Ensino Fundamental [(número de aprovados no ensino fundamental / número de matrícula final) x 100]	Censo Escolar/INEP DPRO/SEE
		3.4- Ensino Médio	3.3.1 - Percentual de alunos matriculados no Ensino Médio [(número de alunos matriculados no ensino médio/população entre 15 e 18 anos) x 100]	Censo Escolar/INEP DPRO/SEE
			3.3.2 - Índice de Aproveitamento no Ensino Médio [(número de aprovados no ensino médio/número de matrícula final) x 100]	Censo Escolar/INEP DPRO/SEE
4	ESPORTES	4.1 - Espaços públicos para recreação	4.1.2 - Quadras, campos e pistas de cooper por 1000 habitantes. [(número de quadras, campos e pistas/população) x 1000].	SMAES
5	HABITAÇÃO	5.1 - Qualidade da Habitação	5.1.1 - Área residencial adequada por habitante (m2 de área residencial construída sujeita a IPTU/habitante)	IPTU/SMF
			5.1.2 - Padrão de Acabamento (Nota do padrão médio de acabamento das moradias em relação à classificação do IPTU)	IPTU/SMF
		5.2 - Segurança Habitacional	5.2.1 – Índice do Risco Geológico do Terreno (indicador fornecido já calculado)	SMARU

FONTE: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2014

**QUADRO A2 – Relação de Indicadores Nova Série 2006/2010/2012 –  
Utilizados na conversão do Índice de Oferta Local para IQVU**

(fim)

VARIÁVEL	COMPONENTE	INDICADOR/FÓRMULA	FONTE
6	6.1 - Salubridade Ambiental	6.1.1 – Índice de Salubridade Ambiental (indicador fornecido já calculado)	NEPE-SAN/SUDECAP
	6.2 - Energia Elétrica	6.2.1 - Fornecimento de energia elétrica [(número de economias residenciais com energia elétrica/número de domicílios) x 100]	CEMIG
	6.4 - Pavimentação	6.4.1 - Possibilidade de acesso [(extensão das vias pavimentadas /extensão de todas as vias) x 100]	Prodabel
	6.5 - Transporte coletivo	6.5.1 - Número de veículos por 1000 habitantes [(Número de veículos/população) x 1000]	BHTRANS
6.5.3 - Frequência das linhas por UP (maior valor - valor da UP)		BHTRANS	
7	7.1 - Conforto Acústico	7.1.1 - Tranquilidade sonora (Maior valor de ocorrências da PMMG de ruídos - valor da UP)	PMMG
	7.2 - Qualidade do ar	7.2.1 - Ausência de coletivos poluidores [(número de veículos não autuados/total de vistoriados) x 100]	SMMA
	7.3 - Área verde	7.3.1 - Área verde por habitante (área verde/população)	SMMA
8	8.1- Atenção à Saúde	8.1.1 - Centros de Saúde por 1.000 habitantes[(Número de centros de saúde/população) x 1000]	SMMA
		8.1.2 - Outros Equipamentos de Assistência Médica [(Número de outros equipamentos/população) x 1000]	SMF-CMC
		8.1.3 - Equipamentos Odontológicos [(Número de equipamentos odontológicos/população) x 1000]	SMF-CMC
	8.2 - Vigilância à Saúde	8.2.1 - Ausência de Anos Potenciais de Vida Perdidos(maior valor - valor da UP)	SMSA
9	9.1- Serviços Pessoais	9.1.1 - Agências Bancárias [(Número de agências bancárias/população) x 10000]	SMF-CMC
		9.1.2 - Postos de Gasolina [(Número de postos de gasolina/população) x 10000]	SMF-CMC
		9.1.4 - Farmácias[(número de farmácias/população) x 10000]	SMF-CMC
	9.2 - Serviços de Comunicação e tecnologia	9.2.1 - Correios [(Número de correios/população) x 10000]	(EBCT)
		9.2.2 - Espaços públicos para inclusão digital[(Número de pontos de acesso à internet/população) x 10000]	Prodabel
		9.2.3 - Telefones públicos [(número de telefones públicos/população) x 10000]	ANATEL
10	10.1 - Segurança Pessoal	10.1.1 - Ausência de crimes contra a pessoa [(Valor máx. ocorrências homicídio tentado e consumado - valor UP) /população UP/1000]	PMMG
	10.2 - Segurança Patrimonial	10.2.1 - Ausência de crimes contra o patrimônio [(Valor máx. ocorrências de roubo, furto e assalto - valor na UP) /população UP/1000]	PMMG
	10.3 - Segurança no Trânsito	10.3.1 - Ausência de acidentes de trânsito [(Valor máx. ocorrências de acidentes no trânsito - valor na UP) /população UP/1000]	PMMG

FONTE: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2014

### QUADRO A3 – Parâmetros de Cálculo da Acessibilidade – 2006/2010/2012 Metodologia IQVU

Tipo	t <sup>1/2</sup> (em minutos)
Imediata	0
Próxima	4,49
Média	13,8
Remota	30,9

**Observação** - t<sup>1/2</sup> é o tempo para a acessibilidade cair à metade, ou seja, tempo em que a probabilidade de se acessar o serviço seria reduzida a ½. Os valores de t<sup>1/2</sup> variam de acordo com os respectivos tipos de serviços.

**As variáveis que compõem o IQVU estão classificadas em quatro categorias de acessibilidade:**

“**acessibilidade imediata**” – são aquelas para as quais só interessam serviços ofertados na própria UP;

“**acessibilidade próxima**” – são aquelas para as quais a acessibilidade decai muito rapidamente com a distância – o tempo t<sup>1/2</sup> é um tempo relativamente curto;

“**acessibilidade média**” – são aquelas para as quais a acessibilidade não decai muito rapidamente com a distância – o tempo t<sup>1/2</sup> é um tempo médio;

“**acessibilidade remota**” – são aquelas para as quais a acessibilidade decai lentamente com a distância – o tempo t<sup>1/2</sup> é um tempo relativamente longo.

Fonte: Manual do Usuário do Programa Pró-IQVU, p. 15 e 16.

### QUADRO A4 – Parâmetros de Cálculo da Acessibilidade Segundo Variáveis e Peso Relativo – 2006/2010/2012 – Metodologia IQVU

Variável	Critério	Peso
Abastecimento	Próxima	0,08
Cultura	Remota	0,03
Educação	Próxima	0,13
Esporte	Remota	0,03
Habitação	Imediata	0,18
Infraestrutura	Imediata	0,16
Meio Ambiente	Imediata	0,06
Saúde	Média	0,14
Serviços	Média	0,11
Segurança	Imediata	0,08

FONTE: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2014.

### QUADRO A5 – Parâmetros de Cálculo da Nova Série 2006/2010/1014 – IQVU

Variável	Indicador	Qualitativo	Parâmetro de cálculo (ano-base 2006)	Valor de referência - 2006	Valor de referência para conversão dos indicadores negativos
1 - Abastecimento	Hiper e Supermercados		95P	0,24	
	Mercearias e similares		95P	2,51	
2 - Cultura	Distribuição de equipamentos culturais		95P	0,5	
	Livrarias e papelarias		95P	297,26	
	Locadoras		95P	0,44	
	Bancas de revista		95P	0,79	
3 - Educação	Matrícula na Educação Infantil		Externo	100%	
	Matrícula no Ensino Fundamental		Externo	100%	
	Índice de Aproveitamento no E. Fundamental	SIM	Externo	100%	
	Matrícula no Ensino Médio		Externo	100%	
	Índice de Aproveitamento no Ensino Médio	SIM	Externo	100%	
4 - Esportes	Quadras, campos e pistas de cooper		95P	0,36	
5 - Habitação	Área residencial digna		95P	73,65	
	Padrão de acabamento	SIM	95P	15,72	
	Índice de risco geológico		95P	0,92	
6 - Infraestrutura urbana	ISA		95P	0,97	
	Fornecimento de Energia Elétrica		Externo	100%	
	Possibilidade de acesso (Pavimentação)		Externo	100%	
	Número de veículos por 1000 habitantes		95P	52,87	
	Frequência das Linhas por UP	SIM	95P	11,95	22,43
7 - Meio Ambiente	Tranquilidade sonora		95P	457,2	473,10
	Ausência de coletivos poluidores		Externo	100%	
	Área de verde por habitante		Val. Ref. Externo	12,00	
8 - Saúde	Centros de saúde		95P	0,18	
	Outros equipamentos de assistência médica		95P	0,99	
	Equipamentos odontológicos		95P	1,2	
	Ausência de anos Potenciais de vida perdidos		95P	41,56	60,21
9 - Serviços Urbanos	Agências bancárias		95P	27,32	
	Postos de Gasolina		95P	3,72	
	Farmácias		95P	23,19	
	Espaços Públicos p/ Inclusão Digital		95P	3,3	
	Correios		95P	1,18	
	Telefones Públicos		95P	106,37	
10 - Segurança urbana	Ausência de crimes contra a pessoa		95P	11,94	81,45
	Ausência de crimes contra o patrimônio		95P	164,88	1089,80
	Ausência de acidentes de trânsito		95P	265,23	1760,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2014

## A.2.2 A forma de cálculo do IVS

Cada dimensão compõe as “Dimensões de Cidadania” mencionadas na TAB. 2 deste trabalho abrange uma ou mais variáveis expressas através de indicadores conforme o seguinte QUAD. A 6.

**QUADRO A6 – Composição do IVS e Respectivas Ponderações**

NIVEIS DE AGREGAÇÃO			
DIMENSÕES DE CIDADANIA	VARIÁVEIS	INDICADORES	
I V S	AMBIENTAL - 0,23	Acesso a Moradia - 0,60	Densidade domiciliar - 0,57
			Qualidade do domicílio - 0,43
	Acesso aos serviços de infra-estrutura urbana - 0,40	Infra-estrutura básica	
	CULTURAL - 0,18	Acesso à educação	Índice de escolaridade relativa
	ECONÔMICA - 0,27	Acesso ao trabalho - 0,70	Taxa de ocupação - 0,44
			Taxa de ocupação formal/informal - 0,56
		Acesso à renda - 0,30	Renda familiar “per capita”
	JURÍDICA - 0,08	Acesso à assistência jurídica	Acesso à assistência jurídica privada
	SEGURANÇA DE SOBREVIVÊNCIA - 0,24	Acesso aos serviços de saúde - 0,44	Mortalidade neo e pós-neo natal
		Garantia de segurança alimentar - 0,36	Atendimentos de crianças por desnutrição
		Acesso à previdência social - 0,20	Benefícios da previdência pública

Fonte: “Mapa da Exclusão Social”, FAPEMIG/PUC Minas/PBH, 2000.

O índice é obtido através da agregação sucessiva dos indicadores de uma mesma variável, as variáveis de uma mesma dimensão e as dimensões entre si. Tal processo é realizado às médias aritméticas ponderadas, considerando-se os pesos expressos no QUAD. A 6 acima.

Para facilitar a compreensão, a comparação de resultados e o processo de agregação, as escalas de medida dos indicadores foram convertidas para uma escala padrão (de 0 a 100). O limite inferior da escala (zero) representa sua pior situação e, o limite superior (100), a melhor situação. Para a conversão de escalas, utilizou-se a seguinte expressão, FIG. A 2.

**FIGURA A2 – Expressão Utilizada na Conversão das Escalas de Medidas dos Indicadores - Forma de Cálculo do IVS<sup>33</sup>**

$$[(V_i^j - V_{i.min.}^j) / (V_{i.max.}^j - V_{i.min.}^j)] \times 100, \text{ onde:}$$

$V_i^j$ : valor do indicador i na UP j;

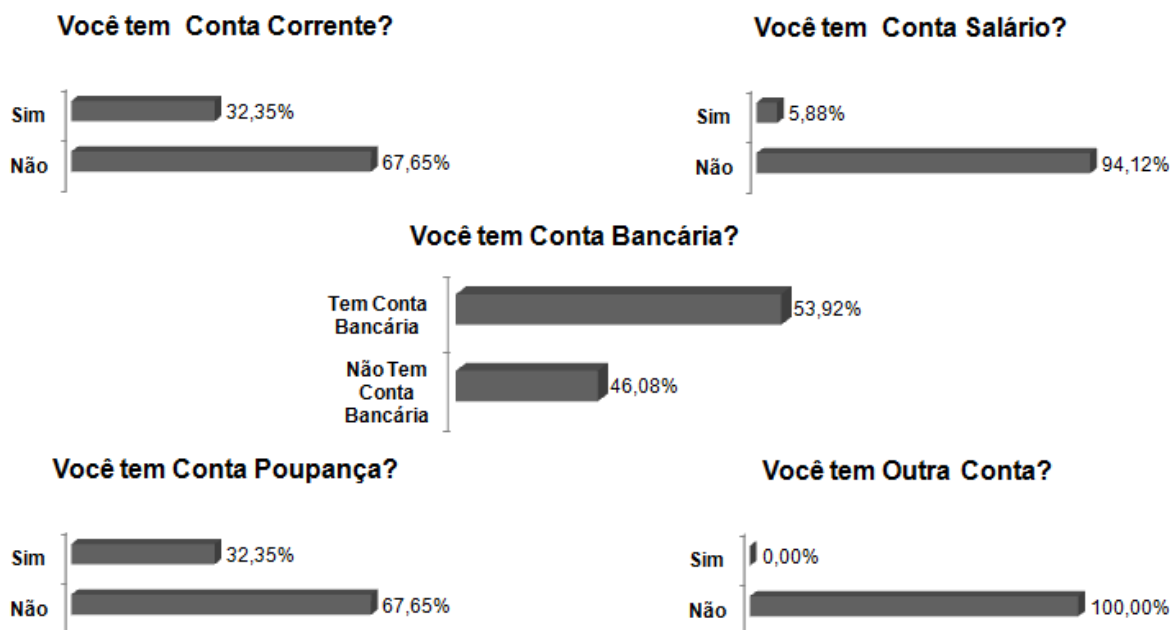
$V_{i.min.}^j$ : valor mínimo do indicador i na UP j;

$V_{i.max.}^j$ : valor máximo do indicador i na UP j;

Fonte: “Mapa da Exclusão Social”, FAPEMIG/PUC Minas/ PBH, 2000.

### A.2.3 As Observações

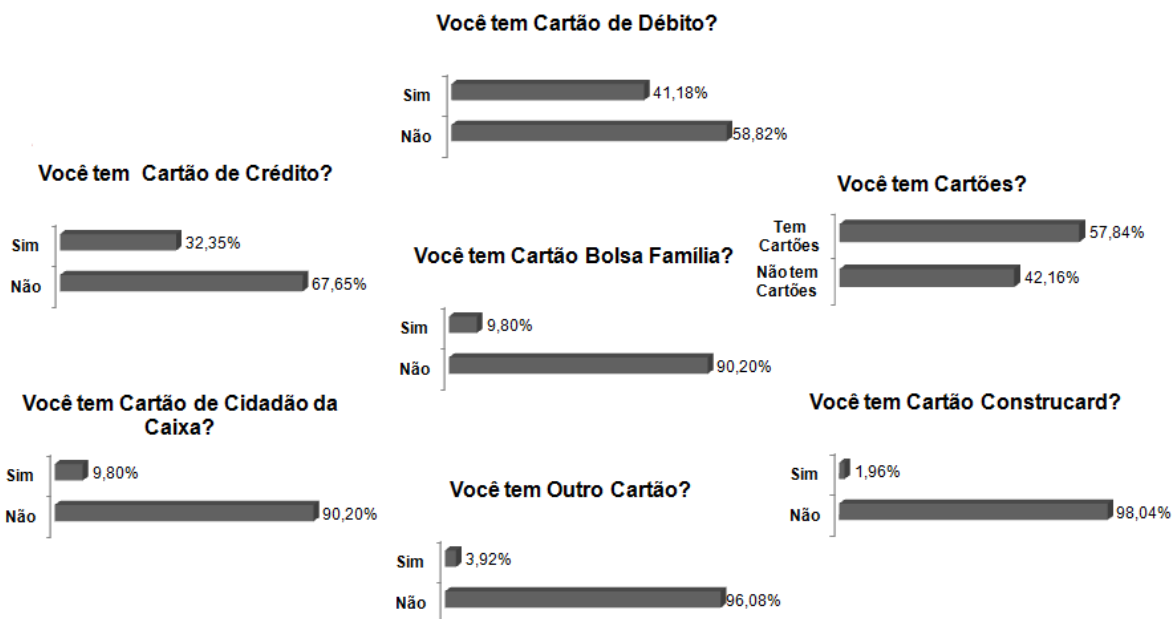
**FIGURA A3 – A Moradoras da Comunidade AVC - Contas Bancárias**



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

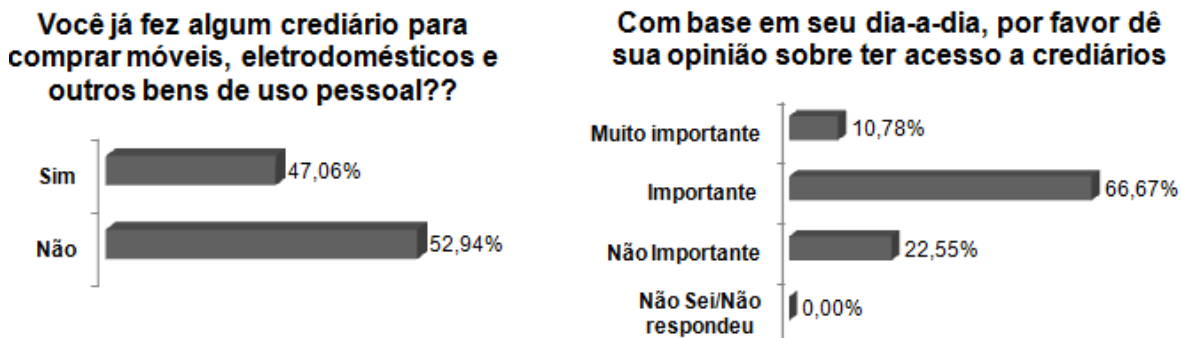
<sup>33</sup> Para maiores esclarecimentos sobre os indicadores específicos adotados, ver “O Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte”, artigo da “Revista Planejar BH”, mês de Agosto, do ano 2000, disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em: <[http://www.pbh.gov.br/smpl/PUB\\_P002/Mapa%20da%20Exclusao%20Social%20de%20BH\\_%20Revista%20Planejar%208.pdf](http://www.pbh.gov.br/smpl/PUB_P002/Mapa%20da%20Exclusao%20Social%20de%20BH_%20Revista%20Planejar%208.pdf)>

**FIGURA A4 – A Moradoras Comunidade AVC - Serviços de Cartões**



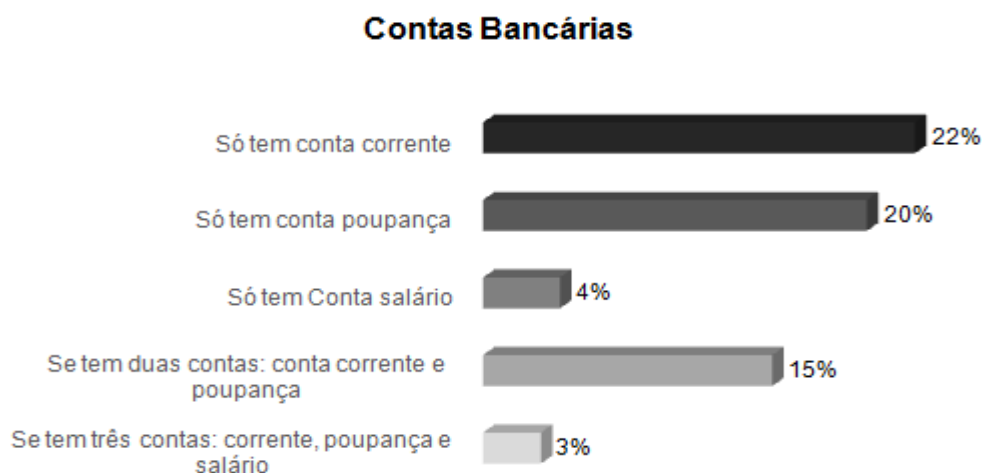
Fonte: Elaboração Própria, 2014.

**FIGURA A5 – As Moradoras da Comunidade AVC – Crediários**



Fonte: Elaboração própria, 2014.

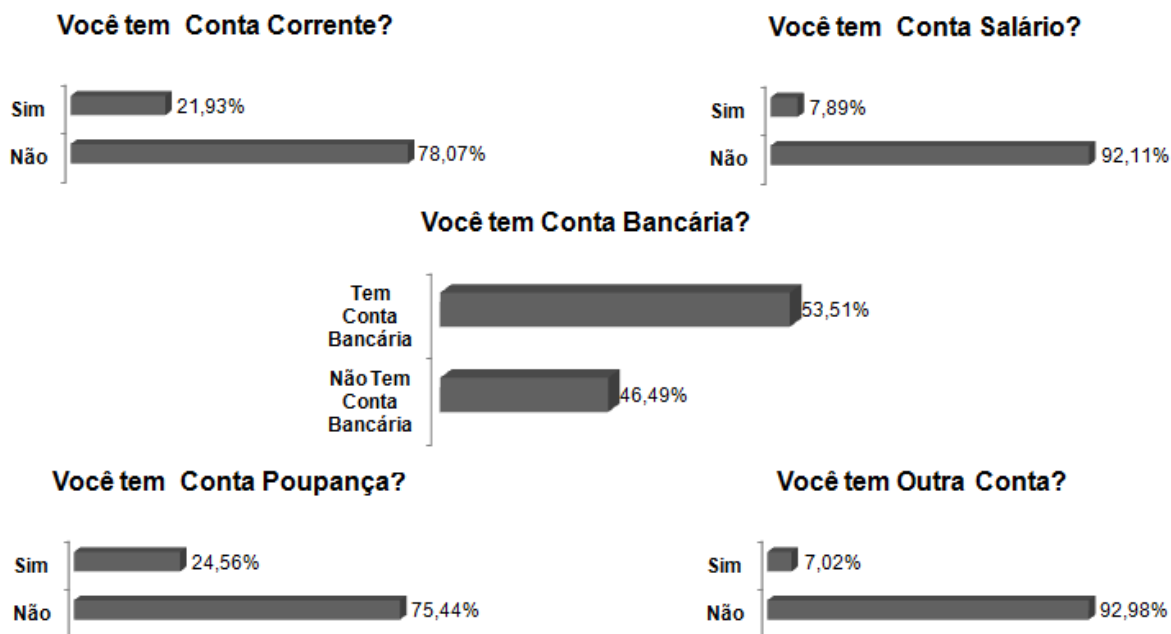
**FIGURA A6 – A Utilização de Contas Bancárias – Comunidade AVC**



Fonte: Elaboração própria, 2014.

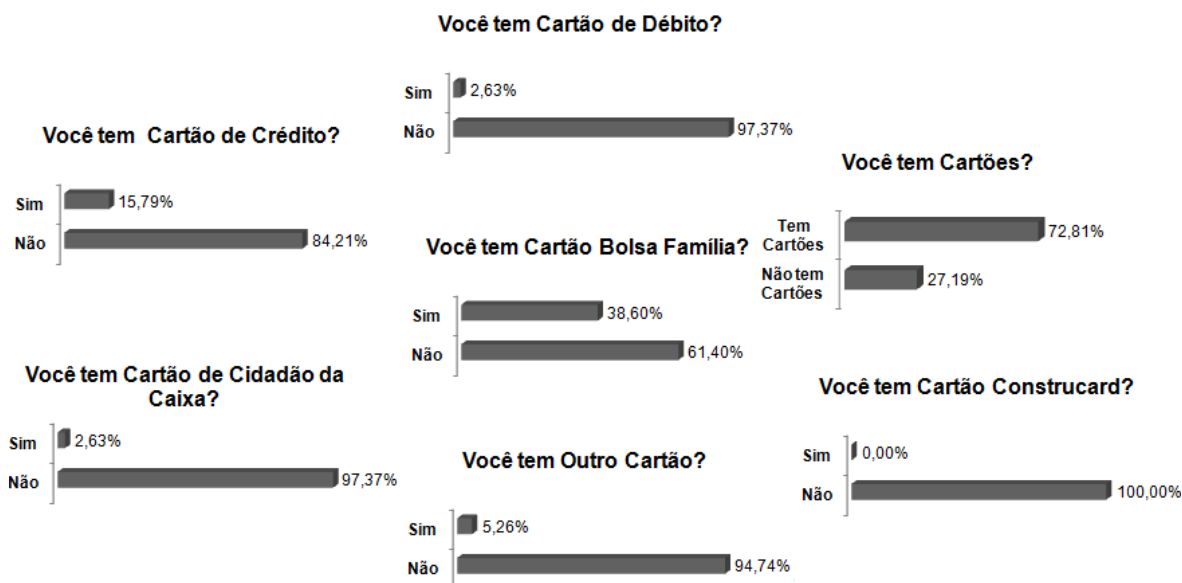
### A.3 O Estudo Etnográfico: Microrregião Almenara – As Cidades Jordânia, Jacinto e Almenara

**FIGURA A7 – As Moradoras de Jordânia – Contas Bancárias**



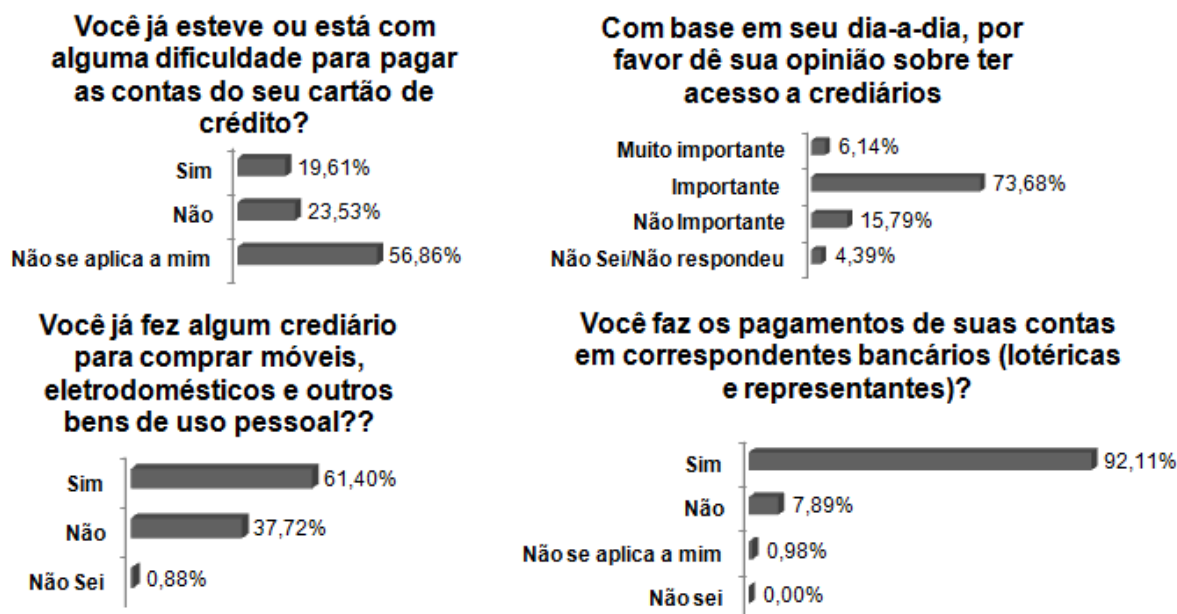
Fonte: Elaboração própria, 2014.

**FIGURA A8 – As Moradoras de Jordânia – Serviços de Cartões**



Fonte: Elaboração própria, 2014.

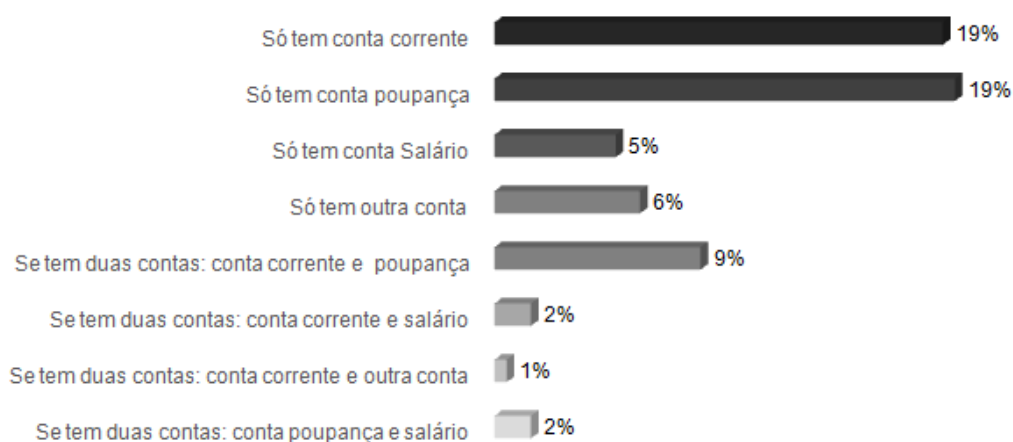
**FIGURA A9 – As Moradoras de Jordânia – Crediários, Dificuldade de Pagamento do Cartão de Crédito e Utilização de Correspondentes Bancários**



Fonte: Elaboração própria, 2014.

FIGURA A10 - A Utilização de Contas Bancárias – Jordânia

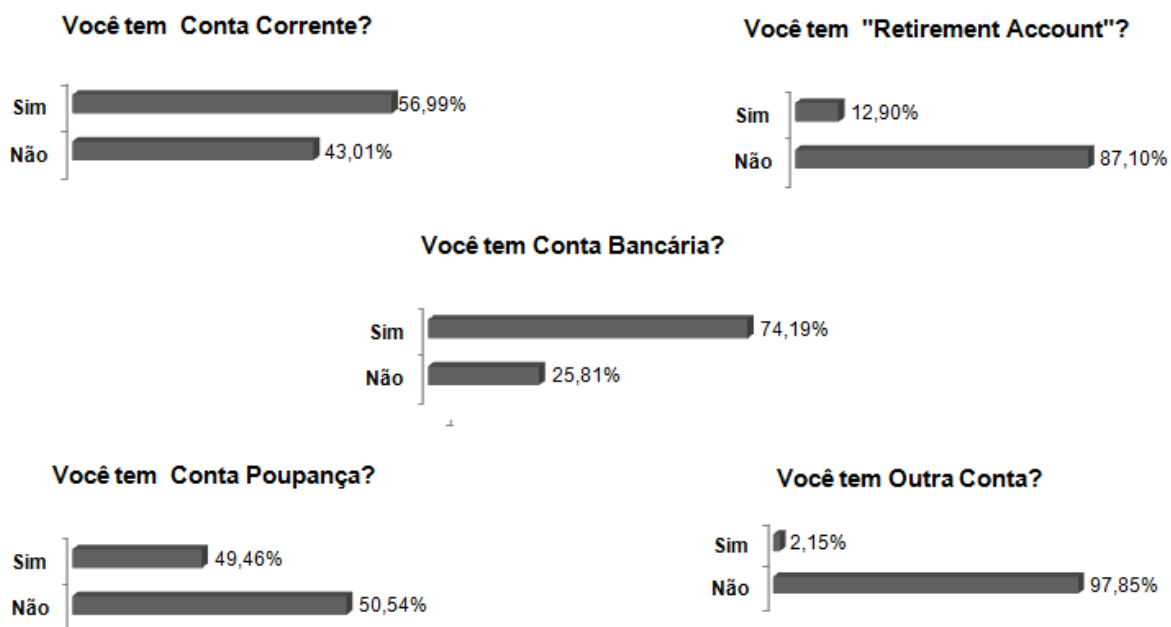
### Contas Bancárias



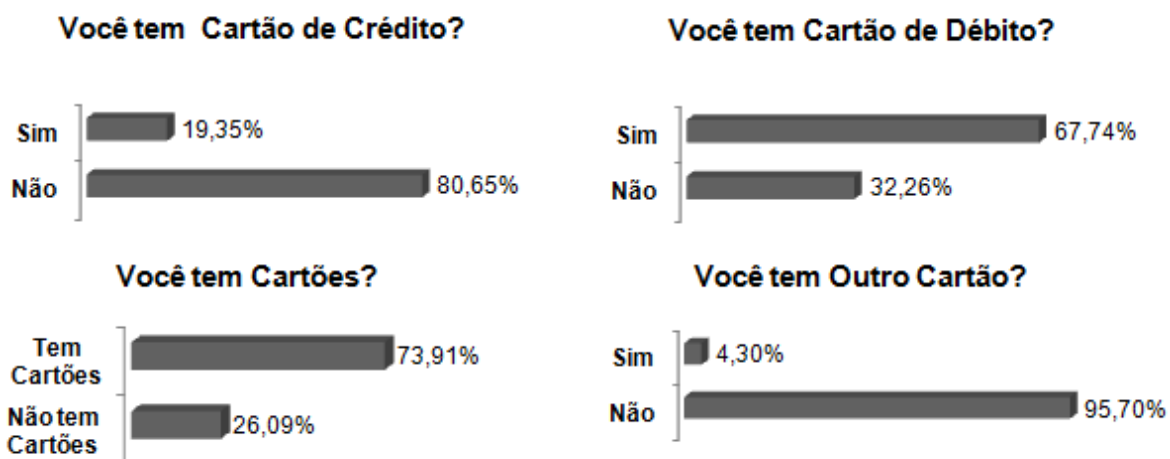
Fonte: Elaboração Própria, 2014.

#### A.4 O Estudo Etnográfico: *Riverside* (California, EUA) – O Bairro *Eastside*

FIGURA A11 – As Moradoras do Bairro Eastside – Contas Bancárias

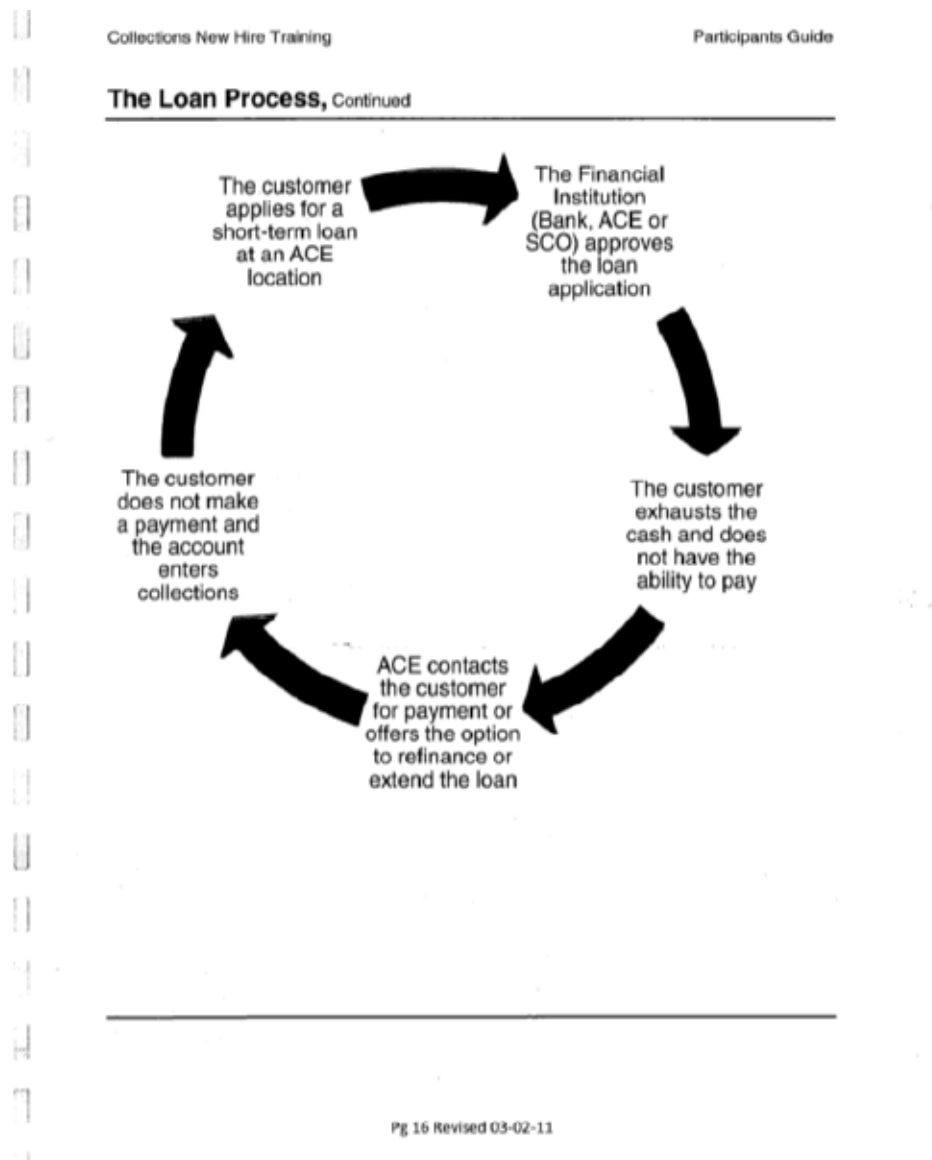


Fonte: Elaboração própria, 2014.

**FIGURA A12 – As Moradoras do Bairro Eastside – Serviços de Cartões**

Fonte: Elaboração própria, 2014.

**FIGURA A13 – Um Exemplo do Ciclo de Débitos que Clientes de “Check Cashing Outlets” são Induzidos a Entrar**



Fonte: Consumer Financial Protection Bureau, “The ACE cycle-of-debt training manual graphic”, Disponível em:< <http://www.consumerfinance.gov/newsroom/cfpb-takes-action-against-ace-cash-express-for-pushing-payday-borrowers-into-cycle-of-debt/>><sup>34</sup>

<sup>34</sup> Para visualizar somente a figura acessar:  
<[http://files.consumerfinance.gov/f/201407\\_cfpb\\_graphic\\_ace-cash-express-loan-process.pdf](http://files.consumerfinance.gov/f/201407_cfpb_graphic_ace-cash-express-loan-process.pdf)>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERLONI, L., CARLUCCIO, E. M. Access to Bank Accounts and Payment Services. In: Anderloni, L. *et al.* (edit.) **New Frontiers in Banking Services: Emerging Needs and Tailored products for Untapped Markets**, New York: Springer, p.5-105, 2006.

BANERJEE, A.V., DUFLO, E. **Poor Economics: A Radical Rethinking of the Way to Fight Global Poverty**. New York: Publicaffairs, 2011. 305p.

BARR, M.S. Banking the poor. **Yale Journal on Regulation**. Vol.21, p.121-237, Winter, 2004. Disponível em: <http://www.brookings.edu/research/reports/2004/10/banking-poor-barr> . Acesso em 8 Setembro 2014.

BOLTON, P., ROSENTHAL, H. **Credit Markets for the Poor**. New York: Russel Sage Foundation, 2005. 304p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os dois métodos da teoria econômica. **Textos para discussão**. São Paulo: FGV, n.127, Jul., 2003a. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1941/TD127.pdf;jsessionid=CD8785F3DBD02F8381EAE758037C0FB7?sequence=1> . Acesso em 8 de Setembro de 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Um Grande Modelo? **Encontro Nacional de Economia Política**. Florianópolis, 19-20 de Junho, 2003b. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2003/03.81.GrandeModelo.p.pdf> . Acesso em 8 de Setembro de 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**. Vol. 29, n.2 (114), pp. 163-190, abril-junho, 2009.

BUCKLAND, J, Marthin, T. *et al.* The Rise of Fringe Financial Services in Winnipeg's North End: Clients, Experience, Fiem Legitimacy and Community-Basel Alternatives. **A Raport on the Research Study into Fringe Financial Services in Winnipeg's North End** Institute of Urban Studies. University of Winnipeg, agosto, 2003. 185p. Disponível em: <http://winnspace.uwinnipeg.ca/bitstream/handle/10680/328/fringe.banking.Chesya.pdf?sequence=1>

CAMARILLO, A., **Chicanos in a Changing Society: From Mexican Pueblos to American Barrios in Santa Barbara and Southern California, 1848-1930**. Cambridge: Havard University Press, 1979. 326p.

CASKEY, J. P. **Fringe Banking: Check-Cashing Outlets, Pawnshops, and the Poor**. New York: New Sage Foundation, 1994. 165p.

CHICK, V., DOW, S. C. A Post-Keynesian Perspective on the Relation between Banking and Regional Development. In: ARESTIS, P. (edit.). **Post-Keynesian Monetary Economics: New Approaches to Financial Modelling**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 1988. p. 219-250

COLLINS, D. *et al.* **Portfolios of the Poor: How the World's Poor Live on Two Dollars a Day**. New Jersey: Princeton University Press, 2009. 283p.

CROCCO, M. A. *et al.* The Behaviour of Liquidity Preference of Banks and Public And Regional Development: The case of Brazil. **Journal of Post Keynesian Economics**. V.28, n.2, p.217-240, 2005.

CROCCO, M. A., SANTOS, F., FIGUEIREDO, A. Exclusão Financeira no Brasil: Uma Análise Regional Exploratória. **Revista de Economia Política**. V.33, n3 (132), p.505-526, julho-setembro/2013.

CROCCO, M., JAYME JR., F. G. (Org.) **Moeda e Território: A Interpretação da Dinâmica Regional Brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 341 p.

CROCCO, M., SANTOS, F., AMARAL, F. The Spatial Structure Of The Financial Development In Brazil. In: Annual International Conference. **Regional Studies Association**. Lueven, Belgium. April, 2009. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/publication/227346832\\_The\\_Spatial\\_Structure\\_of\\_Financial\\_Development\\_in\\_Brazil?ev=prf\\_pub](https://www.researchgate.net/publication/227346832_The_Spatial_Structure_of_Financial_Development_in_Brazil?ev=prf_pub)> . Acesso em 31 agosto, 2014.

DIAZ, D. **Barrio Urbanism: Chicanos, Planning, and American Cities**. New York and London: Routledge. 2005. 347p.

DOW, S. C. The Regional Financial Sector: A Scottish Case Study. **Regional Studies**. V.26, p. 619-631, 1992.

DOW, S. C. The Stages of Banking Development and the Spatial Evolution of Financial System. In: MARTIN, R. (ed.) **Money and Space Economy** London: Wiley, 1999 p. 31-48.

DOW, S. C., and RODRIGUEZ-FUENTES, C. J. Regional Finance: A Survey. **Regional Studies**. v. 31, n.9, p. 903-920, 1997.

DYMSKI, G. A. Financial Globalization, Social Exclusion and Financial Crisis. **Institutional Review of Applied Economics**. V. 19, n.4, p. 439-457, Outubro, 2005.

DYMSKI, G. A., VEITCH, J. M. Financial Transformation and the Metropolis: Booms, Busts, and Banking in Los Angeles. **Environment and Planning A**. V.28, n.7, p. 1233-1260, Julho, 1996.

DYMSKI, G.A. Desembodied Risk or the Social Construction of Creditworthiness? An Inquiry into the New Keynesian Microfoundations. In: ROTHEIM, R. (edit). **New Keynesian Economics: Post Keynesian Alternatives**. Routledge, 1996, p. 241 - 261.

DYMSKI, G.A. Discrimination in the Credit and Housing Markets: Findings and Challenges. In: Rodgers III, W. M. (edit.). **Handbook on the Economics of Discrimination**. Cheltenham, Uk and Massachusetts, USA: Edward Elgar Publishing, 2006. p.215-259.

DYMSKI, G.A. Exclusão Financeira e Transformação Global dos Bancos. **Revista Plurale**. Ano Um, n.2, p. 25-28. Novembro, 2007a.

DYMSKI, G.A. **The Political Economy of the Subprime Meltdown: Understanding the Crisis at Different Saptial Scales**, NEG DISTINGUISHED ANNUAL LECTURE. Center for Urban and Regional Development Studies, Newcastle University, February 5, 2009.

DYMSKI, G.A. Exclusão e Eficiência: A Transformação Global do *Core Banking*, um Estudo de Caso sobre o Brasil. In: PAULA, L. F. OREIRO, J.L. (ed.) **Sistema Financeiro**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier. 2007b. p. 255-283.

DYMSKI, G.A., HERNANDEZ, J., MOHANTY, L. Race, Power, and the Subprime/Foreclosure Crisis: A Meso Analysis. Levy Economics Institute of Bard College, Working Paper, n.669, 2011. Disponível em : <[http://www.levyinstitute.org/pubs/wp\\_669.pdf](http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_669.pdf)>. Acesso em 02 setembro, 2014.

EASTERLY, W. **The White Man's Burden**. New York: The Penguin Press, 2006.

ELIJAH, A. **The Cosmopolitan Canopy: Race and Civility in Everyday Life**. New York: Norton & Company, 2011. 318p.

ELIJAH, A. **Code of the Street: Decency, Violence, and the Moral Life of the Inner City**. New York: Norton & Company, 1999. 352p.

ELSON, D. Micro, Meso, Macro: Gender and Economic Analysis in the Context of Policy Reform. In: Bakker, I. (ed.) **The Strategic Silence: Gender and Economic Policy**. London: Zed Books, 1994.

GLOUKOVIEZOFF, G. De la Bancarisation de Masse à L'exclusion Bancaire Puis Sociale. **Revue Française des Affaires Sociales**. N.3, pp.15-29, 2004.

GLOKOVIESOFF, G. From Financial Exclusion to Overindebtedness: The Paradox of Difficulties for People on Low Incomes. In: Anderloni, L. *et al.* (edit.) **New Frontiers in Banking Services: Emerging Needs and Tailored products for Untapped Markets**, New York: Springer, p.213-245, 2006.

GWINER, W. B., GOLDBERG, M. J., SOLO, T. M., DIDONI, A. From Financial Exclusion to Inclusion: Increasing the Availability of Credit to the Urban Poor in America Latina. **Em Breve**. N.98, Novembro, 2006.

HAMMERSLEY, M., ATKINSON, P. **Ethnography, Principles in Practice. Third Edition.** New York: Routledge. 2007. 288p.

KEMPSON, E., WHYLEY, C. **Kept Out or Opted out? Understanding and Combating Financial Exclusion.** Bristol: Policy Press, 1999. 60p.

KEMPSON, E., WHYLEY, C., CASKEY, J., COLLARD, S. In or Out? Financial Exclusion Literature and Research Review. **Consumer Research, FSA.** N.3, July, 2000.

KUMAR, A (coord.). **Brasil acesso a serviços financeiros.** Rio de Janeiro: IPEA; Washington: Banco Mundial, 2004. 627p.

LENTON, P., MOSLEY, P. **Financial Exclusion and the Poverty Trap: Overcoming Deprivation in the Inner City.** London e New York: Routledge, 2012. 214 p.

LEVINE, R. Finance and Growth: Theory And Evidence. NBER Working Paper Series, Working Paper, 2004. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w10766>> . Acesso em 31 agosto, 2014.

LEYSHON, A. Geographies of Money and Finance I. **Progress in Human Geography.** N.19 (4), p. 531-543, 1995.

LEYSHON, A. Geographies of Money and Finance II. **Progress in Human Geography.** N.21 (3), p. 381-392, 1997.

LEYSHON, A. Geographies of Money and Finance III. **Progress in Human Geography.** N.22 (3), p. 433-446, 1998a.

LEYSHON, A. Money and Finance. In: SHEPPARD, E. , BARNES, T. **a Companion to Economic Geography.** Blackwell Publishing. Chapter 26, p. 432-449, 2003.

LEYSHON, A., THRIFT, N. Geographies of Financial Exclusion: Financial Abandonment in Britain and United States. **Transaction of institute of British Geographers.** New Serie, n.20, p. 312-341, 1995.

LEYSHON, A., THRIFT, N. **Money Space: Geographies of Monetary Transformation.** London: Routledge, 1997. 404 p.

MENEZES, M.S., CROCCO, M.A. Sistemas de Moeda Local: Uma Investigação Sobre Seus Potenciais a Partir do Caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Economia e Sociedade.** V.18, n.2 (36), p.371-398, Agosto, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Pesquisa sobre os Conhecimentos, Atitudes e Práticas Financeiras das Famílias Inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais.** Brasília: Indago Pesquisas e Marleting. Fev. 2010-Nov. 2011. 15p.

POLLARD, J. Banking at the Margins: A Geographiy of Financial Exclusion in Los Angeles. **Environment and Planning A.** Vol.28 (7), p. 1209-1232, 1996.

POLLARD, J. Small Firm Finance and Economic Geography. **Journal of Economica Geography**. Vol.3, n.4, pp.429-452, 2003.

RIVLIN, G. Broke, USA: From Pawnshops to Poverty, Inc. – How the Working Poor Became Big Business. New York: HarperCollins Publishers, 2010. 358 p.

RODRIGUEZ-FUENTES, C. J. Credit Availability and Regional Development. **Papers in Regional Science**. V.88, n.1, p. 63-75, 1998.

ROSS, S.L., YINGER, J. **The Color of credit: Mortgage Discrimination, Research Methodology, and Fair-Lending Enforcement**. London: The MIT Press, 2002. 459p.

SERVET, J.M. Introduction Générale. In: GUÉRIN, I., SERVET, J. (edit) **Exclusion et Liens Financiers**. Paris: Rapport du Centre Walras, 2004.

SICSÚ, J., CROCCO, M. A. Em Busca De Uma Teoria Da Localização Das Agências Bancárias: Algumas Evidências do Caso Brasileiro. **Economia**. V.4, n.1, p. 85-112, Jan./Jun., 2003.

SOLO, T.M. Financial Exclusion: A New Angle to Urban Poverty in Latin America. **Em Breve**. N.77, Set., 2005.

SOLO, T.M. Financial Exclusion in Latin America – Or the Social Costs of not Banking the Urban Poor. **Environment and urbanization**. Vol. 20, n.1, p. 47-66, 2008.

STIGLITZ, J. E. **Globalization and Its Discontents**. New York: W.W.Norton, 2003. 288p.

STIGLITZ, J. E. How to Reform the Global Financial System. **Harvard Realition Council International Review**. Vol.1 n.25, p. 54-59, 2003b.

STIGLITZ, J. E. **Making Globalization Work**. New York: W.W. Norton, 2007. 374p.

STIGLITZ, J. E., WEISS, A. Credit Rationing in Markets with Imperfect Information. In: MANKIOW, G., ROMER, D. (edit) **New Keynesian Economics, Vol.II**. Cambridge: MIT Press, r, p. 247 -276.

VALSINER, J. Ethnography Lost na Found: Qualitative Methodology Between Science, Art, and Social Powers – Review Essay. **Forum:Qualitative Social Research Sozialforschung**. Vol.3, n.2, Art. 29, Maio, 2002.

VILLA, R. H. **Barrio-Logos: Space and Place in Urban Chicano Literature and Culture**. Austin: University of Texas Press. 2000. 274p.

WILLIAMSON, S. D. Do Informational Frictions Justify Federal Credit Programs? **Journal of Money, Credit, and Banking**. Vol. 3, n. 26, Part 2: p.523-544, August, 1994.

WILLIAMSON, S. D. Liquidity, Banking, and Bank Failures. **International Economic Review**. Vol. 1, n.29, p. 25 – 43, February, 1988

ZELIZER, V.A.R. **The Social Meaning of Money: Pin Money, Paychecks, Poor Relief, and Other Currencies**. New Jersey: Princeton University Press, 1997. 286p.